



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Ana Paula da Silva Esteves

**O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino  
secundário no distrito-sede de Iguaçu (1930-1950)**

Duque de Caxias

2020

Ana Paula da Silva Esteves

**O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu (1930-1950)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Amália Dias

Duque de Caxias

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

E59 Tese	<p>Esteves, Ana Pula da Silva O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguazu (1930-1950) / Ana Paula da Silva Esteves - 2020. 205f.</p> <p>Orientadora: Amália Dias</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>1. Educação - Nova Iguaçu (RJ) – História - Teses. 2. Educação e Estado – Nova Iguaçu (RJ) - Teses. I. Dias, Amália. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 37(815.3) (091)</p>
-------------	--

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ana Paula da Silva Esteves

**O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçú (1930-1950)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas

Aprovada em 12 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Amália Dias (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Paula Leonardi  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2020

## **DEDICATÓRIA**

Aquelxs que para sempre estarão em meu coração: Minhas Avós Anuciata Antônio Jeronymo, Maria das Dores Gonçalves Carvalho e Maria Helena da Silva Esteves; Laudicenia Reis, E ao meu amado irmão Janderson da Luz.

## AGRADECIMENTOS

Fechando mais um ciclo, encerrando mais um capítulo na história da minha vida, eis que é a hora da despedida, ou de um até breve.

Foram oito anos nesta instituição, oito anos de muitas histórias, vivências, momentos de tristeza, de alegria, de lutas, perdas, vitórias, mas todos permeados de muitos aprendizados. Todo esse tempo recebi apoio financeiro resultado das políticas públicas de inclusão, fui aluna cotista na graduação em pedagogia e bolsista CAPES no mestrado, sem o referido apoio, acredito que permanecer neste espaço seria muito mais difícil, ou até mesmo inviável. Estar na FEBF me proporcionou encontros que foram, e são, verdadeiros presentes na minha vida, e por isso seja tão difícil a despedida. A FEBF é, realmente, uma MÃE!!!!

Os abraços fraternos e carinhosos das companheiras e amigas Rosângela e Rosiléia, acompanhados quase sempre de um bom cafezinho, foram combustíveis para enfrentar sempre mais um dia. As palavras sempre doces, os papos descontraídos amenizavam os momentos de tensão e incertezas. Tive muita sorte de encontrar vocês, e tê-las comigo nessa trajetória. Obrigada pela generosidade de compartilhar comigo o afeto, o cuidado o companheirismo.

As amizades construídas e solidificadas nesse trajeto que se tornaram mais que simples amizades, se tornaram família. Sabrina, Juliana, Bia Bióloga, Ariany, Joseanny, Suelem são pessoas que entraram na minha vida não por acaso e conquistam um lugar mais que especial se tornando parte imprescindível da minha história, pessoas que desejo ter para sempre comigo.

As professoras e professores que compartilharam seus saberes e conduziram na construção de novos conhecimentos de mundo, de vida, de sentimentos e sensibilidades, demonstrando que o trabalho docente não é apenas ministrar conteúdos, mas como bem aponta bell hooks, é “participar do crescimento intelectual e espiritual dos alunos” (Ensinado a transgredir, 2013, p.25).

Aos amigos de longe e de perto, de ontem, de hoje e de sempre, que foram e são redes de apoio imprescindíveis, acalentando nos momentos de tristeza, compartilhando as angústias e dúvidas do processo e festejando nos momentos de alegria. A todas, todos e todes que estiveram comigo neste longo processo de formação meu MUITO OBRIGADA pela paciência, pela compreensão, pelo carinho, pelo incentivo, pelos abraços, pelas mensagens, pelos sambas, pelas cervejas compartilhadas (Alô 6º ano). Obrigada por serem oásis nos momentos que me senti perdida, sem rumo em meio ao deserto do processo de escrita.

À minha psicóloga, Daiane Mello, que tem me guiado em um mergulho em mim mesma, na busca de conhecer e respeitar meus limites, meus desejos e vontades, processo que tem me fortalecido em todas as áreas da minha vida.

Agradeço as contribuições das professoras que compuseram a banca de qualificação, às professoras das disciplinas externas, a leitura atenta das/dos integrantes e amigas/os do Grupo EHELO, que contribuíram e muito na construção e desenvolvimento deste trabalho.

A Eliana (2ª melhor amiga), Isabela, Angélica, Ariany e Joseanny pelas escutas sempre atenta, pelas dúvidas tiradas, compartilhadas e as vezes potencializadas, obrigada pela generosidade de sempre, pelo carinho, pelo companheirismo.

Um agradecimento muito especial a minha professora, orientadora e amiga, Amália, pelos compartilhamentos, não apenas no que tange ao processo de construção intelectual ou profissional, mas por compartilhar sentimentos, emoções, experiências e uma amizade que cresce e se solidifica. Agradeço a generosidade na partilha, a compreensão nos momentos de dificuldades, os puxões de orelha quando necessário, as lágrimas e sorrisos, mas principalmente, te agradeço por ser e estar junto sempre.

A minha família, que são os meus amores, minha sustentação, meu tudo! Nenhuma palavra é capaz de expressar o que sinto por cada um de vocês e a gratidão que tenho de ser porque vocês são. Então busquei através das estrofes dessa canção expressar um pouco do que vocês representam para mim. Para minha mãe, meus irmãos, meu pai e minhas sobrinhas e sobrinhos:

E eu só quero agradecer por ter vocês  
Pra acompanhar minhas loucuras  
Me deixar bem mais segura daquilo que eu posso ser  
Se eu somente acreditar por almoçar depois do horário  
Falar mal do Bolsonaro e desenhar duendes, mares, cogumelos sem parar  
Ou dar risada de tudo e sempre colorir meu mundo  
Com as cores mais bonitas que eu já vi alguém pintar  
Por me amarem com a mesma intensidade  
E por serem de verdade a melhor família que eu pude ganhar  
[...]  
De um abraço apertado ou um conselho que é dado sem a intenção  
E ainda assim acalma o coração  
E eu só quero agradecer mais uma vez  
Por me aguentarem insegura

Me tornarem mais madura

E me mostrarem que os sonhos não se devem adiar (DÁDIVA, Ana Vilela).

“Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema educacional. Isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio a si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. Para fazê-los aceitar os princípios da superioridade branca, destruir nossa confiança, reprimir nossa criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe” *MAURICE BISHOP* Apud *DAVIS, 2017, p.161.*

## RESUMO

ESTEVES, Ana Paula da Silva. *O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguazu (1930-1950)*.2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

Esse trabalho buscou investigar o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito sede de Iguazu através da história do Ginásio Leopoldo, uma instituição privada criada e mantida com subvenção municipal, tendo como recorte temporal 1930, ano de instalação do Ginásio e 1950, ano em que o estabelecimento passou a oferecer o segundo ciclo do curso secundário, deixando assim de ser “Ginásio” e se tornando o “Colégio Leopoldo”. Buscamos analisar como o ensino local está inserido nas macro relações estabelecidas entre os contextos socioeconômicos e políticos da época e a função social atribuída à escola secundária nas reformas educacionais da Era Vargas. Através das reportagens do periódico local *Correio da Lavoura* e da análise da documentação do acervo privado do atual Colégio Leopoldo, buscamos compreender a relação entre processos de escolarização e desenvolvimento econômico-social no distrito sede de Iguazu, tendo em vista que no período proposto Iguazu era permeado pela confluência entre o rural e o urbano. Buscamos apreender como se deu a institucionalização desse estabelecimento como um melhoramento urbano valorizado como símbolo do “progresso” de Iguazu, e, observamos a relação entre as concepções e práticas pedagógicas da instituição como recursos interessados em influenciar a sociedade do seu entorno.

Palavras-chave: Ensino secundário. Institucionalização. Ginásio Leopoldo. Nova Iguazu.

## ABSTRACT

ESTEVEES, Ana Paula da Silva. *Leopoldo Gymnasium and the process of institutionalization of secondary education in the headquarters district of Iguaçu (1930-1950)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

This research seeks to investigate the process of institutionalization of secondary education in the district of Iguaçu through the history of Ginásio Leopoldo. A private institution created and maintained with municipal subsidy, with reference in 1930, the year of installation of the Gym, and 1950 the year in which the establishment started to offer the second cycle of the secondary course, changing from “Gymnasium” to becoming “Colégio Leopoldo”. We will analyze how local education is inserted in the macro relations established between the socioeconomic and political contexts of the time and the social function attributed to the secondary school in educational reforms in the “Era Vargas”. Through the reports of the local newspaper *Correio da Lavoura* and the analysis of the documentation of the private collection of Colégio Leopoldo, we sought to understand the relationship between schooling processes and economic and social development in the district of Iguaçu, considering that in the proposed period Iguaçu was permeated by the confluence between the rural and the urban. We seek to apprehend how this establishment was institutionalized as an urban improvement valued as a symbol of Iguaçu's “progress”, and we observed the relationship between the institution's pedagogical conceptions and practices as resources interested in influencing the society of its surroundings.

Keywords: High school. Institutionalization. Leopoldo Gym. New Iguaçu.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de matriculados nos exames oficiais do Ginásio Leopoldo em 1930.....	52
Quadro 2 – Relação alunos/notas no primeiro exame de admissão ao curso ginasial 1931....	53
Quadro 3 – Alunos do Ginásio Leopoldo que prestaram exames no Colégio Pedro II em 1932.	55
Quadro 4 – Professores em exercício no Ginásio Leopoldo 1930. ....	68
Quadro 5 – Dados dos professores do Ginásio Leopoldo no ano de 1940.....	69
Quadro 6 – Candidatos ao concurso de títulos dos cursos comercial básico e perito contador do Ginásio Leopoldo no ano de 1941. ....	70
Quadro 7 – Candidatos ao concurso de títulos dos cursos comercial básico perito contador do Ginásio Leopoldo no ano de 1942. ....	71
Quadro 8 – Termos de posse dos professores dos cursos comercial básico e perito contador do Ginásio Leopoldo 1933-1939. ....	73
Quadro 9 – Professores do curso ginasial no Ginásio Leopoldo 1936.....	75
Quadro 10 – Professores do curso ginasial no Ginásio Leopoldo 1939.....	75
Quadro 11 – Distribuição de escolas primárias em Iguazu. ....	82
Quadro 12 – Quantidade de alunos por cursos do Ginásio Leopoldo. ....	84
Quadro 13 – Alunos do primeiro exame de admissão do Ginásio Leopoldo 1931. ....	89
Quadro 14 – Alunos que fizeram os exames oficiais no Colégio Pedro II 1932. ....	89
Quadro 15 – Número de matrículas no curso secundário ginasial do Ginásio Leopoldo. ....	91
Quadro 16 – Matrículas nos cursos de nível médio do Ginásio Leopoldo por sexo. ....	93
Quadro 17 – Alunos formados contadores no Ginásio Leopoldo.....	93
Quadro 18 – Relação de alunos matriculados nos cursos de nível médio por turno no Ginásio Leopoldo. ....	94
Quadro 19 – Formandos do curso ginasial do Ginásio Leopoldo. ....	95
Quadro 20 – Ramos do ensino médio fluminense segundo Jayme Abreu.....	112
Quadro 21 – Matrícula efetiva nos ensinos fundamental e médio em 1945.....	116
Quadro 22 – Número de estabelecimentos de ensino médio e seus mantenedores. ....	117
Quadro 23 – Matrículas nos cursos de ensino médio no Estado do Rio de Janeiro. ....	118
Quadro 24 – Distribuição das disciplinas por semana no Ginásio Leopoldo. ....	129
Quadro 25 – Quantidade de visitas dos inspetores federais por ano. ....	134
Quadro 26 – Esquema de separação das turmas por sexo. ....	136
Quadro 27 – Distribuição das disciplinas no ensino secundário ginasial – 1943.....	136

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Iguazu no estado do Rio de Janeiro 1930. ....	17
Figura 2 – Personalidades locais na inauguração do Ginásio Leopoldo 1930. ....	39
Figura 3 – Posse na Arcádia Iguazuana de Letras 11/08/1955. ....	40
Figura 4 – Inauguração do Ginásio Leopoldo em 1º de fevereiro de 1930. ....	48
Figura 5 – Prédio do Ginásio Leopoldo inaugurado em 1936. ....	59
Figura 6 – Alunos do curso infantil do Ginásio Leopoldo 1932. ....	86
Figura 7 – Alunos dos 1º e 2º anos primários do Ginásio Leopoldo 1932. ....	86
Figura 8 – Alunos da 3ª série primária do Ginásio Leopoldo 1932. ....	87
Figura 9 – Alunos do curso ginásial do Ginásio Leopoldo 1932. ....	88
Figura 10 – Grupo de teatro do Ginásio Leopoldo 1932. ....	145
Figura 11 – Concentração de estudantes iguaçuanos no Estádio Francisco Baroni na festa cívica do Dia da Pátria 1940. ....	155
Figura 12 – Desfile cívico do Dia da Juventude 1944. ....	157
Figura 13 – Grupos de competidores da 3ª Olimpíada do Ginásio Leopoldo 1941. ....	159
Figura 14 – Campeões da 6ª Olimpíada prontos para o desfile 1944. ....	160
Figura 15 – Certificado dos integrantes da LPEB do Ginásio Leopoldo. ....	163
Figura 16 – Diretoria da LPEB do Ginásio Leopoldo 1941. ....	168

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCL	Acervo Privado do Colégio Leopoldo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CILEME	Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar
DES	Departamento Ensino Secundário
DNE	Departamento Nacional de Ensino
EAEC	Escola de Alfabetização Euclides da Cunha
FEB	Federação Espírita Brasileira
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
EHELo	Estudos de História da Educação Local
LPEB	Liga Pró Educação e Bondade
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PGL	Página do Ginásio Leopoldo
SENAC	Serviço Educativo Nacional de Aprendizagem Comercial
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 GINÁSIO LEOPOLDO: “UM SURTO GRANDE DE PROGRESSO PARA NOVA IGUASSÚ”</b> .....	32
1.1 <b>“Ensinar educando e educar ensinando”:</b> a instalação do Ginásio Leopoldo em Iguazu .....	32
1.1.1 <u>De Salvador para Rio de Janeiro: trajetória da família Machado Barbosa</u> .....	32
1.1.2 <u>Rede de sociabilidade e contendas religiosas: fixação no território iguaçuano</u> .....	36
1.1.3 <u>Processo de criação, oficialização e consolidação do Ginásio Leopoldo</u> .....	44
1.2 <b>“Tais mestres tal Pátria” a constituição do corpo docente no Ginásio Leopoldo</b> ....	61
1.2.1 <u>Ministrar o pão do espírito, do coração e do caráter eis a missão do professor</u> .....	64
1.2.2 <u>Seleção e contratação de docentes no Ginásio Leopoldo</u> .....	67
1.2.3 <u>Composição do corpo docente do Ginásio Leopoldo</u> .....	72
1.3 <b>“Vitam impendere labor”:</b> o alunado do secundário iguaçuano .....	77
1.3.1 <u>A oferta da escola primária em Iguazu e a ação educativa sanitária</u> .....	79
1.3.2 <u>Ginasianos e contadores – os secundaristas iguaçuanos</u> .....	83
1.3.3 <u>“Mens sana in corpore sano”:</u> a formação do discente no Ginásio Leopoldo .....	96
<b>2 SE ADEQUAR PARA SE INSTITUCIONALIZAR</b> .....	102
2.1. <b>De aulas avulsas a curso seriado: o percurso do secundário nas legislações educacionais</b> .....	104
2.2 <b>Ensino Secundário nas ‘Zonas Ecológicas’ e a crítica a rede escolar fluminense.</b> ..	111
2.3 <b>Ginásio Leopoldo e a relação com a prefeitura local: público e privado em Iguazu</b> .....	119
2.4 <b>Normatização na Reforma Francisco Campos: o processo de equiparação do Ginásio Leopoldo</b> .....	127
2.5 <b>Reforma Capanema: Ordenamento do espaço e controle pedagógico</b> .....	133
<b>3 CÍVICO, ESPORTIVO, ARTÍSTICO E FILANTRÓPICO: AS PRÁTICAS E OPERAÇÕES DE HEGEMONIA</b> .....	140
3.1 <b>Festas dos escolares festejos nacionais: as comemorações das datas de relevância nacional nos programas do Ginásio Leopoldo</b> .....	141

3.1.1 <u>Festas internas e campeonatos esportivos no Ginásio Leopoldo: a construção dos símbolos</u> .....	144
3.1.2 <u>Aniversários, Olimpíadas e Paradas Cívicas: a externalização das práticas escolares na sociedade de Iguazu</u> .....	149
3.2 <b>A Liga Pró-Educação e Bondade do Ginásio Leopoldo e a ação filantrópica como ação pedagógica</b> .....	161
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	172
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	179

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um aprofundamento de pesquisa iniciada no trabalho de conclusão de curso de licenciatura em pedagogia e se insere no campo de pesquisa de história da educação, na área de estudos sobre instituições escolares. Buscamos analisar parte da história do ensino secundário<sup>1</sup> no distrito-sede de Iguaçu a partir da investigação sobre a história do Ginásio Leopoldo, instituição particular criada com subvenção municipal, em 1930. Em pesquisa anterior, buscamos mapear a criação de instituições de ensino secundário na Baixada Fluminense nas décadas de 1930 e 1940 (ESTEVEZ, 2017). Nesta nova frente de pesquisa, diminuimos o foco delimitando o recorte na história de institucionalização do educandário em “Nova” Iguaçu, distrito-sede do município de Iguaçu.

O recorte temporal se justifica por ser 1930 o ano de instalação do Ginásio Leopoldo no distrito-sede de Iguaçu, passando este estabelecimento pelas duas reformas que pretenderam transformar substancialmente o ensino secundário em todo país. E finalizamos a pesquisa no ano de 1950, por ser o ano em que o estabelecimento começou a oferecer o segundo ciclo do curso secundário, deixando com isso de ser o “Ginásio” para se tornar o “Colégio Leopoldo”, configurando assim uma nova mudança na estruturação do estabelecimento de ensino.

O município de Nova Iguaçu fica situado na área da Baixada Fluminense, que hoje faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. Existem várias definições para o conceito de Baixada Fluminense. Para esta pesquisa utilizamos o conceito geopolítico definido por Manoel Ricardo Simões (2007), onde se considera Baixada Fluminense, os hoje municípios, antes distritos, que fizeram parte de Iguaçu e Estrela, que tiveram um passado histórico de utilização do território comum, em um primeiro momento, ligado aos portos e caminhos do ouro, e, posteriormente, ligados aos loteamentos no entorno das ferrovias (2007, p. 20-22).

---

<sup>1</sup>Para o período proposto o ensino secundário era um dos ramos do ensino médio que era o nível escolar posterior ao ensino primário, que hoje compreenderia o terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental e o ensino médio. O ensino médio era dividido em dois ciclos, que variavam a duração de acordo com o curso, e em dois ramos horizontais: o secundário, que era dividido em nível ginásial e nível colegial e o técnico-profissional (SAVIANI, 2013, p.269), este último subdividido em ensino normal, comercial, industrial, agrícola, enfermagem e serviço social (ABREU, 1955, p.279).

Figura 1—Localização de Iguazu no estado do Rio de Janeiro 1930.



Fonte: SILVA, 2017, p.06.

A bibliografia estudada aponta que a década de 1930 foi palco de muitas mudanças nos diversos setores da sociedade brasileira. A crise econômica vivenciada mundialmente em fins da década de 1920 refletiu no Brasil em uma crise na hegemonia nacional que culminou com a dita “Revolução de 1930”<sup>2</sup>. A estratégia do novo governo foi centralizar o poder para combater a crise e iniciar o processo de transição do modelo econômico de agroexportador para urbano-industrial (NUNES, 2000; PRESTES, 2000; SAVIANI,2013; FREITAS; BICCAS, 2009). Desse modo, foi se criando, a partir da década de 1930, o que Anita Prestes (2000) chamou de “burocracia civil militar”. Uma frente relativamente autônoma, tendo em vista que nenhuma parcela da sociedade se firmou na hegemonia nacional, mas, que segundo a autora tinha uma inclinação “a favorecer os interesses do empresariado industrial, de modo a garantir, através da industrialização o desenvolvimento nacional” (PRESTES, 2000, p.2).

Desse modo, as transformações ocorridas na sociedade devido a transição no modelo econômico ocasionaram mudanças em vários setores da vida social, incidindo, diretamente, nas mudanças no campo educacional. A escolarização apontada, desde a década de 1920, como o

<sup>2</sup> Que não passou de um golpe de Estado, assim concebido desde o início de sua preparação, uma crise de hegemonia dos grupos oligárquicos dominantes durante a Primeira República brasileira, em particular, aqueles ligados à produção e comercialização do café (PRESTES, 2000, p.1).

fator de “regeneração” da população, tornou-se um dos principais eixos responsáveis pelas transformações sociais que se buscava imprimir na população.

É preciso pontuar que, desde as primeiras décadas do século XX o município de Iguazu passava por uma ordenação com a finalidade do desenvolvimento das atividades agrícolas. No bojo desse projeto a educação escolar foi propagandeada como um dos principais eixos, pois integrava dois projetos concomitantes: o da recuperação econômica, através da inserção de novas técnicas de plantio e colheita e o da regeneração social, pois era através da escola que se forjaria o novo cidadão dentro dos padrões propagandeados de higiene e civilidade. A citricultura desenvolvida em Iguazu era parte da “estratégia de recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro” (DIAS, 2014, p.43).

A introdução da cultura citrícola, no início do século XX, em Iguazu, marcou o começo de um novo momento histórico. Integrado ao projeto de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro, que havia perdido a hegemonia cafeeira para São Paulo (SIMÕES, 2007, p.85), e ao projeto sanitaria, que buscava “limpar” o centro da cidade das “classes perigosas” (SIMÕES, 2007, p.91), as obras de saneamento realizadas na região viabilizaram ambos os projetos.

Em começos do século XIX, Iguazu foi elevado à categoria de “vila”, mais especificamente em 1833. Nos portos de sua região eram embarcadas as mercadorias que ali eram produzidas, as vindas do interior fluminense e de Minas Gerais, e desembarcavam mercadorias e trabalhadores destinados a esses locais, sendo, a Vila de Iguazu sede do município, localizada “as margens do porto de Iguazu e da Estrada Real” (DIAS, 2014, p. 65).

Com o advento das ferrovias, o transporte das mercadorias deixou de ser feito pelos portos e passou a ser feito nas estações ferroviárias, com isso os rios e portos perderam paulatinamente sua importância frente ao novo transporte, as povoações e comércios que se desenvolveram no entorno dos portos foram impactadas diretamente pelas obras da ferrovia. A perda de importância econômica gerou um abandono desses portos e rios que, assoreados, transbordavam causando grandes alagamentos e epidemias nessas áreas, que foram sendo abandonadas por medo das doenças e em busca da facilidade de locomoção do novo transporte. Ocorreu um grande desenvolvimento das terras do entorno da estação, enquanto as terras do entorno dos portos estagnaram-se (DIAS, 2014, p.66).

A nova dinâmica de transporte, somada às obras feitas para a implementação das ferrovias, reordenaram o território de Iguazu. Os antigos distritos de Nilópolis, São João e Merity (atual Duque de Caxias), que eram limítrofes com a cidade do Rio de Janeiro, foram, nesse dinâmica, absorvidos pela expansão metropolitana, tendo suas terras retalhadas e

vendidas afim de absorver o transbordo populacional da então capital da República. Esses distritos foram se desenvolvendo de forma “independente” do distrito-sede e da economia citrícola o que o ocasionou a partir de meados da década de 1930 o início do processo de emancipações desses distritos (DIAS, 2014, p.90-91).

De acordo Simões (2007), dois fatores contribuíram para a transferência do eixo econômico da Vila de Iguazu para o arraial de Maxambomba: o primeiro foi uma grande epidemia de cólera, ocorrida em 1855, que transferiu parte dessa população para áreas com menos incidência de inundações. O segundo fator seria a “parada de trem” da Estrada de Ferro Central do Brasil, inaugurada em Maxambomba, e a construção de um “deposito de mercadorias junto a essa parada, o que possibilita[va] a convergência da produção agrícola da região para a localidade” (SIMÕES, 2007, p. 118-119).

A mudança da sede da Vila de Iguazu para Maxambomba ocorreu em 1891, porém, o autor pontua que a mudança do nome de Maxambomba para “Nova Iguazu”, só ocorreu em 1916, com a “evolução da cultura da laranja”, onde a nova elite agrária buscou “se reafirmar como diferente da velha elite ligada a decadente ordem escravista” (SIMÕES, 2007, p. 118-119). Simões (2007) e Dias (2014) apontam que as obras de saneamento realizadas no governo Nilo Peçanha propiciaram o início do cultivo da laranja na região. A dragagem e retificação dos rios facilitava o escoamento mais rápido das águas, o que ocasionou áreas mais secas para a produção.

A citricultura começou a ser desenvolvida no distrito-sede de Iguazu (Maxambomba) em 1910, quando a região se tornou parte importante e integrante no projeto de recuperação econômica do estado, e em 1915 já havia se tornado o novo elemento da economia iguaçuana, que já exportava suas laranjas para alguns países na América do Sul.

Após as reformas urbanas no Distrito Federal a região da Baixada Fluminense ficou estigmatizada como sendo o local da insalubridade e das endemias “uma ameaça para a cidade reformada” (DIAS, 2014, p.73), um lugar que precisava da ação do poder público. Segundo Dias (2014):

O saneamento rural foi utilizado como ferramenta de intervenção, para a recuperação de regiões insalubres, pretendendo torna-las habitáveis e produtivas economicamente, além de gerar melhorias nas condições de saúde das populações. Isso posto, não apenas centros urbanos como a cidade do Rio de Janeiro, mas também os “sertões” foram alvo da agenda republicana (DIAS, 2014, p.74).

Iguazu se inseria na composição de um grupo agrário secundarizado na correlação de forças nacional, que buscava fomentar uma campanha pela diversificação dos produtos para o cultivo. Ao combater a primazia da monocultura cafeeira, defendiam a produção em

propriedades parceladas, a utilização da mão de obra nacional e a modernização dos meios de cultivo (DIAS, 2014, p.80). Os latifundiários iguaçuanos não possuíam recursos para investir na mão de obra de imigrantes estrangeiros, como ocorreu em outras partes do país, e por isso defendiam a utilização do trabalhador nacional e buscavam promover uma propaganda que fixasse essa mão de obra no campo, em oposição à sedução das “oportunidades” da cidade. Insistiam na necessidade de fazer dessa mão de obra nacional, um trabalhador produtivo, de acordo com as prescrições da agronomia (DIAS, 2014, p.69).

As doenças contraídas pela falta de infraestrutura sanitária somadas ao grande índice de analfabetismo eram alguns dos fatores que os ruralistas associavam à situação precária do trabalhador rural, sendo, em suas concepções, condição imprescindível, “reformular esse brasileiro em suas condições físicas e cognitivas” (DIAS, 2014, p.70-71), para um pleno desenvolvimento das atividades agrícolas. Nesse sentido a escola era considerada o lugar por excelência do “*saneamento moral da pátria*” responsável pela “*regeneração do país*” (MICELI, 2015, p.51. Grifos do autor). Temas como saneamento, higiene e instrução se tornaram pilares do “projeto de adaptação do território da Baixada Fluminense e de sua população ao desenvolvimento das atividades agropastoris” (DIAS, 2014, p.80).

O projeto de recuperação do estado pela atividade agropastoril, iniciada na Primeira República, teve continuidade no governo pós-1930. O governo Provisório buscou implantar as bases da industrialização com subsídios das atividades agrícolas, assim buscou-se, cada vez mais, introduzir novas formas e métodos nos processos de plantio, cultivo, colheita e armazenamento dos produtos com o fim de modernizar essa produção (DIAS, 2014, p. 323).

Desse modo todo aparato urbano desenvolvido no distrito-sede (construção e manutenção de estradas, saneamento e drenagem de áreas alagadiças, serviço de energia elétrica, criação de escolas, etc.) era em função do melhoramento da atividade agrícola nos laranjais e de seu beneficiamento para a comercialização nacional e internacional, assim “rural e urbano, no distrito-sede, confluem para um mesmo projeto ruralista de recuperação econômica pela modernização das atividades agrícolas” (DIAS, 2014, p.301).

É preciso considerar que o aumento das instituições secundárias no estado do Rio de Janeiro se deu em uma conjuntura em que se difundia nos meios de comunicação, principalmente nos jornais, as ideias de modernização e de desenvolvimento regional, o aumento no quantitativo de escolas, mesmo que ofertadas pela iniciativa privada, “era apresentado como bandeiras do progresso e da civilização” (MAIA, 2017a, p.184). Foi nesse cenário de desenvolvimento e crescimento do município com a produção citrícola, e a congregação de ações entre os poderes federal, estadual e municipal na recuperação das

atividades econômicas do estado a partir da recuperação da vocação agrícola de algumas regiões, que o Ginásio Leopoldo foi instalado em Iguazu, no início do ano de 1930.

De acordo com algumas fontes o Ginásio Leopoldo oferecia, no momento de sua instalação, os cursos de jardim de infância, primário, admissão, ginásial e comercial. Porém, no transcorrer das análises ficou evidenciado que o estabelecimento precisou se adequar as normas e prescrições do período para poder oferecer os cursos de nível secundário. O curso comercial do Ginásio foi equiparado em 1933. A inspeção provisória do curso ginásial ocorreu no ano de 1936, e a inspeção permanente só foi concedida em 1945 e, no ano de 1950, passou a oferecer o segundo ciclo do ensino secundário se tornando o Colégio Leopoldo, estabelecimento em funcionamento até os dias de hoje no município de Nova Iguazu.

De acordo com Dermeval Saviani (2007), Paolo Nosella e Ester Buffa (2006) e José Luís Sanfelice (2016) o estudo sobre a história da educação de forma ampla, e os estudos sobre a história das instituições escolares, tem crescido consideravelmente no Brasil desde os anos 1990. Segundo esses autores, esse crescimento foi propiciado por dois fenômenos ocorridos no período, a saber: a consolidação da pós-graduação no país, que levou a uma maior institucionalização da pesquisa acadêmica, e o estímulo favorável de uma possível crise de paradigma no campo da produção do conhecimento. Esses fatores propiciaram um pluralismo epistemológico e temático, privilegiando o estudo de objetos singulares, mudando o campo da produção dos conhecimentos históricos, ocasionando o que alguns autores chamaram de “fragmentação” ou especialização desta produção (SANFELICE, 2016, p. 18).

Nosella e Buffa (2006) apontam três momentos de desenvolvimento de pesquisas em história da educação no Brasil. O primeiro momento “situado nas décadas de 1950 e 1960” momento esse “anterior a criação dos programas de pós-graduação” e de acordo com eles foi incentivado pela criação dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) “criados pelo INEP, na gestão de Anísio Teixeira”. O segundo período situou-se nas décadas de 1970 e 1980, durante o governo militar e “foi marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação”, os autores apontam dois fatores que qualificam esse momento: “a escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares” (NOSELLA; BUFFA, 2006, p. 01-02). E segundo eles:

O terceiro momento do desenvolvimento dos estudos históricos da educação inicia-se nos anos 1990 e caracteriza-se pela consolidação da pós-graduação. É teoricamente marcado pela chamada crise de paradigmas. Propõe-se, então, o pluralismo epistemológico e temático e privilegia-se o estudo de objetos singulares. O aspecto positivo dessa fase, que perdura ainda hoje, é representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa (NOSELLA; BUFFA, 2006, p.03).

Desse modo, entendemos com Sanfelice (2016) que “o estudo da história de uma instituição escolar é o estudo de um objeto singular”, porém entendemos, também, que “nenhuma instituição escolar tem o sentido da sua singularidade explicitado se tomada apenas em si mesma” (2016, p.29). O autor coloca que a relação entre escola e sociedade é uma relação dialética, ou seja, é uma condição recíproca pois “assim como uma determinada sociedade foi a condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é a condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção” (NOSELLA; BUFFA, 2006, p.10).

Os autores supracitados nos mostram que a preocupação do pesquisador quando investiga uma determinada instituição escolar não deve ser apenas “registrar o passado e/ou presente por meio de uma narrativa baseada em fontes”. De acordo com eles o pesquisador deve “compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade” sabendo que está se utiliza das instituições escolares como um espaço privilegiado para executá-la, entendendo que “a singularidade das instituições educativas mostra e esconde como ocorreu e/ou ocorre o fenômeno educativo escolar de uma sociedade” (SANFELICE, 2016, p. 28).

Dias (2014) comenta que há uma extensa produção sobre a história da educação para o estado do Rio de Janeiro, contudo, essas pesquisas estão voltadas para a sede administrativa dos períodos colonial e imperial ou, posteriormente, sobre o Distrito Federal enquanto capital da República (DIAS, 2014, p.23). Encontramos em nosso levantamento inicial grande número de trabalhos que se debruçaram sobre os diversos aspectos do Colégio Pedro II, que trazem ao debate as práticas desenvolvidas no colégio (ANDRADE, 1999; CUNHA JUNIOR, 2002; GALVÃO, 2009; GOELLNER, 2010; RODRIGUES, 2017; SOARES, 2017), a análise de disciplinas (ALVES, 2009; XAVIER, 2010; GUSSI, 2011; BRITO, 2012; DEZERTO, 2013; BARBOSA, 2015; GARCIA 2015; FREIXO, 2015; SOARES, 2015), do corpo docente (DIAS, 2008; SOARES, 2014; MENDONÇA, 2015; PATROCLO et. al. 2015; MENDONÇA et. al. 2015; FREUND, 2018) e do corpo discente (HAUER, 2015).

Encontramos também no levantamento inicial os trabalhos sobre o Instituto de Educação do Rio de Janeiro (LOPES, 2005; 2008; 2014; 2016); trabalho sobre o Instituto Nacional de Surdos (BENTES; HAYASHI, 2016) e sobre a implementação de ginásios experimentais no Rio de Janeiro na década de 1960 (FARIA, 2016).

Contudo, notamos que as produções sobre a história da educação das áreas circunvizinhas dessa localidade são muito escassas e, ainda mais escassas as produções sobre a história da educação nos municípios que hoje formam a Baixada Fluminense. O que encontramos de produções sobre a história da educação na Baixada Fluminense são os trabalhos

de Ana Chrystina Venancio Mignot (1995, 2002), de Ana Maria Alexandre Leite (2002), de Ana Lima, Emily Gonzales, Flávia Coutinho (2002), de Júlio Cesar Paixão Santos (2008), de Vilma Corrêa Amâncio da Silva (2008), de Dalva Lazaroni (2010) e de Vinicius Kapicius Plessim (2017) sobre a Escola Regional de Meriti.

Os trabalhos de Isabela Bolorini Jara (2017) sobre o processo de funcionarização dos professores primários em Iguaçu, o trabalho de Marcia Spadetti Tuão da Costa (2017) sobre o Patronato São Bento. Os trabalhos de Jordânia Guedes (2012) e Amália Dias (2014), que são significantes ao analisarem os processos de escolarização no município de Iguaçu, no período imperial e republicano, respectivamente. Encontramos também, trabalhos sobre instituições de ensino secundário em municípios vizinhos ao atual município de Nova Iguaçu.

Antoniette Camargo de Oliveira (2012) buscou analisar a influência alemã na história da educação brasileira, através do estudo da trajetória e das ações das Irmãs Franciscanas de Dilligen, Congregação feminina alemã, que veio para o Brasil na segunda metade da década de 1930 e cujo a ação se concentrou mais especificamente na área educacional e de assistência. Para o estudo da ação educacional franciscana, a autora toma como objeto de pesquisa os Colégios Santa Maria (1940) e Santo Antônio (1942), localizados em São João de Meriti e Duque de Caxias, respectivamente, criados e dirigidos pelas irmãs até a atualidade.

Stélio Lacerda em seu livro “Tempos de Ginásio: memórias” (2010), buscou fazer uma “reconstrução da Duque de Caxias dos anos 1950/1960”, através das suas memórias e de seus companheiros ginásianos que estudaram no então Ginásio Duque de Caxias. O autor sinaliza que o livro não é uma “história daquele conceituado colégio” e sim “reminiscências de um ex-aluno e ex-integrante de seu corpo docente” (LACERDA, 2010, p.10).

Acerca do objeto de pesquisa, encontramos dois trabalhos que contribuiram para a pesquisa sobre o Ginásio Leopoldo, os trabalhos de Anaise Nascimento (2016) e de Amália Dias (2014).

Nascimento (2016), em sua dissertação de mestrado buscou compreender a importância de Leopoldo Machado Barbosa no projeto de unificação do movimento espírita brasileiro. Utilizou-se dos acervos da família de Leopoldo e da escola criada por ele, dos livros publicados e dos periódicos para qual ele escrevia para traçar a trajetória desse educador espírita. A autora situa a instalação do Ginásio Leopoldo com o contexto de expansão de Iguaçu proporcionado pela valorização da produção laranjeira que propiciou alguns melhoramentos no município e mais especificamente no distrito-sede. A ampla divulgação nos periódicos da capital sobre o progresso da localidade atraiu diversos migrantes tanto do entorno da região quanto de áreas mais longínquas, a autora situou o fundador do Ginásio como um “estrategista” que percebe em

Nova Iguaçu um ambiente propício para crescimento e expansão. O trabalho de Nascimento (2016) nos auxilia na tentativa de vislumbrar as redes de sociabilidade do proprietário do Ginásio e, também, nas possíveis motivações que o levaram a instalar o estabelecimento em Iguaçu.

Dias (2014) situa o ensino secundário em Iguaçu como parte do processo de escolarização do município e como esses estabelecimentos eram tidos como melhoramentos para a cidade e se serviam dessa condição para irem se institucionalizando no local. Algumas dessas instituições foram criadas através de contendas e rivalidades entre os proprietários das escolas. O Ginásio Leopoldo recebeu “atenção especial” do periódico local *Correio da Lavoura*. Este estabelecimento foi exaltado como grande símbolo de progresso para o município se tornando “componente que valorizava a cena urbana” (DIAS, 2014, p.274), porém, mais do que valorizar o cenário da cidade, essas escolas agiam como organizadoras da cena, ou seja, a função social que se atribuiu a escola era a de organizadora da cultura de modo que estas deveriam “interagir e intervir com esse espaço, educando-o e aos seus habitantes, em novos códigos de conduta e sociabilidade” (DIAS, 2014, p.275).

Desse modo a pesquisa pretende contribuir para o debate acerca da história e historiografia da educação sobre o atual município de Nova Iguaçu, no período delimitado (1930-1950), tendo em vista que investigar os processos de escolarização de um determinado lugar implica em trazer a lume os processos, as políticas e os jogos de força que o produziram. Essa é uma perspectiva que está de acordo com Faria Filho e Bertucci (2009), quando apontam que a escola não age apenas internamente, pelo contrário, ela tem uma atuação social que vai muito além dos seus muros.

A partir da sua inauguração o Ginásio Leopoldo passou a ter um lugar de destaque na cena da cidade iguaçuana. Fisicamente, o prédio se localizava numa área central da cidade; subjetivamente, percebemos que o Ginásio moldava a sociedade do seu entorno, ao participar de eventos festivos e/ou cívicos da cidade, estando sempre em lugar de destaque nas apresentações e nas notícias dos periódicos. Assim, mais do que instruir os seus alunos matriculados, o Ginásio, sua disciplina e seus métodos de organização eram levados a toda sociedade do seu entorno. Desse modo, temos como problema a ser investigado se as práticas do Ginásio Leopoldo interferiram, contribuíram, ou não, no novo ordenamento social que se buscava imprimir em Iguaçu.

No tocante à sua atuação interrogamos como esta instituição interferiu sobre o espaço público, e como/se o Ginásio Leopoldo foi atuante no esforço pelo novo ordenamento social que se buscava imprimir. Para essa empreitada trouxemos como questionamentos a serem

respondidos pela pesquisa: Como se deu a inserção e a institucionalização do Ginásio Leopoldo no distrito-sede de Iguaçu? De que forma as reformas educacionais do período influenciaram a dinâmica de funcionamento do educandário? Quais as agências sociais envolvidas no processo de institucionalização do Ginásio Leopoldo e como se deu sua atuação sobre o espaço público local?

Assim, o objetivo central da pesquisa foi investigar como se deu a inserção e a institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu, através da investigação acerca da instalação do Ginásio Leopoldo, e quais foram as forças atuantes nesse processo tendo em perspectiva que as pesquisas sobre história de instituições escolares buscam explicitar a relação que estes estabelecimentos criam com a sociedade do seu entorno, ou seja, a ação além dos seus limites físicos.

Para tal empreendimento definimos como objetivos específicos: investigar a fundação e a constituição dos quadros docentes, discentes e administrativos do Ginásio Leopoldo, buscando compreender os fatores que levaram a sua instalação em uma região voltada para a agricultura e a quem esse estabelecimento atendia. Analisar as interações do Ginásio com a dinâmica da legislação educacional do ensino secundário, examinando os macros relações políticas e sociais, tendo em vista que para o período proposto o ensino secundário passou por duas reformas importantes. Investigar as interações do Ginásio Leopoldo com a dinâmica da sociedade local, ou seja, sua ação além dos muros da escola, buscando compreender as ligações deste estabelecimento com outras instituições públicas ou particulares, e também sua relação com a população de Iguaçu.

Temos como hipótese que a instalação do Ginásio Leopoldo foi, no contexto de sua instalação, um símbolo de modernização do município, que florescia juntamente com os laranjais. E que posteriormente a Revolução de 1930, e as reformas educacionais instauradas, a finalidade do secundário foi alterada, e muito além de modelar os educandos que chegavam a esse nível de ensino, as práticas desenvolvidas teriam que moldar dentro dos ideais de nacionalismo e civismo, a sociedade de seu entorno.

Para leitura do objeto de pesquisa em um sentido alargado, ou seja, nas suas múltiplas relações, utilizamos o conceito de “Estado Ampliado” (FONTES, 2006; COUTINHO, 2011; MENDONÇA, 2013; MENDONÇA, 2014) de Antonio Gramsci, onde o Estado resulta da articulação dialética entre sociedade política e sociedade civil. Sendo a sociedade política, ou Estado restrito, “o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção” (COUTINHO, 2011, p.25). Segundo Carlos Nelson Coutinho (2011) a sociedade política seria definida como:

[...] o aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (COUTINHO, 2011, p.26).

E, a sociedade civil designa “o conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’”, no sentido da adesão voluntária de seus membros (MENDONÇA, 2014, p.35). A sociedade civil é a responsável pela construção e difusão das ideologias, é nela também, que se materializa a “arena da luta de classes, onde as diversas frações de classe lutam em prol de conquistar aderência a seus projetos, a fim de que eles se tornem hegemônicos” (COUTINHO, 2011; MENDONÇA, 2014).

Assim, os aparelhos privados de hegemonia são os organismos por onde são organizadas as vontades coletivas, esses organismos podem ser tanto de grupos dominantes quanto de grupos dominados. Os principais aparelhos destacados pelos autores são as igrejas, as associações privadas, os sindicatos, as escolas, os partidos e a imprensa. Segundo eles é através desses aparelhos que são moldadas as vontades coletivas, e através do qual se “irradiam formas de convencimento” (COUTINHO, 2011; MENDONÇA, 2013; 2014).

No pensamento de Gramsci, a luta pela hegemonia não se constitui apenas em “uma luta entre visões de mundo, mas igualmente uma luta entre as agências que dão suporte material a essas ideologias, articulando o consenso das grandes massas” (MENDONÇA, 2013, p.20). Desse modo, entendemos a escola como um aparelho privado de hegemonia, na qual se busca imprimir o consenso através do convencimento, da adesão voluntária e não pelo uso da força. No conceito de Estado Integral ou Estado Ampliado em Gramsci, entende-se que sociedade política e sociedade civil são partes indissociáveis que formam o Estado, sendo possível sua separação apenas para fins analíticos, porém suas relações estão intimamente imbricadas (COUTINHO, 2011; MENDONÇA, 2013; MENDONÇA, 2014).

Assim, considerando a história política do Estado e a história local de Iguazu no pós-1930, buscamos compreender como os projetos de sociedade permearam a proposta de institucionalização do Ginásio Leopoldo, sua função social enquanto escola e a função dos níveis de ensino que ofertou, com ênfase sobre o ensino secundário. No entendimento que a escola é um recurso de organização da sociedade, buscamos investigar como os projetos de hegemonia se apresentaram no projeto de escolarização do Ginásio Leopoldo para a sociedade iguaçuana.

Utilizamos como fontes de pesquisa o acervo privado do Colégio Leopoldo, o acervo do Periódico *Correio da Lavoura* e o Relatório publicado em livro “O Sistema educacional

fluminense: Uma tentativa de interpretação e crítica – 1955” de Jayme Abreu<sup>3</sup>. Contudo, entendemos esses documentos não como fiéis transcrições do passado, ou como “os próprios sujeitos históricos”, os entendemos “como produtos de pessoas reais, que expressam projetos, concepções e tensões vividas por elas” (KUHLMANN JR; LEONARDI, 2017, p.211).

O relatório Sistema Educacional Fluminense foi produzido no âmbito da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), criada no Ministério de Educação e Cultura (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O objetivo da Campanha era “retratar, medir e avaliar a realidade educacional brasileira” buscando “descrever aspectos gerais do sistema educacional” (ABREU, 1955, p.11). O relatório, publicado em 1955, traz um panorama da educação escolar no estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1930, 1940 e do início da década de 1950, e nos possibilitou vislumbrar a situação educacional do estado, número de escolas, situação dos docentes, matrículas por região, déficit educacional, situação dos estabelecimentos etc.

Nessa perspectiva dos investimentos do INEP em pesquisa educacional, Anísio Teixeira prefaciava a obra como uma “monografia” realizada pelo professor Jayme Abreu, caracterizando o estudo de “grande riqueza informativa”, tendo realizado um “exame de conjunto do sistema estadual de educação e do meio econômico e social” (ABREU, 1955, p.05). No referido livro Abreu, além de apresentar a situação educacional no estado do Rio de Janeiro nos seus diferentes níveis e nas diferentes regiões designadas por ele como “Zonas Ecológicas”, o autor traz uma densa crítica a toda rede escolar fluminense e a legislação que as regia.

Contudo é preciso considerar que Abreu, assim como Anísio Teixeira, faziam parte do grupo dos signatários da Escola Nova, intelectuais que ficaram conhecidos como “renovadores” e que vinham disputando espaço no cenário educacional desde as primeiras décadas do século XX, tendo sua atuação minimizada com a implementação do Estado Novo (1937-1945). Após o término do período ditatorial e com redemocratização do país, as forças políticas e sociais voltaram a se organizar, e com a promulgação da nova Constituição 1946, o debate acerca da construção das Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe de volta à cena os atores na disputa pela hegemonia no cenário educacional nacional (SAVIANI, 2013, p.281).

Assim o trabalho de Abreu nos auxiliou na compreensão do cenário educacional do estado nas diferentes áreas delimitados por ele, onde apresenta não só a questão educacional,

---

<sup>3</sup> Jayme Abreu (1909-1973) atuou como inspetor do ensino secundário na Bahia na década de 1930 e nos anos de 1940 atuou na gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação da Bahia. Foi diretor executivo da CILEME e acumulou, a partir de 1955, o posto de Diretor Executivo do INEP com a chefia da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE.

mas, também, apresenta um panorama das condições sociais e econômicas. Ao apresentar os dados sobre os números de estabelecimentos e seus mantenedores, dados sobre acesso e permanência nos diferentes ramos e níveis de ensino, as condições do professorado, emergem, principalmente, dados a respeito do crescimento da rede privada do ensino secundário, o que nos possibilitou fazer uma leitura do nosso objeto de estudos dentro de um contexto mais amplo.

Outra fonte utilizada nessa pesquisa foi o arquivo privado do Ginásio Leopoldo que se encontra disponível nas dependências do atual Colégio Leopoldo, e é constituído de documentação diversa. Esses documentos estão diretamente relacionados com o funcionamento da instituição que se buscou investigar e se constituem como importantes “fontes para reconstruir o itinerário da instituição escolar” (MOGARRO, 2005, p.77-78). Nailda Marinho da Costa Bonato (2005) pontua que o arquivo escolar vem se constituindo como fonte privilegiada para a reconstrução e compreensão do fenômeno educativo. A autora define arquivo escolar como “um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas” (BONATO, 2005, p.196). Assim essa fonte nos permitiu visualizar o interior do Ginásio, sua constituição, os sujeitos envolvidos na instalação e institucionalização dessa instituição, nos permitiu, também, conhecer as relações externas do Ginásio e quais atores sociais contribuíram para sua efetivação no cenário iguaçuano.

Utilizamos, o periódico local *Correio da Lavoura*, disponível pra consulta no Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro<sup>4</sup> (RIMA-UFRRJ). Criado em 1917, pelo capitão Silvino Hipólito de Azeredo, que defendia em seu jornal as bandeiras da lavoura, higiene e instrução. Em levantamento para trabalho anterior identificamos grande número de reportagens nesse periódico sobre a situação educacional do município, e em particular encontramos a partir da década de 1930, muitas reportagens sobre o Ginásio Leopoldo. Fizemos, assim, um mapeamento das reportagens sobre o Ginásio entre as décadas de 1930 a 1950, e posteriormente essas reportagens foram selecionadas e transcritas. Encontramos reportagens a respeito do Ginásio antes mesmo dele ser inaugurado, e diversas propagandas onde os articulistas enalteciam o estabelecimento e solicitavam a população que matriculassem seus filhos. Posterior a sua inauguração, todos os eventos ocorridos no Ginásio Leopoldo ou que este fizesse parte eram noticiados pelo *Correio da Lavoura*.

---

<sup>4</sup> O acervo do *Correio da Lavoura* encontra-se digitalizado e disponível para consulta no site do Repositório Institucional do IM-UFRRJ: <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/5> Acesso em: 25jan2020.

Essas reportagens nos permitiram, juntamente com o acervo do Ginásio, conhecer aspectos de sua criação e institucionalização no distrito-sede de Iguazu, nos permitiu também vislumbrar como esse órgão social visualizava essa nova instituição instalada no município. Porém entendemos com Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) que a imprensa não é neutra, e sim uma força social que busca modelar as “formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais” (2007, p.258). Buscou-se assim analisar a articulação do jornal com o processo histórico local, “com a conjuntura social e política, com os movimentos e formações sociais com que ele se articula[va] mais diretamente” (KUHLMANN JR; LEONARDI, 2017, p.214).

Nesta direção buscou-se analisar a função atribuída as instituições escolares no período proposto entendendo instituições a partir de Saviani (2007), como algo que não é dado, mas “criado, posto, organizado, constituído pelo homem” a fim de atender a alguma necessidade. Para o autor as instituições são “unidades de ação” que:

Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pela relação entre os homens, como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (SAVIANI, 2007, p.05).

O processo de escolarização, ou seja, a forma institucional de educação foi marcada por processos de tensões com modelos educativos já existentes. A reforma da sociedade que se buscou imprimir na população, ao longo do século XX, passava, obrigatoriamente pela reforma da escola. De acordo com Faria Filho e Bertucci (2009, p.13) “acreditou-se, e ainda se acredita muito, que as transformações sociais no Brasil dependem, em última instância, da capacidade da escola em tornar disciplinadas, ordeiras e trabalhadoras as crianças pobres”. Entendemos com os autores que os processos de escolarização consistem no estabelecimento de processos e políticas relativas “à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais” que atendem a determinados níveis educacionais, se configurando a escola como uma forma específica “de socialização da infância e da juventude”. Desse modo a escola se tornou o local privilegiado de “articulação e divulgação” das representações sociais produzidas, agindo de forma ampliada na sociedade funcionando como “uma instituição que produz, divulga e legitima identidades, competências e modos de vida, ao mesmo tempo em que deslegitima outros” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.14).

Desse modo entendemos que a escola cumpre um importante papel na organização social da cultura, e seus diferentes níveis ganham maior destaque em contextos diferentes. Para

o contexto aqui delimitado o ensino secundário teve particular atenção por parte do novo governo, firmou-se nas décadas de 1930 e 1940 o que alguns autores chamaram de “Estado educador” (ROCHA, 2000; NUNES, 2000; DALLABRIDA; SOUZA, 2014). As duas reformas direcionadas a esse nível de ensino foi uma demonstração da importância que lhe foi atribuída no período. Se anteriormente o ensino secundário era caracterizado por cursos preparatórios e exames parcelados, sua configuração foi totalmente reestruturada após a Revolução de 1930.

Contudo, apesar da importância adquirida pelo ensino secundário no período, o investimento público nesse nível de ensino não se fez na mesma proporção. Segundo Rocha (2000) a Reforma Francisco Campos ao mesmo tempo em que deu organicidade ao ensino secundário, impondo-lhe obrigatoriedade e seriação graduada, também liberou este nível de ensino para a iniciativa privada, através da concessão da equiparação ou reconhecimento oficial (ROCHA, 2000, p. 34). Apesar do grande crescimento na oferta do ensino secundário nas décadas de 1930 e 1940 (ROCHA, 2000; DIAS, 2008; DALLABRIDA, SOUZA, 2014) essa oferta não veio do Estado, a oferta do ensino secundário ficou a cargo da iniciativa privada, confessional ou laica, porém o funcionamento desses estabelecimentos estava condicionado à obediência as determinações legais advindas do Governo Federal.

Nesse sentido buscamos compreender a criação e institucionalização do Ginásio Leopoldo em Iguazu, não apenas em seu sentido particular, mas em consonância com a dinâmica estadual e nacional, tendo o lugar como posição de análise. Luciano Mendes de Faria Filho (2009) sinaliza que ideia de região é utilizada como “estratégia de mobilização política, de homogeneização cultural, de produção de identidades e de classificação social”, e assinala que devemos lidar com essa noção “não como uma realidade a qual vamos estudar”, mas como “o resultado de operações políticas e, por que não, acadêmicas, que fundam essa mesma realidade e condicionam o modo de seu entendimento” (2009, p.63). Compreendemos a partir do autor, que nenhuma instituição expressa o sentido de sua identidade na “generalidade do universal, mas sim na particularidade da sua experiência numa região determinada” (FARIA FILHO, 2009, p. 62). Desse modo buscamos apreender na particularidade da experiência em uma determinada região as proporções generalizadas pelas reformas implementadas no período.

Assim, para conhecer a história da instituição e em consonância com os referenciais teórico-metodológicos adotados nesta pesquisa buscamos indagar: “o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si e para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? [...] qual o sentido do que foi instituído?” (SANFELICE, 2016, p.29).

Em função das questões e dos objetivos da pesquisa, organizamos os resultados de pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o processo de instalação do

Ginásio, principalmente pela cobertura realizada pela imprensa local. Buscamos apresentar a trajetória dos integrantes da família Machado Barbosa, que saíram de Salvador em meados dos anos 1920 e vieram para então capital federal em busca de melhores oportunidades. Nesse processo foi possível observar a rede de sociabilidade que o levou e o manteve em Iguaçu. Nesse sentido buscamos conhecer os sujeitos envolvidos no processo de instalação do Ginásio e os sujeitos que o constituiu.

No segundo capítulo, examinamos a instituição e o seu funcionamento em face das normas sobre o ensino secundário, a legislação e o serviço de inspeção escolar, a partir do cotidiano do Ginásio. Buscamos apresentar a história singular do Ginásio com o processo mais amplo de expansão do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro, expansão essa que ocorreu através da iniciativa privada, porém, com subsídios do poder público. Analisamos as mudanças que o estabelecimento precisou se adaptar em face das duas legislações que regularam o secundário, a fim de obter e manter a oficialização federal.

No terceiro capítulo, concentramos a atenção sobre as práticas do Ginásio que promoveram sua interação “para além dos muros da escola”, onde observamos como as atividades cívicas, esportivas, filantrópicas conformaram a presença do Ginásio na cena da cidade, ritualizando diversas práticas que buscava disseminar na sociedade. Notamos que essas práticas foram sendo construídas ao longo dos anos pelo Ginásio, mesmo antes das prescrições legais, pautada no sentido de educação defendido dentro da doutrina espírita, e que posterior a implantação do Estado Novo as práticas escolares desenvolvidas dentro do educandário ganharam cada vez mais espaço no cenário municipal.

## 1 GINÁSIO LEOPOLDO: “UM SURTO GRANDE DE PROGRESSO PARA NOVA IGUASSÚ”

Nesse capítulo apresentamos como se deu a instalação do Ginásio Leopoldo no distrito-sede de Iguaçu. Por meio das reportagens do periódico *Correio da Lavoura* foi possível apreender em que condições o Ginásio foi criado. A relação entre público e privado fica explícita nas reportagens sobre a instalação do Ginásio, sempre aparecendo em destaque a subvenção da prefeitura ao estabelecimento.

Cabe observar que as instâncias governamentais – ao se eximirem da construção de escolas secundárias públicas –, implementavam aparatos legais para subsidiar a iniciativa privada, proporcionando a estes estabelecimentos isenções de impostos e concessões de créditos. Esses incentivos eram concedidos visando uma forma de equipar a cidade com aparelhamentos urbanos que eram tidos como símbolos da modernidade, assim a cidade se utilizava desse estabelecimento para propagar sua modernização (DIAS, 2014, p.420).

Entendemos que a criação do Ginásio tem relações com o momento histórico pelo qual passava o município, e, principalmente, o distrito-sede, onde um projeto ruralista buscava a utilização do local para a produção e exportação de laranjas, e onde os melhoramentos urbanos eram vistos como símbolos do progresso local.

### 1.1 “Ensinar educando e educar ensinando”: a instalação do Ginásio Leopoldo em Iguaçu

#### 1.1.1 De Salvador para Rio de Janeiro: trajetória da família Machado Barbosa

Dada a centralidade da figura do fundador do Ginásio, Leopoldo Machado Barbosa, nas notícias sobre a criação do Ginásio, procuramos organizar algumas informações sobre sua trajetória de vida e sua chegada em Iguaçu com sua família, figuras centrais na criação, instalação e desenvolvimento do estabelecimento de ensino.

Leopoldo Machado de Souza Barbosa nasceu em 30 de setembro de 1891, em Cepa Forte (hoje Jandaíra) município litorâneo do estado da Bahia. Filho de Eulálio de Souza Barbosa e Anna Izabel Machado Barbosa, mestiço de ascendência negra por parte de seu pai. Não foi possível identificar a posição ocupada por ele na relação dos seis filhos do casal. Identificamos, apenas, que a caçula e única mulher era Leopoldina Machado Barbosa, dezoito anos mais nova que Leopoldo, irmã que ele criou como filha (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

De acordo com Jurandyr Castro (2013), Leopoldo estudou pouquíssimo tempo no ensino primário, pois precisou sair da escola para ajudar a manter a casa, pois seu pai, perseguido político na Bahia, fugiu quando ele ainda era criança. Passou a estudar sozinho, se tornando assim um autodidata. Era católico na pré-adolescência, e, após decepcionar-se com os misticismos e dogmas da Igreja, afastou-se por um longo tempo de qualquer religião, até conhecer José Pititinga, presidente da União Espírita da Bahia na época, seu iniciador no espiritismo. Nessa época Leopoldo dividia-se entre o trabalho nas docas, durante o dia, e a noite se transformava no “secretário do Grêmio Literário da Bahia”, onde colaborava com as revistas locais, com o pseudônimo de “Jeuville Olivier”, exercendo, ainda em Salvador, os ofícios de “educador, escritor, contista, poeta” (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019). Através de Pititinga, Leopoldo conheceu Manuel Quintão – presidente da Federação Espírita Brasileira (FEB), homem que o ajudaria a fixar-se no Rio de Janeiro (CASTRO, 2013).

No início da década de 1920, Leopoldo mudou-se para o Rio de Janeiro, juntamente com sua mãe, Anna Izabel Machado Barbosa, seu irmão José de Calazans e sua irmã Leopoldina Machado Barbosa. No Rio de Janeiro foi apresentado por Manuel Quintão ao Almirante Paim Pamplona, diretor-proprietário do Colégio Nacional, no Méier, que lhe ofereceu trabalho em seu colégio, e posteriormente, quando Pamplona abriu uma filial de seu colégio em Paraíba do Sul, Leopoldo se tornou o diretor do estabelecimento, mudando-se para o local com sua família (CASTRO, 2013).

De acordo com as fontes analisadas há diferentes versões para a mudança de Leopoldo e sua família para Iguazu. Na versão divulgada no site do atual Colégio Leopoldo<sup>5</sup>, e, na bibliografia encontrada (NASCIMENTO, 2016) a mudança de Leopoldo para Iguazu teria sido motivada pelo convite do coronel Alberto Mello, prefeito local eleito no pleito de 1929, para abrir em Iguazu uma escola secundária. Pelo exposto nas fontes, a motivação do convite seria que os filhos do político haviam estudado com Leopoldo e, também, por não haver no município estabelecimento desse nível de ensino (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Outra versão para a mudança para Iguazu teria sido, de acordo com entrevista de sua irmã, Leopoldina Machado Barbosa, (entrevista disponível também no site do Colégio), ocasionada por “problemas pedagógicos” enfrentados por Leopoldo em sua direção no Colégio Nacional em Paraíba do Sul. De acordo com o relato teria ocorrido algum desacordo entre o diretor do educandário e os clientes do estabelecimento “uma vez que Leopoldo sempre primou

---

<sup>5</sup> Site do Colégio Leopoldo. Disponível em <http://www.colegioleopoldo.org.br/nossamemoria.html> acesso em 28 dez. 2019.

por uma educação de qualidade” e defendia que a escola não era “balcão de ensino” (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019). Nessa direção, Leopoldo voltou com a família para o Rio de Janeiro, e, mais uma vez foi auxiliado por seu amigo Manuel Quintão que lhe apresentou o cirurgião dentista Francisco Pimenta, que abraçou a ideia de instalar um estabelecimento de ensino secundário na localidade e ajudou Leopoldo a encontrar o espaço para a instalação do Ginásio (CASTRO, 2013; COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

O Ginásio Leopoldo foi instalado em Iguaçu em fevereiro de 1930, e consta nas fontes como seus fundadores: Leopoldo Machado Barbosa, sua esposa, Marília Ferraz de Almeida Barbosa, sua irmã, Leopoldina Machado Barbosa, e sua mãe, Anna Izabel Machado Barbosa (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019). Não encontramos dados específicos sobre a trajetória de sua mãe, apenas um apontamento de Leopoldina, onde está dizia que sua “mãe não tendo instrução, auxiliou com muito carinho na limpeza do estabelecimento” o que nos evidencia que cada um dos integrantes da família fundadora do Ginásio auxiliou como pode no empreendimento que se iniciava.

Leopoldina Machado Barbosa, irmã caçula de Leopoldo, nasceu em 16 de fevereiro de 1910, em Salvador. Iniciou e concluiu os estudos primários e a formação de professores ainda em Salvador, no “Colégio Olavo Bilac, sob a direção e propriedade de Leopoldo”, o que nos demonstra que a trajetória como educador de Leopoldo se iniciou ainda em sua terra natal. Contudo, pelos relatos de sua irmã “Leopoldo não via em Salvador os horizontes desejados e sempre falava do Rio como a capital cultural brasileira, onde poderia continuar seu trabalho já de educador, escritor, contista, poeta”. Mudou-se com os irmãos e a mãe para o Rio de Janeiro em 1922, com 12 anos de idade, cursou o “antigo Bacharel em Ciências e Letras, no Colégio Nacional, no Méier” colégio no qual Leopoldo lecionava e era dirigido pelo Almirante Paim Pamplona (COLEGIO LEOPOLDO, 2019).

Quando seu irmão foi transferido para dirigir um colégio em Paraíba do Sul, o acompanhou e teve então seu primeiro emprego neste estabelecimento onde exerceu as funções “na secretaria, recepção, portaria, enfim em todos os locais onde sua presença se fizesse necessária” permaneceram em Paraíba do Sul por três anos, retornando ao Rio de Janeiro no ano de 1929, pelos motivos já explicitados (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Casou-se em 1939, com o professor e, por alguns anos, diretor técnico do Ginásio Leopoldo, Newton Gonçalves de Barros. Deste enlace matrimonial nasceram seus quatro filhos: Ney Alberto, Maria de Nazareth, Newton Leopoldo e Paulo de Tarso, sendo este último o atual diretor do Colégio Leopoldo. Leopoldina exerceu, também no Ginásio Leopoldo, diversos cargos, tais quais secretária, professora primária, professora de datilografia, conselheira

pedagógica, e posteriormente, após a morte de sua cunhada e seu irmão, se tornou “gerente geral e principal acionista” do estabelecimento (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Marília Ferraz de Almeida Barbosa, ou “Mãe Marília” como se tornou conhecida em Iguazu pelas obras de caridade que desenvolveu juntamente com seu marido Leopoldo, nasceu no Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1910, filha de Simpliciano Augusto de Almeida e Luiza Marcondes Ferraz de Almeida. Primogênita de 14 irmãos foi morar em Salvador ainda na infância com a família. Por motivo de doença de sua mãe, teve que assumir o lar aos 10 anos, passando a cuidar da casa e dos irmãos mais jovens (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Não encontramos informações sobre o processo de formação educacional de Marília, apenas que ela havia recebido de seus pais uma “educação aprimorada” (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019), e, que começou a lecionar ainda em Salvador, lugar onde conheceu Leopoldo. Porém, “nada houve [entre eles] naquele período” e reencontraram-se no Rio de Janeiro, onde vieram a se casar no dia “29 de dezembro de 1927”, indo morar e trabalhar em Paraíba do Sul, juntamente com seu marido (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Foi fundadora, juntamente com seu marido, cunhada e sogra, do Ginásio Leopoldo, e junto com marido participou de obras e eventos espíritas. Estava ao seu lado em viagens afim de divulgar os dogmas e unificar a religião, foi participante ativa na criação de obras de caridade como o Lar de Jesus – abrigo para meninas órfãs em Iguazu – e também, do albergue noturno “Allan Kardec” que funcionava nos fundos do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, no qual ambos, tanto Marília quanto Leopoldo, foram presidentes (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Foi possível apreender com a exposição acima que o Ginásio Leopoldo era um empreendimento familiar, onde cada membro colaborou como pode. Mas além da colaboração familiar, e da ajuda de amigos espíritas que o auxiliaram na chegada ao Rio de Janeiro e posteriormente à Iguazu, Leopoldo soube construir uma rede de conhecimento e apoio na cidade que se tornaria seu novo lar.

Não foi possível verificar se em Iguazu a rede de sociabilidade construída por Leopoldo era ou não composta por adeptos do espiritismo, se haviam espíritas em cargos políticos ou de destaque na sociedade iguaçuana, pois tal empreendimento demandaria maior fôlego e mais tempo de pesquisa. Porém ao longo da pesquisa foi possível perceber alguns indícios da importância do ideário espírita na atuação educacional de Leopoldo, e, ainda, a emergência de algumas disputas no que tange a relação com o pároco da igreja matriz de Santo Antônio. No tópico a seguir buscamos investigar a rede de sociabilidade criada por Leopoldo e como/se essa

rede contribuiu para a fixação da família Machado Barbosa e para legitimação do Ginásio Leopoldo no cenário de Iguçu.

### 1.1.2 Rede de sociabilidade e contendas religiosas: fixação no território iguaçuano

Dentro do aporte teórico-metodológico utilizado nessa pesquisa entendemos que nas sociedades capitalistas a relação entre escola e sociedade é uma relação dialética, ou seja, “a escola pode ser entendida como produtora e produto da sociedade” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p. 19). Nesse sentido de ser “produtora e produto” compreendemos com Saviani (2007) que as instituições de uma forma geral, e as instituições escolares de forma específica, são “necessariamente sociais” tanto “pela relação entre os homens” que as constituem quanto pelo “conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem” (SAVIANI, 2007, p.05).

Entendemos assim que para uma instituição escolar estabelecer-se em determinado espaço esta precisa se relacionar com outras instituições e outros sujeitos sociais. Sanfelice (2016) pontua que nenhuma instituição escolar mostra o seu sentido se tomada em si mesma, de acordo com o autor:

Uma instituição escolar avança, projeta-se para dentro de um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais mesmo que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem e aprenderem (SANFELICE, 2016, p.29).

O autor coloca ainda que uma instituição escolar pode ser “objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros” (SANFELICE, 2016, p.29). Assim buscamos apreender a relação do Ginásio Leopoldo e de seu proprietário com outras instituições e outros sujeitos sociais em Iguçu, buscando analisar as redes de sociabilidade (ALVES, 2019) construídas por ele e se essas relações contribuíram para a legitimação do estabelecimento no cenário iguaçuano.

Claudia Alves (2019), em trabalho que analisa as contribuições de Jean-François Sirinelli para as pesquisas sobre intelectuais na história da educação pontua a importância das categorias de itinerário intelectual, rede de sociabilidade e geração intelectual na relação com a cultura política. A autora coloca que, ao contrário do itinerário intelectual – trajetórias que se cruzam “alheias à decisão individual” – a rede de sociabilidade “resulta de um gesto voluntário”, ou seja, por escolha dos indivíduos (ALVES, 2019, p. 06). Nesse sentido entendemos que as redes de sociabilidade são construídas através de “uma afinidade que é intelectual, mas também é política” que devem ser analisadas nos pontos que “cimenta as adesões e dissensões” observando as relações de poder que as atravessam (ALVES, 2019, p.07).

Foi possível observar, a partir da trajetória da família Machado Barbosa que tanto a mudança de Leopoldo para o Rio de Janeiro, como sua chegada e fixação em Nova Iguaçu foram permeadas por uma rede de conhecimentos e auxílio obtidos através do espiritismo. Outro fator a ser pontuado na rede de sociabilidade do proprietário do Ginásio Leopoldo era sua estreita relação com Silvino de Azeredo, fundador e proprietário do periódico local *Correio da Lavoura* – uma de nossas principais fontes nessa pesquisa –, um dos maiores propagandistas do Ginásio Leopoldo.

O *Correio da Lavoura* era um periódico semanal que circula em Iguaçu desde 1917, fundado e dirigido pelo capitão Silvino de Azeredo, que defendia uma linha “independente” e “apartidária” para o jornal e sustentava as bandeiras em defesa da lavoura, da higiene e da instrução como o tripé necessário ao desenvolvimento do município (DIAS, 2014, p. 42). Nas matérias do periódico, seus articulistas apresentavam a situação da educação nos distritos do município, seja falando da condição dos prédios, da falta de professores, denunciando a contratação de professores leigos, a deficiência dos transportes para levar professores e alunos às escolas. Mas, também se noticiava, e com muito entusiasmo, as notícias de construções de novos estabelecimentos de ensino. Nas páginas do periódico *Correio da Lavoura* se faz claro a importância das instituições de ensino para demonstrar o “progresso” do município. Assim era descrito no jornal uma comparação entre os proprietários do Ginásio e do jornal:

Pode-se dizer que é o encontro do Norte com o Sul. Da cultura do Norte com o espírito intelectualista do Sul. É a fusão espiritual da raça, em ânsias hercúleas para a perfeição. Um viveu a imprensa. O outro viveu a escola. A imprensa mitiga sede da escola. A escola alimenta a imprensa. É a simbiose do espírito (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 08 out. 1944, p.03).

Não foi possível verificar se esse vínculo entre o proprietário do Ginásio e o proprietário do jornal era anterior a mudança de Leopoldo para o município, nem se Silvino de Azeredo comungava da mesma fé religiosa de Leopoldo, porém o que se verificou foi que havia uma efetiva intenção do jornalista em legitimar o Ginásio Leopoldo como estabelecimento modelar na cidade. As descrições elogiosas dos eventos, da estrutura, da direção, dos professores, dos procedimentos pedagógicos desenvolvidos no Ginásio Leopoldo eram uma constante nas páginas do semanário local. A presença de Silvino ou de algum representante do jornal nas comemorações ocorridas no Ginásio também eram constantes, assim como artigos escritos por Leopoldo no periódico. Posteriormente, verificamos que o Ginásio passou a ter uma página dentro do *Correio da Lavoura*, a “Página do Ginásio Leopoldo”, onde eram publicadas matérias diversas sobre o estabelecimento e seus sujeitos, sobre comemorações cívicas, excursões pedagógicas e recreativas, discursos alusivos a temas cívico-patrióticos e relações de notas de alunos.

É necessário pontuar ainda, que o contexto local, de crescimento econômico ligado ao setor citrícola, foi, também, um fator favorável na instalação do estabelecimento e da fixação de Leopoldo e sua família no município. Jean Miceli (2015) e Manna Nunes Maia (2017) situam o aumento na criação de estabelecimentos de ensino secundário no estado do Rio de Janeiro, na Primeira República, como iniciativas de sujeitos locais – político ou civil – em busca de dotar a paisagem local de aparelhagens que remetessem ao ideário de modernidade em voga no período.

Nessa direção, Nascimento (2016) situa a instalação do Ginásio Leopoldo com o contexto de expansão de Iguazu, proporcionada pela valorização da produção citrícola e de melhoramentos realizados no município, mais especificamente no distrito-sede. A ampla divulgação nos periódicos da capital federal sobre o progresso da localidade atraiu diversos migrantes, tanto do entorno da região quanto de áreas mais longínquas. A autora aponta o fundador do Ginásio Leopoldo como um “estrategista” que “percebe ali [em Nova Iguazu] espaço para crescer, expandir” (NASCIMENTO, 2016, p.36-39). Compreendemos então, a instalação do Ginásio Leopoldo – em 1º de fevereiro de 1930 –, por convite do político eleito no pleito eleitoral de 1929, somado ao movimento de crescimento econômico e do desenvolvimento urbano em Iguazu, em benefício da cultura da laranja e com o apoio do principal periódico local, como dentro da lógica modernizante presente nos discursos e práticas políticas do período.

Constatou-se no manuseio das fontes a grande rede de sociabilidade de Leopoldo e a importância que o estabelecimento de ensino passou a ter na cena da cidade. Nas fotografias do acervo e nas reportagens do periódico tal fato evidenciava-se pela presença, nas comemorações ocorridas no Ginásio, de figuras importantes na conjuntura local, como de diversos prefeitos em diferentes mandatos (Coronel Alberto Soares de Souza Mello, Sebastião Arruda Negreiros, Ricardo Xavier da Silveira, Bento Santos de Almeida), o proprietário do *Correio da Lavoura*, Silvino de Azeredo, o presidente do Esporte Clube Iguazu e da Associação de Fruticultores, Sebastião Herculano de Mattos, presença de vereadores municipais, autoridades educacionais (presidente da Cruzada Nacional de Educação) etc. E também, da presença dos sujeitos do Ginásio em atos e comemorações organizados pela sociedade civil e pela sociedade política.

Figura 2– Personalidades locais na inauguração do Ginásio Leopoldo 1930.



Legenda: CEL. Alberto Mello (prefeito municipal) terceiro da esquerda para direita. CEL. Silvino de Azeredo (dono *Correio da Lavoura*), terceiro da direita para a esquerda.  
 Fonte: COLÉGIO LEOPOLDO, 2019.

Ao longo de sua história em Iguazu, Leopoldo desempenhou grande papel social, ocupando por longos anos a presidência do Centro Espirita Fé, Esperança e Caridade, onde em sua gestão foi criado nos fundos do estabelecimento o “Albergue Noturno Allan Kardec”. Fundou, juntamente com sua esposa Marília Ferraz de Almeida Barbosa, o Lar de Jesus, um abrigo para meninas desamparadas. Participou junto a outros membros da idealização e fundação da Arcádia Iguazuana de Letras, na qual ocupou a cadeira número 01, que tinha como patrono Duque de Caxias (APCL. Azeredo, 1991, p.5-6).

Figura 3– Posse na Arcádia Iguaçuana de Letras 11/08/1955.



Legenda: Da esquerda para a direita de pé: Newton de Barros, Raul Meirelles, Luiz Azeredo, Alcino Raphael, Deoclécio Dias Machado, Altair Pimenta, Cial Brito, Waldemiro Pereira, Heitor Pinto da Silva, Zilmar de Paula Barros. Sentados: João Barbosa, Francisco Manoel Brandão, Rui Afrânio Peixoto, Leopoldo Machado, Pedro Calmon, Getúlio Moura e Ybicuy Tinoco de Magalhães (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019).

Fonte: COLÉGIO LEOPOLDO, 2019.

O proprietário do Ginásio Leopoldo criou um grande círculo de amizades, mas, também, despertou alguns dissabores em Nova Iguaçu. O principal a se considerar era o pároco da igreja matriz de Iguaçu, o Padre João Musch, via o Ginásio e as demais ações desempenhadas por Leopoldo com pouca simpatia. O padre Musch acreditava que o proprietário do Ginásio estava propagando o espiritismo pelo município (APCL. MÜSCH, 1935).

Por esse motivo, João Musch escreveu ao Bispo do Rio de Janeiro, dizendo ter encontrado, desde a sua chegada em Iguaçu, em 1929, a paróquia “muito inclinada para espiritismo” e que “a cabeça desta seita perniciosa era o sr. Leopoldo Machado” que, “aproveitando a completa ignorância religiosa do povo de Iguaçu e das capelas fazia propaganda na Baixada toda por meio de boletins e discursos” da sua religião (MÜSCH, 1935). Informava que havia solicitado lecionar doutrina católica no Ginásio Leopoldo, porém, seu proprietário não permitiu e que, por esse motivo, havia ele preparado um espaço embaixo da Igreja matriz para que pudesse ele dar aulas para as crianças. Com o crescente número de alunos, o padre resolveu construir um grande colégio para que as irmãs de caridade pudessem

cuidar das aulas. Desejava que ministrassem ensino acadêmico, porém com um diferencial, ensino acadêmico iluminado pelo ensino religioso (MÜSCH, 1935).

Padre João não aceitava que o único Ginásio no município fosse de propriedade de um espírita. As contendas entre o padre católico e o professor espírita foram ganhando espaço na sociedade iguaçuana na segunda metade da década de 1930, onde ambos passaram a atuar disseminando seus “apostolados”. A disputa entre eles culminou em um debate público, um desafio feito pelo padre ao professor, que ocorreu na Associação Atlética Filhos de Iguaçu e foi mediado pelo farmacêutico Sebastião Herculano de Mattos e presenciado por grande público de seguidores de ambos. O debate foi transcrito em uma crônica publicada na revista *Semana Ilustrada* (MANHÃES, 1935).

Com base num levantamento bibliográfico, entendemos que as contendas e disputas entre o padre João Musch e Leopoldo Machado eram representativas de um contexto maior de disputas religiosas no cenário nacional (LEONARDI 2002, 2016; MIGUEL, 2009, 2010; ARRIBAS, 2011; MATTOS, 2014; GOMES, 2013; CARDOSO, 2017).

Paula Leonardi (2002) e Renan Santos Mattos (2014) apontam que a Igreja Católica passou por um período de reordenação de sua filosofia em meados do século XIX. A perda de território na Europa ocasionada pela Revolução Francesa e pelo “avanço do liberalismo” fez com que a Igreja buscasse novas formas de garantir “seu capital simbólico e econômico”. A reestruturação católica se deu através do “ultramontanismo”, um movimento católico que “consistia num processo de expansão do Catolicismo de Roma sob a influência direta do papado” (LEONARDI, 2002; MATTOS, 2014)). Desse modo:

Através da encíclica *Quanta cura e o Syllabus errorum*, a Igreja condenava os ‘erros modernos’, a saber: o racionalismo, o liberalismo, o socialismo, o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria. Proclamada a infalibilidade papal pelo Concílio Vaticano II, procurava-se centralizar a obediência a Roma. Diante da perda de territórios na Europa, a Igreja reforçou sua presença em diversos países, dentre eles o Brasil. Dessa forma a autoridade romana seria resgatada para além da Europa (LEONARDI, 2002, p.18).

Mattos (2014) coloca que o ultramontanismo “ambicionava o recrudescimento da autoridade e da unidade da Igreja” ressignificando a doutrina católica “com foco na moralização e no reordenamento das ações do clero” (MATTOS, 2014, p.38). Nesse sentido, tanto Mattos quanto Leonardi apontam que a Igreja Católica passou a atuar em áreas que a presença do Estado era deficiente. Através da reorganização da Igreja em congregações, esta direcionou seus membros “para uma ação direta no mundo por meio da educação, do cuidado de doentes, de atuação em presídios etc.” (LEONARDI, 2016, p.12):

As congregações desenvolveram suas ações na sociedade e na cultura de maneira capilar e nas mais diversas frentes: editoras, impressos, formação de um novo clero e

do laicato que, por sua vez, espalharia valores católicos nos mais diversos campos de atuação, deixando suas marcas nas paisagens urbanas, nos espaços sociais e culturais e nas políticas públicas no Brasil” (LEONARDI, 2016, p.04-05).

Em pesquisa anterior podemos verificar que nos distritos de São João de Meriti e Duque de Caxias, as escolas precursoras na oferta do ensino secundário são de orientação católica, dirigidas por congregações – Ginásio Santa Maria (1940) e Ginásio Santo Antônio (1942), respectivamente. A que não tinha esse perfil – Ginásio Leopoldo – nosso objeto de pesquisa, deu ênfase à criação de uma escola concorrente neste viés na mesma localidade – o Colégio Santo Antônio de Nova Iguaçu (DIAS 2014; ESTEVES, 2017).

Arribas (2011), Gomes (2013) e Mattos (2014) colocam que o espiritismo kardecista chegou no Brasil na segunda metade do século XIX por intermédio de imigrantes franceses, em um contexto onde o ideário de modernização estava se consolidando no país. De acordo com os autores foi em Salvador que o espiritismo se tornou mais notório, pois ali foi fundado o primeiro grupo de estudos sobre a codificação o “Grupo familiar do Espiritismo”, e o primeiro jornal espírita “Eco d’Além Túmulo” (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013; MATTOS, 2014). E também, foi onde “reuniu um grupo seleta da sociedade baiana, composto por aristocratas, médicos, autoridades, políticos e intelectuais” (MATTOS, 2014, p.98). Assim, de acordo com Mattos:

[...] o Espiritismo passou a representar ameaça ao monopólio religioso católico, sobretudo por se difundir entre a elite branca e letrada, dessa maneira, incisivas críticas foram lançadas por parte da Igreja com o intuito de esclarecer seus seguidores em relação das heresias do Espiritismo. Tal temor vinculava-se tanto as ideias modernas defendidas pelos grupos espíritas em relação às injustiças, à escravidão, à opressão e à injustiça quanto aos seus preceitos de reencarnação e multiplicidade das almas que se opunham aos dogmas cristãos (MATTOS, 2014, p.98).

Em 1884 foi fundada a Federação Espírita Brasileira (FEB) com a finalidade de promover uma “unidade doutrinária” buscando “reunir, de maneira institucional, os adeptos e grupos dispersos” tomando para si o controle do Movimento Espírita Brasileiro se tornando “meio de difusão de um projeto específico de unificação e uniformização doutrinária” (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013; MATTOS, 2014). Para Mattos (2014) o fim do regime de padroado na instalação do novo regime possibilitou um “processo de pluralização do campo religioso” no país, o que se tornou uma ameaça a hegemonia católica. Para ele:

[...] percebe-se o engajamento por parte dos padres católicos no sentido de legitimar a instituição Igreja católica enquanto norteadora da população. Nesse sentido, embrenharam-se num projeto de construção de uma identidade nacional, o que justifica o processo de reificação do outro, ao estabelecer fronteiras, e define os inimigos a serem combatidos nos campos político e religioso. No primeiro, os comunistas e os socialistas e, no segundo, os protestantes e os espíritas, entendendo-os como frutos do Liberalismo (MATOS, 2014, p.41).

Já para Adriana Gomes (2013), essa separação não significou um verdadeiro rompimento entre Estado e Igreja Católica. Para ela, o que se configurou no Brasil recém republicano foi “uma ‘quase-laicidade’” (2013, p.52):

Mesmo com a separação formal entre o Estado e a Igreja, ou seja, entre o poder político e a organização religiosa, os vínculos, os contatos, as cumplicidades entre as autoridades nos aparatos estatais e nos compromissos permaneceram entre as instituições católicas e o poder do Estado ao longo dos anos (GOMES, 2013, p.52).

Um dos fatores apontados por Gomes (2013) e por Célia da Graça Arribas (2011) para essa ‘quase laicidade’, teria sido a criminalização do espiritismo no Código Penal republicano (Decreto 847 de 11 de outubro de 1890), conjunto de leis promulgado antes da nova Constituição Federal (24 de fevereiro de 1891). Para Gomes (2013):

Com a criminalização do espiritismo, o movimento espírita que já era um ‘perigo’ para os olhos da Igreja Católica, um ‘fenômeno’ para os adeptos da ciência, além de uma ‘matéria’ para os jornais, passou a ser, também, um ‘crime’ para o poder judiciário, uma ‘enfermidade’ para os médicos e um ‘problema’ para os policiais (GOMES, 2013, p. 45).

A autora coloca que a “pluralidade religiosa não alcançou a expressividade que se interpretava de um Estado secular” e com isso as manifestações de religiosidades populares como “curandeirismo, espiritismo e feitiçaria” não se inseriam como religiões aceitáveis “por terem visões de mundo e orientações de fé distintas das compreendidas como religiões pelo Estado” (GOMES, 2013, p. 52). Já Arribas (2011) pontua que:

Perseguições e repressões policiais às diversas religiões não-católicas caracterizaram esse início histórico da constituição de um mercado de bens religiosos tendencialmente concorrencial. Foi nesse contexto que as religiões tiveram que se articular e se organizar, fosse doutrinariamente - enquanto crença religiosa codificada e sistematizada - fosse burocraticamente - nos moldes convencionais de uma instituição religiosa (ARRIBAS, 2011, p.02).

Ambas as autoras assinalam que a criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890 ao mesmo tempo que se tornou um problema a ser suplantado pelos adeptos, contribuiu para que os espíritas construíssem uma identidade religiosa (ARRIBAS, 2011; GOMES, 2013). Arribas pontua que o movimento espírita brasileiro estava dividido entre três grupos no início do século XX – “espíritas religioso”, “espíritas científicos” e “espíritas puros” – que precisou se unificar “para conseguir sua introdução legítima e duradoura na sociedade brasileira” (ARRIBAS, 2011, p. 07). Mattos (2014) aponta que nessa conjuntura a FEB tomou “para si o controle do Movimento Espírita Brasileiro” buscando articular dois movimentos paralelos, sendo um a luta “do Espiritismo contra os opositores” e o outro “um projeto específico de unificação e uniformização doutrinária” (MATTOS, 2014, p.100).

Arribas (2011) traz que o grupo dos “espíritas religioso” a frente da FEB foi ganhando mais força dentro do movimento e se tornou assim o grupo hegemônico corroborando “para a

consolidação do espiritismo como matriz religiosa” pautado no pilar da “caridade” como fator imprescindível para a salvação. Tal consolidação se materializaria nas entidades caritativas criadas pelas FEB e também por outras instituições espíritas, a autora afirma que essas iniciativas teriam contribuído para a “consolidação do Espiritismo” e que a partir daí “todos os centros espíritas acabariam optando por ter algum tipo de prática assistencial” (ARRIBAS, 2011, p. 10).

Assim entendemos as contendas e as instituições criadas tanto por Leopoldo, quanto pelo padre João Musch, como representativas do contexto de disputas ocorridas no campo religioso e político no início do século XX. Disputas essas que segundo a bibliografia (LEONARDI, 2002, 2016; NASCIMENTO, 2016; MATTOS, 2014; MIGUEL, 2009, 2010; ARIBAS, 2011; GOMES, 2014) se intensificaram com a reaproximação entre Igreja Católica e Estado no governo varguista, o que ocasionou uma aproximação entre diferentes agentes religiosos não católicos a fim de assegurar a laicidade do Estado e a liberdade de credo.

Tanto o padre João quanto Leopoldo, viam na escola uma forma de disseminar suas crenças. Para as instituições católicas essa disseminação era mais nitidamente evidenciada nas aulas de religião, catequese, encaminhamento para sacramentos etc. (LEONARDI, 2002; OLIVEIRA, 2012). No Ginásio Leopoldo, mesmo que de forma não proselitista<sup>6</sup>, foi possível identificar ao longo da pesquisa a presença de valores e princípios espíritas tanto na organização, nos discursos e na cultura escolar do estabelecimento. Buscamos assim, ao longo do trabalho, evidenciar essas marcas, observando as aproximações entre o discurso educacional do período e a forma educacional desenvolvida no Ginásio.

### 1.1.3 Processo de criação, oficialização e consolidação do Ginásio Leopoldo

O Ginásio Leopoldo foi inaugurado no distrito-sede de Iguazu em 1º de fevereiro de 1930, em um prédio comercial alugado, que foi adaptado para tal fim. O prédio estava localizado na rua Marechal Floriano 260, uma das principais vias municipais, paralela à via férrea (APCL. Azeredo, 1991, p.02).

A notícia sobre a instalação do Ginásio Leopoldo figurou no primeiro número do jornal *Correio da Lavoura* do ano de 1930. Em uma matéria que ocupava mais de três quartos da segunda página, tendo como título principal “O Ensino em Nova-Iguassú” e como subtítulo, destacado: “Um Gymnasio para Nova-Iguassú; seu programa de educação e ensino. O apoio da

---

<sup>6</sup>De acordo com Dora Incontri (2004;2016) a doutrina espírita pregava a liberdade de credo e por isso não incorporava aos ensinamentos escolares dogmas religiosos.

Municipalidade. Suas probabilidades de êxito. A concretização de um grande desejo dessa cidade” (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ. 02 jan. 1930, p.02).

A matéria sobre o Ginásio no periódico não era assinada, mas a ligação entre as bandeiras defendidas pelo jornal – lavoura, higiene e instrução – e a construção/installação de escolas fica evidenciada ao longo da matéria que situava o empreendimento como “uma lisongeira promessa, uma bella esperança de melhores dias para o lugar”. Para os sujeitos que compunham o periódico local, a higiene e a instrução seriam os fatores que elevariam o ser humano e a sociedade ao “engrandecimento”, e a falta destes fatores resultava em um “povo de doentes, fracos; analfabetos, desinstruídos, que pouco ou nada produzirá, além de viver na ignorância criminosa de seus próprios direitos e deveres” (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ. 02 jan. 1930, p.02). Nessa direção, a matéria defendia que era preciso, através da educação, convencer o lavrador:

[...] que sua felicidade, a grandeza da pátria, o maior progresso da nação deriva, apenas, de suas possibilidades produtivas, pelo cultivo consciente de suas terras, porque está na agricultura e na lavoura a nossa riqueza maior, a verdadeira prosperidade do Brasil. É certo que o agricultor, o lavrador instruído, culto, será um elemento melhor de produção, disporá de maiores vantagens para seu mister (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ. 02 jan. 1930, p.02).

Além desta grande reportagem, anterior a inauguração do Ginásio, encontramos anúncios propagandeando sobre o estabelecimento nas edições dos dias nove, dezesseis e trinta do mês de janeiro de 1930, e um artigo sobre “finalidades pedagógicas” assinado pelo proprietário do Ginásio, o senhor “Leopoldo Machado”, onde este versa sobre sua concepção de educação e de docência (FINALIDADES PEDAGÓGICAS, 16 jan. 1930, p.03). As propagandas apresentavam os cursos que seriam oferecidos no estabelecimento, com destaque para a oferta do curso secundário. A instituição ofereceria também:

[...] ensino livre de *Commercio*; *Admissão* ao Collegio Pedro II, aos collegios equiparados ou de exames officializados (este inclusive) às Escolas Normaes de Nictheroy e da Capital Federal, ao Collegio Militar, a concursos etc.; *Primario*, *Musica* (theoria, solfejo e piano); *Prendas Femininas*; *Trabalhos Domesticos*; *Dactylographia*; etc., etc. (GIMNASIO LEOPOLDO, 16 jan. 1930, p.03. Grifos do documento).

O estabelecimento oferecia ainda “internato para meninos, semi-internato e externato, para ambos os sexos”, instrução militar, que permitiria “os alumnos, na idade propria, conseguirem caderneta de reservista”, uma educação física “por meio de gymnastica educativa, respiratoria, [e] exercicios de resistencia” e uma disciplina escolar “sem meios violentos, tampouco deprimentes do character dos educandos, baseada nos mais convincentes principios de justiça” (GIMNASIO LEOPOLDO, 16 jan. 1930, p.03).

Outro assunto destacado nas reportagens e propagandas que anunciavam o Ginásio Leopoldo, mesmo antes de sua inauguração, era a subvenção municipal ao estabelecimento.

Apesar de não explicitar exatamente do que se tratava essa subvenção, os escritores das matérias e dos anúncios apoiavam a ação municipal alegando que, a prefeitura “num gesto profundamente justo, que só louvores merece, por muito sympathico também, correu em seu auxilio” (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ. 02 jan. 1930, p.02).

O pensamento em voga nas reformas educacionais implementadas em alguns estados brasileiros na década de 1920 tinham como cerne a concepção da educação escolar das massas como fator de regeneração da população e de irradiadora de modernidade e civilidade (LEONARDI, 2002; MAGALDI, 2003; FREITAS; BICCAS, 2009; DIAS 2014; MATTOS, 2014; CARVALHO, 2016, VEIGA, 2016). Marta Maria Chagas de Carvalho (2016) pontua que na reforma educacional implantada por Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro (1927), o reformador colocava que, para ter eficiência o aparelho pedagógico desenvolvido para educar as massas, era essencial que houvesse uma “articulação das diversas instituições educativas” (AZEVEDO, 1931, apud CARVALHO, 2016, p. 246-247).

Percebemos que o papel assumido pelo jornal *Correio Lavoura*, evidenciado nas bandeiras defendidas pelo semanário e nas diversas reportagens sobre as condições educacionais do município, eram demonstrações da inserção dos sujeitos que constituem o periódico ao projeto de regeneração social através da ação escolar. Sendo também o jornal, na conjuntura do período proposto, força irradiadora e educativa das ações e concepções necessárias a construção da nova nação (ARAÚJO, 2002; PERIOTTO, 2004; CRUZ; PEIXOTO, 2007).

A reforma da sociedade, através da reforma do homem, tinha como cerne que já não bastaria às escolas apenas ensinar as massas a ler, escrever e contar, mas, que era necessário a partir de então, reformar o homem física, intelectual e moralmente (INCONTRI, 2004; 2016; PIRES, 2008; CARVALHO, 2016; VEIGA, 2016) ambientando-os “aos problemas de seu ambiente próprio, radicando o aluno ao seu pequeno torrão” (LORENÇO FILHO, 1930, apud CARVALHO, 2016, p. 241).

Dias (2014), ao analisar os processos de escolarização no distrito-sede de Iguazu pontua que havia um alinhamento de pensamentos entre o jornal *Correio da Lavoura* “e parte daquela sociedade com o projeto ruralista de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro, pelas atividades agrícolas” (DIAS, 2014, p.118). De acordo com a autora “a aquisição de saberes sobre a agricultura e a formação dos diversos tipos de trabalhadores agrícolas constituía o cerne de um projeto de disseminação de uma nova ordem social para o mundo rural”. Buscava-se, ao mesmo tempo, introjetar novos saberes e novas técnicas de cultivo, e “concomitantemente,

reorganizava-se a cultura” imbuindo esses sujeitos de novos hábitos e formas de higiene, procurando forjar “uma nova civilização rural e moderna” (DIAS, 2014, p.92-93).

A inauguração do Ginásio foi anunciada e comemorada nas páginas do *Correio da Lavoura*. Tal empreendimento marcava “um surto grande de progresso para Nova Iguassú” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02). As instalações do estabelecimento eram assim descritas:

[...] único prédio, nesta cidade, adaptável a grande Collegio, são confortáveis, higienicas, muito claras e arejadas, mesmo as do pavimento terreo. No pavimento superior, há a secretaria e sala de musica, elegantemente mobiliada e adornada; uma grande sala para aula de Geographia e Historia Natural, com o material didactico preciso, sala que será, também, para as aulas praticas de moral aos sabbados, o gabinete do Director e biblioteca, abrindo para o dormitório dos alumnos contíguos ao da família do Director. Em baixo, 4 boas salas de aula, o refeitório, a cosinha e installações sanitárias, tudo ordenado a rigor, com muita hygiene, muito ar e luz. (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02).

O estabelecimento foi dado por inaugurado após o hasteamento do “pavilhão nacional” e posteriormente foram todos visitar as dependências do Ginásio. Na descrição do prédio, era apontado que este havia passado “por indispensáveis transformações” a fim de ser adaptado, pois não seria este um prédio destinado a um estabelecimento de educação. Porém, de acordo com o articulista do jornal, o prédio “apresenta[va] um aspecto agradável, [e] sobre [sic] prehencher, magnificamente, os fins a que foi destinado” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02). Sobre o mobiliário escolar dizia ser “moderno, elegante e caro, de imbuia, em verniz amarello umas peças, e marrom outras”, e também os materiais pedagógicos eram apresentados como “os mais modernos” dando como exemplos “colleções de mapas geographicos, de historia natural e geométricos” pontuando que o estabelecimento dispunha “de installações optimas, dentro de todas as exigencias da Pedagogia moderna” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02).

O corpo docente do recém-inaugurado Ginásio Leopoldo, estaria assim constituído:

Linguas: drs. Alberto Nunes Brigagão e Cledon Cavalcante.  
 Inglês: (theorico e pratico) Sir. William Boardman.  
 Mathematicas: drs. João Barbosa Ribeiro e Alberto Nunes Brigagão.  
 Historia, Geographia e Moral e Civica: **Leopoldo Machado Barbosa**.  
 Musica: (theoria, solfejo, piano) Prof<sup>a</sup>. Marcionilla Bessa do Nascimento (do Instituto Nacional de Musica).  
 Contabilidade: bacharel em Commercio José Pedro Cardoso.  
 Escripuração Mercantil e ArithmeticaCommercial: prof. Orlando José Fernandes.  
 Tachygraphia: bacharella em Commercio Henedina de Barros Calino.  
 Dactylographia: Prof<sup>a</sup>. **Leopoldina Machado Barbosa**.  
 Prendas, Trabalhos Femininos: prof<sup>a</sup>. **Marilia de Almeida Barbosa**.  
 Cursos Primarios: profs. Orlando Fernandes, Henedina de Barros Calino, **Marilia de Almeida Barbosa** e **Leopoldina Machado Barbosa** (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02. Grifos nossos).

A partir da transcrição acima é possível observar a presença da família Machado Barbosa na constituição do corpo docente do Ginásio, elucidando que este era um empreendimento que abarcou toda família.

Na inauguração do Ginásio Leopoldo estiveram presentes “as autoridades municipais; pessoas de destaque social da cidade, famílias de alunos e muitos educandos” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02). Na fotografia abaixo, que faz parte do acervo privado do atual Colégio Leopoldo, figuram na sacada, entre outros, Coronel Alberto Mello (prefeito do município), e Silvino de Azeredo, o proprietário do jornal *Correio da Lavoura*.

Figura 4– Inauguração do Ginásio Leopoldo em 1º de fevereiro de 1930.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.01, 1930.

É necessário investigar a fundação do Ginásio no contexto da legislação e das funções atribuídas ao ensino secundário. As primeiras décadas do século XX foram expressivas nas questões que tangem ao “todo poderoso império do meio” (DALLABRIDA; SOUZA, 2014).

As sucessivas reformas ocorridas no período<sup>7</sup> demonstravam as problemáticas que envolviam esse nível de ensino no país. A bibliografia referente (ROCHA, 2000; NUNES, 2000; CURY, 2009; MAIA, 2017; ALVES, 2012; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; ANDRADE; ROCHA, 2017) aponta que a preocupação central acerca do secundário girava entorno da questão da oficialização/desoficialização do ensino, ou seja, se esse ensino deveria ser ofertado e normatizado pelos poderes públicos, ou se, se matinha a livre iniciativa e os cursos parcelados herdados do período anterior (ZOTTI, 2004; apud MAIA, 2017, p.65).

É preciso frisar que a expressão “ensino secundário” tem um valor polissêmico no sentido que ele era utilizado no período. O termo poderia ser utilizado tanto para definir o ensino de nível secundário no sentido lato da palavra, ou seja, de ser o segundo grau de estudos um “nível de ensino intermediário entre o ensino primário e o superior” (MAIA, 2017; DALLABRIDA, 2009; NUNES, 2000), quanto para nomear um dos ramos desse nível intermediário de ensino, o curso secundário. O nível secundário era dividido entre dois ramos, ensino técnico profissional – curso comercial, industrial, agrícola, normal – que habilitavam profissionalmente, e o curso secundário, caracterizado por ser o ramo de formação mais geral e humanístico, que proporcionava uma formação “desinteressada”. Este habilitava seus concluintes aos diversos cursos do ensino superior, sendo a partir de 1931, requisito essencial para tal ingresso (NUNES, 2000; DALLABRIDA, 2009; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; MAIA, 2017). Foi nesse sentido que o curso secundário se tornou o que Norberto Dallabrida e Rosa Fátima de Souza (2014), parafraseando Lucien Febvre, denominaram de “o todo poderoso império do meio” (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 14).

No início da década de 1930, o governo provisório reestruturou o secundário enquanto nível de ensino pós-primário, dividindo-o em dois ciclos: o fundamental ou propedêutico e o complementar. Esses dois ciclos tinham duração diferente dependendo do curso, mas essencialmente eram formados por um primeiro ciclo pautado em disciplinas de conhecimentos gerais (português, história, geografia, língua estrangeira etc.) e no segundo ciclo disciplinas mais específicas da área do curso escolhido (BRASIL, 1931a; 1931b).

Enquanto ramo de ensino, o curso secundário foi reformado pelo Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, que rompeu de forma definitiva com modelo de aulas avulsas preparatórias (DALLABRIDA, 2009, p.185). A reforma que ficou conhecida pelo nome do seu formulador – Reforma Francisco Campos – organizou o curso secundário em séries anuais classificando as

---

<sup>7</sup> Decreto n. 981 de 1890 - Reforma Benjamim Constant; Decreto 3890 de 1901 - Reforma Epiácio Pessoa; Decreto n. 8659 de 1911 - Reforma Rivadavia Corrêa; Decreto n. 11.530 de 1915 - Reforma Carlos Maximiliano; Decreto n. 16.782A de 1925 - Reforma Rocha Vaz.

disciplinas-saber por ano do curso, estabeleceu uma porcentagem de três quartos de presença obrigatória em aula para que os alunos pudessem realizar os exames finais de cada série (BRASIL, 1931a, p.01-03). Até então o curso secundário não exigia presença obrigatória, podendo os alunos frequentarem apenas algumas aulas nos “liceus”, em cursos preparatórios ou com professores particulares, nas disciplinas específicas exigidas nas provas para o curso pretendido no ensino superior (NUNES, 2000; DALLABRIDA, 2009; MAIA, 2017).

A Reforma Francisco Campos também reestruturou a forma da concessão de equiparação dos estabelecimentos privados ao Colégio Pedro II, tendo esses estabelecimentos que atender a um conjunto de normas determinadas pela legislação. Essas normas eram avaliadas por um inspetor federal, que analisava as condições físicas, estruturais e pedagógicas do estabelecimento e, após a análise era concedida ou não a “inspeção prévia”, com duração mínima de dois anos, podendo ser prolongada por mais dois, caso o estabelecimento não alcançasse satisfatoriamente as prescrições da legislação (BRASIL, 1931a). Posteriormente a isso, se não houvesse nenhum impeditivo era concedida a “inspeção permanente” ao estabelecimento. Porém, a concessão estava condicionada a presença permanente de um inspetor federal designado pelo Departamento Nacional de Ensino (DNE), que seria “a mão e os olhos” do governo dentro do estabelecimento.

Quanto ao processo de oficialização do Ginásio Leopoldo, ou seja, seu reconhecimento/equiparação ao estabelecimento padrão do ensino secundário que era o Colégio Pedro II, notamos que o estabelecimento precisou se adequar às normas afim de ser beneficiado com tal prerrogativa.

A equiparação/reconhecimento de um estabelecimento de ensino, fosse ele mantido pelo poder público – estadual ou municipal – ou pela iniciativa privada, estava ligada a possibilidade destas instituições emitirem certificados oficiais e estavam condicionadas a estes estabelecimentos atenderem as determinações legais. De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury (2009):

Goza das prerrogativas do *ensino oficial* aquele ofertado pela iniciativa privada autorizada a fazê-lo, tendo em vista a *liberdade de ensino*. Por consequência, pode-se dizer que o ensino oferecido pela iniciativa privada, quando autorizado, tem valor do *ensino oficial* (CURY, 2009, p.718. Grifos do autor).

Nas reportagens sobre o Ginásio Leopoldo constava que na fundação o estabelecimento oferecia os cursos oficiais<sup>8</sup>: infantil, primário, comercial, secundário, e, também cursos voltados para uma “educação artística”, composta dos cursos de desenho, música, trabalhos domésticos,

---

<sup>8</sup> Estamos entendendo como cursos oficiais a oferta de cursos seriados, ao contrário dos cursos avulsos, parcelados que eram comuns no período.

prendas femininas, artes cênicas e declamação. No transcorrer da notícia o articulista pontuava a necessidade que havia da “existência, entre nós, de um estabelecimento de ensino secundário, oficializado” (O ENSINO EM NOVA IGUASSU, 02 jan. 1930, p.02) e congratula-se com os munícipes pela instalação do referido estabelecimento.

Nessa direção, o termo “oficializado” utilizado pelo articulista abre algumas questões para tal uso no período. Tendo em perspectiva que o Ginásio Leopoldo foi instalado em Iguazu no início do ano de 1930, ainda sob a regência da Reforma Rocha Vaz – Decreto nº16.782-A de 13 de janeiro de 1925, que no seu artigo 268 coloca que:

A equiparação ao Collegio Pedro II **só será concedida aos estabelecimentos secundários oficialmente mantidos pelos Estado** e que observem as regras prescriptas neste regulamento, dispondo de edificio e instalações necessarias, e submettendo-se a fiscalização identica á estabelecida para os estabelecimentos de ensino superior equiparados (BRASIL, 1925. Grifos nossos).

Compreendemos a partir do texto grifado que o benefício da equiparação só era concedido a estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos, não sendo permitido a estabelecimentos particulares requererem tal prerrogativa. Porém, apesar de não poderem solicitar a equiparação ao estabelecimento modelo, poderia “ser concedida a faculdade de obterem juntas examinadoras para os diferentes annos do curso secundario” (BRASIL, 1925), desde que esses estabelecimentos cumprissem as seguintes condições dispostas na referida legislação:

- I. Ser a concessão proposta pelo Director Geral do Departamento Nacional do Ensino e deferida pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores;
- II. Provar o estabelecimento que dispõe de corpo docente idoneo e observar nos seus cursos programma igual ao do Collegio Pedro II;
- III. Depositar a quantia necessaria para a remuneração dos membros das juntas examinadores e do respectivo fiscal;
- IV. Observar as prescrições constantes do regimento interno do Departamento Nacional do Ensino (BRASIL, 1925).

Há outros dois fatores a serem considerados ao uso do termo “oficializado”, no período. O primeiro seria a questão da organização curricular seriada. Carlos Roberto Jamil Cury (2009) e Manna Nunes Maia (2017) apontam em seus trabalhos os esforços envidados nas reformas da Primeira Republica afim de abolir os cursos de preparatórios e os exames parcelados e transformar o ensino secundário em um curso seriado com finalidades próprias, um prolongamento do ensino primário. Nesse sentido, dizer que um estabelecimento de ensino era “oficializado” significaria dizer que seus cursos eram “organizados sob o sistema de séries anuais” de acordo com o currículo oficial do Colégio Pedro II (MAIA, 2017, p. 97). O segundo fator é apontado por Heloisa Vargas de Andrade e Marcelo Pereira Rocha (2017), quando enfatizam que a utilização do termo “favorecia para a propaganda”, sendo usado pelos

estabelecimentos e pelos jornais com o “intuito de atrair cada vez mais alunos” (ANDRADE; ROCHA, 2017, p.1101).

Na análise das fontes foi possível apreender que o Ginásio Leopoldo requereu inspeção ao DNE, afim de obter a autorização para organização de banca examinadora para o curso de admissão ao ginásial. Foi designado para avaliar as dependências do estabelecimento o fiscal do governo Octavio Simões, que “depois de rigorosa sindicancia e exame nas instalações, nos assentamentos e na disposição das aulas” deu “suas impressões em importante parecer ao Departamento” autorizando que ocorressem as bancas dos “exames officiaes” de admissão de primeira e segunda época (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 nov. 1930, p.03).

No periódico *Correio da Lavoura*, os articulistas apontam os benefícios da autorização de bancas para exames oficiais no Ginásio Leopoldo, colocando que tal “medida favorece muito aos alumnos que terminam o curso primario em outras escolas, nessa e de outra localidade visinhas, e que desejam fazer o curso secundario”. Para eles a existência de um estabelecimento autorizado a organizar bancas examinadoras seria “mais commodo, para quem more aqui [Iguaçu] ou nas circunvizinhanças”, possibilitando uma grande “economia de tempo, de trabalho, de preocupações e de dinheiro”, pois os alunos matriculados no Ginásio Leopoldo não teriam “que descer, diariamente, para o Rio” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 nov. 1930, p.03).

Os resultados dos exames oficiais de 1930 foram publicados pelo *Correio da Lavoura* em matéria do dia 22 de janeiro de 1931, e apresentava os nomes e as notas dos avaliados do ano anterior nos cursos infantil, primário e no curso de admissão ao ginásial (GYMNASIO LEOPOLDO, 22 jan. 1931, p.03).

Quadro 1 – Número de matriculados nos exames oficiais do Ginásio Leopoldo em 1930.

Curso	Quantidade de alunos por sexo	
	Fem.	Mas.
Infantil	4	3
Primário	4	21
Admissão ao Ginásio	8	8
Total	16	32

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de GYMNASIO LEOPOLDO, 22 jan. 1931, p.03.

O que o quadro acima nos permite visualizar é que não houve exames para as séries dos cursos ginásial e comercial, o que nos faz deduzir que o estabelecimento, no seu primeiro ano de funcionamento, ainda não oferecia os cursos de nível médio. Essa dedução acaba sendo

comprovada na análise do livro de atas do curso de admissão do Ginásio Leopoldo. Do livro constava a relação nominal e notas dos alunos candidatos ao primeiro exame de admissão ginásial no Ginásio Leopoldo, ocorrido no ano de 1931.

No primeiro termo aberto no referido livro, datado de 08 de janeiro de 1931, apontava-se que “os alumnos constantes da relação enviada por este Departamento correspondem a matricula do Gymnasio, e ceram [sic] aprovados, digo habilitados ao 1º anno do curso secundario” (APCL. Livro ata dos exames de admissão. 08 jan. 1931, p.01). Entendemos, assim, que a turma de ensino secundário seria formada a partir dos alunos que fossem “habilitados” pelo exame de admissão a cursar o secundário.

Nesse sentido, compreendemos que os sujeitos constantes desta relação nominal foram os primeiros alunos no curso ginásial do Ginásio Leopoldo. As listas nominais de ambas as fontes se encontram em perfeita consonância, tanto com relação aos nomes quanto as notas dos alunos. Prestaram o primeiro exame de admissão ocorrido no Ginásio Leopoldo 16 alunos, desse total oito eram meninas e oito eram meninos, a faixa etária desses alunos variava entre 11 e 17 anos, tendo um maior número de candidatos com 12 anos.

Quadro 2– Relação alunos/notas no primeiro exame de admissão ao curso ginásial 1931

Nome do aluno	Idade	Nota no exame
Alboquir Soares	12 anos	3,67
Cial Omar Cruz	17 anos	4.48
Gilda Sarres	15 anos	4.89
Ilka da Gloria Pimenta de Moraes	13 anos	4.38
José Alfredo Barbosa Soares	12 anos	4.02
José Antonio Garrido	12 anos	3.69
Manoel Alves de Araujo Lima	13 anos	7.29
Maria Pariz de Castro	12 anos	4.08
Margarida AlwaresPaquelet	12 anos	3.69
Maria Odette Rachid	13 anos	3.90
Nahyda Noronha da Costa	11 anos	5.77
Orlando Augusto Fernandes	15 anos	3.75
Odette de Freitas Pedroso	15 anos	3.88
RosimondRisso de Souza Telles	13 anos	6.19
Sildorema da Costa de Mattos	14 anos	3.52

Wylggberto Tinoco de Carvalho	15 anos	6
-------------------------------	---------	---

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir do Livro ata dos exames de admissão. 08 jan. 1931, p.01.

Retomando a questão do apoio do periódico *Correio da Lavoura* ao Ginásio Leopoldo e a propaganda em defesa do estabelecimento, foi possível observar indícios de possíveis desacordos entre parcelas da sociedade iguaçuana acerca da eficiência e validade dos exames prestados no Ginásio. Desse modo os articulistas do jornal colocam sua opinião sobre a eficiência do educandário e a “validade de seus exames officiaes, a despeito da ignorancia de muitos desacreditar deles”. Para eles a permissão para formar bancas examinadoras oficiais colocava o Ginásio Leopoldo “merecidamente, em plano de destaque entre nós, pela sua actuação no ensino” pois “cumpriu elle [Ginásio Leopoldo], fielmente, o programma de instrucção e educação que, de inicio, se traçou” (GYMNASIO LEOPOLDO, 29 jan. 1931, p.02).

Para sustentar e dar credibilidade a posição em defesa do Ginásio Leopoldo, o *Correio da lavoura* apresentava as impressões dadas por figuras de certa “autoridade” nos assuntos educacionais. Ressaltava a “optima impressão” que o estabelecimento causou no novo prefeito, o “dr. Sebastião Arruda”, que, em visita ao estabelecimento, “se entreteve, longamente, em palestrar com o prf. Leopoldo, sobre os processos modernos de instrucção e educação; [e] percorreu todas as installações do Gymnasio”, pontuando apenas que os únicos reparos necessários “derivam do predio, que não tem o necessario conforto para um grande collegio” (GYMNASIO LEOPOLDO, 29 jan. 1931, p.02).

Publicou a opinião do inspetor federal designado para fiscalizar os exames no Ginásio, “Frank de Mendonça Moscoso”, que deixou suas impressões no “Album do Gymnasio” onde dizia que “O Gymnasio Leopoldo de Nova Iguassú, surprehendeu-me pelas suas installações e pela intelligencia e zelo de sua administração” (GYMNASIO LEOPOLDO, 29 jan. 1931, p.02). No final da matéria o articulista concluía que:

Fica, assim, provado o prestigio do Gymnasio, que não existiria se falecesse competencia ao seu director e auxiliares, e desmascarados quantos, insensatamente, ou por despeito, andaram assoalhando, por conta propria, a invalidade de seus exames officiaes. Bom é que a cidade saiba destas cousas: uma casa de educação, como o Gymnasio Leopoldo, assignala um grande progresso para um lugar, e somente os impatriotas, os inimigos de qualquer desenvolvimento do ambiente em que vivem, serão capazes de guerreal-o ao em vez de prestigial-o. Os verdadeiros amigos de Nova Iguassú, a esses não ha despeito nem mal-querencia que os levem a tanto (GYMNASIO LEOPOLDO, 29 jan. 1931, p. 02).

No final de 1931, apenas os exames do curso primário ocorreram no Ginásio Leopoldo. Os exames dos cursos de admissão e do curso ginásial estavam aguardando a “chamada para

exames no C. Pedro II” (GYMNASIO LEOPOLDO, 31 dez. 1931, p.02). Posteriormente o jornal publicou matéria referente aos exames prestados pelos alunos do Ginásio Leopoldo no Colégio Pedro II, explicitando que o Ginásio não pode “ainda, requerer inspecção previa para efeito de sua equiparação, por circunstancias, aliais, alheias a sua vontade, a começar mesmo pelo pequeno numero de matriculas dos cursos officiaes” (GYMNASIO LEOPOLDO, 03 mar. 1932, p.02). É importante frisar que no ano de 1931, entrou em vigor a Reforma Francisco Campos, que reconfigurou o ensino de nível secundário e a forma de concessão da equiparação para estabelecimentos públicos e privados.

No transcorrer da notícia foi apresentado que o Ginásio enviou, para o Colégio Pedro II, 36 alunos para a realização das “provas escriptas e oraes” que compunha o exame e que obteve nestas uma “percentagem de 90%, aprovados”, pois dos alunos avaliados “apenas 5 periclitaram em 15 provas, que lhes não permittiram media ate 5, a nota menor, pela actual lei, para aprovação” (GYMNASIO LEOPOLDO, 03 mar. 1932, p.02). A matéria ainda pontuava que os exames prestados no Colégio Pedro II deveriam:

[...] inspirar um pouco mais de respeito do que se fossem feitos na séde de collegios particulares, sob inspecção official, onde a maior tendencia é, por conveniência financeira do estabelecimento, aprovar de qualquer modo, alem de serem mais difficeis, por se tratar de provas, para o curso secundario, escriptas e oraes de todas as materias, alem de ter havido, geralmente, quase 2,3 de reprovações naquele collegio do governo (GYMNASIO LEOPOLDO, 03 mar. 1932, p.02).

Ao final da matéria era apresentado a relação nominal dos alunos que foram promovidos nos exames e suas respectivas médias, expondo ainda que alguns alunos do segundo e terceiro anos primários (12 alunos no total) que foram submetidos aos exames de admissão ginásial, em 2ª época, obtiveram pontuação superior a cinco, média estabelecida pela legislação (GYMNASIO LEOPOLDO, 03 mar. 1932, p.02).

Quadro 3 –Alunos do Ginásio Leopoldo que prestaram exames no Colégio Pedro II em 1932.

Curso	Aluno	Média
Ginásial	Wylggberto Tinoco de Carvalho	7,26
	Waldemiro de Faria Pereira	6,76
	Maria Pariz de Castro	6,14
	Euripedes Ferreira dos Santos Junior	6,0
	Nahyda Noronha da Costa	5,94
	José Antonio Garrido	5,73

	Ilka Pimenta de Moraes	5,35
	Aboukir Sarres	5,3
	Margarida Alvarez Paquelet	5,04
Admissão Primeira Época		
	Pedro Franco Barbosa	7,4
	Aldyr Daltro Cardoso	6,57
	Leonardo Carielo de Almeida	6,5
	Helio Bittencourt	6,1
	Rodolpho Quaresma de Oliveira	5,8
	Ruy Bittencourt	5,6
	Cesar Dias Moreira	5,5
	Nelson Miranda	5,5
	Roberto Pimenta de Moraes	5,4
	Domingos Tinoco de Carvalho	5,4
Admissão Segunda Época*		
	Aziz Rachid	8,5
	Maria de Lourdes Almeida	8,1
	Althayr Pimenta de Moraes	7,2
	Americo de Freitas Soares	7,2
	Helena Marzani	7,2
	Amadeu Martins Soares	7,0
	Ilka dos Santos	6,2
	Gilberto Moreira Cardoso	6,2
	Geny Alvarez Paquelet	6,1
	Alba Pimenta de Moraes	5,8
	Waldemar Margarido Lopes	5,8
	Celio Bittencourt	5,2

\*Nomes dos alunos que constam como sendo do segundo e terceiro anos primários.

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: Gymnasio Leopoldo, 03 mar. 1932, p.02.

Nesse sentido entendemos que a inspeção federal solicitada pelo proprietário do Ginásio Leopoldo e noticiada pelo *Correio da Lavoura* no final do ano de 1930, não foi concedida. Deduzimos que a impossibilidade de obter tal prerrogativa esteja ligada a promulgação do Decreto 19.980 de 18/04/1931. De acordo com a bibliografia (ROCHA, 2000; DIAS, 2008; DALLABRIDA, 2009; ALVES, 2012; DALABRIDA, SOUZA, 2014, SAVIANI, 2013; MICELI, 2015; MAIA, 2017), a partir desta reforma os estabelecimentos privados poderiam requerer equiparação ao Colégio Pedro II, porém para receber essa oficialização teriam que atender as prescrições físicas e pedagógicas descritas na referida legislação além de se submeter a supervisão de um inspetor federal.

O que fica evidenciado é que o Ginásio Leopoldo ainda não atendia as exigências colocadas pela referida reforma para obter a concessão da inspeção federal, afim de que pudesse realizar os exames de seus cursos no próprio estabelecimento. Esse tema será melhor desenvolvido no capítulo dois, onde trataremos das adequações que o Ginásio Leopoldo precisou atender para conseguir o reconhecimento oficial.

Apesar da exígua quantidade de fontes sobre os primeiros anos de funcionamento do Ginásio, encontramos em seu acervo uma “ficha de classificação”. O documento não possui data, mas apresenta um breve histórico das oficializações dos cursos oferecidos no estabelecimento, onde assim se apresentam:

O Colégio Leopoldo foi fundado pelo professor Leopoldo Machado Barbosa, em 1930. Mantinha, inicialmente, os Cursos Primário e Comercial. **O Curso Ginasial iniciou seu funcionamento em 1936**, obtendo reconhecimento definitivo em 1945. A autorização para o funcionamento do Curso Colegial data de 1950 (APCL. Ficha de classificação, S/d, p. 02. Grifos nossos).

O grifo na transcrição do documento é para colocar em evidência uma contradição ao que foi exposto durante a apresentação deste tópico. Pelo que foi apresentado, verificamos que o Ginásio Leopoldo oferecia o curso ginasial, porém este não era reconhecido oficialmente, sendo 1936 o ano em que o Ginásio recebeu a inspeção preliminar do Governo Federal. Não foi possível identificar se realmente funcionaram turmas de ensino secundário durante todos os cinco primeiros anos da década de 1930 no Ginásio Leopoldo, mas, ao menos, no ano de 1931 e 1932 foi possível identificar que haviam turmas de secundaristas fazendo exames oficiais no Ginásio Leopoldo ou no Colégio Pedro II.

Nas páginas do *Correio da Lavoura*, apesar de exíguas matérias sobre o curso comercial do Ginásio Leopoldo, identificamos que este curso foi oficializado em 1933. A matéria publicada em março do referido ano, nos deu subsídios para compreender que a oficialização

deste curso seria resultado do requerimento feito em dezembro de 1932, e nos demonstrou que, para o ensino comercial, as instalações do Ginásio Leopoldo estavam aptas.

A matéria pontuava que a escola de comercio era “recem-creada no Gymnasio Leopoldo” e que “vae [ela] funcionar nos moldes da ‘Academia de Commercio’. Para fiscalizal-a, foi nomeado o inspector federal sr. Aristoteles Poch, que ja tomou posse” (GYMNASIO LEOPOLDO, 02 mar. 1933, p.02). É preciso pontuar que o Curso Comercial, um dos cursos do ensino técnico, foi reformulado, também em 1931, pelo Decreto nº 2.571, de 22 de abril (BRASIL, 1931b).

Acreditamos que apesar de aparecer nos anúncios e propagandas sobre o Ginásio, o curso tenha começado a funcionar no estabelecimento apenas em 1933, pois não se verificou menções ao curso de comercio nas provas realizadas no Ginásio em 1930, e nem nas provas realizadas no Colégio Pedro II, no início de 1932. De acordo com a matéria:

O ensino commercial é, não há duvida, de largo proveito; de vez que se trata daquilo que é a base do progresso de um povo. Ja se foi o tempo em que as lides do verdadeiro commercio eram relegadas a plano inferior. Ellas, hoje, exigem capacidades de elite, porque o commercio não podia deixar de acompanhar a evolução e o progresso da hora presente. Este ensino, sobre preparar capacidades para o commercio, que é, ainda, o caminho mais curto para a prosperidade, **é o curso que mais se adapta principalmente aquelles que não querem ou não podem fazer um curso longo, por lhes minguarem recursos financeiros e tempo** (GYMNASIO LEOPOLDO, 02 mar. 1933, p.02. Grifos nossos).

O trecho acima transcrito apesar de buscar enaltecer o curso comercial discorrendo sobre sua valorização dentro da sociedade, deixa explicito a relação desigual entre ensino técnico profissional e ensino de cunho intelectual (curso secundário). A partir do trecho destacado é possível observar quem era destinado esse tipo de curso. De acordo com a matéria o curso era “organizado de molde a harmonizar o saber e a techina profissional” onde os alunos seriam preparados “efficientemente, no conhecimento das línguas indispensaveis as lides commerciaes, das mathematicas, da geographia e das sciencias naturais; e dos cursos technicos, comprehendendo as sciencias commerciaes”. O curso propedêutico de comércio funcionaria nos turnos diurno e noturno para que pudesse atender aos interessados que trabalhassem durante o dia (GYMNASIO LEOPOLDO, 02 mar. 1933, p.02).

Em dezembro de 1935 era divulgado que estava “recebendo os ultimos retoques a sede propria do ‘Gymnasio Leopoldo’” que era um prédio “elegante e confortavel, com capacidade para 400 alumnos” e que foi construído de modo “a satisfazer todas as exigencias do D. N. do Ensino”. Isso nos explicita que as instalações do prédio onde funcionava o Ginásio foi um impeditivo para a concessão da inspeção. E tendo o estabelecimento uma nova sede construída de modo a atender as exigências legais, apontava o articulista que “será requerida ainda este

mez” a equiparação do estabelecimento (O GYMNASIO LEOPOLDO REQUERERA ESTE MEZ, A EQUIPARAÇÃO DE SEU CURSO GYMNASIAL. 12 dez. 1935, p.02).

Mesmo com a construção da sede própria do Ginásio, a concessão da fiscalização não foi deferida, e o prédio novo precisou ainda passar por adaptações em seu espaço interno e externo (APCL. Barbosa, 22 mai. 1936).

Figura 5– Prédio do Ginásio Leopoldo inaugurado em 1936.



Fonte: Álbum Contadores 1945, p.13.

As correspondências entre o Ginásio Leopoldo e os órgãos do governo federal mapeadas no acervo do Ginásio nos mostram que em março de 1936 foi designada uma inspetora federal para avaliar as condições físicas e pedagógicas do Ginásio Leopoldo, que começou a funcionar de forma “condicional”, pois a “inspeção preliminar” foi negada ao estabelecimento por este ainda não atender plenamente as exigências determinadas pela legislação (APCL. Barbosa, 06 mar. 1936). Em correspondência de 26 de junho de 1936, o diretor do Ginásio Leopoldo escreveu ao Diretor da Inspeção do ensino secundário:

Sabendo da razão por que este Ginasio não pode lograr, nesta data, a inspeção prévia – que é a deficiência de dimensão da sala de seu gabinete de Física, Química e Historia Natural – peço a V. S. se digne de conceder-lhe um prazo razoavel, até setembro provavelmente, para que se possa construir uma sala nas dimensões suficientes. Oportunamente enviarei a V. S. a planta da sala em questão, que deve medir 42 m<sup>2</sup>. Digne-se V. S. de levar na devida atenção o que se pede aqui, numa demonstração elementar de justiça (APCL. Barbosa, 22 mai. 1936).

A inspeção preliminar ao curso ginasial foi concedida ao Ginásio Leopoldo no final de 1936. Em telegrama datado de 06 de outubro, o Inspetor Geral do Ensino Secundário, Nóbrega

da Cunha, noticiava o fato e congratulava-se com o diretor do Ginásio pelo “auspicioso facto”. Porém, ele também deixava evidente as prerrogativas referentes a concessão, concluindo assim o telegrama: “esperando contar vossa colaboração solução relevantes problemas ensino secundario nosso paiz” (APCL. Cunha, 06 out.1936). Foi designada para a inspeção preliminar no Ginásio Leopoldo a Inspetora Federal Iracema Spinola Penaforte (APCL. Cunha, 07 de out.1936). Nessa direção Rocha (1992) aponta que:

A novidade da Reforma Campos foi ter rompido o monopólio estatal do acesso ao ensino superior, acabando com os exames ‘de preparatório’ e ‘de madureza’, dando amplitude à política de oficialização das escolas privadas. Agora, a todas as escolas particulares era dada a chance de se oficializar, contanto que cumprissem por completo a seriação secundária, seguindo a regulamentação da União e submetendo-se ao controle federal (ROCHA, 1992, p.19).

Faria Filho e Bertucci (2009) pontuam que os processos de escolarização consistem no estabelecimento de políticas relativas “à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais” que atendem a determinados níveis educacionais, se configurando a escola como uma forma específica “de socialização da infância e da juventude” cumprindo um importante papel na organização social da cultura, e que em cada contexto diferentes níveis educacionais ganham maior destaque e visibilidade (2009, p.14).

A equiparação de escolas privadas estava relacionada ao processo de institucionalização do secundário como nível de ensino formal, organizado, estruturado e com finalidades próprias. Algo que se buscava desde a década de 1920, com as sucessivas reformas implementadas no período. Assim, cabe analisar a criação e institucionalização do Ginásio Leopoldo em Iguazu não apenas em seu sentido particular, pois entendemos que nenhuma instituição mostra o sentido de sua criação se tomada em si mesma (SANFELICE, 2016; SAVIANI, 2007; NOSELLA; BUFFA, 2006), mas em consonância com a dinâmica do contexto estadual e nacional, o que nos possibilita entender que:

Ainda que determinados momentos revelem a presença marcante de dispositivos legais uniformizadores do trabalho escolar, da composição curricular e das escolhas didático-pedagógicas, o que é ‘singular’ no cotidiano escolar resulta do indefinível a priori que se materializa continuamente na forma em que se dão as apropriações que os protagonistas do dia a dia escolar fazem daquilo que se lhes é pretensamente imposto (FREITAS; BICCAS, 2009, p.106-107).

Marcos Cesar de Freitas e Maurilane de Souza Biccas (2009) pontuam que “a escolarização é sempre resultado de situações concretas, vividas com um grau de especificidade capaz de fazer com que, o específico de cada lugar-situação predomine sobre a generalidade pronunciada por leis, decretos e sumas curriculares” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.107). Foi possível através dos documentos dispostos no acervo do Ginásio vislumbrar as especificidades e as negociações ocorridas no processo de oficialização dessa instituição específica, o Ginásio

Leopoldo, em um lugar específico, Nova Iguaçu, mas pautadas nas generalizações dos textos legais.

Nessa direção entendemos que a relação entre construção e manutenção de estabelecimentos de ensino secundário nas primeiras décadas do século XX estava atrelada a relação político-econômica local que buscava nessa conjuntura dotar as cidades de aparelhamentos ligados ao ideário modernizante do período. Em Iguaçu as melhorias urbanas e o desenvolvimento da rede escolar estavam intimamente ligados ao desenvolvimento citrícola da região. No intuito da transformação social através da transformação do homem, as escolas ganhavam o papel social de modeladoras e socializadoras das novas gerações, responsáveis por inculcar em seu público os modos e valores que se buscava disseminar em toda sociedade. As instituições educativas proporcionavam um certo prestígio para a localidade “uma vez que eram tidas como símbolos da modernidade e do progresso sociocultural da localidade” (DINIZ; SOUZA, 2019, p.97).

Nesse contexto a questão da formação do caráter, que deveria ser moldado desde a infância, não por palavras, mas “por exemplos edificantes, convincentes, persuasivos” (O ENSINO EM NOVA IGUAÇU, 02 jan. 1930, p.02), estaria a cargo da docência que “não deve[ria] ser profissão, porque é apostolado” (FINALIDADES PEDAGÓGICAS, 16 jan. 1930, p.03). A preocupação com a formação dos profissionais que iriam atuar no ensino secundário ganhou muita relevância a partir da década de 1930. A Reforma Francisco Campos deu contornos a organização da profissão docente e instituiu o tipo de formação necessária para atuação desses profissionais no ensino secundário a nível nacional. Instituiu, também, o registro de professores no DNE, sendo o registro dos professores um dos fatores necessários a concessão da oficialização do estabelecimento. Assim buscamos no tópico a seguir analisar como se configurou o quadro docente do Ginásio Leopoldo.

## **1.2 “Tais mestres tal Pátria” a constituição do corpo docente no Ginásio Leopoldo**

Para todo período delimitado por esta pesquisa a questão da formação docente emergia como fator primordial nas discussões sobre a educação nacional. A preocupação com quem ensina era uma constante. Nesse sentido, a formação docente ganhou relevo no período delimitado. A educação escolar como fator essencial para a regeneração da população e construção da sociedade moderna perpassava pela questão da formação de profissionais qualificados e conscientes de sua “missão”.

Até a década de 1930 não existia uma política de formação profissional para os professores do secundário em nível nacional. Lecionavam nesse nível de ensino pessoas egressas de outras profissões. A profissionalização do magistério secundário começou a ter uma regulamentação em âmbito nacional a partir da Reforma Francisco Campos, na década de 1930 (DIAS, 2008, p.10). Em seu artigo 68, a referida reforma estabelece o Registro de Professores para os profissionais que fossem atuar no ensino secundário (BRASIL, 1931a), e esse registro se tornou um dos requisitos para a concessão da equiparação aos estabelecimentos mantidos por particulares pelo DNE (BRASIL, 1931a).

No Título III da referida legislação, do qual tratava do assunto do Registro de Professores, estabeleceu-se as normas para a concessão do Registro, que a priori seria concedido a título provisório aos que o “requere[sse]m, dentro de seis meses a contar da data da publicação deste decreto” e possuísem comprovante que os habilitassem nas disciplinas ao qual buscassem o Registro (Brasil, 1931a).

Posteriormente, para aquisição do Registro definitivo os candidatos ao magistério secundário deveriam passar pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ou ser habilitado por uma banca constituída de membros desta instituição (BRASIL, 1931a). A referida instituição, mencionada na reforma Francisco Campos só foi organizada em 1939, já com outra nomenclatura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo como finalidade formar o quadro docente para atuação no ensino secundário (DIAS, 2008, p.49).

Amália Dias (2008), ao analisar o processo de profissionalização da profissão docente, destaca as “principais ações do MESP destinadas a informar, moldar e orientar a formação e a prática educativa dos professores do ensino secundário”. Essas ações buscavam delimitar “um conjunto de saberes, técnicas, valores e normas de conduta” que seria exigido para aqueles que exerciam ou que desejassem exercer o magistério secundário (DIAS, 2008, p.10).

No projeto de sociedade que se desenhou no governo Vargas era necessário que o pensamento dos professores estivesse alinhado com a ideologia governamental (DIAS, 2008, p.10). Nesse sentido, exigências como a formação em estabelecimento próprio e o registro profissional eram formas de regular e controlar os docentes que atuavam no ensino secundário (DIAS, 2008, p.27).

A formação de professores secundários em instituições de ensino superior era considerada pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, um fator que renovaria o sistema de ensino, proporcionando uma elevação na cultura geral do povo (DIAS, 2008, p.48). Contudo, a partir da análise da obra “Sistema Educacional Fluminense” de Jayme

Abreu (1955), podemos verificar que ainda era considerada deficiente a formação do professorado secundário fluminense.

Abreu (1955) demonstrou em sua pesquisa o déficit na quantidade e na qualidade da formação do professorado fluminense, alegando ser este um dos principais fatores que dificultavam o desenvolvimento do estado. A análise sobre o professorado foi feita a partir de uma amostragem de 1400 professores do ensino médio, realizada em 1951. Para o autor os professores fluminenses eram:

[...] insuficientemente formados e mal recrutados para a tarefa docente ou a exercem exaustivamente para compor um orçamento minimamente compatível com as exigências de seu padrão de vida, ou a exercem (médicos, contadores, advogados, etc.) como um 'bico' para compor orçamento, não podendo, assim, conceder maior importância à atividade magisterial (ABREU, 1955, p.275).

Da amostra de 1400 docentes analisada pelo autor, ele pontua que havia um equilíbrio entre a quantidade de mulheres e homens, que do total apenas cerca de 9% eram formados em Faculdades de Filosofia (ABREU, 1955, p.275) e, desses 80% atuavam como docentes nos grandes centros urbanos do estado, ou seja, em Niterói, Petrópolis e Campos, com 55, 17 e 12, desses professores respectivamente (ABREU, 1955, p.294). Jayme Abreu pontua ainda que o número de professores formados pelas Faculdades de Filosofia era insuficiente, e o pequeno número de profissionais formados buscavam exercer o magistério onde havia uma melhor remuneração e em estabelecimentos localizados nos centros mais urbanizados, ou ainda na capital (ABREU, 1955, p. 294).

Sobre a existência das Faculdades de Filosofia, Abreu entende que “decorrerá muito tempo para que o pessoal por ela diplomado represente parcela ponderável no magistério secundário dos Estados” (ABREU, 1955, p.294). Nesse sentido, é válido lembrar que mesmo com a exigência de formação nessas instituições pela legislação para atuação nesse nível de ensino (DIAS, 2008) ainda levou algumas décadas para que a norma viesse a se tornar a regra.

A expansão do ramo de ensino também era incluída como responsável pela situação deficiente do magistério:

De um modo geral, em consequência da tremenda expansão quantitativa do ensino secundário, deixa a desejar a formação cultural, a preparação pedagógica, a especialização profissional e a prática docente do magistério secundário fluminense, como aliás, de todo o Brasil (ABREU, 1955, p.291-292).

Sobre o recrutamento do professorado de nível médio, Abreu coloca que era “o que há[via] de mais precário”, tanto no ensino público e mais ainda no ensino privado, pois eram eles alçados a posto de docente sem passar por “concursos de provas nem de títulos” (ABREU, 1955, p.293).

A seleção do magistério público por meio de concursos era considerada por ele “defeituosa”, pois os concursos de provas e títulos eram “medievais em sua liturgia e, às vezes, pouco significativos e pouco preditivos em seus resultados” (ABREU, 1955, p.292). O autor afirmava que “não há[via] carreira do magistério secundário estadual” (ABREU, 1955, p.292), pois não havia regra para ascensão do docente e nem uma “remuneração progressivamente acrescida à base de eficiência funcional”. O aumento na remuneração dos professores públicos era feito por quinquênio e o salário não era atrativo (ABREU, 1955, p.292).

Na escola secundária particular os “defeitos” de formação e aperfeiçoamento dos docentes eram agravados, assim como as condições de recrutamento e remuneração (ABREU, 1955, p.293). O recrutamento era “o que há[via] de mais precário” e não ocorria por concursos, havendo na composição do magistério professores com registros pelo Ministério da Educação em diferentes disciplinas e sendo pequena ainda a presença de professores diplomados pelas Faculdades de Filosofia (ABREU, 1955, p. 293).

Para elucidação da situação do magistério particular, o autor apresentou dados de uma outra pesquisa realizada pela CILEME coordenada pela professora Luzia Fonseca (ABREU, 1955, p.293). Nessa pesquisa a amostragem foi feita em 12 escolas com 120 professores, destes certa de 60% vivia apenas do magistério, porém, mais de 50% lecionava em mais de uma escola, mais de uma matéria e uma parte ensinava em três ou mais escolas mais de três matérias, nem sempre afins (ABREU, 1955, p.293-295).

Diante do exposto buscamos investigar como se deu a constituição do corpo docente no Ginásio Leopoldo, buscando apreender qual seria a concepção de professor defendida no estabelecimento, tendo em perspectiva que o novo aparato legal buscou delimitar o exercício da profissão docente buscamos analisar como/se a dinâmica dessas legislações para formação do magistério influenciou no processo de seleção dos profissionais que ali atuaram.

### 1.2.1 Ministrar o pão do espírito, do coração e do caráter eis a missão do professor

O educador é, como o agricultor e o medico, um dos mais uteis, sinão o mais util de quantos, neste mundo sublunar, gozam do direito de viver. Plasmar almas com suas mãos, preparando, para o futuro, cérebros e corações; entregar-se ao amanho da terra, de onde tire proventos para a subsistência propria e dos semelhantes; correr, solícito, a sarar os males alheios, minorando sofrimentos, não deve ser profissão, porque é apostolado... (FINALIDADES PEDAGOGICAS. 16 jan. 1930, p.03).

O texto acima é um trecho de um artigo escrito por Leopoldo Machado Barbosa, proprietário do Ginásio Leopoldo, para o *Correio da Lavoura*, alguns dias antes da inauguração

do estabelecimento. No transcorrer do texto o autor coloca a sua concepção acerca do trabalho docente usando como metáfora a condição terra/agricultor e, também paciente/médico, onde pontuava que a “creança, innocente e simples, entregue ao mestre para a educação, é como a terra inculca a mercê do tracto do agricultor, é como o enfermo confiante sob os cuidados do medico” (FINALIDADES PEDAGOGICAS. 16 jan. 1930, p.03).

Consonante com pensamento pedagógico do período, onde a ação escolar se tornou a “vacina regenerativa da nação” (CARVALHO, 2016;) e o professor, o médico responsável pela “cura” nacional, suas habilidades deveriam ir muito além de ministrar aulas. Para Leopoldo Machado:

Não se tome, aqui, por educador aquelle que se limita, apenas, a declamar aulas, - quantas vezes mecanicamente! – Pouco se lhe dando penetrem ou não ellas a intelligencia dos alumnos, porque visa, somente, a remuneração; entenda-se, aqui, por educador aquelle que se põe ao trato diário das creanças, ministrando-lhes a um tempo, o pão do espirito, - a instrucção, o do coração - a bondade, o do carater – a moral e, dentro desta faina sagrada, dando mais do que se lhe mandou dar, fazendo mais do que se lhe recommendou fazer... (FINALIDADES PEDAGOGICAS. 16 jan. 1930, p.03)

Na concepção de docente, descrita por Leopoldo, não bastaria ao trabalho docente apenas “repletar o cérebro dos alumnos de noções concretas de letras, numeros, nomes históricos e geographicos” era preciso que o professor tocasse “fundo, a alma, o coração [do aluno], deixando ahí as raízes dos bons ensinamentos, por natureza convincentes, persuasivos”, e tal empreendimento não seria encontrado através de livros ou enciclopédias, e sim “ministrados atraves dos exemplos” (FINALIDADES PEDAGOGICAS. 16 jan. 1930, p.03).

Nesse sentido entendemos que para além da formação profissional o docente precisava atender aos anseios morais para exercer a trabalho no magistério. Essa questão fica explícita no regulamento interno do Ginásio Leopoldo quando trata das questões referente aos professores, no artigo 36º:

O Corpo Docente será constituído por professôres de **reconhecida idoneidade moral e notória competência pedagógica**, registrado no Departamento Nacional de Educação e mediante a contrato, como determina a legislação em vigôr. (APCL. Regulamento Interno,1946, p.05. Grifos nossos).

Acreditamos que essa ênfase na conduta do corpo docente esteja intrinsecamente ligada ao pensamento hegemônico do período, orientado pela noção da docência como sacerdócio, mas, também, ancorado nas prescrições de um modelo idealizado de professor apresentado pela educação espírita onde os “professores deveriam ser altamente preparados e conscientes de sua missão social e humana” (INCONTRI, 2016, p.01) devendo estes “incentivar e cultivar o lado bom dos educandos, com atenção, diálogo, observação e autoridade moral” (INCONTRI, 2004, p.04).

Essa questão era pontuada no artigo 51 do regulamento interno do Ginásio, onde lista os deveres do professor. Na lista constava 11 pontos, da letra “a” até a letra “k”. Na letra “j” colocava que era dever do professor “dar aos alunos, exemplos de boa conduta, evitando atitudes menos distintas [...]” (APCL. Regulamento interno, 1946, p.07). Assim para além das normatizações advindas do governo federal com relação a atividade docente, o professor que firmasse contrato com o Ginásio teria que obedecer às normas internas do estabelecimento dispostas no regulamento do estabelecimento e o seu cumprimento era item do contrato de trabalho firmado entre o docente e a administração do Ginásio. De acordo com o documento:

O referido professor cumprirá como responsável por essas aulas, os deveres de mestre íntegro moralmente e transmissor esforçado. Além disso, obedecerá rigorosamente a disciplina interna do Ginásio Leopoldo (APCL. Termo de Contrato de Professor, s/d).

Outra atribuição ao cargo “tendo em vista a alta missão educativa do professor” seria a imposição do “seu comparecimento as solenidades de caráter cívico, promovidos pelo estabelecimento”. De acordo com o documento, o não comparecimento a essas atividades, sem uma justificativa “justa”, era considerado falta grave e encarado “como um atestado de seu desinteresse pela educação da mocidade” (APCL. Regulamento Interno. 1946, p.06).

Com isso percebemos que a concepção de docência no Ginásio Leopoldo estava alinhada com a ideologia divulgada e construída durante todo o período demarcado pela pesquisa. A imbricação entre formação, experiência profissional e vida pessoal, que permeavam a “autorização” para realização do trabalho docente, foi uma questão em todo período Vargas e se estendeu até início da década de 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com Dias (2008) as autoridades “perceberam a importância do controle do magistério para o êxito de suas pretensões de colocar ‘a educação a serviço da Nação’”. Essa ação se materializou na “organização de um sistema nacional de ensino, regulamentado e supervisionado pelo Estado” na busca de padronizar todo o sistema educacional no país com a finalidade de homogeneizar a cultura e “construir a nação” (DIAS, 2008, p.73-74).

Nesse novo sistema padronizado o professor era peça imprescindível pois cabia a este o papel na disseminação das novas formas de sociabilidade. A “missão” quase santa da docência seria inculcar nos educandos comportamentos, hábitos e sentimentos considerados necessários a transformação da pátria. Numa verdadeira analogia ao termo “tais mestres tal pátria”, teriam os docentes a “missão” de encaminhar as futuras gerações, assim como o país, no caminho do progresso, um verdadeiro “apostolado cívico” (DIAS, 2008, p.133).

Dias (2008) aponta que o termo “apostolado” já era utilizado em períodos anteriores para se referir ao trabalho docente como missão, sacerdócio e não como profissão que requer remuneração condigna. A utilização do termo estava intimamente ligada “atuação das corporações religiosas católicas no ofício de ensinar” (2008, p.126). A incorporação do termo “cívico”, adjetivando o apostolado, teria sido ocasionado pelo contexto nacionalista do período, onde entrelaçou-se os sentidos de civismo e patriotismo resultando em uma “concepção de devoção e culto à Pátria” (DIAS, 2008, p.130). Para ela:

Embora aquele período denot[asse] a importância da formação técnica e científica do professor de ensino secundário no ensino superior, ou seja, houve a exigência de saberes específicos, ocorreu que permaneceram padrões de conduta, de valores morais, identificados com o apostolado, com a doutrina católica, ainda que este apostolado tenha sido adjetivado de ‘cívico’. Mesmo em face da profissionalização, o trabalho docente ficou situado entre o exercício de um ofício e o cumprimento de uma missão (DIAS, 2008, p.216).

Nesse sentido buscamos identificar como eram selecionados e contratados os profissionais que iriam lecionar no Ginásio Leopoldo e suas possíveis formações e atuações dentro do magistério fluminense, tendo em vista que a partir de 1931 passou a ser exigência o Registro profissional no Ministério da Educação e havia a previsão da formação dos professores em instituição específica. Ademais o registro destes profissionais passou a ser requisito para a concessão da equiparação dos estabelecimentos privados e a possibilidade destes estabelecimentos emitirem certificados aos seus alunos.

### 1.2.2 Seleção e contratação de docentes no Ginásio Leopoldo

A instalação do Ginásio Leopoldo foi anterior as exigências prescritas pelo MESP para o exercício docente. Desse modo, no momento de sua instalação no distrito sede de Nova Iguaçu, ainda não era exigido o Registro de Professores e nem formação em instituição específica para atuação na docência secundária. Contudo, com o exposto no tópico anterior, podemos perceber que a preocupação com o caráter e a moral dos professores era requisito para atuação profissional no Ginásio Leopoldo.

Não encontramos subsídios para a forma de seleção e contratação de professores na primeira década de funcionamento do Ginásio. No jornal *Correio da Lavoura*, era apresentado o corpo docente que teria exercício no estabelecimento na sua inauguração. Eram apresentados o nome e a disciplina que os docentes iriam lecionar, e, de alguns a formação ou área de atuação. Não era mencionado a forma de seleção apenas apresentava que o estabelecimento contava “com uma docencia selecionada, à altura moral e intellectualmente de suas funções” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02).

Quadro 4 – Professores em exercício no Ginásio Leopoldo 1930.

Docente	Disciplina	Formação/atuação
Sir. William Boardman	Inglês	
Dr. João Barbosa Ribeiro	Matemática	
Dr. Alberto Nunes Brigagão	Matemática	
Leopoldo Machado Barbosa	Historia, Geographia e Moral e Civica	
Prof <sup>a</sup> . Marcionilla Bessa do Nascimento	Música	Instituto Nacional de Música
José Pedro Cardoso	Contabilidade	Bacharel em Commercio
Prof. Orlando José Fernandes	Escreituração Mercantil / Arithmetica Commercial	
Henedina de Barros Calino	Tachygraphia / Curso Primário	Bacharella em Commercio
Prof. <sup>a</sup> . Leopoldina Machado Barbosa	Dactylographia / Curso Primário	
Prof. <sup>a</sup> . Marilia de Almeida Barbosa	Prendas, Trabalhos Femininos / Curso Primário	
Orlando Fernandes	Curso primário	

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: GYMNASIO LEOPOLDO, 06 fev. 1930, p.02.

A partir do quadro acima foi possível verificar alguns pontos consonantes com a pesquisa de Abreu (1955), tal qual a atuação do professor em mais de uma disciplina, e até

mesmo, lecionando em cursos diferentes dentro do Ginásio. Era apresentado a formação de poucos dos docentes que iriam lecionar no estabelecimento, sendo que a ênfase era colocada na “idoneidade moral” desses profissionais, apresentada em diversos anúncios do Ginásio Leopoldo (GYMNASIO LEOPOLDO, 16/01/1930; 22/03/1930; 28/08/1930).

Como já mencionado anteriormente, não encontramos muitas fontes sobre os primeiros anos de funcionamento do Ginásio Leopoldo, sendo maior as fontes a partir do ano de 1936, ano de sua inspeção provisória. A partir deste ano foi possível verificar que a ênfase na “idoneidade moral” dos profissionais que atuavam no Ginásio foi substituída pelo termo “registrado no Departamento Nacional de Ensino” (GINASIO LEOPOLDO, 22, mar. 1936, p.03), demonstrando que os profissionais estavam aptos ao trabalho/missão de lecionar no estabelecimento.

Encontramos no acervo do Ginásio o “Livro Ata da Congregação” do estabelecimento, que versa sobre “provas de títulos” para seleção de professores da década de 1940. O livro apresenta três “concursos de títulos” dos anos de 1941, 1942 e 1943, para o curso de perito contador, sendo que para o ano de 1943, há apenas um termo do concurso de um único professor. A partir da análise das fontes foi possível verificar que havia professores que lecionavam nos dois cursos de nível médio do Ginásio Leopoldo, ou seja, lecionavam no curso comercial e no curso secundário. Através desta fonte foi possível verificar alguns dados referente aos docentes do Ginásio Leopoldo, tais quais a naturalidade, local de residência e faixa etária desses professores. Apesar de não ser um número significativo do quadro de docentes, acreditamos que tais informações sejam relevantes para a pesquisa.

Quadro 5 – Dados dos professores do Ginásio Leopoldo no ano de 1940

Nome	Natural	Residência	Idade	Formação
Gentil Lino	MG	Nova Iguaçu	31 anos	Faculdade de Direito de Goiás
Josué Gonçalves Filgueiras	RJ	Marechal Hermes	26 anos	Escola Superior de Comercio de Vitória
<b>Pedro Franco Barbosa</b>	RJ	Nova Iguaçu	27 anos	Faculdade de Direito de Niterói
<b>Leonardo Carielo de Almeida</b>	RJ	Nova Iguaçu	22 anos	Escola Superior de Comércio do

				Rio de Janeiro (em curso)
Meneval Schenkel Mello e Silva	RS	Nova Iguaçu	31 anos	Colégio Militar do Rio de Janeiro
<b>Elza Rodrigues da Silva</b>	DF	Nova Iguaçu	22 anos	Ginásio Leopoldo
Leopoldo Machado Barbosa	BA	Nova Iguaçu	50 anos	Não especificado
Francisco Salles Moniz	BA	Rio de Janeiro	Sem data	Não especificado

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir Livro Ata da Congregação, 1940, p.01-27, grifos nossos.

Como é possível verificar no quadro acima, nessa amostra de docentes havia um equilíbrio no quesito naturalidade entre os nascidos no Rio de Janeiro e os que nasceram em outros estados do país. Quando observamos o local de residência desses docentes, é possível verificar que a grande maioria residia no município, sendo apenas dois moradores de outros municípios. Outro fator importante era referente a formação dos docentes, sendo a maioria formada por profissionais que passaram por instituições de ensino superior, pois o último listado na ata, Francisco Salles Moniz, não apresentou certificado da instituição de formação, mas apresentou a “carteira da Ordem dos Advogados do Brasil nº 381” (APCL. Livro ata da congregação, 1943, p.27). Os nomes destacados em negrito são de ex-alunos do Ginásio Leopoldo que fizeram parte das primeiras turmas formadas no estabelecimento.

Pela análise do referido livro, o concurso para docente no Ginásio consistia em um período de inscrição na secretária do estabelecimento e, posteriormente, apresentação dos documentos comprobatórios das informações prestadas na inscrição. Estes documentos eram avaliados pelo diretor do estabelecimento e pelo inspetor federal do referido curso, que não encontrando alteração “investia” o requerente ao cargo solicitado, enviando ao Departamento de Ensino cópias dos referidos documentos e da ata lavrada para averiguação das informações prestadas pelo requerente. Outro fato que se observou foi que, ao menos nas páginas da ata, não havia concorrência entre os candidatos inscritos. No concurso aberto em fevereiro de 1941, havia cinco candidatos inscritos, como pode ser verificado no quadro a seguir.

Quadro 6 – Candidatos ao concurso de títulos dos cursos comercial básico e perito contador do Ginásio Leopoldo no ano de 1941.

Requerente	Formação	Cadeiras requerida
------------	----------	--------------------

Gentil Lino	Bacharel em direito	Direito Constitucional e civil, comercial terrestre/Economia política/Marceologia
Josué Gonçalves Filgueiras	Contador	Contabilidade geral/Contabilidade mercantil/ Legislação fiscal/Técnica comercial
Pedro Franco Barbosa	Bacharel em Direito	Direito constitucional e civil, comercial terrestre/ Economia politica
Leonardo Carielo de Almeida	Perito Contador	Mecanografia/Estenografia.
Meneval Schenkel Mello e Silva	Agrimensor	Matemática comercial/ Matemática financeira

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir do Livro Ata da Congregação, 1941, p.01-14.

No concurso realizado em fevereiro de 1942, onde havia, também, cinco candidatos inscritos (Quadro 07), nenhum dos candidatos concorriam pela mesma cadeira, cada um concorria por uma, ou mais cadeiras diferentes uns dos outros. Na nota de encerramento das atas do concurso eram apresentadas as cadeiras que os docentes eram empossados, ao menos provisoriamente, no Ginásio (APCL. Livro ata da congregação, p.02-14).

Quadro 7 – Candidatos ao concurso de títulos dos cursos comercial básico perito contador do Ginásio Leopoldo no ano de 1942

Requerente	Formação	Cadeiras requerida
Elza Rodrigues da Silva	Perito Contadora	Seminário Econômico
Josué Gonçalves Filgueiras	Contador	Merceologia e Tecnologia Merceologica/Contabilidade Bancaria e Contabilidade Industrial e Agrícola
Pedro Franco Barbosa	Bacharel em Direito	Pratica do Direito Civil e Comercial
Leopoldo Machado Barbosa	Não especificado	História da Agricultura, Indústria e Comercio
MenevalSchenkel Mello e Silva	Agrimensor	Estatística

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir do Livro Ata da Congregação, 1941, p.14-26.

A observação dos candidatos terem assumido provisoriamente o cargo é relevante, pois, no transcorrer do texto da ata observou-se que a documentação passava pela averiguação do diretor e do inspetor do curso, onde era verificado a autenticidade das informações prestadas na inscrição, após esta verificação seria autorizado ou não ao candidato assumir a vaga. Contudo, deixa-se evidenciado que “cópias autênticas” da documentação e da ata seriam enviadas ao “Exmo. Diretor da Divisão do Ensino Comercial” e “não havendo impugnação, será definitivamente considerado investido o referido professor” (APCL. Livro ata da congregação, 1941, p.05).

Nesse sentido entendemos que havia uma forte intervenção das instâncias educacionais do governo no que se refere a contratação de professores, ao menos a partir da década de 1940. Não foi possível recuperar como se dava esse processo na primeira década de funcionamento do Ginásio, e utilizamos o processo de seleção do curso de comércio como exemplo para demonstrar como eram selecionados os docentes no Ginásio Leopoldo. É sabido que o governo federal buscou padronizar o ensino de nível médio nesse período, e que através dos inspetores federais se faziam presentes nos estabelecimentos particulares equiparados, assim, deduzimos que os docentes do curso ginasial estavam submetidos ao mesmo processo de seleção dos docentes do comercial, lembrando que a grande maioria dos docentes lecionavam em ambos os cursos.

### 1.2.3 Composição do corpo docente do Ginásio Leopoldo

Encontramos nos arquivos do acervo do Ginásio o livro ata de posse de professores do estabelecimento entre os anos de 1933 a 1939. O livro era referente a posse de professores do curso propedêutico comercial e do curso de perito contador. Porém, como já foi mencionado anteriormente, a grande maioria dos docentes lecionavam tanto no curso secundário quanto no comercial.

Os termos escritos no livro apresentam o nome, as cadeiras (disciplinas) que seriam ocupadas, a formação de alguns professores, se estes eram registrados no Departamento Nacional de Ensino, ou se estava o registro em processo. Quando eram registrados constava o número do registro. Notamos que o número do registro dos professores no DNE só aparece a partir de 1938. Nos termos dos anos anteriores apenas aparece a referência a ser registrado ou se o registro estava tramitando no DNE (APCL. Livro Ata de posse de professores, p.01-07).

No referido livro foram registrados 28 termos de posse, sendo quatro no ano de 1933, apenas um nos anos de 1935 e 1936, seis termos no ano de 1937, 12 termos no ano de 1938 e quatro termos no ano de 1939. Contudo esses 28 termos de posse não significam 28 professores

diferentes e nem 28 cadeiras diferentes que foram assumidas (APCL. Livro ata de posse de professores, p.01-15), o que pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro 8 – Termos de posse dos professores dos cursos comercial básico e perito contador do Ginásio Leopoldo 1933-1939.

Ano	Termos de posse	Cadeiras
1933	Joaquim de Moraes Pinheiro	Francês / Inglês / Matemáticas
	Leopoldina Machado Barbosa	Datilografia
	Ely Mendes Lopes	Corografia/ História do Brasil
	José dos Campos Manhaes	Física, Química e Historia Natural
1935	Newton Gonçalves de Barros	Matemática
1936	Joaquim de Moraes Pinheiro	Contabilidade / Estenografia / Legislação Fiscal
	João de Almeida Barbosa Ribeiro	Direito Constitucional e Civil
1937	Joaquim de Moraes Pinheiro	Contabilidade Mercantil / Marceologia e Pech / Marceologia / Technina Comercial
	João de Almeida Barbosa Ribeiro	Direito Comercial Terrestre / Economia Política Financeira
	MenevalSchenkell Mello e Silva	Matemática
	Waldir da Cunha Castro	Física, Química e História Natural
	Albertina Martins Souza	Francês
	Pedro Franco Barbosa	Direito Constitucional e Civil e Comercial Terrestre / Economia Política e Financeira
	Newton Gonçalves de Barros	Matemática
	MenevalSchenkell Mello e Silva	Estatísticas
	Pedro Franco Barbosa	Seminário Econômico / Pratica do Processo Civil e Comercial

1938	Manoel Jorge de Hollanda	Matemática
	Francisco Manoel Brandão	Matemática
	Paulo Emilio dos Santos Pereira	Inglês
	Leopoldo Machado Barbosa	História do Comercio, Industria e Agricultura / Caligrafia
	Nelson de Aguiar Balesdent	Física, Química e História Natural /Marceologia
	Edgard Newton de Medeiros Braga	Contabilidade Mercantil / Técnica Comercial
1939	MenevalSchenkell Mello e Silva	Matemática
	Leopoldo Machado Barbosa	Corografia / História do Brasil
	Edgard Newton de Medeiros Braga	Contabilidade Mercantil / Legislação Fiscal
	Leonardo Carielo de Almeida	Caligrafia / Estenografia

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir do Livro ata de posse de Professores 1933-1939.

No cotejamento das fontes podemos constatar que dos 17 professores que foram empossados nos cursos técnico-profissional do Ginásio Leopoldo, 10 deles eram, também, professores no ciclo ginásial do curso secundário do mesmo Ginásio, ocupando, também neste curso, cadeiras diversas.

Para identificar os docentes que lecionavam no curso ginásial do Ginásio Leopoldo, utilizamos os relatórios dos inspetores federais enviados ao MESP a partir do ano de 1936. Existem diversas lacunas nesses documentos e a grande maioria não está completa. Os relatórios têm estruturas e tópicos que diferem ao longo dos anos e até de um mês para outro, podendo ter em um mês uma determinada informação que não se encontra no próximo, o que dificulta uma avaliação mais complexa desses documentos. A sequência periódica de envio também apresentava variedade, não sendo possível identificar a sequência correta na década de 1930, pois a fiscalização federal no curso secundário do Ginásio iniciou em 1936 e, para este ano e os posteriores desta década, só encontramos partes avulsas dos relatórios, onde buscamos pinçar algumas informações. Encontramos de forma mais completa e organizada os relatórios

de inspetores da década de 1940, onde podemos verificar uma melhor sequência de formato dos documentos e de informações prestadas.

Foi possível verificar nesta fonte, mesmo com as lacunas existentes, e que nos é relevante neste tópico, era que geralmente, nos relatórios do mês de março, constava a relação do corpo docente que estaria em exercício no ano do referido relatório. Identificamos no arquivo essas relações para os anos de 1936 e 1939, sendo possível identificar e comparar com o quadro docente disposto no livro ata de posse do curso comercial e também com as relações de docentes publicadas no *Correio da Lavoura*.

Nesse sentido, identificamos que, como já mencionado, 10 dos 17 docentes ocupavam cadeiras em ambos os cursos. Dos oito professores listados no ano de 1936, cinco deles permaneciam em 1939 lecionando no Ginásio, desses cinco apenas um não lecionava no curso comercial, que era o maestro Abílio Martinho, professor de Canto Orfeônico (APCL. Pennaforte, 31 mar. 1939).

Quadro 9 – Professores do curso ginásial no Ginásio Leopoldo 1936.

Docente	Disciplinas	Nº registro/ano
Leopoldo Machado Barbosa	Português/Geografia/História	223/1932
Joaquim de Moraes Pinheiro	Inglês/Francês	*
Ely Mendes Lopes	Geografia/História	*
Newton Gonçalves de Barros	Matemática	7.922/1936
MenevalSchenkel M. e Silva	Desenho	*
José dos Campos Manhães	Física, Química e Hist. Natural	*
Abílio Martinho	Canto Orfeônico	*
Albertina Martins Torres	Francês	*

\* De acordo com o documento analisado os registros desses professores estavam em processo no DNE.  
Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de APCL. Almeida, 1936.

Quadro 10 – Professores do curso ginásial no Ginásio Leopoldo 1939.

Docente	Disciplinas	Nº registro/ano
Leopoldo Machado Barbosa	Português / Geografia / História	223/1932
Albertina Martins Torres	Português / Francês	8.708/1937
Meneval Schenkell Mello e Silva	Matemática / Desenho	10.132/1937
Dr. Nelson de Aguiar Balesdent	Física /Química /História Natural	10.103/1937

Paulo Emilio dos Santos Pereira	Inglês	10.403/1937
Newton Gonçalves de Barros	Matemática / Educação Física	7.922/1936
Pedro Franco Barbosa	Português / Geografia / Historia	10.468/1937
Maestro Abilio Murtinho	Canto Orfeônico	**

\*\* No documento em análise não é feita nenhuma referência ao registro deste professor no DNE.

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: APCL. Pennaforte, 1939.

Assim o professor Joaquim de Moraes Pinheiro, que ocupava as cadeiras de francês, inglês e matemática no ano de 1933, contabilidade mercantil, marceologia e técnica, marceologia técnica comercial no ano de 1937, no curso comercial, ocupava também, as cadeiras de “inglês e francês” no curso ginásial no ano de 1936 (APCL. Almeida, 1936). Este professor não aparece na relação de docentes de 1939, aparecendo em seu lugar lecionando inglês, o professor Paulo Emilio dos Santos Pereira (APCL. Pennaforte, 1939) que ocupava, também, a cadeira de inglês no curso propedêutico de comércio.

Ponto a se observar era a questão do registro dos docentes no DNE. No quadro 9 constatamos que em 1936 apenas dois docentes possuíam registro, os professores Leopoldo Machado Barbosa e Newton Gonçalves de Barros. Já no ano de 1939, quase todos os docentes possuíam o registro, a única exceção era o professor de canto orfeônico. Na dinâmica da legislação em vigor, um dos pontos exigidos para manter a inspeção federal do estabelecimento, era a necessidade de o corpo docente ser registrado no órgão federal, o que pode explicar a mudança de alguns professores do Ginásio.

Outro fato relevante é que alguns professores ocupam também cargos administrativos no Ginásio, como é o caso da professora Leopoldina Machado Barbosa, irmã de Leopoldo, que aparece na ata sendo empossada no ano de 1933 “na cadeira de dactilografia do Curso Propedeutico [de comercio]” (APCL. Livro ata de posse de professores, p.01). Porém era ela quem assinava essas mesmas atas enquanto secretária do estabelecimento. Seu nome também constava na relação de docentes do curso primário do Ginásio Leopoldo no primeiro ano de seu funcionamento (GYMNASIO LEOPOLDO. 06 fev. 1930, p.02).

O professor Leonardo Carielo de Almeida foi aluno das primeiras turmas do Ginásio Leopoldo (GYMNASIO LEOPOLDO. 06 fev. 1930, p.02) e se formou perito contador no curso comercial do mesmo estabelecimento (COLLARAM GRÁU SOLEMNEMENTE, OS PERITOS CONTADORES DE 1938”, 16 fev. 1939, p.01-02). Se tornou professor no educandário, no curso comercial onde ocupou as “cadeiras de caligrafia e estenografia” (APCL. Livro ata de posse de professores, p.15) no ano de 1939, assumindo, também, o cargo de secretário do Ginásio Leopoldo no mesmo ano (APCL. Livro Ata da congregação, p. 01).

A partir do exposto é possível verificar pontos de aproximação e distanciamentos com os apresentados por Abreu (1955) na análise para o estado do Rio de Janeiro. O “quase equilíbrio entre os sexos” apresentado por Abreu, para o estado não era verificado no Ginásio Leopoldo, tendo o estabelecimento um número sempre maior de docentes do sexo masculino, sendo ínfimo o número de professoras.

Foi possível verificar no tópico anterior que havia um número considerável de profissionais formados por instituições de ensino superior. No Ginásio Leopoldo, porém, as formações desses profissionais eram voltadas para o que Abreu chamou de “profissões liberais” (ABREU, 1955, p.159) e não em Faculdades de Educação como era determinado na legislação educacional, evidenciando mais um dos pontos colocados pelo autor, a atuação, majoritária, de profissionais egressos de outras profissões na docência do ensino de nível médio no estado (ABREU, 1955, p.280).

Um outro fator de grande aproximação era a atuação dos docentes em diferentes disciplinas e diferentes cursos. Como pôde ser verificado, vimos que a maioria dos professores do Ginásio lecionava tanto no curso comercial (nos dois ciclos) quanto no ginásial, e alguns, além da atuação na docência em cursos e disciplinas diferentes, atuavam, em cargos da administração do estabelecimento. Era o caso do professor Newton Gonçalves de Barros, marido de Leopoldina, que atuava na docência e foi, também, diretor técnico do Ginásio. O professor Leonardo Carielo de Almeida e a professora Leopoldina Machado Barbosa exerceram a função de secretário/a no estabelecimento e o próprio Leopoldo Machado Barbosa, que além de proprietário e diretor, lecionava nos dois cursos de nível médio do Ginásio Leopoldo.

Entendendo como se configurou o corpo docente do estabelecimento e qual era a concepção de professor defendida no Ginásio Leopoldo, ou seja, a concepção do professor como guia espiritual, aquele que ministra “o pão do espírito – instrução, do coração – amor e do caráter – a moral” (FINALIDADES PEDAGOGICAS. 16 jan. 1930, p.03), um sacerdote com a missão de moldar os novos sujeitos para uma nova nação, buscamos agora conhecer sobre esses sujeitos que seriam modelados dentro do Ginásio Leopoldo, os alunos do estabelecimento. Tendo em perspectiva que a bibliografia aponta o curso secundário como um curso elitizado e segregador, buscamos assim analisar a quem era direcionada a educação integral propagandeada pelo *Correio da Lavoura*.

### **1.3“Vitam impendere labor”: o alunado do secundário iguaçuano**

*A terra pra dar bom fruto, deve ser revolvida nas suas entranhas,  
rasgada, ferida, com a lamina fria do arado.  
A arvore para ser bela, seivosa, úbere,  
deve sêr podada, cuidada e dirigida.  
A alma também, e principalmente, deve ser burilada nas suas arestas indôceis;  
deve ser coagida nos seus desregramentos;  
amparada nos desfalecimentos; nutrida nas suas fraquezas;  
entusiasmadas nas suas virtudes.  
Eis a complexidade do problema da educação, da disciplina,  
da formação de caracteres firmes, dos corpos sadios e das inteligencias cultas  
(PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 20 jun.1943, p.05).*

No periódico *Correio da Lavoura*, notamos um forte apelo por parte do jornal para com a sociedade iguaçuana, a fim de que matriculassem seus filhos e filhas no Ginásio Leopoldo.

É recorrente na historiografia sobre o ensino secundário que este nível de ensino era destinado a formar os quadros dirigentes do país (FREITAS; BICCAS,2009; ALVES,2012; SAVIANI, 2013; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; MICELI, 2015; MAIA, 2017). Contudo, alguns autores apontam uma mudança nos quadros de alunos desse nível educacional em função do processo de industrialização que começou a ser desenvolvido no pós-1930 (ABREU, 1955; ROCHA, 2000; MICELI, 2015).

Em Iguazu vimos que o desenvolvimento urbano se intensificou em função do desenvolvimento da citricultura laranjeira, o que proporcionou uma melhoria no acesso e o aumento nos serviços urbanos proporcionado, principalmente, pelo beneficiamento das laranjas, acarretando em uma maior diversificação nas possibilidades de emprego dessa população. A instrução escolar era um fator considerado de extrema importância para alcançar as modernizações na agricultura e nas outras áreas profissionais que estavam ali se desenvolvendo.

A educação escolar defendida como “vacina” ia muito além da questão da aprendizagem de novas técnicas de trabalho. Era preciso que ela modelasse os corpos, impregnasse novos hábitos de higiene, aperfeiçoasse a conduta, ou seja, era necessário que a escola transformasse “o povo doente e amorfo” em trabalhadores laboriosos, saudáveis, ativos (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ. 02 jan. 1930, p.02). A defesa da educação escolar como fator de regeneração social e do trabalho como fator do progresso humano, era também, princípios defendidos na doutrina espírita:

Papel preponderante nesse processo evolutivo desempenhava a concepção espírita de trabalho como indissolúvelmente ligada à idéia de progresso. O progresso humano só tinha razão de ser, só era compreendido, em função do trabalho. O aperfeiçoamento contínuo do homem tornava-o melhor trabalhador. A importância do trabalho como valor básico do progresso social e espiritual aparece em toda a obra de codificação espírita, como um princípio tendente a tornar o indivíduo e a sociedade melhores (ISAIA, 2015, p.05).

Compreendemos com isso que o Ginásio Leopoldo mais do que instruir, era “uma casa de educação consagrada ao trabalho – dahi sua legenda ‘Vitam Impendere Labor’ (O DIA DA PÁTRIA, 14 set. 1939, p. 02). Assim a divisa defendida pelo Ginásio estava em perfeita harmonia com “a sociedade industrial [que] tentava docilizar e adestrar os corpos” (ISAIA, 2015, p.06), para que esses corpos tenham “em regra, disposição para o trabalho e facilidade para assimilação intelectual” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 13 abr. 1941, p.05).

Nessa direção, buscamos aqui apreender a constituição do alunado do Ginásio, atentando para a situação educacional de Iguazu e entender a rede escolar que se formou nesse município concomitante com o projeto de sociedade que se buscou imprimir nesse local. Sabemos que havia uma considerável rede de escolas primárias, municipais e estaduais, em Iguazu, já na década de 1930 (DIAS, 2014). Entretanto, Faria Filho e Bertucci (2009) nos chamam atenção para analisar quais as funções desempenhadas por cada nível educacional em cada período específico.

### 1.3.1 A oferta da escola primária em Iguazu e a ação educativa sanitaria

A formação populacional do território denominado de Baixada Fluminense foi fortemente marcada pela “imigração compulsória” desencadeada pelo tráfico de africanos escravizados durante os períodos colonial e imperial no país. De acordo com Nielson Rosa Bezerra (2012) dois fenômenos contribuíram para a formação da população nesse território nas primeiras décadas da República. O primeiro seria um “processo de enraizamento das populações escravizadas” que consistiu, segundo o autor, na possibilidade de escolha dos escravos em “permanecerem no mesmo ou em um lugar próximo” de onde viveram a condição de escravizados, de forma que fosse possível “manter antigos laços familiares e sociais”, independente do novo contexto que eles passavam a viver. O segundo seria o grande fluxo migratório para a região das áreas circunvizinhas em que outros negros, agora livres, “procurando novas oportunidades, vinham de regiões como Espírito Santo, Minas Gerais e do interior fluminense, buscando um lugar mais próximo das oportunidades na capital” (BEZERRA, 2012, p. 147).

No início do século XX, após o fim da escravidão e do advento da República, no debate acerca da construção da sociedade brasileira, como já mencionado, a escola se tornou o lugar privilegiado de modelagem dessa nova sociedade que se buscava alcançar, uma sociedade que deveria “abandonar as suas origens culturais e adotar o modelo civilizatório escolhido pela elite” (BEZERRA, 2012, p. 186). A busca pela superação do atraso e de uma aproximação do modo de vida europeu fez emergir no Brasil republicano diversos projetos de “branqueamento”

observáveis tanto nas reformas urbanas – revitalizações, construções de prédios e estradas amplas e arejadas, construções de praças, etc. – quanto na tentativa de mudança nos hábitos da população, principalmente da população negra e pobre que habitavam esses espaços que se desejavam modernizar (FARIA FILHO, 1988; ROLNIK, 1989; VEIGA, 2000; 2016; SIMÕES, 2007; DIAS, 2014).

De acordo com Cynthia Greive Veiga (2000) o movimento denominado escola nova estava atrelado aos movimentos higienistas e eugenistas em voga no período, que buscavam tornar “os brasileiros brancos na alma” (VEIGA, 2000, p.124). Através de novas práticas pedagógicas, os reformadores republicanos buscavam imprimir “uma organização escolar mais racionalizada”, objetivando a criação “de uma cultura escolar centrada no branqueamento” (VEIGA, 2000, p.134). A autora aponta que no processo de homogeneização cultural que se buscou implantar, as representações das pluralidades culturais foram suprimidas, e o ideário do “brasileiro branco, honesto, trabalhador e cômico de seus deveres para com a pátria” emergiu como o modelo ideal a ser alcançado (VEIGA, 2000, p.144).

No Brasil republicano o desejo de embranquecer o país foi sendo acentuado e refletido nos incentivos a imigrações estrangeiras. Esse desejo estava intimamente ligado ao pensamento eugênico. Essa necessidade de embranquecer a população ia além da questão da cor, era preciso embranquecer os hábitos e costumes (VEIGA, 2000; BEZERRA, 2012), a fim de se aproximar da forma de vida europeia. Havia a nítida intenção de “transformar os ex-escravos e seus familiares em trabalhadores livres que continuassem servindo aos interesses da elite nacional” (BEZERRA, 2012, p. 186) e a escola era o local com dupla função de modelar os hábitos e conformar esses sujeitos nos lugares determinados para eles. A ação educacional destinada à grande massa trabalhadora e principalmente a população negra foi à ação educativa sanitária que tinha o fim de salvar o país das doenças e da ignorância, seus maiores males, mas, também, de doutrinar e conformar essa população (FARIA FILHO, 1988; VEIGA, 2000; BEZERRA, 2012; CARVALHO, 2016).

Nesse sentido de higienizar tanto o espaço quanto os sentidos, Amália Dias (2014) traz em sua pesquisa que ambos os sentidos estavam imbricados no processo de construção da “Nova” Iguaçu, assim:

As condições de saúde e higiene da população, [...] eram atreladas às condições de habitação, aos hábitos de consumo, de cuidados com o corpo, o que apontava para a necessidade de suprimir a insalubridade. Era necessária a instalação de redes de abastecimento de água e esgotos, casas salubres, serviços de assistência médica e de instrução para a disseminação de hábitos saudáveis e profiláticos. As prescrições sobre o que era saudável e adequado circunscreviam os hábitos que deveriam ser abandonados, como, por exemplo, o alcoolismo. Havia um entrelaçamento entre saúde, condição física, conduta moral e disposição ao trabalho que buscava

reorganizar, nas primeiras décadas pós-escravidão, a função social do trabalho e do trabalhador (DIAS, 2014, p.376).

Seria preciso, assim, a “construção de uma nova infraestrutura” que viabilizasse o aproveitamento de áreas insalubres no município, que deveria “ser reorganizado, saneado, para propiciar novos modos de vida” (DIAS, 2014, p.376). O ideário difundido pelo jornal *Correio da Lavoura* era de que não haveria “saneamento definitivo” se não houvesse instrução para o povo (DIAS, 2014, p.378), apontando, ainda, que “um povo brasileiro sadio dispensaria o uso do trabalho do imigrante” (DIAS, 2014, p.375-376), discurso em perfeita consonância com o grupo agrário da região.

Dias (2014) ao analisar os processos de escolarização no distrito-sede de Iguaçu entre 1916 e 1950, localizou um número considerável de escolas primárias no município, mesmo considerando as lacunas existentes nos documentos. A oferta do ensino primário era majoritariamente proporcionada pelo poder público – estadual e municipal – e havia maior presença de “escolas isoladas mistas”<sup>9</sup> (DIAS, 2014, p. 210). Havia escolas primárias particulares subvencionadas no município, porém esse número era pequeno seguindo a lógica do Estado (DIAS, 2014, p. 166). Dias priorizou investigar “a análise do estabelecimento de uma rede regular de escolas pelas agências da sociedade política” (DIAS, 2014, p.119).

Nesse sentido buscamos nas fontes dispostas alguns subsídios sobre escolas ofertadas pela rede pública municipal de ensino, buscando compreender a articulação (ou não) entre os níveis de ensino ofertados em Iguaçu e a função desempenhada por eles no local, tendo em vista que a bibliografia sobre o secundário pontua a seletividade desse nível de ensino e o caráter segregador com relação ao ensino primário (ROCHA, 2000; MICELI, 2015; MAIA,2017).

No manuseio com as fontes do Colégio Leopoldo, podemos identificar no histórico da chegada de Leopoldo a Iguaçu, que o escritor do documento aponta as escolas primárias instaladas no distrito-sede de Iguaçu no ano 1925, de acordo com o documento:

Havia na cidade, além do tradicional estabelecimento de ensino particular do Prof. Augusto Pariz, já em festa de suas Bodas de Ouro em 1925, seis escolas estaduais assim classificadas por decreto: masculina, do Prof. Augusto José Rodrigues da Silva Jr., e mistas, das professoras Arlinda Rosa de Barros Caulino, Carmem de Castro Torres, Emília Pontes Vieira, Venina Corrêa e Amélia Feliciano da Silva Kelly. E algumas poucas municipais (APCL. Azeredo, 1991, p.02).

---

<sup>9</sup> Escolas primárias que ofertavam, de acordo com legislação vigente, ensino primário de 1º grau (2 séries) ou de 2º grau (3 séries) para ambos os sexos. O curso primário completo (5 séries) era oferecido em escolas de 3º grau que posteriormente passou a se chamar Grupos Escolares ou Escolas Modelos (DIAS, 2014, p.172-173).

O que o trecho acima nos demonstra é que o investimento municipal em educação escolar, ao menos até metade da década de 1920, era pequeno, como se observa na tabela a seguir.

Quadro 11 – Distribuição de escolas primárias em Iguazu

Década	Estadual	Municipal	Total
1890	15	1	16
1910	11	-	11
1920	29	9	38
1930	40	33	73
1940	20	100	120

Fonte: A autora, 2019. Elaborada a partir de DIAS, 2014, p. 119-120;151-154.

O que a tabela acima nos permite visualizar era que realmente, ao menos até metade da década 1920, não havia relevante investimento municipal em instrução. Porém, é importante frisar que a prefeitura de Iguazu foi criada em 1919<sup>10</sup>, e pelo motivo do município não possuir verbas suficientes para arcar com os compromissos que o ato demandava, a prefeitura ficou sob o domínio do Estado que teria o poder de designar o prefeito para o município, não possuindo a municipalidade autonomia para tal fim (DIAS, 2014, p.75).

Outro fato visível é o crescimento exponencial de número de escolas nas décadas de 1930 e 1940. Acreditamos que tal fato esteja diretamente ligado ao fator econômico do desenvolvimento citrícola na região. De acordo com Dias (2014), o final da década de 1920, a década de 1930 e a década de 1940 foram o ápice da produção laranjeira no Rio de Janeiro, e Nova Iguazu era o centro irradiador dessa produção. Em 1935 havia no município 24 packing houses<sup>11</sup> que beneficiavam tanto a produção local quanto a que viria de outros municípios (DIAS, 2014, p. 82-83).

Outros fatores como crescimento populacional, motivado pelo retalhamento das grandes fazendas, os apelos e denúncias das mídias locais, dos latifundiários e da sociedade, numa escala mais ampla, acerca da necessidade da instrução como “vacina” para curar a ignorância e a insalubridade (vistos como grandes males nacionais) são possíveis motivos do aumento do número de escolas. Contudo, o crescimento quantitativo no número de escolas – municipais e

<sup>10</sup> Decreto nº 1.716 de 26/11/1919 (DIAS, 2014, p.74).

<sup>11</sup> Galpão de armazenamento, tratamento, beneficiamento das laranjas.

estaduais – não era suficiente para atender a grande população que buscava as escolas primárias iguaçuanas (DIAS, 2014, p.413).

Além do número insuficiente de escolas no atendimento à população, haviam outros fatores que dificultavam a permanência dos alunos nos bancos escolares. Dentre esses motivos estavam as epidemias e enfermidades constantes nos alunos e seus familiares, e a evasão dos alunos nos períodos de plantio e colheita nos laranjais (DIAS, 2014, p.285). A autora sinaliza ainda para as escolas de Iguaçu o número decrescente de alunos série a série, o que revelava que a maioria dos matriculados não concluíam o curso primário, sendo maior a concentração de alunos na primeira série do curso.

Nessa conjuntura de imbricação entre a expansão do número de estabelecimentos de ensino primário, a não suficiência dos mesmos e a evasão por grande parte dos estudantes nessas escolas, que buscamos analisar o público do Ginásio Leopoldo. Intentamos investigar qual o público estava sendo atendido pelo, de acordo com as fontes, primeiro, e durante alguns anos, o único, estabelecimento que ofertava o ensino secundário em Iguaçu.

### 1.3.2 Ginásios e contadores – os secundaristas iguaçuanos

De acordo com seu proprietário o Ginásio Leopoldo era um estabelecimento de ensino laico, que não seguia doutrinas religiosas. Mesmo ele sendo espírita kardecista, defendia a liberdade religiosa dos educandos (O ENSINO EM NOVA IGUAÇU, 02 jan. 1930, p.02). Dora Incontri (2004) pontua que um dos pilares da educação espírita era “respeitar a liberdade e a individualidade da criança”, e que mesmo acreditando que a dimensão espiritual era fator essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, o codificador da religião, Allan Kardec, “não queria que a doutrina espírita tivesse um caráter proselitista (embora isso nem sempre seja seguido por seus adeptos), pois o respeito à liberdade de consciência é quesito absoluto da ética por ele proposta” (INCONTRI, 2004, p.04).

Como já exposto, o Ginásio oferecia, nos primeiros anos de seu funcionamento, externato e internato, sendo este último apenas para meninos. O alojamento dos internos funcionava no segundo pavimento do 1º prédio do Ginásio Leopoldo, onde também eram os aposentos da família. Não encontramos indícios de funcionamento do internato para meninos após a transferência do estabelecimento para o novo prédio, em 1936.

As fontes no acervo do estabelecimento referentes aos primeiros cinco anos do Ginásio Leopoldo são poucas, sendo mais abundante a partir do ano de 1936, ano em que o estabelecimento recebeu a inspeção preliminar. Encontramos apenas alguns registros de alunos que fizeram o exame de admissão ao curso ginásial no ano de 1931, e posteriormente algumas

fichas de alunos dos anos de 1936, 1937 e 1938. Desse modo a recuperação do quadro de alunos do Ginásio Leopoldo que almejávamos apresentar nessa pesquisa acabou por ser majoritariamente quantitativo.

Nesse sentido buscamos recuperar nas páginas do *Correio da Lavoura* subsídios para recompor o quadro de alunos do Ginásio Leopoldo nos primeiros anos de seu funcionamento. Encontramos em algumas matérias do jornal a relação nominal dos alunos que fizeram os exames oficiais de promoção de série. Porém, para os primeiros anos da instituição, só encontramos a relação dos anos de 1930, 1931 e 1932. Sendo que, para o ano de 1932, encontramos apenas as relações nominais para os cursos infantil e primário, havendo apenas menção sobre os alunos que prestariam os exames de admissão e do curso ginásial, que seriam realizados no Colégio Pedro II. Contudo, não encontramos matérias em que houvesse sido publicado a relação dos alunos que prestaram os exames.

É importante mencionar que existe uma lacuna nas publicações do *Correio da Lavoura* disponibilizadas para consulta. Esta lacuna compreende o espaço de março de 1933 até março de 1935, período consideravelmente extenso e que seria de grande relevância para a pesquisa. Pelas relações encontradas nas matérias do jornal foi possível formular o seguinte quadro:

Quadro 12– Quantidade de alunos por cursos do Ginásio Leopoldo.

Ano	Infantil		Primário			Admissão	Ginásio				Total
			1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	
1930	10		11	17	07	16	-	-	-	-	61
1931	08	13	14	07	14	10 + (12) <sup>12</sup>	16	-	-	-	82
1932	10		14	09	13 <sup>13</sup>	-	-	9	-	-	46

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: GYMNASIO LEOPOLDO, 22 jan. 1931, p. 03; GYMNASIO LEOPOLDO, 03 mar. 1932, p.02; GYMNASIO LEOPOLDO, 29 dez. 1932, p.02.

É preciso frisar que esses números não são exatos, tendo em vista que a nossa única fonte para os formular foram as matérias do periódico *Correio da Lavoura*. O que buscamos é

<sup>12</sup> Esse número se refere a alunos da 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> séries primárias do Ginásio Leopoldo que foram submetidos ao exame de admissão no Colégio Pedro II e obtiveram notas superiores a 5. (GYMNASIO LEOPOLDO, 03 mar. 1932, p.02).

<sup>13</sup>De acordo com a matéria esse número se refere a quantidade de alunos na 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> série primária do Ginásio Leopoldo no ano de 1931 que prestaram o exame de admissão em 2<sup>a</sup> época. (GYMNASIO LEOPOLDO, 29 dez. 1932, p.02).

uma tentativa de visualizar aspectos do quadro discente do Ginásio Leopoldo nos seus primeiros anos de funcionamento.

O que o quadro nos permite visualizar, mesmo considerando a inexatidão dos dados, é que, ao menos nos dois primeiros anos de funcionamento do Ginásio, o estabelecimento só oferecia três séries primárias, e a quarta série seria o curso de admissão aos cursos do nível secundário. Não se observa entre as séries o número decrescente de alunos, comum nas escolas primárias públicas do município (DIAS, 2014), só se mostrando essa possibilidade no ano de 1932.

No ano de 1932, a matéria nos dá indícios que funcionava a 4ª série primária no Ginásio, porém funcionava junto com a 3ª série, pois na relação nominal apresentado no periódico aparecia da seguinte forma:

[...] realizados os exames dos cursos primários, cujos os resultados damos abaixo:

4º e 3º anos primarios: Yevert Berçol Garcia, plenamente 7; Alexandre Madruga; Alvaro Noronha da Costa; Ismael Pimenta de Moraes; Gilson Rachid; Manoel Joaquim Ribeiro Filho, plenamente 6; Nilda Braga; Eugenia Tinoco, simplesmente 5; Jose da Costa Lobo; Manoel França Alencar Neto; Alcindo Rafael; Florentino Rafael; Elza Rodrigues da Silva, simplesmente 4.

2º anno primario: Enéas Silvestre dos Santos, plenamente 8; Luiz Ignacio da Silveira Filho; Alvaro Martins; Otto de Almeida Mello; Wilson Bittencourt, plenamente 6; Magdalena de Oliveira Carvalho simplesmente 5; Alberto de Carvalho Junior; Alvino de Macedo Barradas; Manoel Quaresma de Oliveira, simplesmente 4.

1º anno primário: Adaltivo Braga, plenamente 6; Roberto Salgueiro de Sá; Ernesto Cezar Madeira; Rosa Ferreira; Maria da Conceição Corrêa Chagas; Arthur Menezes; Delio Bittencourt; Abeilard Fernando de Castro, simplesmente 5; Luiz Martins; João Antunes; Eponina Mattos; Helena de Oliveira Carvalho; Layr Gouvêa; Mary Martha Sampaio, simplesmente 4.

Infantil: Heitor Vigné; Nilton Fernandes; Walter Bittencourt, simplesmente 5; Ilza Almeida; Itala de Gregorio; Rosa Moreno de Vasconcelos; Jorge Vigné; Antonia de Oliveira Carvalho; Washington Bittencourt; Matteo de Barros Palladino, simplesmente 4 (GYMNASIO LEOPOLDO, 29 dez. 1932, p.02).

Apesar de na matéria as turmas que aparecem juntas ser a 3ª e 4ª séries, nas fotografias dispostas no Álbum “Gymnasio Leopoldo” as turmas legendadas juntas são a 1ª e 2ª séries. No referido álbum encontramos fotografias referentes aos cursos infantil, 1º e 2º anos primários, 3º ano primário e ginásial, não contendo na legenda da foto do 3º ano que eram duas turmas funcionando juntas.

Figura 6– Alunos do curso infantil do Ginásio Leopoldo 1932.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.16.

Figura 7– Alunos dos 1º e 2º anos primários do Ginásio Leopoldo 1932.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.16.

Como é possível observar na legenda da fotografia indica que são o 1º e o 2º anos primários, contudo, só observamos na fotografia, além dos alunos, o diretor-proprietário, em pé a direita, e a professora, e também esposa de Leopoldo, Marília Ferraz de Almeida Barbosa, ao centro. Pela pesquisa de Dias (2014), é possível observar que a configuração da grande maioria das escolas primárias em Iguazu era de classes heterogêneas funcionando séries diferentes em uma mesma turma. Nesse sentido o Ginásio Leopoldo, ao que nos parece, não fugiu a essa regra no início de seu funcionamento. O curso primário do Ginásio só apareceu oferecendo as cinco séries do curso primário em 1939.

Figura 8– Alunos da 3ª série primária do Ginásio Leopoldo 1932.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.15.

Para o curso ginásial, como já foi exposto em tópico anterior, não houve turma no ano de 1930. Em 1931, possuía o curso ginásial uma única turma. Para o ano de 1932 não encontramos matéria no periódico, mas encontramos a fotografia abaixo no acervo do Ginásio.

Figura 9– Alunos do curso ginásial do Ginásio Leopoldo 1932.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.13.

Não podemos afirmar que todo o contingente da foto seja de alunos de uma única turma, ou de mais turmas do curso ginásial ou se são alunos do ginásial e do comercial. O que a fotografia nos mostra é que, possivelmente, havia turma (s) do curso ginásial funcionando no estabelecimento, mesmo o Ginásio ainda não possuindo a autorização do governo federal.

Observamos também que as turmas, tanto do ensino primário quanto do secundário, aparecem de forma mista, ou seja, compostas por alunos de ambos os sexos. Incontri (2016) pontua que os fundamentos do espiritismo são pautados em um “caráter igualitário” que se manifesta “no próprio impulso de lutar pelo acesso de todos à educação”. Aponta que a defesa ao acesso feminino a educação já era pautada por Kardec no início do século XIX, assim como o “combate a qualquer forma de discriminação racial e religiosa” (2016, p.03). Isso nos leva a crer, juntamente com a documentação enviada pela diretora do DNE em 1942 (ofício de permissão para funcionamento excepcional de classe mista no ano de 1942, tendo o Ginásio que a partir de 1943 separar as turmas por sexo), que o sistema educativo no Ginásio Leopoldo era formado, por turmas compostas de meninos e meninas.

Através do Livro Ata Exames de Admissão do Ginásio Leopoldo foi possível recuperar algumas informações referentes aos primeiros alunos que prestaram tais exames no Ginásio, e que, de acordo com as fontes, formaram a primeira turma do secundário do educandário. Desse modo, é possível observar no quadro abaixo a idade e a procedência desses educandos.

Quadro 13 – Alunos do primeiro exame de admissão do Ginásio Leopoldo 1931.

Nome do aluno	Idade	Naturalidade
Alboquir Soares	12 anos	Distrito Federal
Cial Omar Cruz	17 anos	Estado do Rio de Janeiro
Gilda Sarres	15 anos	Distrito Federal
Ilka da Gloria Pimenta de Moraes	13 anos	Estado do Rio de Janeiro
José Alfredo Barbosa Soares	12 anos	Estado do Rio de Janeiro
José Antonio Garrido	12 anos	Distrito Federal
Manoel Alves de Araujo Lima	13 anos	Estado do Rio de Janeiro
Maria Pariz de Castro	12 anos	Estado do Rio de Janeiro
Margarida AlwaresPaquelet	12 anos	Estado do Rio de Janeiro
Maria Odette Rachid	13 anos	Minas Gerais
Nahyda Noronha da Costa	11 anos	Estado do Rio de Janeiro
Orlando Augusto Fernandes	15 anos	Distrito Federal
Odette de Freitas Pedroso	15 anos	Estado do Rio de Janeiro
Rosimond Risso de Souza Telles	13 anos	Estado do Rio de Janeiro
Sildorema da Costa de Mattos	14 anos	Estado do Rio de Janeiro
Wylgberto Tinoco de Carvalho	15 anos	Estado do Rio de Janeiro

Fonte: A autora, 2019. APCL. Livro ata exames de admissão, 08 jan. 1931, p.01.

Não foi possível identificar nas fontes informações referentes ao local de residência destes educandos, se eram ou não de Nova Iguaçu, dos distritos vizinhos ou de outros municípios. Porém, o *Correio da Lavoura* noticiava que “a fama de seus méritos [iam] além desta cidade e deste município” pois “de Deodoro a Paracamby, e mesmo do Rio, já lhe veem alumnos” (GYMNASIO LEOPOLDO, 22 mar. 1932, p.02). Nascimento (2016) aponta em sua pesquisa que encontrou matérias e propagandas sobre o Ginásio Leopoldo em jornais da capital do estado. Desse modo é possível deduzir que o Ginásio Leopoldo atendia não apenas o público escolar do distrito sede de Iguaçu, mas também das áreas circunvizinhas desta localidade, tendo em vista que o estabelecimento era localizado próximo à estação da linha férrea, o que facilitava o deslocamento desses sujeitos.

No início de 1932, encontramos a seguinte relação de alunos nos exames de admissão e ginásial:

Quadro 14 – Alunos que fizeram os exames oficiais no Colégio Pedro II 1932.

Admissão	Curso Ginásial
----------	----------------

<u>Admissão 1ª época:</u> <b>Pedro Franco Barbosa</b> Aldyr Daltro Cardoso <b>Leonardo Carielo de Almeida</b> Helio Bittencourt Rodolpho Quaresma de Oliveira Ruy Bittencourt Cesar Dias Moreira Nelson Miranda Roberto Pimenta de Moraes Domingos Tinoco de Carvalho  <u>Admissão 2ª época*:</u> Aziz Rachid Maria de Lourdes Almeida Althayr Pimenta de Moraes Helena Marzani Americo de Freitas Soares Amadeu Martins Soares Ilka dos Santos Gilberto Moreira Cardoso Geny Alvarez Paquelet Alba Pimenta de Moraes Waldemar Margarido Lopes Celio Bittencourt <b>Elza Rodrigues da Silva</b>	<u>Curso Ginásial:</u> Wylggberto Tinoco de Carvalho ** Waldemiro de Faria Pereira Maria Pariz de Castro** Euripedes Ferreira dos Santos Junior Nahyda Noronha da Costa** José Antonio Garrido** Ilka Pimenta de Moraes ** AboukirSarres Margarida Alvarez Paquelet**
--	--

\* Os alunos do 2º e 3º anos primários do Ginásio; que prestaram o exame de admissão.

\*\* Alunos que aparecem na relação de exame de admissão no ano de 1931 (quadro 13).

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: Gymnasio Leopoldo, 03 mar. 1932, p.02.

Grifos nossos.

A partir do quadro acima é possível observar que dos nove alunos que aparecem realizando os exames oficiais no Colégio Pedro II, seis apareciam na relação de alunos da ata de exames de admissão (quadro 13), demonstrando uma permanência desses alunos no estabelecimento. Os nomes que aparecem em negrito, dos alunos do curso de admissão, são alguns alunos que irão compor a primeira turma de contadores a colar grau do Ginásio (COLLARAM GRÁU, SOLEMNEMENTE, OS PERITOS CONTADORES DE 1938, 16 fev. 1939 p. 01-02) e, aparecerão, no final da década de 1930, compondo os quadros docentes do estabelecimento.

A partir de 1936, foi possível verificar de forma mais elucidativa o desenvolvimento das matrículas no curso secundário do Ginásio Leopoldo, através dos quadros gerais de matrículas encontrados no acervo. Acreditamos que esses quadros fizessem parte dos relatórios dos inspetores federais. Contudo, não foi possível precisar, pois para os anos contidos na tabela a seguir, não encontramos relatórios completos, apenas partes soltas, que por meio de comparação

com relatórios completos da década de 1940, constatamos serem partes da documentação enviada ao DNE periodicamente.

É necessário frisar que os quadros gerais de matrículas eram enviados nos relatórios do mês de março e do mês de junho, após os períodos de matrículas e de transferências. Os quadros apresentados foram elaborados a partir dos quadros de matrículas enviados no mês de março, pois para os anos determinados, eram os que estavam completos no acervo. Contudo observamos que poderia haver diferença nos números de alunos nos quadros enviados no mês de junho, tanto aumentando como diminuindo. Isso explicita que poderia haver saída e entrada de alunos ao longo do ano letivo. Assim temos para os anos seguintes à concessão da sua licença provisória, 1936, os seguintes números:

Quadro 15 – Número de matrículas no curso secundário ginásial do Ginásio Leopoldo

Ano	1936		1937		1938		1939		1940	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1ª série	9	3	13	8	24	7	34	7	27	7
2ª série	-	-	-	-	6	5	15	4	20	5
3ª série	-	-	-	-	-	-	6	3	7	4
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3
5ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	9	3	13	8	30	12	55	14	60	19
Total Geral	12		21		42		64		79	

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: Almeida, 1936; Pennaforte, 1937,1938, 1939, 1940.

O que o quadro acima nos permite vislumbrar é que o Ginásio Leopoldo passou, a partir de 1936, a oferecer gradativamente as séries do ensino secundário. Alguns documentos dispostos nos relatórios de inspetores comprovam nossa afirmativa. No termo de abertura de aulas do relatório da inspetora federal, ela aponta que “as aulas no curso ginásial começaram a 2 de março, numa única série, a primeira” (APCL. Almeida, 17 abr. 1936). Em documento enviado ao Diretor do DNE, pela direção do Ginásio Leopoldo, é também possível confirmar nossa afirmação. De acordo com o documento:

[...] teve êle [Ginásio Leopoldo] a inspeção preliminar em 1936, funcionando, neste ano, apenas, com 11 alunos. No ano de 1937 sua matricula foi, apenas, 21 alunos, todos na primeira série, em virtude de não poder formar, por falta de candidatos, uma

segunda série. Em 1938, funcionaram duas séries, a 1ª com 26 alunos e a 2ª com 10 [...] (APCL. Barbosa, 08 abr. 1939)<sup>14</sup>.

Diante do exposto nos questionamos sobre os alunos que apareceram nas matérias do periódico *Correio da Lavoura* nos anos de 1931 e 1932 como alunos do ensino secundário ginásial no estabelecimento. Teriam esses alunos migrado para o curso comercial, já que este recebeu o reconhecimento oficial em 1933? Teriam os alunos do secundário do Ginásio Leopoldo trocado de estabelecimento de ensino, devido ao não reconhecimento oficial do curso secundário? Teria o Ginásio Leopoldo deixado de oferecer o curso ginásial? Esses são questionamentos que não conseguimos responder devido à ausência de fontes do período anterior ao seu reconhecimento oficial. O que podemos verificar foi que os nomes dos alunos que aparecem nas relações de 1931 e 1932, não aparecem nas primeiras relações de alunos que colaram grau no curso de perito contador do Ginásio (Quadro 17).

Podemos verificar também nos números dispostos no quadro acima o crescimento no número de matrículas no curso secundário do Ginásio, e que esse crescimento é, majoritariamente, masculino. Temos para os cinco primeiros anos de funcionamento oficial do Ginásio 25%, 38%, 28%, 21,8% e 24%, respectivamente, de matrículas femininas nesse curso.

Marcos Roberto Martins (2009) pontua que a Igreja Católica condenava fortemente a educação de meninas em estabelecimentos coeducativos e pregava que educação feminina “fosse realizada em instituições escolares exclusivamente femininas” principalmente na fase da adolescência (MARTINS, 2009, p.27-28).

Nesse sentido é possível que a baixa matrícula de meninas no curso secundário do estabelecimento possa ter a ver com tais prescrições da Igreja Católica, atentando-se ao fato que no final da década de 1930, o pároco local inaugurou uma escola normal na cidade que provavelmente absorvia parte das meninas iguaçuanas. O que podemos observar para o Ginásio Leopoldo, com relação a educação feminina, era que elas estavam muitas vezes a frente das organizações estudantis no estabelecimento, na direção da Liga e dos grêmios, e também pronunciando discursos cívicos tanto dentro do estabelecimento quanto nos eventos externos.

A partir da década de 1940, podemos observar no quadro abaixo, que o número de alunos no curso ginásial cresceu consideravelmente, porém, o aumento nas matrículas femininas continuou menor do que o de matrículas masculinas, girando em torno dos 25% a

---

<sup>14</sup> A diferença entre o número de alunos apresentados neste documento e no quadro 12, pode ser explicado pelo fato do quadro ter sido elaborado com os quadros de matrículas do início do ano letivo, podendo ocorrer transferências e desistências de alunos ao longo do ano, podendo ocorrer mudanças nesse quantitativo ao longo do período letivo.

30%, só alcançando os 40% de matrículas femininas em 1949. É preciso frisar que os dados para compor os quadros foram retirados dos quadros de matrículas dos relatórios do início do ano letivo, ou seja, esses números são compostos pelos novos alunos e também pelos antigos, já que estes últimos precisavam renovar suas matrículas anualmente (APCL. Regulamento Interno, 1945, p.02).

Quadro 16– Matrículas nos cursos de nível médio do Ginásio Leopoldo por sexo.

Ano	Curso Ginásial		Comercial 1º ciclo		Comercial 2º ciclo*		Total por ano
	Masc.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	
1941	72	25	15	11	8	7	138
1942	108	35	25	26	6	6	206
1943	103	36	23	23	10	12	207
1944	108	51	32	36	17	19	263
1945	120	56	36	45	22	22	301

\* O segundo ciclo do curso comercial era oferecido apenas no turno da noite no Ginásio Leopoldo.  
Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: TEIXEIRA, 1941, 1942. MARTINS, 1943, 1944, 1945.

Uma observação que os números acima nos permitem visualizar é que a disparidade entre as matrículas por sexo não é verificada no curso comercial, nem no primeiro e nem no segundo ciclo. Apesar do número de matrículas ser bem mais baixo que no curso secundário (ciclo ginásial), há uma equidade nesses números entre alunos e alunas, inclusive no curso do segundo ciclo que era oferecido, somente no turno da noite no Ginásio, tal afirmativa pode ser comprovada com a quadro a seguir, que apresenta a relação de alunos formados no curso de perito contador, segundo ciclo do curso comercial do Ginásio Leopoldo.

Quadro 17 – Alunos formados contadores no Ginásio Leopoldo

1938	1939	1942
Leonardo Carielo de Almeida, Maria de Lourdes Almeida, Eugenia Tinoco, Ilka dos Santos Manoel Joaquim Ribeiro Filho	Maria Aparecida da Fonseca Alziro Jose d'Avila Junior Maria Odete Brigagão Acácio Luiz da Silva Ruth Berçot de Matos	Agostinho Vitorino de Carvalho Alcindo Rafael José Max Penha Vilela Oswaldo Carielo de Almeida Ana Cristina de Luca Alfa Rodrigues Maria Orbela Mendonça Uriel Nunes Brigagão

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: COLLARAM GRÁU, SOLEMNEMENTE, OS PERITOS CONTADORES DE 1938, 16 fev. 1939, p.02; COLAÇÃO DE GRÁU DOS CONTADORES DE 1939, 24 mar. 1940, p.02; A FESTA DOS NOVOS CONTADORES E BACHARÉIS DO COLÉGIO LEOPOLDO, 20 dez. 1942, p.02.

Na segunda metade da década de 1940 o Ginásio passou a oferecer os cursos de nível médio nos turnos da manhã e da noite, além do curso de segundo ciclo comercial que já era, e continuou, apenas nesse turno. Como se observa no quadro abaixo a diferença no número total de matrículas no primeiro ciclo do curso ginásial excede, e muito, o de matrícula do curso comercial no primeiro ciclo.

Quadro 18 – Relação de alunos matriculados nos cursos de nível médio por turno no Ginásio Leopoldo.

Ano		Curso secundário				Curso Comercial				Total por ano
		1º Ciclo		2º ciclo		1º ciclo		2º ciclo		
		Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	
1946	Diurno	135	64	-	-	57	63	-	-	319
	Noturno	19	13	-	-	15	09	27	18	101
1947	Diurno	169	74	-	-	59	77	-	-	379
	Noturno	43	21	-	-	47	23	33	13	180
1948	Diurno	168	84	-	-	31	51	-	-	334
	Noturno	35	15	-	-	51	54	32	48	235
1949	Diurno	138	96	-	-	21	54	-	-	309
	Noturno	10	01	-	-	56	28	19	44	158

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: MARTINS, 1943, 1944, 1945.

Abreu (1955) apresenta em sua pesquisa, que para o estado do Rio de Janeiro, o curso comercial e o primeiro ciclo do curso secundário (ginásial) foram os ramos do ensino médio que mais cresceram no estado, tendo o curso comercial crescido na proporção de 300% no decênio de 1940 a 1950 (ABREU, 1955, p. 306). De acordo com o autor, o crescimento na oferta de ambos os ramos de ensino se deu principalmente pela iniciativa privada por serem “cursos mais baratos de oferecer” (ABREU, 1955, p.202).

Nessa direção, Abreu (1955) coloca que a escola média fluminense era formada por estabelecimentos, majoritariamente privados, que ofereciam entre três ou quatro cursos, sendo eles em sua maioria os cursos primários, primeiro ciclo do curso secundário (ginásial), curso comercial e curso normal (ABREU, 1955, p. 274). O autor pontua que havia um decréscimo nas matrículas série a série nos cursos de nível médio, assim como no ensino elementar, contudo, coloca que tal fenômeno ocorria de forma inversa na comparação entre o último ano do curso ginásial e o primeiro ano do segundo ciclo do curso comercial. Tal fenômeno é explicado por

ele pelo fato dos alunos que concluíam o primeiro ciclo do secundário (curso ginásial) migravam para o segundo ciclo do curso comercial, pois este habilitava profissionalmente a perito contador (ABREU, 1955, p.306).

É possível observar diante do exposto que o Ginásio Leopoldo apresenta algumas das características apontadas por Abreu para o período, tais como ser um estabelecimento criado e mantido pela iniciativa privada, o oferecimento de cursos diversos – primário, secundário, comercial, na década de 1950 passa a oferecer também o curso normal – o número muito maior de matrículas no curso secundário (ginásial) do que no técnico profissional (comercial). Contudo não verificamos no caso do Ginásio Leopoldo a transferência de alunos do primeiro ciclo secundário para o segundo ciclo comercial, como era apresentado pelo autor no caso do Rio de Janeiro. No quadro abaixo apresentamos as três primeiras turmas de concluintes do ginásial do Ginásio Leopoldo, frisando que o educandário só passou a oferecer o segundo ciclo do curso secundário (colegial) na década de 1950.

Quadro 19 – Formandos do curso ginásial do Ginásio Leopoldo

1941	1942	1943
Altiva Figueira Cardoso	Herman Trajman,	Assis Torres Barbosa
Adolfo Gerstler	Jair Pereira Neves	Braz Carielo de Almeida
Jecí Leal da Silva	Italiadi Gregorio	Danilce de Moraes Soares
Conceição de Gregorio	Florentino Rodrigues	Delio Fernandes Cardoso
Oswaldo Cruz	Flores	Heleny Lambert
Roberto dos Santos	José de Moraes Soares	Helio Soma
Barbosa	Lucí Alvarez Paquelet	Hipólito Paquelet Filho
Rui Barbosa da Silva	Pascoal Espera	Luiz Russo
Oswaldo Soares	Zita Ferreira de Almeida	Lehar Rodrigues da Silva
Mateo de Barros Paladino	Delminha Lagden	Oto Vicente Perrone
		Valter Faria Pacheco

Fonte: A autora 2019. Elaborado a partir de: FORMATURA DOS BACHARELANDOS DE 1941, 08 fev. 1942; A FESTA DOS NOVOS CONTADORES E BACHARÉIS DO COLÉGIO LEOPOLDO, 20 dez. 1942, p.02; BACHARELANDOS DO GINÁSIO LEOPOLDO, 16 jan. 1944, p.02.

Não foi possível apreender pelas fontes utilizadas a procedência dos alunos que compunha o Ginásio Leopoldo nas suas primeiras décadas de funcionamento. As fontes analisadas não possibilitam afirmar se eram ou não os filhos das classes “abastadas” do município que estavam sendo educados no Ginásio. O que observamos foi que muitos dos sobrenomes dos alunos do estabelecimento apareciam no periódico *Correio da Lavoura* sendo sobrenomes de profissionais liberais, comerciantes e de alguns políticos locais, porém não podemos afirmar que tal informação tenha real ligação, tal comprovação demandaria outros esforços de pesquisa e análise de outras fontes.

Contudo podemos perceber, em consonância com o apresentado por Abreu (1955), a grande disparidade entre a quantidade de alunos que iniciavam o curso ginásial e os que concluíam esse curso, demonstrando a seletividade e a evasão pontuadas pela bibliografia referente ao tema. Nessa direção buscamos agora analisar o processo de formação desses alunos no Ginásio, apreendendo qual a concepção de aluno desenvolvida pelo estabelecimento, e como e para que esses alunos eram formados.

### 1.3.3 “Mens sana in corpore sano”: a formação do discente no Ginásio Leopoldo

A historiografia da educação nos apresenta que o início do século XX foi um período de grandes debates no campo educacional brasileiro (FREITAS; BICCAS, 2009; VEIGA, 2000, 2016; SAVIANI, 2013; CARVALHO, 2016). O analfabetismo foi considerado “o pai de todos os males da nação” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.41), o grande mal nacional a ser combatido e sua erradicação, tornou-se “prioridade na hierarquia das providências de reforma nacional” (CARVALHO, 2016, p.227).

A educação escolar ganhou um papel central na reconfiguração que se buscou imprimir no país no pós-1930. O novo governo buscou, com as reformas educacionais implementadas, romper com modelos educacionais do período anterior e imprimir novas configurações à sociedade, em uma tentativa de se construir uma cultura nacional. Dentro desse contexto, a forma escolar era o lugar privilegiado de modelagem do novo cidadão, e o centro disseminador da nova configuração que se buscava imprimir na sociedade. Desse modo, Faria Filho e Bertucci (2009), colocam que:

Aqui, como em muitos outros países, a reforma social sempre foi creditada à reforma da escola, ou seja, acreditou-se, e ainda acredita-se muito, que as transformações sociais no Brasil dependem, em última instância, da capacidade da escola em tornar disciplinadas, ordeiras e trabalhadoras as crianças pobres (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.13).

A educação escolar se tornou “um símbolo integrado à república”, pois no projeto de unificação nacional traçado nas primeiras décadas do século XX, a escola se tornou o local mais eficiente e capaz “de regenerar, moralizar, disciplinar e unificar as diferenças” (VEIGA, 2016, p.405). Buscava-se através da educação modelar o novo cidadão em um “sujeito autônomo, individualizado e racionalizado, [...] capaz de se identificar com os princípios e valores universalizados, necessários à harmonia social” (VEIGA, 2016, p.409), desempenhando, assim, “um papel socializador importante neste processo de construção da identidade nacional” (NIEHUES, 2014, p.30-31). De acordo com Veiga (2016):

Para o operário, não é suficiente a educação tecnológica, física e moral, ‘jamais poderá ser um operário completo quem não for bom homem, bom esposo, bom pai e bom cidadão’ [...]. As manifestações dinâmicas dos homens são reguladas pelo fisiológico

e pelas atividades psicológicas e mentais. Se para a primeira concorre a higiene, para a segunda é fundamental o desenvolvimento da lógica (energia intelectual), da moral (caráter) e da estética (energia emocional) (VEIGA, 2016, p.407).

Assim, não caberia mais a escola, apenas, ensinar a ler, escrever e contar (ROCHA, 2000; CHAVES, 2000; FONSECA, 2005; DIAS, 2014; NIEHUES, 2014; VEIGA, 2016). Para construir o novo homem para a nova sociedade almejada era preciso que a escola formasse esse homem de forma integral, em todas as dimensões humanas.

Sinuê Miguel (2009) e Mattos (2014) apontam que o movimento espírita brasileiro do início do século XX, alinhado ao pensamento educacional do período, defendia a reforma social através da reforma moral do homem (MIGUEL, 2009, p.51). Pautados na codificação da doutrina desenvolvida por Kardec, os espíritas defendiam a “educação como método de promoção do progresso da humanidade” responsável pela mudança intelectual e moral dos indivíduos (MATTOS, 2014, p.92). Dessa forma, a doutrina kardecista:

Propunha [um] sentido educacional e disciplinador que visava, fundamentalmente, à internalização de códigos de conduta, no qual a higiene, a laboriosidade, a observância de rígidos padrões morais, ajustariam o trabalhador urbano à racionalidade capitalista (MATTOS, 2014, p.95).

De acordo com Incontri (2004; 2016), Pires (2008) e Nascimento (2016), a filosofia educacional espírita, ou a educação espírita buscava formar os educandos tanto no aspecto cognitivo quanto no moral e tinha como seus pilares “amor, igualdade, liberdade, maturidade e ação” (NASCIMENTO, 2016, p. 94-95). Dentro desta lógica Nascimento pontua que:

A educação moral cria situações onde ele[educando] percebe e toma consciência do significado de justiça. Somando à moral, vem a educação intelectual, que desenvolve o intelecto nas ciências, na filosofia e na lógica, com bom senso e autonomia, a crítica também agrega elementos para ajudar o aluno. O amor traz harmonia e sensibiliza o aluno para compreender e apreciar o mundo. Nesse pensamento a educação estética ajuda o educando a se relacionar com os elementos naturais. A compreensão de si e o cuidado com o corpo, tratando-o como templo faz com que o jovem tenha responsabilidade sobre seus atos (NASCIMENTO, 2016, p.95).

Nas propagandas sobre o Ginásio Leopoldo era anunciado que ele ofereceria à infância e à juventude iguaçuana uma “educação intelectual, moral, physical, bem como cívica, social e artística”, por meio “da irrepreensível disciplina, que é a base da educação moral”. Essa disciplina seria desenvolvida através da “ordem e [da] moral, [...] pelo estímulo, [...] pelo exemplo”, com a finalidade de “despertar nos seus educandos o amor e o gosto pelos bellos empreendimentos da alma, do caracter” (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ. 02 jan. 1930, p. 02).

Acreditamos que os anúncios referentes ao Ginásio propagando o tipo de educação que seria ministrada no estabelecimento estava ligado a reconfiguração que se buscou imprimir ao ensino secundário iniciada na Reforma Rocha Vaz, onde se buscou romper com o modelo de

curso parcelados que configurou esse nível de ensino desde o Império, mas também ligada aos princípios defendidos pelo espiritismo, onde a educação e o trabalho seriam os fatores que elevariam o indivíduo e conseqüentemente a sociedade. A mudança do secundário para ensino regular com seriação definida e frequência obrigatória tinha como finalidade “preencher funções mais amplas do que somente a preparação aos cursos superiores” (MAIA, 2017, p.94).

Nesse sentido o secundário deveria proporcionar:

A integração incondicional da mocidade e a disciplina físico-moral de seu corpo e de seus sentidos, habilitando-a, antes de tudo, ao serviço da pátria. [...] queria-se forjar um sujeito ideal; uma mocidade ideal comprometida com o corpo social; um tipo ideal capaz de suplantar as incorreções morais e as imoderações do ambiente profano; um tipo ideal, reconhecidamente cristão, saudável e virtuoso (SOUZA, 2014, p.410).

Associado a educação o trabalho é considerado parte indissociável do processo de evolução do indivíduo, Isaia (2015) pontua que, dentro da codificação espírita, é através do trabalho que o ser humano pode “apressar ou retardar sua evolução” sendo o trabalho o fator da “regeneração” do homem (ISAIA, 2015, p.05). De acordo com ele:

Era mister, portanto, que o homem, aceitando a vontade divina expressa nas suas leis, conformasse sua existência a uma procura incessante de aperfeiçoamento. Vale dizer, que procurasse incansavelmente o trabalho regenerador. Aperfeiçoar ao máximo o seu trabalho era ter a certeza de estar conformado à lei de evolução. [...] no modelo de trabalhador proposto por Kardec: cumpridor de suas obrigações profissionais, familiares e civis, conformado ao seu destino, não invejoso da riqueza dos patrões, comprometido com o aperfeiçoamento contínuo de seu trabalho e refratário ao espírito de rebelião. Tanto o progresso material como o espiritual deveriam ser frutos do comprometimento individual do homem (ISAIA, 2015, p. 05).

Nessa direção o autor pontua que se o “homem progride trabalhando” era necessária uma “disciplina constante” que os mantivessem afastados “do ócio e dos prazeres desregrados” se mantendo sempre ativos e “fiéis às suas obrigações”. A questão da disciplina no discurso pedagógico espírita era pautada na “vigilância [...] e na eficácia normativa” ao invés da “violência e da arbitrariedade” (ISAIA, 2015, p.06).

Assim a educação da moral e dos sentidos só poderia ser alcançada através da vigilância constante “dos hábitos e costumes cotidianos” e também através de estímulos e de exemplos (SOUZA, 2014, p. 210-211). A defesa dessa educação dos sentidos, ou de uma educação integral através da vigilância e do exemplo, que modelasse as mentes e os hábitos dos educandos presente nos ideários educacionais do governo, como pode ser observado, era outro ponto em consonância como tipo de educação integral defendido na educação espírita.

Os métodos utilizados para incentivar a disciplina dos educandos no Ginásio Leopoldo não eram compostos de “castigos físicos ou humilhantes”, eram pautados no estímulo e nos exemplos (O ENSINO EM NOVA IGUAÇU. 02 jan. 1930, p. 02). Nesse sentido, o *Correio da Lavoura* noticiou que Ginásio Leopoldo criou um “tribunal de jury” no estabelecimento para

que fossem julgadas “as falhas dos alunos pelos alunos”. De acordo com o articulista da matéria tal iniciativa proporcionaria dois benefícios aos alunos do educandário, o primeiro seria fazê-los “compreende[r] melhor o espírito desta organização popular” e, o segundo “educa[ria] os seus sentimentos de justiça e equidade” (GYMNASIO LEOPOLDO, 28 ago. 1930, p. 02).

Foi possível perceber nas fontes que o diretor do Ginásio se valia de algumas formas diversificadas para estimular a disciplina e premiar o comportamento dos estudantes. A distribuição de “medalhas condecorativas em bronze, em prata, em ouro, conforme a conducta, a aplicação, a frequência” e “*graduações* semelhantes as militares, mas de carácter puramente disciplinar”, distribuição de brindes no encerramento do ano letivo (O ENSINO EM NOVA IGUAÇU, 02 jan. 1930, p.02). E, talvez, a forma mais importante, pois a mais divulgada, de incentivo e de premiação a disciplina no estabelecimento, era o Quadro de Honra, que era apresentado como uma “distincção merecida, feita uma verdadeira honra, consagrada aos alumnos que mais se distinguiram, quer na conducta, quer pela aplicação, no anno anterior” (GYMNASIO LEOPOLDO, 12 fev. 1931, p.03).

Os alunos recebiam ao longo do ano pontuações sobre sua conduta, pontualidade e aplicação e no final do ano letivo havia a entrega das premiações aos alunos que obtivessem melhor pontuação nesses quesitos. Os vencedores de suas turmas iriam compor o “Quadro de Honra” do Ginásio Leopoldo, que ficaria exposto na sala da secretaria durante todo o ano seguinte. Além da visibilidade interna, esses alunos premiados ainda estavam expostos a visibilidade externa, pois os nomes desses alunos que compunham o Quadro eram publicados no jornal *Correio da Lavoura* em matérias sobre o encerramento do ano letivo no estabelecimento, e posteriormente, esses nomes eram publicados na Página do Ginásio Leopoldo.

A Página do Ginásio Leopoldo (PGL) foi publicada pela primeira vez no periódico *Correio da Lavoura* em 13 de abril de 1941. Assim o Ginásio passou a ter uma página inteira dentro do jornal local para divulgação dos acontecimentos e das práticas desenvolvidas dentro do estabelecimento. Mapeamos 50 publicações da PGL no periódico *Correio da Lavoura* entre os anos de 1941 e 1948, sendo que nesse último só encontramos uma publicação da Página no mês de abril. É preciso pontuar que há lacunas nas publicações da PGL, havendo falta delas em alguns meses nos anos mapeados.

Na PGL era publicado as atividades realizadas pelo Ginásio tanto interna quanto externa, festas, comemorações, torneios internos e externos de esportes ou literários; as Olimpíadas do Ginásio, excursões, apresentações teatrais, relações de alunos por aplicação e por conduta, relação do corpo docente, mensagens do diretor, de professores, alunos e ex-alunos e até de pais

de alunos. É preciso frisar que essas mensagens eram revestidas de um teor cívico-patriótico envolvendo algum personagem histórico nacional ou referente a alguma data cívica.

A partir da criação da PGL, foi possível verificar que a classificação dos alunos passou a ser mensal, sendo publicado uma listagem dos alunos que obtiveram os primeiros e segundos lugares de suas turmas em aplicação, conduta e pontualidade. Deduzimos que essas formas de premiação juntamente com a publicidade dos posicionamentos dos alunos seriam formas de incentivar uma certa disputa entre os alunos, fazendo com que eles buscassem um rigor disciplinar para alcançar tais premiações.

No Ginásio Leopoldo, o que verificamos no manuseio das fontes foi a forte atuação da Liga Pró Educação e Bondade (LPEB) (assunto que será desenvolvido no capítulo 3), mas também foi verificado a associação de alunos em grêmios literários, matemáticos, teatrais, agrícolas e esportivos. A prática de atividade física era, também, muito incentivada no Ginásio Leopoldo “com o intuito não só de divertimento, mas de aperfeiçoamento do espírito de camaradagem e disciplina que são proporcionados pelos esportes” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 02 set. 1945, p.03). Havia no estabelecimento dois grêmios esportivos o “Grêmio Duque de Caxias” e o “Grêmio Pedro Segundo” ambos supervisionados pelo professor de educação física José Maria Neves, tenente do exército formado pela Escola de Educação Física do Exército (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 abr. 1942, p. 09). Em matéria assinada pelo referido professor, ele pontua os diversos benefícios dos esportes na formação dos educandos:

Nos diversos ramos do esporte, cada jogo constitui um prazer, desenvolvendo ainda o raciocínio, exigindo em muitas situações presença de espírito, além de ser uma escola excelente de controle dos nervos (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 out. 1941, p. 05).

Para participar dos torneios realizados os alunos teriam que atender as condições disciplinares do estabelecimento, como assiduidade nas aulas e boa aplicação e conduta, podendo não participar dos jogos aqueles que descumprisse as regras (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 09 ago. 1942, p. 05). O que nos demonstra ser mais uma estratégia no controle disciplinar dos educandos do Ginásio.

Com isso foi possível observar que muito mais que habilitar a educação integral do Ginásio Leopoldo buscava modelar os educandos no sentido de torna-los “melhores cidadãos” conscientes de seus deveres com a pátria. A disciplina e a conduta cobrada e premiada pelo estabelecimento, a atividade física regular, os grupos associativos eram formas de modelar esses jovens para se tornarem no futuro próximo bons trabalhadores a serviço da nação.

Porém, o Ginásio Leopoldo também precisou passar por remodelação para se tornar um estabelecimento reconhecido oficialmente. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 o educandário precisou se adequar física e pedagogicamente as prescrições das duas reformas educacionais ocorridas no período, isso é o que buscamos analisar no próximo capítulo.

## 2 SE ADEQUAR PARA SE INSTITUCIONALIZAR

Buscamos apresentar neste capítulo um breve panorama da trajetória do ensino secundário brasileiro a partir dos textos legais, nos atentando para a questão da liberdade de ensino como fator que permeou a relação entre público e privado nessa trajetória. A defesa da liberdade de ensino/livre iniciativa somada ao reduzido investimento público na criação de instituições secundárias públicas ocasionou um aumento significativo na oferta de escolas secundárias de iniciativas privadas. E entendemos que esse contexto é explicativo acerca do processo de institucionalização do Ginásio Leopoldo.

Nesse sentido a análise do relatório de Jayme Abreu (1955) é elucidativa para observar a situação do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro, através das Zonas Ecológicas por ele delimitadas. É possível conhecer o crescimento na oferta, os cursos oferecidos, os mantenedores desse nível de ensino no estado, mas também podemos observar as deficiências que perpassavam as escolas secundárias públicas e particulares em todas as zonas por ele delimitada. Tomamos o Ginásio Leopoldo como ponto de observação para avaliar a relação entre público e privado em Nova Iguaçu, buscando apresentar como se materializou essa relação, sabendo-se que este estabelecimento foi instalado no município por convite do prefeito, e que nas matérias do *Correio da Lavoura* era impresso o auxílio da municipalidade a esta instituição de ensino.

Investigamos as interações do Ginásio com as legislações educacionais do período procurando entender como as reformas e as normatizações influenciaram na dinâmica de funcionamento do Ginásio e de seus agentes. Utilizamos como fontes para desenvolver essa análise as legislações pertinentes e as correspondências entre o Ginásio e os órgãos do governo. Através destes documentos foi possível averiguar as mudanças e adequações que o estabelecimento precisou passar para conseguir a equiparação ao colégio modelo e a emitir certificados oficiais válidos. Nesse sentido buscamos apreender como essas legislações de dimensões nacionais repercutiam e eram absorvidas na dinâmica local pelo Ginásio Leopoldo.

A historiografia da educação nos mostra que a expansão da rede escolar no Brasil esteve intimamente ligada ao ideário civilizador e modernizador do início do século XX (ROCHA, 2000; NUNES, 2001; MAGALDI, 2003; FREITAS; BICCAS, 2009; LIMEIRA, 2011a, 2011b; ALVES, 2012; SAVIANE, 2013; CARVALHO, 2016; VEIGA, 2016).

Nesse sentido, como já foi mencionado em capítulo anterior, os ensinos primário e secundário obedeceriam a funções bem específicas, sendo o primeiro, disseminado em maior

escala, responsável por moralizar os costumes e erradicar o analfabetismo, pois a falta de instrução era considerada “marca da inaptidão do país para o progresso” (CARVALHO, 2016, p.227). E, o segundo, oferecido em menor número, e majoritariamente pela iniciativa privada, tinha como função a formação das elites que conduziriam o país (FREITAS; BICCAS, 2009; MICELI, 2014; MAIA, 2017).

Freitas e Biccass (2009) pontuam que apesar do crescimento na rede de escolas primárias na década de 1920, o governo federal estava legislando sobre o ensino secundário e superior no período (2009, p.43). Rocha (2000) traz que o ensino primário “não foi objeto de política pública da União pelo menos até 1937” e que este nível de ensino estaria relegado “ao âmbito regional e municipal” (ROCHA, 2000, p.33-34).

O ensino secundário passou por sucessivas reformas ao longo da Primeira República, onde buscou-se implementar um modelo estruturado para esse nível de ensino, afim de se romper com o modelo, herdado dos regimes anteriores, de aulas avulsas. Intentava-se assim que o “secundário assumisse uma identidade formativa, e não só preparatória” (ALVES, 2012, p.90).

Contudo, o rompimento com o modelo de cursos preparatórios e aulas avulsas, e, a consolidação do secundário como curso seriado – nível de ensino obrigatório para acesso ao ensino superior e com finalidades específicas para formação dos educandos – tomou maior vulto a partir da promulgação da Reforma Francisco Campos, Decreto nº. 19.890 de 18/04/1931 (ROCHA, 2000; ALVES, 2012, DALLABRIDA; SOUZA, 2014).

De acordo com Rocha (2000), a Reforma Francisco Campos não se constituiu como uma “inteira novidade” (2000, p.34), pois as normas nela contida já vinham sendo ensaiadas em reformas anteriores. Contudo, o autor coloca que a referida reforma marcou “o comprometimento da União com a rede de escolas secundárias” (2000, p.36). Para ele, as principais realizações da Reforma Francisco Campos foram:

- 1 implementação definitiva do sistema seriado;
- 2 abdicação pelo Estado (União) do monopólio do acesso ao 3º grau, estendendo a política de equiparação das escolas;
- 3 criação de um sistema federal de regulamentação, fiscalização e orientação pedagógica das escolas equiparadas (ROCHA, 2000, p.35).

A quebra “do monopólio estatal do acesso ao ensino superior” com a mudança na política de equiparação foi, de acordo com o autor, o ponto mais significativo da Reforma “pois liberou em definitivo o ensino secundário para o setor privado” ocasionando, com isso, um aumento significativo das instituições de ensino secundário oferecidos pela iniciativa privada, mas “inibindo uma política de investimento público” nesse nível de ensino (ROCHA, 2000, p. 34). A nova política de equiparação propiciou uma “igualização do ensino particular ao

público” ocasionando o que o autor chamou de “publicização do privado” (ROCHA, 2000, p. 141).

Miceli (2015) e Maia (2017) nos trazem que a expansão e a interiorização do ensino secundário devem ser observadas “a luz das relações socioeconômicas e políticas”. Segundo os autores, esse processo se deu “a partir da conjugação dos esforços das elites locais, da iniciativa privada (laica e confessional) e do poder público estadual e municipal” (MAIA, 2017, p.207), tendo em perspectiva que esses estabelecimentos eram apresentados “como bandeiras do progresso e da civilização” (MICELI, 2015, p.84) para o local, e em uma análise mais ampla, para o estado e o país.

Desse modo alguns fatores corroboraram com a expansão e a interiorização do ensino de nível secundário no estado do Rio de Janeiro. Para Miceli (2015), a difusão dos estabelecimentos de ensino secundário não se deu apenas pela implementação da legislação, mas, que vários outros fatores influenciaram esse fenômeno, tais quais: “o desenvolvimento dos meios de transporte, com destaque, à época, para as ferrovias; embates entre as políticas educacionais na esfera estadual e na esfera municipal; a atuação da classe dominante” (2015, p.120).

Maia (2017) apresenta que um dos fatores da expansão e da interiorização do ensino secundário foram as “práticas extensionistas de donos de escolas secundárias”. Estes abriam filiais de suas instituições onde houvesse um “público pagante com possibilidade de arcar com os custos do ensino pós-primário” representando mais uma forma de acumulação de capital para esses empresários (MAIA, 2017, p. 207).

Assim buscamos no tópico a seguir apresentar um panorama da questão da liberdade de ensino nas legislações educacionais e como a questão da oferta do secundário permeou as legislações educacionais na Primeira República pautadas no questionamento de a quem cabia a oferta do secundário. Tendo em perspectiva que essa questão condicionou a relação entre o público e o privado na história da educação secundária brasileira.

## **2.1. De aulas avulsas a curso seriado: o percurso do secundário nas legislações educacionais**

Ao que tange a questão da oferta da educação escolar no Brasil, podemos dizer que a promoção e a expansão dos níveis educacionais estiveram sempre ligadas intrinsecamente a esfera privada, seja ela confessional ou laica. Desde os tempos coloniais, a atuação da Igreja Católica por meio das ordens religiosas foi pioneira na oferta do ensino escolarizado, seja por

meio da catequese, para os nativos, ou nos colégios jesuítas, na educação dos filhos dos colonos (XAVIER, 2003; ALVES, 2012).

Após a “expulsão dos jesuítas” no final do século XVIII, o Estado português passou a promover o ensino na colônia por meio de “aulas avulsas”, o que para Clarice Nunes (2000), Libânia Nacif Xavier (2003) e Claudia Alves (2012), teria marcado a tendência de estudos fragmentados no país. A insuficiência de recursos do Estado para a promoção e expansão do ensino escolarizado, foi, e ainda é, um dos principais pontos que influenciaram na relação público e privado na educação brasileira, e o fator, essencial, no que tange a questão da liberdade de ensino. De acordo com Xavier (2003):

Diversos estudos [...] destacam a insuficiência dos recursos orçamentários destinados a custear a educação pública, havendo atrasos no pagamento dos mestres. Em determinadas ocasiões, a Coroa chegou mesmo a delegar aos pais a responsabilidade pelo pagamento dos mestres, o que mostra como a educação, tornada pública pela lei, esteve, em grande parte, circunscrita ao âmbito da vida familiar (XAVIER, 2003, p. 236).

Cury (2005) pontua que a abertura da esfera educacional a iniciativa privada, por vias constitucionais, teria se iniciado a partir do decreto assinado por D. João VI, no processo constituinte português em 1821. O autor coloca que o referido decreto assinado em 28/06/1821, foi o ponto de partida para se pensar a relação entre público e privado na oferta da educação escolar no país, pois o referido decreto, permitiu a partir de então “a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras”. Para ele o decreto deixa explícito que a educação escolar brasileira seria “cuidada” por dois sujeitos, o Estado e a iniciativa privada (CURY, 2005, p.03-04).

O autor pontua, também, que esse quadro não se alterou após a Independência, e, a partir de Almeida coloca que a Assembleia Constituinte formada em 1823, para elaboração da primeira Constituição brasileira “adotou uma lei semelhante àquela que fora votada em 28 de junho de 1821, pelas Cortes Constituintes de Portugal” (ALMEIDA, 1989 apud CURY, 2005, p.12). Colocando ainda que, para o município da corte, a abertura para a iniciativa privada teria se intensificado com o Decreto 7.247 de 19/04/1879, pois, além de tornar “completamente livre o ensino primário e secundário” permitia “a subvenção às escolas particulares onde não houvesse escolas públicas” (CURY, 2005, p.12). Desse modo:

[...] no projeto político das elites imperiais, o espaço para a organização de um sistema público de ensino encontrava-se limitado em virtude da própria organização social vigente, marcada pela superposição de uma reduzida elite proprietária de terras, a quem estava reservado o direito à instrução, e uma massa de escravos, homens livres pobres, mestiços e pequenos comerciantes e prestadores de serviços, desprovidos do estatuto de cidadania. Configurava-se um país de caráter agrário, onde as elites ministravam o ensino privado, considerado desnecessário para a (e pela) população pobre (XAVIER, 2003, p.237).

Tratando especificamente do ensino secundário, Alves (2012), demonstra que a conjugação entre a falta de investimento público somado ao predomínio de cursos preparatórios foram dois fatores determinantes na configuração do secundário no final do Império e início da República (ALVES, 2012, p.89). A permissividade de se fazer os exames para curso superior sem precisar cursar o secundário “funcionou como um desestímulo ao funcionamento regular das instituições de ensino secundário, embora não tenha impedido completamente que elas existissem” (ALVES, 2012, p.88).

Na Constituição Republicana, promulgada em 1891, foi assegurado “o livre exercício de qualquer profissão”. Cury (2005), pontua que a referida legislação foi elaborada sob forte influência positivista, e que esse dispositivo ocasionou “um movimento pendular” no que se refere ao tema da oficialização do ensino escolar, público e privado, nas quatro primeiras décadas do novo regime (CURY, 2005, p. 13). Para Maia (2017), a legislação republicana, abriu a brecha para duas realidades:

1ª) O governo federal não poderia tolher a ação dos governos locais, assumindo-se, destarte, uma espécie de federalismo educacional;

2ª) existe a figura de um ensino oficial (normatizado e regularizado pelas leis), subdividido entre União e unidades federadas enquanto, paralelamente, existiria uma liberdade de abertura de escolas no âmbito do cenário educacional. Assim, no domínio do ensino secundário, ele ficou a cargo dos estados, mas poderia ser mantido, também, pela União e pela iniciativa privada (MAIA, 2017, p.65).

Porém, é preciso pontuar, que antes da promulgação da Carta Magna Republicana, foi aprovada, para a capital do país, uma Reforma dos ensinos primário e secundário, em 1890. A Reforma Benjamin Constant (Decreto nº 981 de 08/11/1890) não rompeu com o modelo de ensino secundário mantido no período anterior, ao contrário, em seu artigo primeiro, abria completamente para a iniciativa particular os ensinos primário e secundário, desde que atendessem as condições, higiênicas e morais, explicitadas na referida legislação (BRASIL, 1890). Contudo, foi também a referida reforma que iniciou a tentativa “de dar ao ensino secundário um caráter de formação”, foi através desta legislação que foram implantados os dispositivos do “exame de madureza” e da “equiparação” aos estabelecimentos de ensino públicos (estadual/municipal) e privados (ALVES, 2012; MAIA, 2017).

O exame de madureza foi o mecanismo utilizado, pelo Estado, para avaliar “o crescimento e a bagagem” (ALVES, 2012, p.90), adquiridos nos estudos secundários com a finalidade de “verificar se o aluno estava habilitado ao ensino superior” (MAIA, 2017, p.67). Tal exame seria realizado, a princípio, no, renomeado Colégio Nacional, pelos alunos que ali estudaram e, também, para os que houvessem estudado em escolas dos estados, particulares, ou que houvesse processado seus estudos através de cursos preparatórios. Para a realização do

exame de madureza, os alunos externos ao Ginásio Nacional deveriam apresentar um currículo assinado pelo diretor do estabelecimento onde estudou ou, se não, pelos professores que lhe tenha educado de outra forma. No documento deveria constar informações “sobre seus precedentes colegiais, seu procedimento moral e o aproveitamento que teve no curso de estudos” (ALVES, 2012; MAIA, 2017). É preciso frisar que o bom desempenho no referido exame proporcionava acesso direito aos cursos superiores federais, e também, o título de Bacharel em Ciências e Letras (MAIA, 2017, p.67).

Já o mecanismo da equiparação, de acordo com Maia (2017) e Alves (2012), foi utilizado na tentativa de uniformizar o ensino secundário público, tendo em perspectiva que o ensino privado gozava da liberdade de ensino não podendo o governo cerceá-lo (MAIA, 2017, p.68). A equiparação consistia na possibilidade de os colégios estaduais processarem os exames de madureza, porém, para conseguir tal benéfico, os colégios deveriam seguir a organização e o padrão de ensino do estabelecimento modelo, o Ginásio Nacional.

Cabe salientar que para as autoras, o exame de madureza foi o mecanismo utilizado pelo governo federal para “marcar sua presença no ensino secundário” (MAIA, 2017, p.67), demonstrando, sem uma imposição direta, um esforço em “estimular a organicidade e seriação desses estudos” (ALVES, 2012, p.90). Contudo, elas colocam que a reforma não logrou êxito, a intenção de tornar o ensino secundário um curso seriado de sete anos, com as disciplinas organizadas pelos anos de forma gradual, ao menos nos estabelecimentos públicos, não ocorreu. A grande predominância, no secundário, continuou sendo os cursos preparatórios.

A Reforma Epitácio Pessoa (Decreto nº. 3.890 de 01/01/1901), modificou as condições para a concessão da equiparação, além de expandir essa concessão aos estabelecimentos privados. A partir de então a concessão da equiparação seria feita com base no cumprimento das condições determinadas na legislação. Dentre as condições para a concessão estariam: um valor mínimo de patrimônio, a manutenção de um quantitativo mínimo de 60 alunos por dois anos, e, a observância do regime e dos programas utilizados no estabelecimento federal (KULESZA, 2011, p.88). O não cumprimento das condições estabelecidas acarretaria em punição para os estabelecimentos, que variavam de “censura particular ou pública do governo, a multa de 500\$ a 1:000\$, a suspensão do privilegio por tempo não excedente de dois anos ou a cassação do dito privilégio” (BRASIL,1901).

A Reforma buscou, ampliando a concessão de equiparação aos colégios particulares, acabar com “os graves inconvenientes da dualidade de regimes – o de exame de madureza e o dos exames parcelados – equivalente pela sua instabilidade a uma completa desorganização” (PESSOA, 1901, apud KULESZA, 2011, p.88). Nesse sentido, os estabelecimentos iriam,

gradativamente, aderindo aos programas e ao regime seriado aplicados no Colégio Nacional, e caminhando na “direção da progressiva extinção dos exames parcelados” (KULESZA, 2011, p.89).

Das cinco reformas ocorridas na Primeira República, podemos dizer que, a Reforma Rivadavia Corrêa (Decreto nº 8.859 de 05/04/1911) foi a que levou ao ápice, dentro dos preceitos liberais em voga no pensamento político do período, o termo “liberdade de ensino”. Cury (2009) pontua que as reformas anteriores mantiveram a oficialidade do ensino nas instituições públicas sem, no entanto, proibir o ensino livre (CURY, 2009, p.717). A reforma tirou das instituições públicas qualquer tipo de privilégio, ou seja, o valor oficial de exames e diplomas, tornando assim as instituições educativas autônomas tanto no plano didático quanto no administrativo (CURY, 2009, p.725). O autor coloca que a Reforma Rivadavia Corrêa foi o “primeiro documento em que a desoficialização do ensino público é explicitamente assumida” (CURY, 2009, p.723). De acordo com ele:

A desoficialização propiciada pela Reforma Rivadávia possibilitou a abertura de escolas de todos os tipos. Surgiram algumas escolas sérias, mas, sob o impacto de um mercado propício, surgiram também as famosas ‘academias elétricas’ (CURY, 2009, p.731).

Essa desoficialização do ensino propiciou o aumento significativo de escolas ofertadas pela iniciativa privada ocasionando “uma verdadeira privatização do ensino e uma grande dispersão formativa” com um forte “teor mercantilista”, o que de acordo com autor, determinou “o retorno do poder de Estado na autorização e controle do ensino [...], por meio da reinstauração da oficialização inclusive com o retorno do instituto da equiparação” (CURY, 2009, p.733).

Assim o Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano) tinha o objetivo de revisar e corrigir as falhas na organização do ensino ocasionadas pela reforma anterior (CURY, 2009, p.733). Desse modo, retornou o termo ‘oficial’ para as instituições federais, e impôs-se a fiscalização federal em todas as outras instituições, inclusive, as privadas que solicitassem a equiparação. Essa medida não tolheu a liberdade de atuação da iniciativa privada, porém, condicionou a expedição dos diplomas à equiparação, retomando a antiga forma de fiscalização e controle desses estabelecimentos pelo governo federal (CURY, 2009, p.734-735).

O acesso ao ensino superior seria feito mediante a aprovação no “exame vestibular”, e para prestar tal exame os candidatos deveriam apresentar “certificado de aprovação em todas as matérias que constitu[ia]m o curso ginásial do Colégio Pedro II”. Os certificados de aprovação nas disciplinas poderiam ser emitidos tanto pelo Colégio Pedro II, quanto “pelos

institutos a ele equiparado” (BRASIL, 1915). Ao longo do texto da reforma foi possível verificar que esses exames poderiam ser realizados por alunos externos aos estabelecimentos de ensino, demonstrando a continuidade do modelo de aulas avulsas, preparatórias para realização dos exames aos cursos superiores. Assim, apesar de indicar a seriação no curso secundário, esta não se materializou como item necessário para realização do exame vestibular (art.77). Com isso compreendemos que não houve, na referida legislação, um esforço no sentido de romper com esse modelo.

Das Reformas ocorridas na Primeira República, a que tem maior relevância para nós é a Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925), por ter sido em sua vigência que o estabelecimento, objeto desta pesquisa, foi instalado. Mesmo que por apenas um ano, pois a em 1931 foi reformado, novamente, o ensino secundário. A Reforma Rocha Vaz retomou uma medida preconizada na reforma de 1890, onde apenas se concederia equiparação aos estabelecimentos “oficialmente mantidos pelos Estado” (BRASIL, 1925). Porém, ao contrário da primeira reforma Republicana, que permitia a liberdade de ensino aos estabelecimentos particulares, a referida reforma concederia a possibilidade de estabelecimentos privados “obterem juntas examinadoras para os diferentes annos do curso secundario” desde que estes estabelecimentos cumprissem as condições estabelecidas, nos incisos do artigo 270 da referida legislação:

- I. Ser a concessão proposta pelo Director Geral do Departamento Nacional do Ensino e deferida pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores;
- II. Provar o estabelecimento que dispõe de corpo docente idoneo e observar nos seus cursos programma igual ao do Collegio Pedro II;
- III. Depositar a quantia necessaria para a remuneração dos membros das juntas examinadores e do respectivo fiscal;
- IV. Observar as prescrições constantes do regimento interno do Departamento Nacional do Ensino (BRASIL, 1925).

A referida reforma foi o primeiro passo para a implementação definitiva do ensino secundário como nível de ensino seriado e posterior ao primário (art.47). Foi ela também, que estabeleceu a obrigatoriedade do exame de admissão para acesso ao curso secundário em todos os estabelecimentos públicos ou particulares (art.55 § 2º). Essa medida, conjuntamente com as várias taxas de exames e certificados, contribuiu para tornar o secundário um nível de ensino seletivo e segregador (NUNES, 2000; ALVES 2012; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; MICELI, 2015; MAIA, 2017).

Apesar de determinar em seu artigo 204 a obrigatoriedade da frequência nas aulas, a Reforma Rocha Vaz não especifica a quantidade de aulas, deixando a cargo dos estabelecimentos, por meio do regimento interno, organizar essa regulação determinando a frequência necessária para realização dos exames (BRASIL, 1925). É preciso pontuar que

apesar dessas legislações serem federais, a política no país era pautada na descentralização, tendo os estados autonomia para legislar sobre seu território. A legislação ora mencionada foi aplicada no Distrito Federal, podendo os outros estados toma-la como modelo, porém, não eram obrigados (MAIA, 2017, p.95).

Nessa direção Maia (2017) coloca que a nova forma de organizar o ensino secundário “não foi uma experiência comum aos colégios e ginásios então existentes” (2017, p.95), salvo algumas exceções (estabelecimentos confessionais) que, mesmo sem a imposição de legislações, organizavam seus estabelecimentos no regime de curso seriado. O que prevaleceu durante toda Primeira República, no que tange ao ensino secundário, foram os cursos preparatórios parcelados ofertados, majoritariamente, pela iniciativa particular, grupo até então majoritário no cenário educacional brasileiro (CURY, 2005; DALLABRIDA, 2009; ALVES, 2012; MAIA, 2017).

A Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931), alterou de forma incisiva a organização do ensino secundário em todo o país. A historiografia da educação apresenta a referida reforma como o “divisor de águas” para a organização e promoção dos estudos secundários no Brasil (ROCHA, 2000; FREITAS; BICCAS, 2009; CURY, 2005; DALLABRIDA, 2009; DIAS, 2008; ALVES, 2012; SAVIANI, 2013; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; MICELI, 2015; MAIA, 2017). Além de implantar, definitivamente, o sistema seriado no curso secundário, a Reforma Francisco Campos determinou a frequência às aulas como parte obrigatória para realização dos exames, assegurando com isso a permanência dos educandos nos estabelecimentos de ensino (DALLABRIDA, 2009, p.187).

No que tange a questão da oferta do ensino secundário, ele continuou a ser ofertado, majoritariamente, pela iniciativa particular, que com a reabertura da possibilidade de equiparação, desde que atendessem as condições especificadas na legislação e se submetessem a inspeção federal, aumentaram exponencialmente sua atuação no cenário educacional (ROCHA, 2000; DALLABRIDA, 2009; MICELI, 2015, MAIA, 2017).

Dallabrida (2009), pontua que a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto nº 4.244 de 09 de abril de 1942), não alterou de forma incisiva a organização do ensino secundário desenhada pela sua antecessora. De acordo com o autor, a Reforma Capanema trouxe de volta para o ensino secundário a valorização “do ensino humanístico” com grande “ênfase nos conteúdos nacionalistas – condicionada pela atmosfera do Estado Novo” (2009, p.190).

Ambas as reformas (Francisco Campos e Capanema) serão analisadas mais pormenorizada em tópico específico, tendo em vista que foram essas reformas que delinearam

a institucionalização do secundário como nível de ensino formal e condicionaram a consolidação do Ginásio Leopoldo no cenário iguaçuano nas décadas de 1930 e 1940.

Por hora, cabe sinalizar que mesmo com as condições impostas pelas legislações, não se tolheu a ação privatista no secundário, ao contrário, o regime de equiparação implementado, somado a falta de investimento estatal nesse nível de ensino, possibilitou a propagação de ginásios e colégios privados por diversas áreas do Rio de Janeiro. Assim, a análise do relatório de Jayme Abreu (1955) nos possibilitou observar como se apresentava a situação do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Através da análise das Zonas Ecológicas, delimitadas pelo autor, foi possível verificar como se deu a promoção e a expansão desse nível de ensino no estado, e, isto é o que buscamos apresentar a seguir.

## **2.2 Ensino Secundário nas ‘Zonas Ecológicas’ e a crítica a rede escolar fluminense**

De acordo com Maia (2017), desde a Era Vargas as discussões e os debates giravam em torno da “ampliação das oportunidades escolares” e, para que essa ampliação ocorresse, seria necessário conhecer a situação em que se encontrava a educação no país. Desta necessidade resultou a “organização de um sistema nacional de coleta de estatísticas do ensino” onde o Ministério de Educação e Saúde pôde consolidar uma estrutura para a “realização de inquéritos e levantamentos educacionais, sobretudo nos anos 1930, 1940 e 1950” (MAIA, 2017, p. 176).

Para ela, os números estatísticos eram evocados tanto para “denunciar os problemas da educação nacional” (déficit de escolas, taxa de analfabetismo, evasão escolar) quanto para “dar visibilidade aos progressos da escola brasileira”, pondo em destaque as benfeitorias realizadas no setor. Segundo a autora:

As estatísticas apresentadas se associavam, então, às ações de governo, ora para alertar acerca do que precisava ser feito, ora para elogiar as realizações empreendidas pelo poder público [...] estava em jogo, à legitimidade das estatísticas enquanto ‘instrumento’ revelador da realidade da educação. As publicações que se baseavam nos dados numéricos das estatísticas tentavam evidenciar sua importância, necessidade, utilidade e autoridade (MAIA, 2017, p.180).

Nesse sentido consideramos Jayme Abreu um intelectual muito atuante nos debates sobre o ensino médio do período. Além do relatório que analisamos nessa pesquisa “Sistema Educacional Fluminense – uma tentativa de interpretação e crítica” foi responsável, também, pelo livro “A escola secundária no Brasil” (1955) e por artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (SANTA ANA, 2016). É preciso frisar que Jayme Abreu estava alinhado ao grupo dos renovadores, juntamente com Anísio Teixeira na organização das pesquisas, levantamentos e inquéritos sobre a educação do país no período de redemocratização.

Consideramos a análise de Abreu sobre o ensino fluminense como demonstrativa do seu posicionamento político acerca do modelo escolar que vinha sendo desenvolvido no Estado (DIAS; ESTEVES, 2020). A crítica à centralização, que para o autor desestimulava as potencialidades regionais de se desenvolver e de criar formas diversas, causava um desajuste entre o modelo escolar e a economia dessas regiões.

No trabalho de Abreu sobre o “sistema educacional fluminense”, o estado era apresentado a partir de sua geografia, aspectos econômico-financeiros, aspectos sociais, profissionais e culturais. De acordo com essas informações, o Rio de Janeiro era situado como uma “das áreas brasileiras mais alcançadas pela nossa progressiva industrialização” (ABREU, 1955, p.28). A economia era caracterizada como em transição do tipo agropastoril para o industrial (ABREU, 1955, p.27), ainda que sua população fosse preponderantemente localizada em área rural e empregada em atividades agrícolas (ABREU, 1955, p.33).

Os ramos do ensino médio civil existentes no estado do Rio de Janeiro, no período, e suas estruturas, segundo Jayme Abreu, estavam definidos de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 20 – Ramos do ensino médio fluminense segundo Jayme Abreu.

Ramos do ensino	1º ciclo	2º ciclo
Secundário	Ginásial (4 anos)	Colegial (3 anos)
Comercial	Básico (4 anos)	Técnico (3 anos)
Normal	Regente ensino primário (2 anos)	Formação de professor primário (3 anos)
Industrial	Básico (4 anos)	
Agrícola	Iniciação Agrícola / Maestria agrícola (2 anos)	Técnico Agrícola (3 anos)
Enfermagem		Curso de enfermagem (3 anos)
Serviço Social		Curso de serviço social (3 anos)

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de Abreu, 1955, p. 58.

O termo “zonas ecológicas” foi designado pelo autor para dividir o estado do Rio de Janeiro. De acordo com ele, o termo “ecológica” seria tomado “no sentido de ecologia humana” pois, a população fluminense apresentava “variações de modo de vida mais ou menos características”. Para ele “o estudo à base de todo o Estado seria por demais global, abrangendo áreas fisiográficas e culturais de extrema diversidade”. A base para construção da pesquisa desenvolvida por ele foram os “dados estatísticos elaborados pelo Departamento Estadual de Estatísticas” a literatura existente e “observações de ordem pessoal” (ABREU, 1955, p.34).

A partir da Serra do Mar dividiu o estado em três grandes partes, onde, a princípio, os “cinquenta e oito municípios foram agrupados” (ABREU, 1955, p.35). Posteriormente essas três grandes áreas foram sendo subdivididas nas zonas a seguir:

- 1ª – Terras que descem a Serra do Mar para o Oceano Atlântico;
- 2ª – Serra do Mar;
- 3ª – Terras que descem a referida Serra até o Rio Paraíba do Sul e depois sobem até as serras que limitam o Estado do Rio de Janeiro com Minas Gerais e Espírito Santo [...] (ABREU, 1955, p. 35).

Essa divisão deu origem às subdivisões denominadas “zonas ecológicas”. Desse modo a primeira área foi subdividida em três zonas: Litorânea Ocidental, Baixada da Guanabara e Litorânea Oriental; a segunda área em duas zonas: Alto da Serra e Planalto; e a terceira área em três zonas; Alto Paraíba, Baixada dos Goitacazes e Norte (ABREU, 1955, p. 35). Assim, após a divisão e subdivisão das áreas, Jayme Abreu passou a analisar a situação econômica, social e educacional nas áreas delimitadas. Para além de suas demarcações geográficas, o autor tratou dessas questões a partir de uma ótica regional e através de suas nuances. Assim Abreu descrevia a situação socioeconômica e educacional das zonas por ele delimitadas.

Zona Litorânea Ocidental (Parati, Angra dos Reis, Itaverá, Mangaratiba e Itaguaí) era uma região tipicamente rural a de maior déficit educacional do estado, apenas 1,6% da sua população entre 12 e 18 anos frequentavam a escola de nível médio (ABREU, 1955, p. 317). Havia em 1945, um estabelecimento de ensino médio nesta zona, uma escola de ensino industrial de pesca; em 1953 aumentou para cinco o número de estabelecimentos, sendo três escolas secundárias, uma escola industrial e uma escola agrícola, todos funcionando em nível de primeiro ciclo. Destes estabelecimentos os de ensino agrícola e industrial são de iniciativa do governo federal, um ginásio de iniciativa da municipalidade, dois estabelecimentos de iniciativa privada (ABREU, 1955, p. 316).

A Zona Litorânea Oriental (Maricá, Saquarema, Araruama, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Casimiro de Abreu) foi caracterizada como “pobre, de fraca concentração demográfica, de população predominantemente rural” e sua rede escolar de nível médio era compatível com suas condições, atendendo apenas a 2,5% da população escolarizável no período (ABREU, 1955, p.321). No ano de 1953 a região possuía três estabelecimentos de ensino secundário, todos particulares, que estavam localizados nas áreas de maior arrecadação da zona (Araruama, Cabo Frio e Marica), não possuindo as outras áreas estabelecimentos desse nível de ensino (ABREU, 1955, p. 321).

A Zona do Alto da Serra (Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo) foi caracterizada como “área de alta concentração demográfica, industrializada e de população predominante urbana” e sua rede escolar caracterizava-se como de “alto padrão” (ABREU, 1955, p.321).

Contudo, essa rede não agregava todo público de 12 a 18 anos, sendo que 84,2% da sua população em idade de frequentar esse nível de ensino estavam fora da escola média (ABREU, 1955, p.322). A região possuía, em 1953, dezenove estabelecimentos de ensino médio, desses três eram públicos, um mantido pelo estado (Petrópolis) e dois mantidos pelas municipalidades (Petrópolis e Nova Friburgo). Possuía também, seis estabelecimentos que ofereciam ensino comercial e seis, estabelecimentos particulares confessionais católicos, frisa ainda que esse número “considerável” de escolas confessionais “não se assinala nas zonas pobres” (ABREU, 1955, p.323).

A Zona do Planalto (Sumidouro, Duas Barras, Bom Jardim, Cordeiro, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Cantagalo, Carmo e Sapucaia) era de “fixação rural acentuada” e grande “dispersão demográfica”, onde sua rede educacional reflete a sua estrutura econômica e social. Em 1953 possuía nove estabelecimentos de ensino médio, que ofereciam ensino secundário, comercial e normal, todos da rede privada. Possuía um déficit educacional no nível médio de 97,6% (ABREU, 1955, p.323-324). A escola média nessa zona era considerada “uma extensão supletiva da escola elementar, ante as dificuldades insuperáveis que encontram para preencherem o papel de educar adolescentes” (ABREU, 1955, p.324).

A Zona do Alto do Paraíba (Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Mendes, Marquês de Valença, Vassouras, Rio das Flores, Três Rios e Paraíba do Sul) era caracterizada por uma heterogeneidade cultural, onde parte de seu território estava em “ritmo de industrialização” enquanto outras partes eram “decadentes” e/ou “atrasadas”, o que refletia em suas estruturas educacionais, onde o déficit escolar de nível médio estava em torno de 92,8%. De 1945 para 1953 o número de estabelecimentos de ensino médio subiu de 14 para 23 nessa zona, oferecendo curso secundário, comercial, normal e de maestria agrícola. Desses estabelecimentos apenas três eram públicos: dois municipais de ensino secundário, e um federal de ensino agrícola, todos os outros eram de iniciativa privada, sendo a predominância o ensino secundário de nível ginasial o que tinha maior matrícula (ABREU, 1955, p.326-327)

A Zona da Baixada dos Goitacazes (Campos, Macaé, Conceição do Macabu, São Fidelis, Cambuci, Itaocara e São João da Barra) era considerada “agrária e tradicionalista”, aculturada pela cidade de Campos, onde 80% da sua população estava fixada na zona rural. Havia no ano de 1953, 14 estabelecimentos de ensino médio nesta zona, que ofereciam 19 cursos divididos entre secundário, comercial, industrial e normal. Desses estabelecimentos apenas três eram públicos, e se localizavam em Campos, os outros eram todos particulares (ABREU, 1955, p.329-330).

A Zona Norte (Itaperuna, Porciúncula, Natividade do Carangola, Bom Jesus do Itabapoana, Miracema e Santo Antônio de Pádua) estava situada no extremo norte do estado e era caracterizada por ser uma área de “fixação rural”, onde o índice de crescimento urbano cresceu apenas 2% de 1940 para 1950 (ABREU, 1955, p.330). O número de estabelecimentos que ministravam o ensino médio cresceu de 4 para 9, no decênio supracitado, todos estes mantidos por particulares. Nesses estabelecimentos ministravam-se cursos secundário, normal e comercial, porém, cerca de 75% da matrícula total está aglutinada nos cursos secundários, contudo o déficit no ensino médio dessa zona é de 92,2% (ABREU, 1955, p.330-331).

A Zona da Baixada da Guanabara (Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Cachoeira do Macacu) era área de grande concentração urbana e acelerado ritmo de mudança no status social, e dentro do estado era “a grande área do ensino médio fluminense”. Concentrava quarenta por cento dos estabelecimentos desse nível de ensino de toda o estado, concentrando, também, grande diversidade nos ramos do ensino médio. Porém, mesmo com essa grande concentração de estabelecimentos de ensino médio, cerca de 88,8% dos jovens em idade de frequentar esse nível de ensino, dessa zona, estavam fora das escolas (ABREU, 1955, p. 317). Possuía no ano de 1953, cinquenta e dois estabelecimentos de ensino médio, destes vinte nove estavam localizados na capital do estado (Niterói). Outro dado importante era que desses cinquenta e dois estabelecimentos de ensino médio, quarenta e um eram de ensino secundário, ramo do ensino médio mais procurado, destes, apenas dois eram públicos, e trinta e nove eram de iniciativa privada (ABREU, 1955, p.318).

Assim é possível observar que todas as zonas delimitadas por Abreu possuíam estabelecimentos de ensino médio, que havia uma grande predominância de estabelecimentos de ensino secundário e que a maioria esmagadora desses estabelecimentos eram ofertados pela iniciativa privada. De acordo com o autor:

Pelos dados estatísticos e financeiros, verifica-se que os dois grandes financiadores do ensino público no Estado do Rio de Janeiro, o Estado e o Município, concentram predominantemente sua atuação no ensino de primeiro grau, deixando ao campo privado total predominância de manutenção de estabelecimentos do ensino médio, a saber, secundário, normal, comercial (ABREU, 1955, p.182).

Nessa direção, o quadro abaixo se faz elucidativo da situação da oferta dos níveis de ensino pontuadas por Abreu. É possível observar a grande disparidade na oferta do ensino no

estado do Rio de Janeiro, entre o ensino primário e o ensino médio pelas entidades mantenedoras.

Quadro 21 – Matrícula efetiva nos ensinos fundamental e médio em 1945

Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Público	Particular	Público	Particular
155.817	16.450	3.344	14.484
Total 172.267		Total 17.828	

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de Abreu, 1955, p.165 e 176.

Abreu (1955) pontua que os ramos do ensino médio considerados “caros”, sendo eles, industrial, agrícola, serviço social e enfermagem, eram oferecidos predominantemente pelo Estado, em proporção muito menor, pois este o fazia com assistência social (alimentação, roupa, etc.) para os alunos (ABREU, 1955, p.274).

Outro fator que emerge na análise dos dados das zonas ecológicas era que, apesar da expansão do número de estabelecimentos de ensino médio, estes atendiam apenas uma pequena parcela dos jovens em idade de frequentar esse nível de ensino, sendo o déficit desse nível extremamente alto em todas as zonas ecológicas, inclusive as de maior índice de urbanização e industrialização. Assim vimos que apesar do crescimento dos estabelecimentos, estes não contemplavam a toda população em idade escolarizável: “a ampliação numérica das escolas secundárias não significou a democratização do acesso a essas instituições”, pelo contrário, “estimulou a demanda de diferentes frações de classe para o ingresso e a continuação nesse nível de ensino” (MAIA, 2017, p.200).

Abreu, além de apresentar os aspectos educacionais das regiões por ele delimitadas, também lança grande crítica ao sistema educacional fluminense. Dentre as principais críticas estava a “defeituosa articulação entre a escola elementar e a escola secundária e entre esta e a escola superior” (ABREU, 1955, p. 315), que, para ele, não representava um “sistema educacional” no sentido do conceito adotado por sua pesquisa, onde o termo era delimitado como “conjunto de instituições educativas existentes em determinada área oferecendo oportunidades educacionais com articulação entre si” (ABREU, 1955, p. 61). Pontuava que como se registrava, o sistema educacional fluminense era contraditório e se apresentava como “simples adição de unidades, antinômica ao conceito de sistema” (ABREU, 1955, p.62), que

além de não possuir articulação entre si havia “ausência completa de planejamento e de princípios gerais na obra educacional comum” não havendo nenhuma coordenação entre as “agências incumbidas da educação nos vários níveis e modalidades de ensino” (ABREU, 1955, p. 63). Para ele:

As escolas, de qualquer tipo e grau, surgem à maneira de simples adição. Não as precedem pesquisas que identifiquem as necessidades reais, captem e orientem os anseios e os ideais do povo em geral ou da população de determinada zona, município ou aglomerado urbano. Por outro lado, não se investiga em profundidade se, efetivamente, certo tipo de escola ou ramo de ensino é mais aconselhável a tal ou qual região, e se, por igual modo, o poder público ou o particular tem condições financeiras e técnicas para arcar com a responsabilidade do empreendimento (ABREU, 1955, p. 63).

Falando especificamente sobre a escola média fluminense a crítica de Abreu (1955) foi direcionada tanto as condições materiais dos estabelecimentos de ensino – públicos e privados – quanto as finalidades propostas legalmente para esse nível de ensino. Pontua a grande presença da iniciativa particular na oferta de estabelecimentos de ensino médio, como pode ser verificado no quadro abaixo, sendo comparativamente pequena a atuação do poder público. Coloca ainda que cerca de 90% da matrícula no ensino médio fluminense estava concentrada em estabelecimentos particulares (ABREU, 1955, p.274).

Quadro 22 – Número de estabelecimentos de ensino médio e seus mantenedores.

Mantenedor	1945	1947	1951
Federal	02	04	05
Estadual	06	06	07
Municipal	01	01	04
Particular	59	69	82
Total	68	80	98

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de Abreu, 1955, p. 171.

Sobre as escolas médias públicas ofertadas pelo estado, Abreu aponta que funcionavam em condições precárias, abrigando cursos diversos, funcionando sem recursos suficientes e com instalações deficientes, atendendo a contingente de alunos superior à capacidade, com vários turnos (ABREU, 1955, p. 295). A atuação do governo estadual no ensino médio se dava também através de concessão de auxílios a colégios e bolsas em escolas particulares, com critérios assistencialistas e sem meios de assegurar aos alunos bolsistas educação de qualidade (ABREU, 1955, p. 296).

Quanto a avaliação sobre as instalações das escolas particulares, as instituições foram classificadas em três grupos. O menor, “de regulares para bons”, com razoáveis instalações e

corpo docente, sendo na maioria escolas confessionais; o segundo grupo, “estabelecimentos sofríveis” em instalações e pessoal docente, que era a grande maioria; e o grupo dos estabelecimentos “de maus para péssimos” que funcionavam com “espírito de pequenas casas de negócio” (ABREU, 1955, p. 297).

Outra crítica enfatizada pelo autor era relativa a demanda pelo curso secundário em detrimento dos outros cursos profissionalizantes do ensino médio. A diferença na distribuição das matrículas nos diversos ramos do ensino médio e a alta concentração no ciclo ginásial do ensino secundário caracterizavam a situação de acesso e permanência no ensino médio fluminense, como se constata no quadro a seguir. Para ele, por seu conteúdo livresco, a escola secundária não seria adequada para a formação profissional pertinente ao desenvolvimento econômico almejado, daí a “desintegração funcional dessa escola em relação à realidade social” (ABREU, 1955, p.299).

Quadro 23 –Matrículas nos cursos de ensino médio no estado do Rio de Janeiro.

Matrículas no Ensino Médio					
Ramos do Ensino Médio		1945	1947	1951	1953
Escola Secundária	Ginásial	11.758	14.931	20.991	24.153
	Colegial	1.138	2.176	3.474	3.090
	Total	12.896	17.107	22.464	27.243
Escola comercial		3.333	3.895	4.713	5.134
Escola Industrial		1.159	1.161	1.175	1.052
Escola Normal		405	382	1.327	1.798
Escola de Enfermagem		35	54	84	86
Escola Agrícola		-	62	114	340
Escola de Serviço Social		-	-	-	74
Total		17.828	22.662	29.877	35.727

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de Abreu, 1955, p. 174.

A demanda pela escola secundária para alcance de prestígio social e ocupação de profissões liberais ou de cargos no serviço público era considerada um equívoco da classe média urbana:

A nossa escola secundária, na uniformidade rígida dos seus currículos, com espírito exclusivamente propedêutico de academia, faz ‘tabula rasa’, de toda a soma de evidências de mudanças e deslocamentos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e decorrentes valores grupais, e continua raciocinando ou racionalizando em torno do imenso aumento de sua escolaridade como se todo ele se processasse com sentido de

classe privilegiada, preparação de futura elite intelectual e política do País (ABREU, 1955, p.283).

Além de estar em descompasso com as necessidades do desenvolvimento industrial, as condições de funcionamento da escola, a precariedade das instituições, a falta de formação do magistério, etc., dificultavam que os objetivos da escola secundária, ainda que atrasados, fossem eficazmente cumpridos.

Algemada nossa escola secundária a formas e estilos acadêmicos superados, que se racionalizam com o rótulo de “humanismo”, como se este apenas se contivesse nos estudos de belas-letas, é evidente que essas formas tradicionais já são impróprias e incapazes de corresponderem às multiformes exigências de uma considerável e heterogênea massa de interesses, que nada têm a ver com o sentido aristocrático de estudos que se propõem a cultivar estilos de vida do passado (ABREU, 1955, p.283).

As disputas em privilegiar no ensino secundário os conteúdos humanistas ou os conteúdos das ciências naturais remetiam aos debates da década de 1930 sobre a organização do ensino, “no bojo das intensas disputas travadas em torno da educação concebida, por diferentes grupos sociais, como campo estratégico para os projetos de reconstrução nacional” (SOUZA, 2008, p.164). As diferentes posições “denota[va]m as clivagens sociais que demarcaram o acesso e a democratização da escola na sociedade brasileira” (SOUZA, 2008, p.164).

Nos debates do período, Jayme Abreu foi importante na defesa de que “a democratização das oportunidades educacionais em nível secundário era um dos maiores desafios da educação brasileira” (SOUZA, 2008, p.206). Sua análise sobre o ensino médio fluminense demonstrava seu posicionamento político acerca do modelo escolar que vinha sendo desenvolvido no estado. Para Abreu a escola média deveria estar articulada com o modelo de produção que fosse útil a sociedade local e a um projeto político social de democratização da sociedade. Dentro dessa perspectiva, as críticas às condições do professorado serviam como denúncias sobre o modo como se realizava a expansão da escola secundária.

### **2.3 Ginásio Leopoldo e a relação com a prefeitura local: público e privado em Iguazu**

De acordo com Miceli (2015) e Maia (2017) o debate acerca dos fatores que influenciavam na criação de estabelecimentos de ensino secundário nas diversas regiões devem levar em conta os diferentes usos do território, que inclui a dimensão econômica, a relação entre a modernização das atividades econômicas e a escolarização, além da importância dos diferentes agentes envolvidos em sua criação/instalação. Em Nova Iguaçu, vimos que a instalação do Ginásio Leopoldo foi propiciada pelo convite do prefeito local, e subsidiada pela verba pública através da subvenção aprovada pela Câmara Municipal. A subvenção municipal

ao estabelecimento era estampada nas matérias e nas propagandas sobre o Ginásio no *Correio da Lavoura*.

Sobre a relação entre o Ginásio Leopoldo e a prefeitura local, ao que se refere a questão do financiamento público a instituições privadas, encontramos no acervo do Ginásio um recorte de jornal sobre uma legislação aprovada pela Câmara municipal, datada de 30 de janeiro de 1930. Não foi possível pelo recorte identificar o jornal que publicou a referida legislação. Porém, no site do Colégio Leopoldo, encontramos a transcrição do recorte e na descrição consta que o material foi retirado do *Nilópolis Jornal*, do dia 02 de fevereiro de 1930 (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019). De acordo com o documento, além da quantia mensal em dinheiro direcionada ao Ginásio Leopoldo, este ainda gozaria de isenções de impostos e teriam os créditos que fossem necessários à disposição.

O povo do Municipio de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, por seus representantes, em sessão extraordinaria, realizada em 28 de janeiro de 1930, resolveu:

Art. 1º - Fica o sr. Prefeito autorizado a subvencionar o Gymnázio Leopoldo, nesta cidade, com a importância de quinhentos mil réis (500\$000), mensaes, logo que o mesmo entre em pleno funcionamento, isentado-o também de quaesquer impostos municipaes.

Art. 2º - Ficam abertos os necessários créditos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Nova Iguassú, 30 de janeiro de 1930

A mesa: (a.a.) Peregrino Esteves de Azevedo e Gaspar José Soares (COLÉGIO LEOPOLDO, 2019)

A partir do já exposto sobre as matérias no *Correio da Lavoura*, acerca da instalação e inauguração do Ginásio Leopoldo, foi possível observar que mesmo antes da aprovação do dispositivo legal, transcrito acima, a subvenção ao estabelecimento já era noticiada e propagandeada, não apenas no periódico local (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ, 02 jan. 1930, p. 02; GYMNASIO LEOPOLDO, 16 jan. 1930, p.03; GYMNASIO LEOPOLDO 30 jan. 1930, p.03), mas, também, como ressalta Nascimento (2016) em jornais da capital. De acordo com a autora, o fato de a subvenção ser anunciada antes mesmo de ser aprovada era uma possível demonstração da relação próxima entre o proprietário do Ginásio e o prefeito municipal a época, o Coronel Alberto de Mello, sendo que “a publicação em diário Oficial pode ser entendida como uma formalização de algo já anunciado” (NASCIMENTO, 2016, p.42).

Não foi possível identificar na matéria se haveria alguma contrapartida, ou seja, se para o período de sua instalação o Ginásio teria que oferecer algum benefício a prefeitura, como um determinado número de matrículas gratuitas ou com abatimento de valor a disposição da prefeitura. A informação de uma contrapartida do Ginásio para com a Prefeitura de Iguazu aparece em documentos posteriores, porém, constando que a contrapartida havia sido estabelecida pelo prefeito designado após a Revolução de 1930, a fim de se manter a subvenção

ao estabelecimento (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937). Além do Ginásio Leopoldo, a prefeitura subvencionava as escolas primárias São José, localizada no distrito de Nilópolis, e a Escola Humildade e Caridade (PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU, 22 mar. 1932, p. 12).

No documento enviado por Leopoldo a Câmara dos Vereadores encontramos subsídios que especificam um pouco da relação entre o Ginásio, ou o seu proprietário, e a prefeitura municipal. Tal documento tratava de um pedido de aumento na subvenção ao Ginásio, que era de “500\$000 mensaes” desde sua instalação em 1930, valor este concedido por decreto municipal na gestão do Cel. Alberto Soares de Souza e Mello (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937).

O documento evidenciava que houve uma pequena alteração na relação entre o Ginásio Leopoldo e a Prefeitura após o advento da Revolução no final daquele mesmo ano, “durante o período revolucionario, o governo do Municipio, conservou-lhe a mesma subvenção, mas, contra quinze matriculas à requisição da Prefeitura”, o que nos dá indícios de que anterior a Revolução de 1930, não haveria “contrapartida”, do Ginásio para com a prefeitura, ou seja, não haveria número de matrículas no estabelecimento a disposição da prefeitura (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937). Tal informação era elucidada no trecho abaixo retirado do *Correio da Lavoura* de março de 1931:

A PREFEITURA E O GYMNASIO - Correndo em auxilio de meninos que desejam, e não podiam estudar no gymnasio, e premiando outros que se distinguiram nos exames finaes das escolas publicas, a Prefeitura local mantem, por sua conta, no Gymnasio, 15 matriculas, todas prehenchidas desde o começo do presente mez (GYMNASIO LEOPOLDO, 22 mar. 1931, p. 02).

É mencionado a solicitação de aumento na subvenção havia ocorrido na gestão anterior. Porém, tal solicitação “fôra negada ao Ginasio Leopoldo [...] por motivos que a sua Diretoria ignora” (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937, p. 01. Grifos do documento). A solicitação de aumento estava relacionada com impossibilidade do proprietário em arcar com os “compromissos assumidos”, isto é, as taxas de inspeção dos dois cursos secundários oficiais, mais as obras da construção da sede própria do Ginásio, que segundo o documento dotou:

[...] a cidade e o municipio do unico estabelecimento de ensino secundario e comercial, oficialisado, e esta cidade de um edificio de linhas sóbrias e elegantes, estilo doriao-medieval[sic]. E, na consciencia de que uma subvenção fosse, como é de sua etmologia mesma, um auxilio dos poderes publicos a qualquer empreendimento que enalteça, de algum modo, o lugar, e no pensamento de que, no Municipio de Iguassú, poucos empreendimentos, sob o ponto de vista cultural – e a cultura é o patrimonio mais serio de um povo, de uma atividade – podem merecer tanto como o Ginasio Leopoldo [...] (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937, p.01. Grifos do documento.)

A justificativa para a solicitação do aumento na subvenção seria porque o valor concedido pela prefeitura (500\$000) estava abaixo do valor real da matricula dos alunos pagantes, que seria de “740\$000” (setecentos e quarenta mil réis). E, devido as matrículas nos

curso “oficiais” serem poucas, 12, de acordo com o documento, o estabelecimento não conseguiria arcar com o valor da taxa de inspeção determinada pelo Governo Federal para o funcionamento de tais cursos, que seria de “12:000\$000 pelo curso ginásial e 3:600\$000 pelo curso comercial” (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937, p.01). O diretor do Ginásio, Leopoldo Machado, colocava como exemplos de incentivo aos estabelecimentos de ensino as prefeituras de Paraíba do Sul e Macaé, que subvencionavam, a primeira “com 15:00\$000” e a segunda “com 18:000\$000 anuais a seus ginásios” (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937, p.02).

Assim, com apenas 12 alunos no curso ginásial, sendo “quase todos eles de família paupérrimas” seria impossível a “sua diretoria solver[sic], no momento – tais e tantos são os compromissos assumidos durante a construção e instalação do prédio do Ginásio – o pagamento daquela taxa”. Nesse sentido a diretoria do Ginásio Leopoldo não estava solicitando que a prefeitura pagasse a taxa de inspeção do Governo Federal, e sim que “os alunos, a requisição da Prefeitura, tivessem pagas suas matrículas pela taxa exata, como os outros alunos” (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937, p.02).

Não encontramos nenhuma resposta a tal documentação, não sendo possível inferir se a solicitação foi ou não atendida naquele momento exato. Em 1938 é mencionado, numa correspondência anexada ao relatório da inspetora federal em “resposta a circular s/data” do Diretor do DNE, Abgar Renault, e que “o Ginásio recebe, apenas, um auxílio de 12.000\$000 anuais da Prefeitura local, os quais recebe a 1.000\$000 mensalmente” (APCL. Pennaforte, 1938).

Foi possível observar que mesmo com o aumento na subvenção, o Ginásio continuava com “dificuldades” financeiras, pois encontrava-se em atraso com a taxa anual de inspeção do curso ginásial que era de “12.000\$000 para os estabelecimentos de ensino cujo número de matrículas não exceder de 200” (BRASIL, 1931a). Essa dificuldade era resultado da “amortização e juros dos encargos assumidos para a construção da referida sede [o prédio próprio do Ginásio Leopoldo]” e também do número ínfimo de matriculados nos cursos ginásial e comercial. Houve uma diminuição no valor da matrícula dos estudantes, posto que no documento de 1937 constava ser de 740\$000 e, no de 1938, o valor da matrícula seria de 540\$000 (APCL. Pennaforte, 1938).

Além dos motivos já mencionados, outro fator pontuado que contribuiria para o endividamento do Ginásio seria a quantidade de matrículas gratuitas e com abatimentos, disponibilizadas pelo estabelecimento. De acordo com o documento, no ano de 1938, o Ginásio Leopoldo teria mantido 21 matrículas “gratuitas”, sendo “3 alunos no curso ginásial; 9 no

comercial e 9 nos primários, afóra grande numero de alunos que contribuem com abatimento consideravel” (APCL.Pennaforte,1938, s/p).

Em consonância com mesmo documento de 1938, o valor a ser pago na anuidade dos cursos de nível médio no Ginásio Leopoldo (ginásial e comercial) era no valor de “540\$000”, e de “200\$000, 250\$000, 300\$000 e 350\$000”, respectivamente, nos 1º, 2º, 3º e 4º anos do ensino primário (APCL.Pennaforte,1938, s/p) que poderiam “ser pagas por mês, trimestre, semestre ou anualmente” (APCL. Regulamento interno, 1945, p. 04). Em contrapartida o “auxílio” pago pela prefeitura ao Ginásio era “de 12.000\$000 anuais [...] os quais recebe a 1.000\$000 mensalmente” (APCL.Pennaforte,1938, s/p).

Desse modo, se analisarmos os números de matrículas gratuitas apresentados no próprio documento, mesmo que estas matrículas fossem todas nos cursos ginásial e comercial, que são os de valor mais elevado (já que as matrículas gratuitas no curso primário não estão especificadas no documento e os valores são diferentes para os anos), é possível perceber que o valor mensal que a prefeitura “auxiliava” o Ginásio Leopoldo excederia o valor absoluto das mensalidades dos 21 alunos gratuitos. Pois, o valor das 21 matrículas, se fossem todas no nível médio, custaria, mensalmente, 945\$000, restando a diferença de 55\$000 dos 1.000\$000 pagos pela prefeitura mensalmente. Com isso podemos perceber que a concessão de matrículas “gratuitas” subvencionadas pela prefeitura não se configurava como fator agravante no atraso da taxa de inspeção do Ginásio.

Seguindo na direção da relação do Ginásio com a Prefeitura, encontramos algumas matérias no jornal *Correio da Lavoura*, na década de 1940, que mencionam que na comemoração de aniversário do Ginásio Leopoldo, a diretoria do estabelecimento sorteava “matrículas gratuitas” para alunos do grupo escolar, posteriormente denominado Grupo Escolar Rangel Pestana (GINÁSIO LEOPOLDO. 27 abr. 1941, p.02; 12º ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO. 26 abr.1942, p.02).

No ano de 1945, ao assumir a direção do Ginásio Leopoldo, Manuel Duarte Coutinho concedeu entrevista ao *Correio da Lavoura* onde congratulava-se com a gestão antiga e atual da prefeitura pelo “apoio material e moral” dado ao estabelecimento:

Antes de terminar a nossa entrevista, queremos que fiquem aqui constatados os nossos agradecimentos ao dr. Bento Santos de Almeida e a sua distinta secretária de Educação, d. Sara Areal, pelo apoio material e moral que proporcionaram ao GINÁSIO, durante à sua gestão; e os nossos agradecimentos são também extensivos ao atual prefeito, dr. Getulio de Moura, que aumentou, espontaneamente, a nossa subvenção, para facilitar o número de matriculas gratuitas, de alunos pobres, por conta da Prefeitura, demonstrando desse modo, no início de seu governo, ter visão clara das cousas e possuir o espírito humanitário (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 25 mar. 1945, p. 07).

No que tange a questão de investimento público à iniciativa privada, no setor educacional, no Brasil, pode-se dizer que é sintomático, principalmente quando se refere a questão da dispersão da educação escolar pelo território (LIMEIRA, 2011a, 2011b; MAIA, 2017; MICELI, 2015). O número sempre inferior de estabelecimentos públicos diante da demanda por matrículas tornava legal, e até mesmo necessária, a prática de subvenção a iniciativa privada (LIMEIRA, 2011a, p.106).

Na Primeira República, para o estado do Rio de Janeiro, Maia (2017) aponta que os investimentos públicos em educação estavam centrados no ensino primário e profissional (MAIA, 2017, p.53-54). O governo estadual mantinha, a princípio, três instituições públicas secundárias: o Liceu de Humanidades, em Campos, o Liceu Nilo Peçanha, em Niterói e o Ginásio Fluminense em Petrópolis, que de acordo com autora foram criados em um contexto de disputa entre as oligarquias locais pela “condição de capital do estado”. Tais empreendimentos eram tidos como fator “de ampliação das bases de legitimação de uma parcela do grupo regional politicamente dominante [...] com vistas a se tornar hegemônico” (MAIA, 2017, p.73). O liceu de Niterói e o ginásio de Petrópolis foram fechados nos primeiros anos do século XX, tornando-se o Liceu de Humanidades o “único instituto estatal de educação secundária que permaneceu em funcionamento, possivelmente por força da oligarquia cafeeira campista” (MAIA, 2017, p.78). O Liceu Nilo Peçanha só foi reaberto em 1931 (MAIA, 2017, p.180).

Nessa direção, Miceli (2015) pontua que o pequeno número de instituições secundárias mantidas pelo estado não significava que as vagas fossem “tão diminutas”. A maior parte das vagas do ensino secundário estava focalizada nos estabelecimentos de ensino privados (MICELI, 2015, p.35). Assim a subvenção aos estabelecimentos privados cumpria a uma dupla função, por um lado, contribuía “para a escolarização da população fluminense”, e por outro “não cria[va] responsabilidades futuras ao erário público” se tornando “um meio de aumentar o número das escolas diante da falta de recursos financeiros do estado” (MAIA, 2017, p.290).

Para além da relação financeira, ou intrinsecamente ligada ela, observamos nas matérias sobre as comemorações e solenidades cívicas ocorridas no Ginásio Leopoldo a presença dos prefeitos municipais, ou de algum representante destes, compondo as mesas de conferências ou proferindo discursos de abertura ou encerramento como convidados de honra desses eventos (CONSIDERAÇÕES JUSTISSIMAS, 22 mar. 1932, p. 22; O DIA DA PÁTRIA, 12 set. 1935, p. 02; INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO GYMNASIO LEOPOLDO, 05 mar. 1936, p.02; O DIA DA PÁTRIA, 10 set. 1936, p. 02; GYMNASIO LEOPOLDO, 19 nov. 1936, p. 02; A

ESPLENDIDA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO, 25 abr. 1943, p.05; O DIA 21 DE ABRIL E O ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO, 22 abr. 1945, p. 02).

Também foi possível verificar que, tanto Leopoldo Machado quanto os alunos do Ginásio eram convidados a participar nos eventos cívicos públicos ocorridos na cidade. Um exemplo considerável desta afirmação foi a participação do diretor proprietário do Ginásio Leopoldo na comissão organizadora da festa cívica do “Dia da Pátria” em Iguazu no ano de 1940. A comissão era “composta dos srs. Dr. Felipe Leal – Diretor da Instrução Municipal, prof. Leopoldo Machado Barbosa – Diretor do Ginásio Leopoldo, e do dr. Mario Campos – Inspetor Escolar do Estado” (O DIA DA INDEPENDENCIA. 15 set. 1940, p.01).

Na primeira parte do programa organizado pela comissão constava de “hasteamento da bandeira em cada escola” seguido de “desfile cívico das escolas municipais, estaduais e particulares pelas principais ruas da cidade” (COMO ESTÁ ORGANIZADO O PROGRAMA OFICIAL DA FESTA DO DIA DA PÁTRIA, 01 set. 1940, p.03). O “imponente desfile cívico” iniciou-se na “rua Marechal Floriano” colocaram-se em forma os alunos das diversas escolas do município “com a [formação] do Ginásio Leopoldo à frente” seguindo pela “Av. Nilo Peçanha” em direção ao “estádio Francisco Baroni” onde se realizaria a segunda parte da comemoração (O DIA DA INDEPENDENCIA. 15 set. 1940, p.01).

No estádio a “tribuna de honra” estava ocupada pelos senhores:

[...] prefeito municipal, Dr. Ricardo Xavier da Silveira, e sua exma. esposa, d. America Xavier da Silveira, os srs. Dr. Orlando Muniz Dias Lima – Chefe da Secretaria da Prefeitura, dr. Felipe Leal, dr. Nelson Machado – Delegado Regional, dr. Mario Campos, prof. Leopoldo Machado Barbosa, cel. Sebastião Herculano de Mattos, ten. Roberto Cabral, Paulino Barbosa e vários professores (O DIA DA INDEPENDENCIA. 15 set. 1940, p.01).

Nessa direção entendendo que a relação entre escola e sociedade é, uma relação dialética, pois uma é condição de existência da outra (SAVIANI; 2007; NOSELLA; BUFFA,2006; SANFELICE, 2016), precisamos atentar para alguns fatores sócio-político que se entrelaçam na relação entre o Ginásio e o governo local no contexto apresentado. Primeiramente, é preciso considerar que a “Nova” Iguazu estava ainda se consolidando como sede administrativa do município, nesse sentido a instalação de qualquer aparelhamento urbano era apresentado como símbolo de progresso local. Dias (2014) pontua que:

A instalação de postos de saúde, de serviços de limpeza e coleta de lixo, de abastecimento de água e canalização de esgotos, incidia sobre a configuração espacial da cidade, habilitando-a, supunha-se, a espelhar e produzir o progresso. O saneamento e a higiene consistiam em modelos de educar o espaço e os sujeitos, em adotar novos códigos de ordenação do social. Guardavam estreitos vínculos, portanto, com o tema da instrução escolar (DIAS, 2014, p.374).

De acordo com a autora para “construir a ‘Nova’ Iguaçu” foi preciso investir na “construção de [uma] nova infraestrutura” pois “o espaço precisava ser reorganizado, saneado, para propiciar novos modos de vida” (DIAS, 2014, p.376). Desse modo a construção/instalação de escolas era parte indissociável dessa “nova infraestrutura”. A função social atribuída a escola, de organizadora da cultura e modeladora de hábitos, fez com que esta instituição se tornasse o principal fator da transformação social que se buscava imprimir (FARIA FILHO, BERTUCCI, 2009, p.10).

Outro fator a se considerar era o lugar social que ensino secundário ocupava no período. Desse modo, se o investimento do governo no ensino primário tinha a função político-social de acabar com o analfabetismo – considerado o grande mal da nação – o secundário oferecido em menor proporção, e majoritariamente pela iniciativa privada, também obedecia uma função política, a de formar os quadros dirigentes e como um mecanismo de distinção social (ALVES, 2012; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; MICELI, 2015; MAIA, 2017). É preciso considerar que o aumento das instituições secundárias no estado do Rio de Janeiro se deu em uma conjuntura em que se difundia nos meios de comunicação, principalmente nos jornais, as ideias de modernização e de desenvolvimento regional, desse modo “o crescimento numérico das escolas secundárias no estado, mesmo que a maioria fosse mantida por particulares, era apresentado como bandeiras do progresso e da civilização” para essas localidades (MAIA, 2017, p.184).

Alves (2012) pontua que por ter sido relacionado ao ensino secundário a função de “formador de grupos dirigentes”, estas instituições e seus atores eram associados “a um capital simbólico que lhes dava destaque na cena política local” (ALVES, 2012, p.97). De acordo com Dias (2014):

A forma ensaiada como essas escolas participavam, em lugar de destaque, previamente demarcado, com participações de oratória e demonstração artística, sinaliza a intenção de que essas instituições produzissem e representassem um novo ordenamento dos sujeitos e dos usos dos espaços (DIAS, 2014, p.439-440)

Nesse sentido entendemos que a participação do diretor-proprietário do Ginásio Leopoldo na organização de eventos públicos, seu posicionamento na tribuna de honra, juntamente com as autoridades locais, assim como a formação dos estudantes municipais para o desfile cívico “com a formação do Ginásio Leopoldo à frente”, como sendo episódios demonstrativos da valorização desta instituição na cena da cidade. O Ginásio Leopoldo e os sujeitos que compunham essa instituição aparecem como o modelo a ser seguido pelas outras instituições escolares e pelos demais sujeitos locais, modelo de ordem e civilidade que se buscava imprimir em toda sociedade. Assim tanto o governo local se utilizava do Ginásio Leopoldo para valorizar a cena da cidade, tanto com sua estrutura física quanto com o

simbolismo que a instituição representava, como o Ginásio Leopoldo (seus sujeitos) se utilizava da visibilidade e do prestígio que lhe era proporcionado para se institucionalizar, se afirmando “como modo privilegiado de socialização da juventude” (DIAS, 2014, p.424).

Passamos agora a direcionar o nosso olhar em analisar o impacto das reformas educacionais, como essas reformas condicionaram e balizaram a consolidação do Ginásio Leopoldo e de suas práticas na cidade. Buscamos entender como as reformas e as normatizações influenciaram na dinâmica de funcionamento do Ginásio e de seus agentes.

Através das correspondências enviadas pelo MESP ao Ginásio, dos ordenamentos das reformas educacionais e dos relatórios dos inspetores federais foi possível verificar as mudanças e adequações que o estabelecimento precisou passar para conseguir a equiparação ao colégio modelo e a emitir certificados oficiais válidos. Buscamos apreender como essas legislações de dimensões nacionais repercutiam e eram absorvidas na dinâmica local pelo Ginásio Leopoldo.

#### **2.4 Normatização na Reforma Francisco Campos: o processo de equiparação do Ginásio Leopoldo**

De acordo com Rocha (2000) foi através da Reforma Francisco Campos que o ensino secundário foi estruturado e entregue a iniciativa particular, contudo, tendo esses estabelecimentos privados que atender as prescrições e ordenamentos impostos pela mesma. A reforma educacional implementada por Francisco Campos em 1931, no âmbito do governo provisório, rompeu em definitivo com o modelo secular do ensino secundário em todo país, inaugurando o que Alves (2012), chamou de a “segunda fase do ensino secundário brasileiro” (ALVES, 2012, p.91), pois viabilizou o que as reformas da Primeira República tentaram e não conseguiram, dar “organicidade a cultura escolar do ensino secundário” (DALLABRIDA, 2009, p.185).

As principais mudanças implementadas pela Reforma Francisco Campos que caracterizam sua diferença das outras reformas das décadas anteriores foram, de acordo com Dallabrida (2009), o aumento na duração do curso e sua divisão em ciclos, a presença obrigatória do aluno nas aulas, um sistema de avaliação regular dos alunos, a seriação do conhecimento a ser ministrado, obrigatoriedade de conclusão do curso para prestar exame do ensino superior, e a reestruturação do serviço de inspeção, que a partir da referida reforma seria estendida aos estabelecimentos privados, desde que se submetessem as normas estabelecidas no texto legal (2009, p. 186-188).

Nessa direção, a bibliografia sobre o tema aponta que a Reforma Francisco Campos corou o comprometimento do Estado com esse nível de ensino, porém esse comprometimento não se deu na forma de oferta desse nível de ensino, mas sim, através do dispositivo de equiparação, que se tornou a forma do governo federal se fazer presente nos estabelecimentos desse nível de ensino (ROCHA, 2000; DALLABRIDA, 2009; ALVES, 2012; DALLABRIDA; SOUZA, 2014). Assim os estabelecimentos de ensino que objetivassem requerer a inspeção federal deveriam, além de se adequar as normas físicas e pedagógicas estabelecidas pelo decreto, se submeter a fiscalização federal.

O Ginásio Leopoldo precisou se adequar para ser reconhecido oficialmente. Como já fora apresentado em capítulo anterior, o Ginásio Leopoldo foi instalado em um prédio alugado adaptado para tal fim, sob a vigência da Reforma Rocha Vaz, que não permitia aos estabelecimentos privados a possibilidade de se equiparar, permitindo apenas, que estes estabelecimentos organizassem bancas de exames.

Nesse sentido entendemos que a primeira mudança ocorrida no Ginásio Leopoldo, com o fim de obter a equiparação, foi o esforço de construção do prédio próprio do estabelecimento, pois o inciso primeiro do artigo 45 da Decreto 19.890, estabelece como condições essenciais para requerer a inspeção que o estabelecimento deveria “dispor de instalações, de edificios e material didactico, que preencham os requisitos mínimos prescriptos pelo Departamento Nacional de Ensino” (BRASIL, 1931a).

Não encontramos nos arquivos do Ginásio subsídios que nos aponte para as causas que levaram a construção do prédio, contudo, encontramos no *Correio da Lavoura* indícios que a construção do prédio próprio do Ginásio Leopoldo “foi de molde a satisfazer todas as exigencias do D. N. do Ensino” e que a equiparação seria requerida naquele mês (O GYMNASIO LEOPOLDO REQUERERÁ ESTE MEZ, A EQUIPARAÇÃO DO SEU CURSO GYMNASIAL, 12 dez. 1935, p.02).

De acordo com a legislação vigente a solicitação para equiparação era feita no DNE que verificaria se o estabelecimento satisfazia as “condições essenciaes” para a concessão da inspeção preliminar (BRASIL, 1931a). Foi “designada pelo officio nº 488 de 23 de março de 1936 da Inspectoria Geral do Ensino Secundário, para responder pelo expediente do Gymnasio Leopoldo” a inspetora federal “Heloisa de Almeida Araujo” (APCL. Livro ata termos de visita, 1936, p. 01).

Mesmo com a construção de um prédio para atender as exigências do DNE, o Ginásio Leopoldo ainda precisou adequar alguns espaços para conseguir a inspeção prévia, como a construção de uma área coberta para abrigo e recreio “com 15 de comprimento sobre 8 de

largura, prefazendo, assim, 120 m<sup>2</sup> que, somados aos já existentes, excedem de 200 m<sup>2</sup>” (APCL. Barbosa, 06 mar. 1936), e também, a correção nas dimensões de salas de aulas para disciplinas específicas:

Exmo. Snr. Diretor da Inspeção do Ensino Secundário:  
Sabendo da razão por que este Ginásio não pode lograr, nesta data, a inspeção prévia – que é a deficiência de dimensão da sala de seu gabinete de Física, Química e História Natural – peço a V. S. se digne de conceder-lhe um prazo razoável, até setembro provavelmente, para que se possa construir uma sala nas dimensões suficientes. Oportunamente enviarei a V. S. a planta da sala em questão, que deve medir 42 m<sup>2</sup>. Digne-se V. S. de levar na devida atenção o que se pede aqui, numa demonstração elementar de justiça.  
O Diretor (APCL. Barbosa, 22 mai. 1936).

O que foi possível observar com os trechos acima transcritos era que o DNE normatizou minuciosamente as dimensões de toda estrutura física que os estabelecimentos de ensino secundário deveriam ter para requerer a inspeção federal, tendo em vista que as dimensões da referida sala era “a única falha para o efeito definitivo da sua inspeção prévia” (APCL. Barbosa, 22 mai. 1936).

Para além da normatização da estrutura física dos estabelecimentos, a Reforma Francisco Campos normatizou e delineou toda estrutura pedagógica do secundário, determinando o tempo e a quantidade de aulas por semana, a seriação das matérias a serem ministradas, os saberes a serem aplicados.

Quadro 24 – Distribuição das disciplinas por semana no Ginásio Leopoldo.

Dias da semana	Disciplinas ministradas
Segunda	Desenho, História da Civilização, Matemática e Francês
Terça	Educação Física <sup>15</sup> , Ciências Físicas e Naturais, Geografia, e Português.
Quarta	Desenho, História da Civilização, Matemática e Francês
Quinta	Educação Física, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Canto Orfeônico e Português
Sexta	Desenho, História da Civilização, Matemática e Francês
Sábado	Educação Física, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Canto Orfeônico e Português

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de Almeida, 1936.

Constava como parte integrante dos relatórios dos inspetores federais que eram enviados à Divisão do Ensino Secundário (DES), a discriminação mensal das matérias lecionadas por disciplinas e por série, o que nos demonstrou esse controle por parte do Estado. De acordo com Dallabrida (2009):

<sup>15</sup> As aulas de educação física eram processadas às 07:00 da manhã antes do horário regular de início das aulas que eram das 08:00 às 12:00 para o curso ginasial.

A seriação do conhecimento escolar tinha o intuito de enquadrar o aluno secundarista, procurando coibir o aprendizado avulso característico do regime de cursos preparatórios e de exames parcelados. Ela definia uma progressão obrigatória dos saberes escolarizados, permitindo um controle maior sobre o seu processo de seleção, organização e avaliação (DALLABRIDA, 2009, p.188).

Além da seriação progressiva dos saberes e da presença obrigatória, a Reforma Francisco Campos ainda estabeleceu um “regular sistema de avaliação” onde os estudantes do secundário eram examinados “em diferentes tempos ao longo do ano letivo, que os incitava ao trabalho regular e progressivo” (DALLABRIDA, 2009, p.187). No Ginásio Leopoldo, entre os anos de 1936 até 1942, as provas parciais ocorriam nos meses de maio, julho, setembro e novembro (APCL. Livro termos de visitas, 1936-1942).

Todos esses dispositivos de controle tinham, segundo a bibliografia referente, a intenção de fixar o discente dentro do estabelecimento de ensino, e buscavam, mais do que definir conhecimentos a se ensinar, tinham a clara intenção de inculcar condutas a serem seguidas (ROCHA, 2000; DALLABRIDA, 2009; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; DIAS, 2008). As normas determinadas na legislação em análise pretendiam dotar o secundário de um caráter formativo, proporcionando aos educandos uma sólida formação integral. De acordo com Francisco Campos:

A sua finalidade exclusiva não há-de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras. Muito de propósito atribuo ao ensino secundário a função de construir um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos, ao invés de mobiliar o espírito de noções e de conceitos, isto é, dos produtos acabados, com os quais a indústria usual do ensino se propõe a formar o stock dos seus clientes. (CAMPOS, 1933, apud DALLABRIDA, 2009, p. 189).

A inspeção preliminar foi concedida ao Ginásio Leopoldo no final de 1936, a aprovação ao pedido foi publicada no dia 08 de outubro:

INSPETORIA GERAL DO ENSINO SECUNDÁRIO  
EXPEDIENTE DO MINISTRO  
DIA 9/10/36

O Diretor do Ginásio Leopoldo, em Nova Iguaçu – Estado do Rio de Janeiro, solicitando inspeção preliminar – CONCEDO inspeção preliminar, por dois anos, ao curso fundamental (APCL. Publicação do Diário Oficial, 08 out. 1936).

De acordo com a Reforma Francisco Campos a inspeção preliminar era concedida por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado caso o DNE julgue, a partir dos relatórios dos inspetores, que o estabelecimento ainda não atenda de alguma forma as normas estabelecidas na legislação. O Ginásio Leopoldo somente conseguiu a inspeção permanente em 1945, ou seja, o Ginásio Leopoldo ficou nove anos sob a inspeção preliminar.

A partir do manuseio das fontes foi possível verificar que o estabelecimento enfrentou um problema financeiro e ficou em atraso com a taxa de inspeção de seu curso ginasial. A taxa

de inspeção do curso ginásial era no valor de 12:000\$000, e o pagamento era “feito em duas prestações semestrais” (BRASIL, 1931a). De acordo com as fontes, o diretor do Ginásio solicitou ao ministro da educação “que lhe [fosse] relevada a quota de primeiro semestre” de 1936, pelas seguintes razões:

- a) Não haver, naquele semestre, vigorado esta mesma inspeção;
- b) Estar o Ginásio Leopoldo no seu começo, por isso mesmo com 12 alunos apenas na 1ª série, visto não ter podido fazer a propaganda direita do seu curso, em virtude mesmo de lhe faltar, no início de seu curso ginásial, o caráter oficial de molde a inspirar confiança absoluta aos alunos e seus responsáveis (APCL. Barbosa, 05 fev. 1937).

A solicitação do diretor do Ginásio foi indeferida, ficando o estabelecimento em atraso com as taxas dos dois semestres de 1936. Encontramos na documentação do Ginásio algumas minutas de memorandos enviados a autoridades educacionais com o fim de se justificar e solicitar compreensão e prazo para a quitação da dívida. A justificativa recaía, principalmente, no pequeno número de alunos no curso ginásial e no fato da concessão da inspeção previa ter ocorrido já no final do ano letivo, o que impossibilitou a propaganda devida a fim de o número de estudante do curso fosse maior (APCL. Barbosa, 22 ago. 1937; 05 fev. 1937; 08 abr. 1939).

O que nos foi possível averiguar foi que esta situação se prolongou até no mínimo o ano de 1940. Em correspondência ao diretor do DNE, Abgar Renault, o diretor do Ginásio Leopoldo pede compreensão ao fato do atraso a fim de que não seja suspensa a inspeção provisória do estabelecimento:

O Ginasio Leopoldo deve, ainda, a taxa de inspeção do ano passado, pelas razões abaixo:

Teve êle a inspeção preliminar em 1936, funcionando, neste ano, apenas, com 11 alunos. No ano de 1937 sua matrícula foi, apenas, de 21 alunos, todos na primeira série, em virtude de não poder formar, por falta de candidatos, uma segunda série. Em 1938, funcionaram duas séries, a 1ª com 26 alunos e a 2ª com 10. Há tendências de maior freqüência, no ano em curso, nas 1ª, 2ª, 3ª séries.

O Ginasio Leopoldo, que dispõe de sede própria e instalações modernas, ficou muito onerado para a construção da respectiva séde, cujo o pagamento não conseguiu, ainda, concluir integralmente. Assim, em face desta dificuldade, e da exiguidade de sua matrícula nos três anos de funcionamento, cuja renda mal tem dado para a retribuição do seu corpo docente, teve que ficar de atraso de um ano, no pagamento de sua taxa de inspeção.

[...]

Espero, assim, do esclarecido espírito de V.S. que, por medida de tolerancia e justiça, lhe seja permitido, o titulo provisorio, ainda, por algum tempo, funcionar como vem funcionando, até que, dentro do possível, se possa colocar, definitivamente, em dia, no pagamento de sua taxa de inspeção.

Nestes termos,

Espero, confiado, favoravel despacho (APCL. Barbosa, 08 abr. 1939).

No segundo semestre de 1939, houve outro telegrama solicitando a quitação da dívida, pontuando que o Ginásio Leopoldo havia sido colocado na categoria de “inadimplente” e que seria “processado a cassação regalia inspeção esse ‘Ginásio’” (APCL. Barbosa, 03 jul. 1939, p. 01). O diretor do Ginásio Leopoldo expõe uma melhora nas condições financeiras do

educandário, apontando que já havia quitado parte da dívida com a tesouraria do Ministério no valor de “18.000\$000 em três prestações, e compromete-se a entrar mais, até antes do encerramento das aulas, com 6.000\$000” ficando “o seu debito para com esta Tesouraria, apenas em 6.000\$000” (APCL. Barbosa, 03 jul. 1939, p. 01). E pondera:

Tratando-se de um Ginásio pequeno, de menos de 200 alunos em todos os seus cursos e, ainda, crivado de compromissos assumidos para a construção de sua séde própria, e contando, apenas, com 67 alunos no curso ginásial, as entradas efetuadas e por efetuar representam bem um grande esforço de quem deseja pagar, de quem não pagava menos por má fé do que por falta absoluta de meios.

Fica-lhe-á, portanto, o debito de 6.000\$000 somente, cujo meio de pagamento apresentado por V.S. onera muitíssimo o Ginasio, em virtude dos outros compromissos que tem, decorrentes das despesas de construção de sua séde própria. O ‘Ginasio Leopoldo’ compromete-se a pagar esta importancia no primeiro semestre de 1940 e para garantia de sua promessa, diz, apenas, que, se no ano presente já pagou 18.000\$000 e pagará mais 6.000\$000, prefazendo 24.000\$000, no ano próximo, em que haverá, naturalmente, aumento de matricula, não lhe será impossivel pagar os 18.000\$000, isto é, 12.000\$000 da taxa anual e mais 6.000\$000 de seu debito restante (APCL. Barbosa. 03 jul. 1939, p. 01).

Essa exposição nos faz concluir que o débito com o Ministério da Educação aumentou ao longo dos primeiros anos de funcionamento do Ginásio, pois ao contrário do que foi apresentado no documento enviado ao diretor do DNE, onde o responsável do Ginásio pontuava estar em atraso de um ano nas taxas de inspeção, o que se verifica na correspondência para a tesouraria do MESP era que estavam em atraso as taxas de dois anos e meio no valor de 30.000\$000. Contudo para o proprietário do Ginásio Leopoldo o atraso nas taxas de inspeção não era um motivo plausível para a ameaça de perder a inspeção. O diretor argumentava:

Não querendo acreditar que o Governo, interessado como está em dotar o País de um efficientíssimo aparelhamento educacional, **proceda à cassação das regalias da inspeção no ‘Ginasio Leopoldo’, apenas por um debito insignificante**, perfeitamente justificável com as provas que já foram apresentadas ao mesmo Governo, espero V.S. a equidade compatível com a citação[sic] presente do referido Ginasio (APCL. Barbosa. 03 jul. 1939, p. 01-02. Grifo nosso).

Acreditamos que o impasse com relação ao atraso na referida taxa e as negociações tenha perdurado durante os anos até 1943, ano em que a DES revisou a ficha de classificação do Ginásio Leopoldo e sendo “o mesmo colocado na categoria REGULAR” (APCL. Magalhães. 28 dez. 1943).

Com o exposto podemos observar que a concessão da equiparação ao Ginásio Leopoldo se deu em meio a algumas negociações com o MESP, onde mesmo com a transferência do estabelecimento para um prédio próprio e construído para o fim de abriga-lo, ainda houve adequações a serem feitas. Nesse sentido entendemos que o serviço de inspeção buscava homogeneizar e padronizar os estabelecimentos de ensino secundário e os saberes a serem disseminados, porém, vimos que houve resistências e negociações na implantação desses ordenamentos.

Desse modo através da Reforma Francisco Campos o ensino secundário foi estruturado e entregue a iniciativa particular, tendo esses estabelecimentos privados que atender as prescrições e ordenamentos impostos pela mesma, posteriormente, com a Reforma Capanema, esse ordenamento se tornou mais incisivo, se fazendo não apenas como prática de supervisão da legislação em vigor, mas como prática de orientação, buscando moldar tanto o ambiente físico como as práticas escolares, e também, a prática docente, isto é o que buscamos apresentar no próximo tópico.

## **2.5 Reforma Capanema: Ordenamento do espaço e controle pedagógico**

Entendemos o processo de escolarização a partir de Faria Filho e Bertucci (2009), quando estes apontam que nas sociedades modernas a escola se tornou a principal instituição responsável pela organização e transmissão da cultura, agindo não somente internamente, mas ampliando sua “atuação social na medida em que funciona como uma instituição que produz, divulga e legitima identidades, competências e modos de vida, ao mesmo tempo em que deslegitima outros” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.14).

Nesse sentido acreditamos que as políticas educacionais implementadas nas décadas de 1930 e 1940, tinham o duplo intuito de inculcar na população novos hábitos, condutas e formas de convivência social, mas também de deslegitimar formas não escolares de educação. A transformação que se buscou imprimir na sociedade brasileira no período proposto, dependeria, principalmente, da ação escolar “no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências” (JULIA, 2001, p.22).

A centralização governamental intensificada a partir de 1936 tinha como uma das preocupações centrais combater as “influências corrosivas” desencadeadas pelas insurreições de 1935 (SAVIANI, 2013). O alinhamento entre o Estado e a Igreja Católica, em prol de combater o ‘inimigo comum’, deu a tônica da direção para a qual se encaminhou as políticas governamentais, direção esta, que culminaria com a implementação do Estado Novo.

O projeto educacional que vigorou no Estado Novo estava intrinsecamente vinculado ao projeto político-social que se buscou imprimir no período. As escolas, entendidas de forma ampla como aparelhos de hegemonia, se tornaram um dos principais meios na busca pela adesão “voluntária” ao regime instaurado. Amália Dias e Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro (2016) pontuam que:

[...] a educação foi um recurso indispensável ao êxito do projeto de Estado, tanto no que se refere à instrução do trabalhador, dotando-o de saberes úteis à sua atividade, mas também como meio de obter adesão ao regime [...]. A educação atua[va] na divulgação e interiorização do arcabouço ideológico das classes hegemônicas, transformando valores particulares em senso comum (DIAS; PINHEIRO, 2016, p. 20).

Sob essa ótica, novos ordenamentos começaram a tomar forma, e a fiscalização se tornou mais intensa nos ginásios e colégios. A preocupação com a formação patriótica da população, principalmente da população jovem, se tornou o cerne das novas ações educacionais. O currículo da escola secundária passou a ser formulado e determinado pelo governo federal, mais especificamente pelo MESP, que buscou prescrever e modelar todo plano de ação dentro desses estabelecimentos.

Desse modo, entendemos as reformas, portarias, ofícios, circulares e também os relatórios dos inspetores (que ficaram mais constantes com o novo regime), “como estratégias discursivas de produção de consentimentos, persuasão e legitimidade” (FARIA FILHO, 1998, p.103), impostas aos estabelecimentos de ensino. Tais medidas eram imprescindíveis na conformação e aderência do público alvo dos estabelecimentos de ensino secundário ao regime imposto.

No trabalho com as fontes, notamos que a partir de 1937 as visitas dos inspetores federais se tornaram mais intensas no Ginásio Leopoldo. Mesmo com as lacunas existentes podemos mapear por alguns anos tal informação. Os dados foram recolhidos no livro de ata de termos de visitas do Ginásio Leopoldo (APCL. Livro ata de termos de visitas, s/p. 1936-1943), e também buscamos os dados referentes às visitas dos inspetores nos relatórios enviados ao MESP. É preciso pontuar que a partir de 1939, os termos de visitas se tornaram a “forma de controle da frequência” dos inspetores pelo Governo, se tornando base para o pagamento desses funcionários (APCL. Magalhães, 1940, p.02). Antes, a liberação do pagamento desses profissionais estava condicionada ao envio do relatório mensal (BRASIL, 1931). O aumento considerável nas visitas pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 25 – Quantidade de visitas dos inspetores federais por ano.

Ano	Nº de Visitas
1936	23
1937	18
1938	42
1939	78
1940	102

1941	101
1944	134
1945	128

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de:  
APCL. Livro ata termos de visita.

Notamos que tal intensificação nas visitas estava ligada a busca de padronizar os estabelecimentos de ensino secundário nos moldes do Estado, mas, principalmente, de se fazer cumprir o estabelecido pelo Governo por meio das prescrições publicadas, no Diário Oficial, ou enviadas aos estabelecimentos de ensino.

Em ofício de julho de 1942 (APCL. Magalhães. 23 jul. 1942), a Divisão de Ensino Secundário do MES, em resposta a solicitação do Ginásio Leopoldo, permitiu “a título excepcional”, até o final daquele ano, o funcionamento de classes mistas no Ginásio Leopoldo, frisando que a partir de 1943, a “separação dos sexos prevista no artigo 25 § 2<sup>a</sup> do Decreto Lei 4.244” deveria ser cumprida. De acordo com a bibliografia referente (ROCHA, 2000; FREITAS; BICCAS, 2009; MARTINS, 2009; SAVIANI, 2013; DALLABRIDA; SOUZA, 2014; VEIGA, 2016) essa prescrição, na referida reforma, era fundamentada nos preceitos católicos que condenavam a coeducação, principalmente durante a adolescência e era resultado da reaproximação entre Estado e Igreja Católica.

É interessante observar que mesmo que essa reaproximação entre Estado e Igreja tenha sido operacionalizada na gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública (ROCHA, 2000), e tendo este implementado uma reforma de sua autoria e posteriormente, tenha ele promulgado o decreto que reestabelecia o ensino religioso facultativo na educação brasileira (Decreto nº 19.941 de 30/04/1931), não havia nem no Decreto 19.890 de 18/04/1931, nem no Decreto nº 21.241, de 04/04/1932 qualquer menção a separação de alunos por sexo ou diferenciação de disciplinas entre meninos e meninas.

No entanto a partir de 1942, com a promulgação do Decreto-Lei 4.244 de 09/04/1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, era especificado no artigo 25, que a educação feminina deveria ser feita em “estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina”, ou, no caso de estabelecimentos mistos “será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas” (BRASIL, 1942). Nessa direção, foi possível observar que a partir de 1943 o Ginásio Leopoldo passou a separar as turmas por sexo gradativamente, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 26 – Esquema de separação das turmas por sexo.

Ano	1ª série			2ª série			3ª série		4ª série
1943	A*	B**		Única			Única		Única
1944	A	B		A	B		Única		Única
1945	A	B		A	B		Única		Única
1946	A	B	C***	A	B		A	B	Única
1947	A	B	C	A	B		A	B	Única
1948	A		B	A	B	C	A	B	Única
1949	A		B	A	B		A	B	Única

\* Turmas de meninas; \*\* Turmas de meninos; \*\*\* Turma mista;

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: APCL. Martins, 1943-1949.

Outro fator, que segundo Rocha (2000), Dallabrida e Souza (2014) e Veiga (2016) demonstrava o alinhamento entre Governo e Igreja Católica era observado na distinção entre algumas disciplinas destinadas, especificamente, a determinado sexo. Podemos observar no quadro abaixo as disposições de horários das disciplinas a serem ministradas no ciclo ginásial do ensino secundário. Esse quadro foi elaborado a partir do quadro de horários anexo a Portaria Ministerial 167 de 08/03/1943 (APCL. Capanema. 08 mar. 1943, p.02), que dispunha sobre o limite e a distribuição dos tempos escolares no ensino secundário.

Quadro 27 – Distribuição das disciplinas no ensino secundário ginásial – 1943.

Área de conhecimento	Quantidade de tempos por série			
	I	II	III	IV
<b>I. Línguas</b>				
1. Português	4	3	3	3
2. Latim	3	3	4	4
3. Francês	3	3	3	3
4. Inglês	-	3	3	3
<b>II. Ciências</b>				
5. Matemática	3	3	3	3
6. Ciências Naturais	-	-	3	3
7. História Geral	2	2	-	-
8. História do Brasil	-	-	2	2
9. Geografia Geral	2	2	-	-
10. Geografia do Brasil	-	-	2	2
<b>III. Artes</b>				
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>

11. Trabalhos	3	2	-	-
Manuais	2	2	1	1
12. Desenho	2	2	1	1
13. Canto Orfeônico				
<b>IV. Educação Física</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
	3	3	3	3
<b>Total de horas semanais</b>	27	28	28	28

Fonte: A autora, 2019. Elaborado a partir de: APCL. Capanema, 08 mar. 1943.

Contudo, no texto da referida portaria fica explícito a segregação de gênero logo em seu primeiro artigo onde versa que:

Art. 1. Os números de aulas semanais de cada disciplina e de sessões semanais de educação física, no curso ginásial, para os alunos do sexo masculino, são os fixados no Quadro n.1, anexo à presente portaria ministerial.

Parágrafo Único. Vigorará para os alunos do sexo feminino o mesmo regime de tempo dos trabalhos escolares, salvo quanto ao seguinte:

1. A educação física, em todas as séries, será dada em duas sessões semanais.
2. Dar-se-á, na terceira e quarta séries, uma aula semanal da disciplina de economia doméstica (APCL. Capanema, 08 mar. 1943).

Essa segregação “tinha o intuito de formar a mulher para atuar na vida privada como esposa, nora e mãe” (DALLABRIDA, SOUZA, 2014, p.18). Enquanto para a educação masculina devia “ser reservado o tempo necessário [...] para a instrução premilitar ou a instrução militar”, assim determinava-se os espaços destinados a homens e mulheres na sociedade.

Outro fator que pôde ser verificado na análise das fontes foi o controle sobre o conteúdo a ser aplicado aos alunos pelos professores. De acordo com Dias (2008) desde a Reforma Francisco Campos buscou-se normatizar a profissão docente. A formação em instituição própria e a exigência de registro no DNE foram algumas das normas implantadas pelo Estado a fim de controlar o exercício da profissão (DIAS, 2008, p. 27), nesse sentido, coube aos inspetores federais a função de fiscalizar as práticas e os conteúdos aplicados nas salas de aula.

Identificamos nas correspondências do MESP enviadas para o Ginásio Leopoldo, circulares e ofícios destinadas “a melhor orientar o serviço de inspeção” (APCL. Magalhães, 03 abr.1943, p.01). Esses documentos especificavam quais eram as atribuições dos inspetores em cada ponto específico do trabalho dentro do Ginásio. Constavam como “deveres” de o inspetor “rubricar mensalmente os diários de classe, verificando que si deles consta[va] a indicação da matéria dada” e também:

[...] confrontar mensalmente os programas das diversas disciplinas, afim de verificar a sua progressiva e satisfatória execução, com a matéria lecionada, cujo lançamento nas cadernetas ou pautas de aula deve ser objeto de especial cuidado por parte dos professores (APCL. Magalhães, 03 abr. 1943, p. 05).

O controle sobre o conteúdo a ser aplicado ia além. Os docentes eram proibidos de ditar aulas, tendo estes, obrigatoriamente, que versar, exatamente, sobre os conteúdos dos livros didáticos, que poderia até ser “escolhidos” pelo professor, mas tinham que ser submetidos “à aprovação da Divisão do Ensino Secundário” (APCL. Pennaforte. 1939). Toda essa fiscalização e controle sobre a prática docente era, segundo Dias (2011), por que:

Os professores, como intelectuais da cultura, foram convocados a inculcar na juventude escolarizada saberes, valores e concepções de mundo que se coadunavam com o projeto de Estado e sociedade tecido pelo governo de Getúlio Vargas. Assim, no desempenho de suas atividades profissionais e também como membros daquela sociedade, os professores deveriam estar em consonância com o projeto de hegemonia representado no governo, e engajados na sua difusão (DIAS, 2011, p.12).

Porém, também foi possível observar a resistência de alguns docentes com relação a esse controle, encontramos no relatório da inspetora federal a seguinte observação:

Alguns professores puzeram, no programa da 4ª prova, o ponto para a prova oral, em substituição ao que foi sorteado para a ultima prova parcial. Outros não o declararam no referido programa, mas todos os pontos que caíram nas 4ª provas escritas, foram substituídos, nas provas orais (APCL. Pennaforte, 1939).

Entendemos que mesmo com todo controle que o Estado buscou imprimir aos estabelecimentos de ensino secundário esses episódios eram formas de resistir ao ordenamento imposto. Contudo, no manuseio com as fontes ficou explícito que esse ordenamento e controle ficaram mais intensos na década de 1940, como buscamos apresentar. A intensificação do controle aos estabelecimentos privados ficou ainda mais nítida quando encontramos um ofício de aprovação à investidura ao cargo de diretor técnico do Ginásio Leopoldo no ano de 1945 (APCL. Magalhães, 14 jul.1945). Isto é, até a direção de um estabelecimento privado deveria passar pela análise dos órgãos de Estado.

Nesse sentido, e em consonância com o trabalho de Rocha (2000), entendemos que o controle que se buscou imprimir nesses estabelecimentos estava pautado na intenção de dar um caráter público ao ensino privado, pois como o governo manteve um “padrão limitado de criação” de escolas secundárias públicas (ROCHA, 2000, p.38) os sujeitos que mantinham estabelecimentos desse nível de ensino eram “considerados como no desempenho de função de caráter público, cabendo-lhes, em matéria educativa, os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público” (ROCHA, 2000, p. 142).

Além do ordenamento que se buscou imprimir dentro dos estabelecimentos de ensino, notamos que cada vez mais as escolas eram convidadas a apresentar suas práticas nas praças, ruas e estádios, produzindo a “educação além dos muros” pontuada por Faria Filho e Bertucci

(2009). Nesse sentido buscamos no próximo capítulo analisar como as práticas escolares foram sendo enraizadas capilarmente na sociedade iguaçuana.

### 3 CÍVICO, ESPORTIVO, ARTÍSTICO E FILANTRÓPICO: AS PRÁTICAS E OPERAÇÕES DE HEGEMONIA

*Aqui é o templo augusto da verdade,  
 A Catedral excelsa do saber!  
 Almas cheias de ardor e mocidade,  
 Entrai. Vinde aprender.  
 Entrai. Aqui não há semblantes graves  
 Porque só se respira paz e amor.  
 São as crianças como um bando de aves  
 E é quase um pai o mestre, o professor.  
 Tudo aqui são promessas e esperanças  
 É belo e doce este calor sentir  
 Se entrais, agora, tímidas crianças,  
 Saireis homens de bem para o porvir.  
 O livro traz suavíssimos prazeres  
 Ao espírito que ama a evolução.  
 E nos ensina os múltiplos deveres  
 Do patriota, do filho, do cristão.  
 Mãos à obra, meninos, sem demora,  
 Sede amigos dos livros, estudai.  
 Quem sabe ser aluno e filho agora,  
 Saberá ser mais tarde, mestre e pai.  
 Vistes que da verdade a Escola é um templo.  
 E do saber excelsa catedral.  
 Bebei nela, portanto, o suave exemplo  
 Da justiça, do bem e da moral*

*(Hino do Colégio Leopoldo – Letra de Leopoldo Machado Barbosa).*

Buscamos neste capítulo investigar as interações do Ginásio Leopoldo com a dinâmica da sociedade na qual ele está inserido. Foi possível observar a partir do apresentado que os sujeitos que compunham o Ginásio passaram a fazer parte com mais veemência da cena da cidade, participando e algumas vezes organizando comemorações escolares e eventos cívicos que se imbricaram com o cotidiano do território. Foi possível mapear no acervo do Ginásio correspondências de prescrições governamentais solicitando a realização de comemorações alusivas a datas, personagens e episódios que representassem, aos olhos do governo, o fulgor patriótico que se almejava disseminado. Mapeamos também correspondências de outros

estabelecimentos de ensino e também da instancia municipal solicitando a presença dos escolares do Ginásio Leopoldo em comemorações e eventos externos.

Dias (2014) pontua que as comemorações de relevância nacional (dia da Pátria, dia da Bandeira, dia de Tiradentes, aniversário de instalação do novo governo, etc.) foram se tornando comemorações escolares e tinham o objetivo pedagógico de inculcar de forma disciplinar nos corpos dos educandos e do público assistente, uma “disciplina consciente e voluntária sem o emprego da força física” (DIAS, 2014a p.437). Nessa direção a imprensa era mais um agente propulsor e propagador dessa disciplina consciente. Convergindo com as documentações mapeadas no acervo do Colégio Leopoldo, mapeamos nas reportagens do *Correio da Lavoura* registros de comemorações dentro e fora do Ginásio desde a sua instalação. Os programas festivos eram detalhadamente descritos pelas reportagens e seu conteúdo era composto por diversas alusões patrióticas.

Assim como as festas cívicas, a atividade física também tinha posição de destaque no sistema de ensino do Ginásio Leopoldo. Torneios internos e externos eram disputados por seus alunos e a partir de 1939, anualmente, ocorriam as Olimpíadas do Ginásio Leopoldo. Obedecendo a “tríplice finalidade” de desenvolver a saúde intelectual, moral e física dos educandos, esses são os pontos que buscamos apresentar a seguir.

### **3.1 Festas dos escolares festejos nacionais: as comemorações das datas de relevância nacional nos programas do Ginásio Leopoldo**

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo entrelaçamento do patriotismo e do civismo no cotidiano escolar, a fim de se forjar o sentido de “nação” idealizado pelo governo (ROCHA, 2000; BERTOLINI, 2000; FONSECA, 2005; DIAS, 2008; 2014; GATTI, GATTI JR.,2018). A unidade nacional que se buscou construir, dependeria, parafraseando Faria Filho e Bertucci, da capacidade da escola de tornar “ordeiro e disciplinado” o público que por ela passava (2009, p.13).

Carlos Américo Bertolini (2000) apresenta em seu trabalho que o “civismo foi uma invenção criada para responder ao vazio desencadeado pelo processo de descristianização” (2000, p.14) e que as datas de comemorações cívicas foram produzidas durante o governo de Getúlio Vargas com a finalidade de “preencher um vazio de acontecimentos históricos de grande significação política e institucional” (BERTOLINI, 2000, p.44). O autor coloca que

essas datas, assim como os eventos ao qual elas recordavam “foram resultados de ações de cima para baixo, da elite para o povo” (BERTOLINI, 2000, p.45). De acordo com o autor:

Patriotismo, nacionalismo e civismo iriam convergir sobre o sistema educacional leigo, inspirando a redefinição do papel da moral – por consequência da religião também – na formação das novas gerações educadas nas escolas públicas. A elevação das tensões sociais e políticas geradas pela eclosão da questão social no período colocou a discussão sobre as estratégias de dominação e de obtenção do consenso como elemento central para aqueles que percebiam os perigos das iniciativas autônomas dos setores populares e de demais movimentos organizados na área educacional (BERTOLINI, 2000, p.64).

Nesse sentido, Bertolini coloca que, por não terem tido efetiva participação popular, os sentidos destas datas foram sendo forjados dentro do ambiente escolar, que se tornou um forte instrumento político, com o fim de cooptar a juventude e inculcar-lhes os mais belos sentimentos e atitudes para com a pátria. Para os idealizadores do período a formação da nacionalidade dependeria da construção de certas práticas disciplinares que deveriam ser introjetadas no cotidiano dos cidadãos, entre elas “a consciência de vida comum e a consciência cívica” (DIAS, 2014b, p. 85). Para Dominique Julia (2001):

[...] o colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de hábitos que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares. [...] A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências (JULIA, 2001, p.22).

Desse modo as comemorações de relevância nacional (Independência, Proclamação da República, Dia da Bandeira, etc.) foram se tornando comemorações escolares compondo, assim, a cultura escolar (JULIA, 2001) e, posteriormente, essas comemorações saíram do espaço escolar e ganharam ruas, praças e estádios (BERTOLINI, 2000; FONSECA, 2005; DIAS, 2014; GATTI; GATTI JR, 2018). Essas comemorações objetivavam inculcar na assistência uma aderência consensual uma “disciplina consciente”, o amor e devoção a pátria e, também a adesão ao regime instaurado, sem que fosse necessário o uso da coerção (DIAS, 2014, p.437).

Mapeamos nas reportagens do *Correio da Lavoura* diversas ocorrências sobre esses tipos de comemorações dentro e fora do Ginásio Leopoldo, assim como Dias (2014) também já havia demonstrado e usando a mesma fonte, para Iguazu, entre 1917-1950.

Desde a sua instalação em 1930, os programas festivos eram detalhadamente descritos pelas reportagens e os conteúdos possuíam diversas alusões patrióticas. Percebemos com a análise das fontes que a partir da década de 1940 a data de comemoração de aniversário do Ginásio Leopoldo foi transferida para o dia 21 de abril, passando a ser comemorada junto com o Dia de Tiradentes.

Todas as festas ou comemorações organizadas, ou que o Ginásio participasse, eram noticiadas pelo *Correio da Lavoura*. Comemorações como Dia da Bandeira, Dia da Árvore, Proclamação da República, Proclamação da Independência faziam parte do calendário escolar e eram programadas e desenvolvidas com um grande teor cívico e noticiadas com grande entusiasmo pelo jornal. Desse modo a ação da imprensa funcionava como uma força propagadora dos eventos cívicos e escolares, irradiando por todos os cantos as ritualizações desenvolvidas nas comemorações cívicas (BERTOLINI, 2000; GATTI; GATTI JR., 2018).

Nessa direção a imprensa passou a atuar de forma a aumentar ainda mais o raio de alcance das práticas cívico/escolares disseminadas no período, tendo em vista que de acordo com Cruz e Peixoto (2007), a “imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais”, mas também, é ela mesma “força social que atua na produção de hegemonia” se tornando assim “espaço privilegiado da articulação desses projetos” (2007, p. 258).

Além de comemorações feitas dentro do Ginásio, a partir da década de 1940 notamos cada vez mais que as festas cívico/escolares passaram a ser comemoradas em ruas e praças da cidade, algumas organizadas pelo Ginásio e outras em que este era convidado a participar, principalmente pelas autoridades locais, ocupando lugares de destaques dentro desses festejos. De acordo com Dias (2014), as comemorações cívicas introduzidas no ambiente escolar a partir do Estado Novo “buscavam instituir novas formas de socialização e de exercício controlado da cidadania no espaço público” e também eram meios de “negar processos de transformação em curso” (2014, p.458).

Assim como as festas cívicas, a atividade física também tinha posição de destaque no sistema de ensino do Ginásio Leopoldo, torneios internos e externos eram disputados por seus alunos, e a partir de 1939, anualmente, ocorriam as Olimpíadas do Ginásio Leopoldo, obedecendo a “tríplice finalidade” de desenvolver a saúde intelectual, moral e física dos educandos. Dentro desse contexto os jogos esportivos obedeciam a mais uma finalidade de modelar os hábitos e os corpos das crianças e jovens.

Assim buscamos no presente capítulo analisar as práticas desenvolvidas no Ginásio Leopoldo que em consonância com as práticas nacionalistas que buscavam desenvolver nos educandos os sentimentos cívico e patriótico e como o periódico local *Correio da Lavoura* contribuiu para a assimilação e propagação dessas práticas escolares no cotidiano social de Iguçu.

### 3.1.1 Festas internas e campeonatos esportivos no Ginásio Leopoldo: a construção dos símbolos

Bertolini (2000) e Saviani (2013) pontuam que a década de 1930 foi pródiga em manifestações populares em torno da luta por direitos sociais e por disputas políticas. Dentro desse contexto de lutas buscou-se estabelecer um certo convencimento e legitimação em torno do regime autoritário que se instaurava. De acordo com Saviani “se em política o objetivo é vencer, em educação o objetivo é convencer; se a prática política se apoia na verdade do poder, a prática educativa apoia-se no poder da verdade” (SAVIANI, 2013, p.224).

Como apontado por Bertolini (2000), as comemorações das datas de relevância nacional foram sendo construídas ao longo dos anos dentro dos estabelecimentos de ensino até se tornarem os grandes espetáculos públicos com grandes plateias e espectadores, fenômeno que o autor denominou de “teatralização da política” (2000, p. 17). Em Iguazu, mais especificamente no Ginásio Leopoldo, as comemorações das datas cívicas foram sendo construídas gradativamente ao longo dos anos em um formato padronizado que passou a ser utilizado em todas as comemorações do estabelecimento. De acordo com Thaís Nivia de Lima Fonseca (2005):

Como comemoração de episódios da história da nação, as festas cívicas tornam-se momentos privilegiados para celebrar a união da comunidade nacional, exaltada em rituais que envolvem a participação real ou virtual de vários segmentos da sociedade, em discursos que apresentam a nação como o resultado de lutas ancestrais e na afirmação da crença na coesão, na conjunção de interesses e no espírito de coletividade. Essas comemorações não são somente legitimadoras de uma unidade, mas podem, elas mesmas, trabalhar para produzi-las. Contêm além disso, um forte caráter pedagógico, uma vez que os eventos e os vultos do passado são evocados como modelos para o presente, memória da qual a nação não pode prescindir, pois é nela que busca os elementos que a explicam e a legitimam (FONSECA, 2005, p. 46-47).

No ano de sua inauguração – 1930 – encontramos, nas reportagens no periódico *Correio da Lavoura*, quatro matérias que se referiam a comemorações no Ginásio Leopoldo. A primeira ocorrida em junho do referido ano, apontada como a primeira festa do estabelecimento, não apresentava cunho cívico e foi apresentada como uma comemoração com “aspecto esportivo-litero-educativo”, que ocorreu “ao ar livre, à sombra amiga das arvores” que “para maior entusiasmo e interesse pela cultura physica” disputou-se diversos jogos esportivos no “primeiro campeonato do anno” onde “compareceram, além de outras pessoas, todas as famílias dos alumnos, que já [eram] em numero de 60” (GYMNASIO LEOPOLDO, 05 jun.1930, p.02).

A segunda festa ocorrida no Ginásio foi o Sete de Setembro. Consta que a comemoração foi organizada pela Liga Pró Educação e Bondade (LPEB), formada pelos alunos do estabelecimento, e que foi uma comemoração interna, mas que foi “assistida por numerosa e selecta assistência” (GYMNASIO LEOPOLSO, 11 set. 1930, p.02). O programa para a

comemoração era dividido em três partes compostas de “parte cívica”, “parte esportiva” e “parte theatral” (GYMNASIO LEOPOLDO, 04 set. 1930, p.02).

Figura 10– Grupo de teatro do Ginásio Leopoldo 1932.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.03.

É preciso frisar que o *Correio da Lavoura* publicou, em três números diferentes do periódico, matérias referentes a comemoração do Sete de Setembro no Ginásio Leopoldo, pontuando, na terceira publicação, o quanto a comemoração havia sido “muito significativa em todos os seus aspectos, pois tratava-se de uma festa cívico-sportiva-artística” (GYMNASIO LEOPOLDO, 04 set. 1930, p.02; GYMNASIO LEOPOLDO, 11 set. 1930, p.02; GYMNASIO LEOPOLDO, 18 set. 1930, p.02).

A parte cívica da comemoração iniciou-se com discurso do Diretor do Ginásio, pontuando “da importancia da solemnidade” e posteriormente passou a palavra “aos oradores que, da tribuna, discursaram com calor e vida” foram eles: “Margarida Paqueta, José da Silva

Rosas, Odette da Silva Pedroso e Aziz Rachid”. Após os discursos foram declamadas algumas “poesias patrióticas” pelas alunas “Alba Pimenta de Moraes e Lourdes de Almeida” (GYMNASIO LEOPOLDO, 18 set. 1930, p.02). Tanto os oradores quanto os declamadores das poesias eram alunos do curso secundário de estabelecimento e compunham a LPEB.

Na parte esportiva ocorreu a premiação da “bandeira” vencedora do torneio esportivo ocorrido no Ginásio, discursando o “chefe” da bandeira vitoriosa, o aluno “Euripedes dos Santos” e após “disputaram-se varios páreos e jogos sportivos, com muita animação” (GYMNASIO LEOPOLDO, 18 set. 1930, p.02).

Na parte teatral eram apresentadas diversas pequenas peças e declamações de poesias. Pela descrição na reportagem, as representações eram de comédias e dramas que faziam “rir, chorar, reflectir e amar o progresso do Brasil” (GYMNASIO LEOPOLDO, 18 set. 1930, p.02). Em entrevista ao periódico *Correio da Lavoura*, o Diretor do Ginásio Leopoldo, o senhor Leopoldo Machado Barbosa, apresentava o valor pedagógico das apresentações teatrais:

[...] não se trata de transformar o Gymnasio numa casa de espetáculo, tampouco as suas representações serão publicas. A ellas so comparecerá quem for convidado... O theatro é, para mim, o mais attrahente dos divertimentos, sobre ser uma optima escola de educação e de civismo. Por isso que, de meu programma de educação, ele occupa lugar relevantíssimo. Refiro-me, é claro, ao theatro honesto, são (GYMNASIO LEOPOLDO, 23 out. 1930, p.02).

A terceira festa apresentada pelo jornal iria ocorrer em 15 de novembro, porém, ao contrário do Sete de Setembro, havia apenas uma nota dentro da matéria sobre os exames que seriam realizados no Ginásio. A nota dizia que haveria uma “sessão festiva” onde seriam “distribuídos solemnemente, os diplomas a todos os associados [da LPEB]” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 nov. 1930, p.02), porém não apresentava nenhum detalhe ou alusão a comemoração da data cívica.

Acreditamos que a ausência de notícias, ou a ausência das comemorações cívicas de 15 de novembro em Iguazu, esteja relacionada com a mudança no cenário político do período. A Revolução ocorrida no final de outubro, a passagem de Getúlio Vargas pelas estações de Iguazu e Nilópolis, no trem que o trouxe de São Paulo, a posse do chefe do governo provisório, a nomeação dos interventores de Estado e dos prefeitos municipais foram os principais assuntos nas matérias do *Correio da Lavoura* no referido mês (24 DE OUTUBRO, 06 nov.1930, p.01; A REVOLUÇÃO TRIUNFANTE, 06 nov. 1930, p. 02, 24 DE OUTUBRO, 13 nov. 1930, p.01; BELISARIO PENA SUA RECEPÇÃO, 13 nov.1930, p. 01; A REVOLUÇÃO TRIUNFANTE, 13 nov.1930, p. 02; MISSA EM ACÇÃO DE GRAÇAS PELA VICTORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA, 13 nov.1930, p.02; NOVA PÁTRIA, 27 nov. 1930, p.02; PREFEITURA DE IGUASSÚ, 27 nov. 1930, p.02; O INTERVENTOR DESTE ESTADO, 27 nov. 1930, p.02).

A matéria sobre o encerramento das atividades da LPEB pontuava que houve uma “sessão solenne, embora singela”, no dia de 15 de novembro, mas sem nenhuma referência a data nacionalista. Contudo, na mesma reportagem era apresentada uma outra comemoração interna no Ginásio, essa sim com grande alusão ao civismo e ao patriotismo, a comemoração do Dia da Bandeira. Assim se expressava o Diretor do Ginásio Leopoldo a referida data:

Hoje, dia consagrado a Bandeira Nacional, a Directoria deste Gymnasio, num preito civico ao auri-verde estandarte de nossa querida Patria, faz hasteal-o, pelo seu alumno mais graduado, concitando todos vós a cantardes o patriótico hymno a Bandeira. É dever rudimentar das escolas nesta data, prestar esta homenagem ao symbolo sagrado de nossa Patria. Neste Gymnasio, onde a educação cívica occupa, como a educação moral, posto saliente de seu programma, este dever tem a importancia de um dogma, embora singelo, mas nem por isso, menos sincero.

Reverenciar a Bandeira da Patria, é cultivar a Patria em si mesma, porque a Bandeira é a encarnação perfeita, com quanto symbolica, da nacionalidade. (GYMNASIO LEOPOLDO, 27 nov. 1930, p.02).

O trabalho desenvolvido pelas comemorações cívicas dentro do Ginásio deixava a seguinte impressão aos articulistas do *Correio da Lavoura*:

Foi, em verdade, uma bella festa. E estas festas escolares têm, não há duvida, quando bem organizadas e sinceramente executadas, lugar de merecido destaque na formação moral e social do character dos alumnos. É o caso do Gymnasio Leopoldo que vae, sem alarde, desenvolvendo entre nós, um verdadeiro programma de educação completa e complexa (GYMNASIO LEOPOLDO, 19 nov. 1931, p.02).

O que foi possível observar nas reportagens do *Correio da Lavoura*, referentes as comemorações de datas alusivas à pátria, no Ginásio Leopoldo, entre 1930 e 1935, foi que essas comemorações mantiveram a estrutura acima exposta. Havia uma sessão solene onde discursavam o diretor do Ginásio, alguns alunos membros da LPEB, um professor representando o corpo docente. Seguia-se a parte esportiva, onde as equipes do estabelecimento disputavam algumas partidas – principalmente pingue-pongue, basquete e vôlei – e encerravam-se as comemorações com a sessão teatral.

A partir do final do ano de 1935, foi possível verificar uma mudança na estrutura dos programas festivos do Ginásio Leopoldo. A partir de então as mesas das sessões solenes passaram a ser compostas por convidados externos ao educandário, geralmente por figuras com visibilidade na cena política e econômica local. Assim mapeamos que a começar da comemoração do Sete de Setembro de 1935, e se estendendo por todo o período desta pesquisa, as comemorações ocorridas dentro do Ginásio Leopoldo contaram com a presença do prefeito local em exercício, de algum representante deste, ou de alguma figura ligada ao setor econômico local ou educacional, compondo a mesa da sessão solene (O DIA DA PÁTRIA, 12 set. 1935, p. 02; INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO GYMNASIO LEOPOLDO, 05 mar. 1936, p.02; O DIA DA PÁTRIA, 10 set. 1936, p. 02; GYMNASIO LEOPOLDO, 19 nov.1936; BELLA FESTIVIDADE CIVICA NO GYMNASIO LEOPOLDO, 18 nov. 1937, p. 02).

Além da mudança no formato da sessão solene, mudou, também, a sessão de encerramento das comemorações, que antes era formada pelas apresentações teatrais dos alunos e, passou, a partir de 1935, ser encerrada por um “baile dançante”. Essas comemorações eram realizadas dentro do Ginásio, no pátio coberto ou no auditório – “Sala Ruy Barbosa” – do estabelecimento.

No contexto das décadas de 1930 e 1940, entrelaçaram-se as questões de “saúde, condição física, conduta moral e disposição ao trabalho” com a finalidade de reorganizar “a função social do trabalho e do trabalhador” (DIAS, 2014, p.376). Assim compreendemos as três sessões desenvolvidas nas comemorações cívicas dentro do Ginásio Leopoldo: cívica; para desenvolver o sentimento patriótico; esportiva, para demonstrações de corpos saudáveis e hábeis para o trabalho; Teatro ou baile, para demonstrar formas ‘civilizadas’ de divertimento/lazer. Essas dimensões tinham um caráter pedagógico de incutir nos sujeitos que as frequentavam um certo modelo de comportamento e de hábitos forjados dentro do ambiente escolar, e que se queria disseminado na sociedade (BERTOLINI,2000; FONSECA, 2005; DIAS, 2014; CARVALHO, 2016).

Para essas comemorações, além dos sujeitos que compunham o Ginásio, eram convidadas a participar as famílias dos alunos, representantes da imprensa local e, também eram emitidos convites especiais a personalidades da cidade. De acordo com Miguel (2010):

As lideranças espíritas eram, em geral, socialmente localizadas nas camadas médias urbanas, assumindo muitas vezes, cargos públicos de certa importância política. Por isso era comum a circulação de espíritas no campo político-governamental, inserido em redes de sociabilidade que lhes possibilitavam algum acesso a poderes institucionais e simbólicos (MIGUEL, 2010, p.205).

No contexto político do período a instituição escolar, mesmo sendo de iniciativa privada, estava executando um serviço de ordem pública (ROCHA, 2000), com isso o Ginásio Leopoldo, foi ao longo dos anos se tornando uma instituição privilegiada dentro da cena local. Foi possível observar uma maior aparição de representantes das classes política, econômica e intelectual iguaçuana no Ginásio Leopoldo, após o estabelecimento ter recebido a inspeção preliminar do governo federal, demonstrando a representação simbólica da oficialização federal.

É nessa direção que compreendemos a relação dialética entre escola e sociedade, entendendo que esta é uma condição recíproca, pois a sociedade condiciona a criação das escolas, enquanto as escolas condicionam a manutenção da sociedade, moldando as relações dos sujeitos sociais que a constituem (NOSELLA; BUFFA, 2006; BRESSAN, 2013). Dias (2014), pontua que em Iguazu essa relação pautou “os processos de escolarização e de institucionalização das escolas na cidade” (DIAS, 2014, p.423). De acordo com a autora:

Enquanto personagem da cena urbana, as escolas contribuíram para significar esse espaço de modo valorativo, dotando-o, ao lado de outros distintivos, do estatuto de ‘cidade’. Em consonância com a função social do processo de escolarização [...] estava, também, a valorização da atuação da escola sobre o espaço público, em sua função de organizar a cultura, de interagir e intervir com esse espaço, educando-o e aos seus habitantes em novos códigos de conduta e sociabilidade (DIAS, 2014, p. 424-425).

Consideramos que a presença cada vez mais frequente de ‘autoridades’ políticas nas comemorações do Ginásio Leopoldo permeou seu processo de institucionalização e sua consolidação em Iguazu, a presença desses sujeitos públicos contribuía para a “construção de uma imagem respeitável” do estabelecimento dando a este um certo prestígio frente à sociedade, legitimando-o e “dotando-o de capital simbólico” (MIGUEL, 2010, p.205). Assim como a oficialização do Ginásio dotava a cidade de um aparelhamento símbolo da modernidade e do desenvolvimento local (DIAS, 2014), e a partir de então veremos cada vez mais os sujeitos do Ginásio em evidência na cena pública da cidade.

### 3.1.2 Aniversários, Olimpíadas e Paradas Cívicas: a externalização das práticas escolares na sociedade de Iguazu

O contexto sócio-político de mobilizações populares e militares ocorrido em 1935 incidiu diretamente no campo educacional. De acordo com Rocha (2000), se até então a postura do Estado tinha se mantido “neutra na questão pedagógica” foi a partir deste momento que se acentuou “a exigência de se estabelecer defesas para o Estado contra o que se considera[va] como corrosivo à Nação Brasileira e ao Estado, ou seja, a influência comunista” (ROCHA, 2000, p.119).

Para os grupos da classe hegemônica, essas manifestações populares perturbavam a ordem social e deviam ser contidas e/ou aniquiladas. De acordo com Bertolini (2000) e Saviani (2013), a solução empregada consistiu em “reprimir os movimentos, perseguir e aniquilar as lideranças” (BERTOLINI, 2000, p.29), e para além da perseguição aos líderes e seus simpatizantes, a repressão foi pautada em torno da “aniquilação cultural e linguística”, desses grupos ocasionando uma “morte simbólica” desses agentes. Nessa conjuntura houve uma aproximação entre as frações da classe dominante que se aglutinaram em torno de Vargas com o intuito de combater o “inimigo nacional” comum (BERTOLINI, 2000; MAGALDI, 2003; SAVIANI, 2013;).

A nomeação de Gustavo Capanema, ainda em 1934, para o Ministério da Educação, estreitou ainda mais os laços do governo com a Igreja Católica, iniciados no ministério de Francisco Campos. De acordo com Saviani (2013) e Bertolini (2000), a principal luta dos

católicos no período era contra a laicização das escolas. Para esses agentes políticos a educação laica “em lugar de educar deseducava” estimulando “o individualismo e neutralizava as normas morais” ocasionando com isso “atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo” (SAVIANI, p.257). Para esses agentes a Igreja era a única instituição capaz de “infundir na sociedade, cada vez mais, os sentimentos de caridade e solidariedade social, que constituem, por certo, os mais belos postulados da religião de Cristo” (SAVIANI, 2013, p.197).

Com a instauração do Estado Novo, a Igreja passou a ter lugar privilegiado entre os aliados do governo. A união com a Igreja Católica se tornou um dos “pilares mais firme” do regime o que proporcionou o “movimento de sacralização da política” (BERTOLINI, 2000, p. 52). A discussão acerca da “obtenção do consenso” se tornou “elemento central para aqueles que percebiam os perigos das iniciativas autônomas dos setores populares” (BERTOLINI, 2000, p. 64). Para Bertolini:

[...] a apropriação dos valores educacionais pelos nacionalistas autoritários significou a absorção da autonomia relativa do campo do conhecimento, da cultura e do saber aos ditames do setor militar do entourage do Estado Novo. Assim, o mencionado redespertar do sentimento cívico foi resultado de uma estratégia elaborada em espaços alheios aos da educação e de seus movimentos organizados em torno das reformas (Bertolini, 2000, p.37).

Na construção da hegemonia no período do Estado Novo, o governo lançou mão dos meios de comunicação em massa como propagador de suas propostas e visões de mundo (BERTOLINI, 2000, p.57), o que ampliava a ação educativa do Estado com a participação de várias agências constituindo “uma esfera de atuação estatal engendrando ações coletivas, construindo e reconstruindo espaços, moldando relações, corpos e sensibilidades” (DIAS, 2014, p.442). A ação civilizatória patriótica, idealizada por Vargas e seus aliados, passou a alcançar pontos cada vez mais distantes através da divulgação na imprensa, que se tornou a multiplicadora das ações governamentais.

Contudo, apesar da ação irradiadora da imprensa agindo na ampla difusão dos ideais governamentais junto a população, Fonseca (2005) pontua que “embora fossem de grande eficiência” essa ação da imprensa “era momentânea”, e que “para a sedimentação desses ideais” e o enraizamento das “concepções e práticas capazes de garantir adesão e legitimação” seria necessário a utilização de “outros instrumentos de longa duração. E dificilmente seria encontrado instrumento mais eficaz que a educação” (FONSECA, 2005, p.54). Assim:

Moldar as consciências ainda jovens, formar o caráter, educar para o civismo e o patriotismo eram tarefas que somente a educação poderia desempenhar eficientemente, o que justificou o grande investimento realizado em procedimentos pedagógicos voltados para a formação nacionalista. O culto à memória histórica nacional, por meio da celebração das principais datas do calendário cívico, serviria não apenas ao desenvolvimento dos sentimentos patrióticos, mas ajudaria também na ação disciplinadora da educação, inculcando nos jovens, ideias de obediência, respeito

à ordem, espírito unitarista, rejeição às diversidades, amor à cordialidade (FONSECA, 2005, p.54).

Nessa direção a política educacional desencadeada no Estado Novo se configurou de forma autoritária e uniformizante, implementando diversas medidas no sistema escolar que reforçavam a bandeira do nacionalismo (ROCHA, 2000; FREITAS; BICCAS, 2009).

No sentido de propagar um sentimento de patriotismo e de valorização da nacionalidade, o currículo e as práticas escolares foram modificados de modo que tais estratégias repercutiram diretamente no ensino moral, esta aberta à influência católica, do civismo, da educação física, da história, da geografia brasileira, do canto orfeônico e até nas festividades que ecoavam as ações do Estado Novo (FREITAS; BICCAS, 2009, p.114-115).

Uma das medidas impostas pelo Governo foi a obrigatoriedade do hino nacional nos estabelecimentos de ensino “mantidos ou não pelos poderes públicos, e nas associações de fins educativos” fossem eles “de ensino primario, normal, secundario e tecnico proficcional e associações desportivas, da Radio difusão e outros de finalidades educativas”. A Lei 259 de 01/10/1936 foi enviada ao Ginásio Leopoldo por telegrama e apresentava minunciosamente como deveria ser a execução do hino nacional, apresentando a forma da orquestração, instrumentação e os tons que deveriam ser empregados.

Artigo 2º. Ficam adotados, para execução do Hymno Nacional, de Francisco Manoel da Silva, a orquestração de Leopoldo Miguez e a instrumentação, para bandas, do 2º tenente Antônio Pinto Júnior, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o tom original: de si-bemol; e, para camto, em fá, trabalho de Alberto Nepomuceno (APCL. Capanema, 07 nov. 1936).

A prescrição pontuava ainda em seu artigo terceiro que “a instituição que, previamente intimada, deixar de cumprir as determinações desta lei, terá proibido o seu funcionamento pela autoridade competente” (APCL. Capanema, 07 nov. 1936). Foi possível perceber no manuseio das fontes que, até então, a execução do hino nacional, no Ginásio Leopoldo, aparecia nos programas das festas cívicas alusivas a datas de relevância nacional, porém, a partir de 1937, a execução do hino nacional apareceria em todas as descrições de festas do estabelecimento, seja a festa cívica ou não, na abertura ou no encerramento dos programas, ou ainda em ambos momentos. Nesse sentido as festas escolares foram sendo uniformizadas se tornando também elas festas cívicas, pois não se diferenciava mais os programas executados nas festas cívicas e nas comemorações escolares. Fonseca (2005) pontua que:

O estabelecimento, pelo Estado, de diretrizes mais claras quanto ao papel da educação na formação nacionalista e patriótica intensificou a prática da celebração cívica no espaço escolar. O Ministério da Educação enviava às escolas, frequentemente, orientações quanto aos procedimentos que deveriam ser adotados para a celebração de cada uma das principais datas nacionais e das comemorações recém-criadas pelo Estado com finalidades específicas (FONSECA, 2005, p.47-48).

Na direção do que é pontuado por Fonseca, encontramos alguns documentos no acervo do Ginásio solicitando que este elaborasse comemorações ou atividades referentes a

personalidades de vulto na história nacional. Assim era pontuada a solicitação de Lourenço Filho, diretor geral do DNE:

Dezajando senhor ministro da educação **estimular nas classes secundarias culto pelas grandes figuras históricas nacionalidade e despertar interesse juventude pelas generosas ideas que nutriram espíritos nossos antepassados**, recomendo-vos soliciteis a direcção do instituto sob vossa inspecção seja realizado próximo dia 21 do corrente, data que assignala a remoção cinzas inconfidentes para panteon ouro preto, **um concurso destinado despertar maior interesse entre novas gerações pela Historia nosso povo** (APCL. Lourenço Filho, 12 abr. 1937. Grifos nossos).

É possível observar nos trechos grifado a intencionalidade que se buscava imprimir ao ato. O documento prossegue assinalando que deveria ser apresentado “os precusores de nossa independência política, o papel de Tiradentes no desfecho da inconfidência mineira e a significação moral do repatriamento das cinzas dos inconfidentes”. Ademais, recomendava que as “provas sejam julgadas [por] comissão professores” e que “as duas que obtenham melhor classificação sejam remetidas este departamento” (APCL. Lourenço Filho, 12 abr. 1937).

Fonseca (2005) aponta que a comemoração da Inconfidência Mineira, realizada no aniversário de enforcamento de Tiradentes, “marcava o ápice dos ideais heroicos na luta pela soberania e pela construção nacional”, sobretudo pelas características que eram atribuídas a ele, tais quais “abnegação, sacrificio, espírito coletivo, sentimentos nacionalistas, patriotismo e fervor religioso” que eram elementos que se desejava inculcar nas crianças e jovens com a finalidade de construir a coesão nacional (FONSECA, 2005, p. 49-50).

A partir do ano de 1939 a data de comemoração do aniversário do Ginásio Leopoldo foi transferida para o dia 21 de abril, “dia consagrado ao Martyr da Inconfidencia Mineira”, sendo celebrado no estabelecimento, na referida data, “três comemorações”, o dia de Tiradentes, o 9º aniversário do Ginásio e a posse da nova diretoria da LPEB (NO GYMNASIO LEOPOLDO, 27 abr. 1939, p. 02). A partir de então a celebração de aniversário do Ginásio foi revestida pelo teor cívico que a data emanava, obedecendo a programas padronizados e uniformes que se repetiam em todas comemorações do estabelecimento.

Fonseca (2005) pontua que durante o Estado Novo a comemoração do 21 de abril expandiu-se e se tornou “monolítica, repetindo-se todos os anos, em praticamente todos os lugares, segundo a mesma estrutura”. Sem espontaneidade a comemoração se tornou “comandada, decretada, induzida” obedecendo “a princípios normativos de cunho ideológico e político” tendo como função “formar a consciência cívica do cidadão brasileiro trabalhador, moldá-la de modo a transformá-lo em uma barreira eficaz às ameaças ao regime, tanto internas quanto externa” (FONSECA, 2005, p.51-52).

Notamos que a comemoração do aniversário do Ginásio Leopoldo foi ganhando espaço no distrito sede após a transferência da data. O que até então era uma festa interna para os alunos e seus familiares com presença de alguns convidados externos, foi se tornando, ao longo da década de 1940, algo bem maior englobando cada vez mais uma plateia externa ao educandário.

A princípio a festa era realizada na sala Ruy Barbosa (auditório do Ginásio) e posteriormente passou a ser realizada no pátio, chegando em alguns anos a ser realizada no estádio esportivo Francisco Baroni. No programa da comemoração constava além da solenidade cívica, com presença de personalidades políticas de Iguazu e da execução de torneios esportivos (como já era de costume nos programas festivos do Ginásio), um desfile cívico dos alunos e professores do estabelecimento pelas ruas e praças da cidade (O 10º ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO E O 21 DE ABRIL, 21 abr. 1940, p. 05; GINÁSIO LEOPOLDO, 27 abr. 1941, p. 02; O 12º ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO, 26 abr. 1942, p.02; A ESPLINDIDA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO, 25 abr. 1943, p. 05; O DIA 21 DE ABRIL E O ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO, 22 abr. 1945, p.02). Assim se seguiu o programa do 13º aniversário do Ginásio Leopoldo em 1943:

Pela manhã luminosa de quarta-feira os ginásianos, acompanhados de seus professores, desfilaram garbosamente pela rua Marechal Floriano Peixoto, e, em frente a Prefeitura, assistiram ao hasteamento solene da Bandeira Brasileira pelo digníssimo governador deste Município, eng. Bento Santos de Almeida, ouvindo em seguida o discurso proferido, em nome de s. excia., pelo dr. Fernando Nunes Brigagão, [...].

A noite, no pátio do Ginásio Leopoldo, uma sessão solene magnífica, sob a presidência do prof. Newton de Barros, ladeado dos srs. dr. Fernando Nunes Brigagão - representando o sr. Prefeito Municipal, prof. Leopoldo Machado Barbosa, jornalistas Ramiro Gama, Mario Silva e Luiz de Azeredo, além de outros professores do Ginásio.

Após a palavra do presidente da mesa, dizendo do motivo daquela solenidade e da obra admirável que a Diretoria do Ginásio se propôs realizar e vem realizando realmente, todos os presentes cantaram, de pé, o Hino, fazendo assim preliminarmente, como disse, a sua oração a Pátria (A ESPLINDIDA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO LEOPOLDO, 25 abr. 1943, p.05).

Fonseca (2005) aponta que a formação da nacionalidade projetada pelo Estado deveria ser pautada “nos exemplos dos grandes cidadãos”, aqueles que se sobressaíram do “anonimato das massas”, e que as atitudes deveriam ser imitadas (2005, p.45):

Com a comemoração da Independência do Brasil procurava-se unir o passado ao presente, buscando nos atos dos grandes vultos da História pátria - como era, obviamente, o caso de D. Pedro I - não apenas as lições de conduta para o presente e para o futuro como também a comprovação de que as qualidades do caráter da nação já estavam presentes desde suas mais remotas origens. Até mesmo o sentido de organização dado à celebração indicava a propensão nacional à ordem necessária para a construção do progresso (FONSECA, 2005, p.48).

A rememoração das datas e dos nomes que remetiam ao patriotismo era assim referenciado pelo Ginásio:

Se relancearmos os olhos sobre o passado veremos na trajetória brilhante da Nação Brasileira pelos séculos decorridos, nomes de compatriotas ilustres que, pela sua cultura e pelo seu devotamento às causas de interesse nacional, merecem ser lembradas para que os seus atos sirvam de paradigma as atividades das novas gerações (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 17 mai. 1942, p.05).

Assim outra festa cívica com grande relevo no *Correio da Lavoura*, e que o Ginásio Leopoldo aparece ocupando lugar de destaque, são as comemorações do Sete de Setembro. Obedecendo a programas cívicos elaborados e desenvolvidos por pessoas selecionadas, a comemoração se tornou um evento na cidade angariando cada vez mais público. Assim era descrita pelo periódico local a comemoração no ano de 1939:

[...] procedendo-se a cerimônia do hasteamento da Bandeira – o desfile, principalmente dos alunos do Gymnasio Leopoldo, Curso Iguazu e Collegio Santo Antonio, marcou uma nota de puro civismo nas ruas da cidade, onde se via grande número de famílias, além das autoridades locais. Corpo de ciclistas, de atletas, banda de tambores, guardas de honra, corpo docente, alunos.

**A formatura dos professores com os seus alunos impressionou vivamente pela grande lição de que as lições de civismo, como de tudo, devem vir de cima, dos pais e dos mestres.**

Na praça 14 de Dezembro, estando formados os alunos, ocuparam o microfone da Rádio Cultura Futurista o prof. Meneval Schenkel e o diretor do Gymnasio, dizendo este últimas belas palavras alusivas ao Brasil, e explicando o que simboliza a Bandeira do Gymnasio, azul e branco: pureza e paz, de uma casa de educação consagrada ao trabalho – daí sua legenda ‘Vitam Impendere Labor’ – a viver sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul...

Depois de percorrerem as principais ruas da cidade, sempre saudados com alegria, recolheram-se todos os alunos aos seus respectivos collegios (O DIA DA PÁTRIA, 14 set. 1939, p. 02. Grifos nossos).

O trecho grifado demonstra a intencionalidade do evento que vai além da simples comemoração. Gatti e Gatti Jr. (2018), trazem que, como componente curricular, as festividades cívicas constituíam atividades que agregavam o corpo escolar pois era “uma manifestação cultural que da[va] identidade a instituição escolar” (GATTI; GATTI JR., 2018, p.34). Nesse sentido o regimento interno do Ginásio Leopoldo impunha a obrigatoriedade da presença do corpo docente nos eventos cívicos, sendo disposto no artigo 45º que:

Tendo em vista a alta missão educativa do professor, impõem-se o seu comparecimento às solenidades de caráter cívico, promovidas pelo estabelecimento, considerando-se a sua falta, sem motivo justo, como um atestado de seu desinteresse pela educação da mocidade (APCL. Regulamento interno 1945, p.09).

Na relação entre escola e sociedade, as festas cívicas se constituíam como um momento oportuno de exteriorização das práticas desenvolvidas dentro do ambiente escolar, práticas estas imbuídas de patriotismo, nacionalismo e civismo que foram sendo introjetados nesses ambientes. Os festejos cívicos eram “um momento de conagração” (GATTI; GATTI JR., 2018, p.34), entre os sujeitos escolares e a massa de espectadores onde os primeiros estabeleciam “a necessária vinculação afetiva com as encenações” tornando assim “a pátria visível” (BERTOLINI, 2000, p.54).

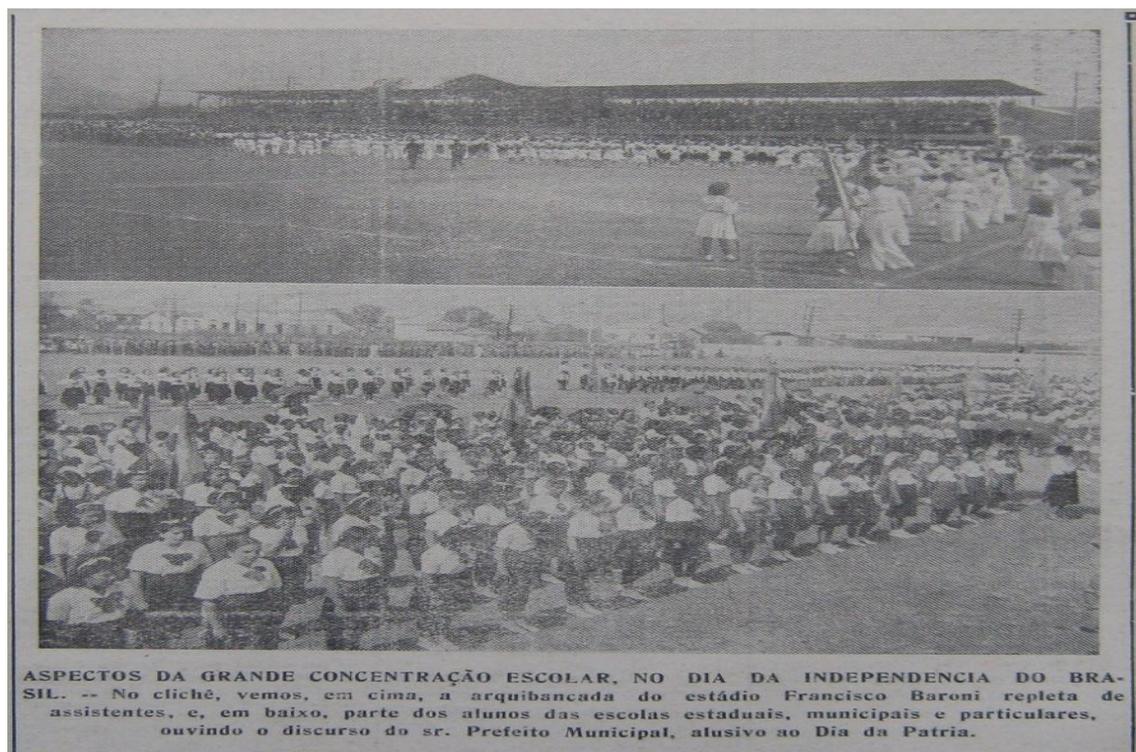
Para o caso do distrito sede de Iguazu Dias (2014b), aponta que escola e cidade foram convocadas a “encenar a experiência de construção da cidadania” (DIAS, 2014b, p. 79), de acordo com a autora:

No cenário urbano do distrito-sede, as funções sociais da escola enquanto organizadora da cultura encontravam um ambiente favorável de expansão, tanto junto aos alunos quanto na encenação, para a população, de novos códigos de comportamento e visões de mundo. A participação das escolas na vida pública da cidade, ocupando e constituindo este espaço nas solenidades, festas cívicas e paradas escolares, alinhava a escola às expectativas de construção da nacionalidade. Tratava-se da configuração de um exercício de cidadania que pretendia inculcar uma submissão devotada aos interesses nacionais [...] (DIAS, 2014b, p. 91).

Na direção da ação educadora da escola e de seus sujeitos percebemos, como apresentado, uma participação mais ativa dos sujeitos escolares do Ginásio Leopoldo nas festas cívicas locais, mas também, sendo “especialmente convidado para representar o Município” tomando “parte na parada cívica que se realiza em Madureira, organizada pelo diário carioca ‘O Radical’” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 14 set. 1941, p. 05) e, participando de comemorações de outras instituições, como na “sessão solene realizada no E.C. Iguassú, no dia 15 de novembro, pelo aniversário dessa agremiação e pela Proclamação da República” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 24 nov. 1946, p. 03).

Além do já mencionado “lugar de destaque” em que era posicionado seus alunos nos desfiles e paradas cívicas, foi possível observar uma maior participação dos alunos, dos professores e do diretor do estabelecimento proferindo discursos patrióticos nesses eventos, observamos, também, que de forma mais incisiva encontramos esses sujeitos compondo as comissões organizadoras dos eventos municipais (O DIA DA PÁTRIA, 14 set. 1939, p. 02; O DIA DA INDEPENDENCIA, 15 set. 1940, p. 01; O DIA DO PRESIDENTE, 26 abr. 1942, p.02).

Figura 11 – Concentração de estudantes iguaçuanos no Estádio Francisco Baroni na festa cívica do Dia da Pátria 1940.



Fonte: O Dia da independência, 15 set. 1940, p.01.

Na matéria, cuja imagem a cima é parte integrante, era apresentada que a referida solenidade foi organizada por uma comissão selecionada pelo prefeito Ricardo Xavier da Silveira, e era composta pelos senhores “dr. Felipe Leal – Diretor da Instrução Municipal, prof. Leopoldo Machado Barbosa – Diretor do Ginásio Leopoldo, e do dr. Mario Campos – Inspetor escolar do Estado”. Além da participação do diretor do educandário na organização do evento, ainda era parte da programação do evento os discursos de dois membros do Ginásio, o próprio diretor, que fez sua oração logo após a fala do prefeito, e a aluna do curso secundário “Altiva Cardoso” que discursou representando os estudantes iguaçuanos (O DIA DA INDEPENDENCIA, 15 set. 1940, p.01). Assim se pronunciava a estudante secundarista se dirigindo aos colegas e ao público presente:

Crianças de meu Brasil! Estudemos para o engrandecimento de nossa Patria! Acompanhemos a marcha em que está o nosso torrão brasileiro! Ele espera que cada um cumpra com seu dever de filhos, de patriotas, copiando dos nossos pais, e mestres, e governantes os belos exemplos que eles nos ensinam. Estudemos para que, pela educação, possamos elevar bem alto a nossa Patria querida! Procuremos eleva-la sobretudo pela grandeza e bondade de nossos corações, imitando, assim, a Patria grande no seu território, cujas terras geograficamente falando, têm a forma deste órgão do nosso corpo humano, onde se concentram a bondade e o amor.

No dia de hoje, que marca a maior efemeride de nossa História, crianças do meu Brasil, dentre todas as homenagens que prestarmos à Patria a maior e mais santa de todas elas seria a homenagem sincera e espontanea de propósitos que tomarmos para estudar mais, e trabalhar mais, e aprimorar ainda mais o nosso carater, a nossa moral e o nosso coração, afim de que o Brasil possa confiar em nós, que vamos recebê-lo como legado precioso de nossos maiores para, de futuro, transmiti-lo, ainda mais glorioso, aqueles que vierem depois de nós.

Ontem, como hoje, o Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever.

Cumpramos, pois, estudantes iguassuanos, os nossos deveres de filhos, de alunos, de patriotas, para que a Pátria se glorie em nós, assim como nós, hoje, nos gloriamos nela (Á MOCIDADE ESTUDANTIL DE IGUAASSÚ, 15 set. 1940, p.02).

Os discursos, do diretor do Ginásio e da aluna foram publicados na íntegra pelo jornal *Correio da Lavoura*, irradiando ainda mais o efeito da ação educadora do evento cívico na sociedade, desse modo:

O movimento de exteriorização levado a efeito, sobretudo por meio das celebrações cívicas, foi fundamental para a criação de elos mais fortes com o conjunto da população, ao menos nos centros urbanos, onde elas aconteciam. A participação dessa população nas festas cívicas, realizadas nas ruas, praças e estádios das cidades, reforçava o processo mais amplo de educação nacionalista difundida pelos meios de comunicação. As atividades escolares tornavam-se, assim, familiares mesmo às parcelas da população que estavam ausentes da escola, mas que com ela mantinham contato como público das festas, nas quais professores e estudantes eram os principais protagonistas (FONSECA, 2005, p.55).

Figura 12 – Desfile cívico do Dia da Juventude 1944.



Fonte: PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 08 out. 1944, p. 03.

A Semana da Pátria continuou sendo comemorada no Ginásio Leopoldo mesmo após o fim do regime ditatorial como pode ser verificado no trecho abaixo:

A Semana da Pátria no Ginásio Leopoldo

A exemplo dos anos anteriores, a Direção-Técnica do Ginásio Leopoldo, com a colaboração da Liga Pró Educação e Bondade, fez realizar nos diversos turnos uma série de palestras cívico educativas, onde se fizeram ouvir professores e alunos, todos interessados em acenderem nos corações estudantis o fogo sagrado do patriotismo sadio [...] (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 29 set. 1946, p. 03)

E, também:

Comemoração ao 7 de setembro – Semana da Pátria

Programa elaborado pelo ginásio para a Semana da Pátria, que terá palestras ministradas por professores e declamações feitas por alunos durante toda a semana e terminará com o desfile cívico tradicional pelas principais ruas da cidade (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 07 set. 1947, p. 03).

Outra atividade com muito destaque no Ginásio e muito noticiada pelo *Correio da Lavoura* eram os torneios esportivos do Ginásio Leopoldo. A prática de atividades físicas sempre esteve presente no programa do estabelecimento pois, para se produzir “cousas boas e belas é necessário que tenhamos um físico são e uma mentalidade sã” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 13 abr. 1941, p. 05). Como foi possível ver em tópicos anteriores eram, os exercícios físicos, também, parte integrante nos programas festivos do educandário. Mapeamos que a partir de 1939 os torneios escolares do Ginásio Leopoldo ganharam maior organicidade e projeção passando a se constituir como as “Olimpiadas do Ginásio Leopoldo”.

Esse evento esportivo ocorria anualmente no mês de agosto e era realizado no Esporte Clube Iguaçu, e de acordo com os articulistas do *Correio da Lavoura* obedecia a “tríplice finalidade” defendida pelo Ginásio que era “conseguir a saúde intellectual, moral e physica” de seus educandos (PRIMEIRAS OLYMPIADAS DO GYMNASIO LEOPOLDO. 3 ago. 1939; p.02). A abertura do evento esportivo consistia em um “imponente desfile dos alunos pela cidade [...] conduzindo as bandeiras Brasileira e do Ginásio” até a chegada ao campo do referido clube. Seguia-se o hasteamento da bandeira e a entonação do hino nacional (REALIZOU-SE, DOMINGO, A 2ª OLIMPÍADA DO GINÁSIO LEOPOLDO. 18 ago. 1940, p. 03).

Figura 13 – Grupos de competidores da 3ª Olimpíada do Ginásio Leopoldo 1941.



Fonte: PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 abr. 1942, p.09.

As competições ocorriam entre os alunos do Ginásio, que eram divididos em “bandeiras” que disputavam competições individuais e coletivas divididas em categorias “juvenis de 1ª categoria [...] juvenis de 2ª categoria [...] e infantil”. Disputavam provas de salto à distância e em altura, corrida de velocidade e de revezamento, lançamento de disco, peso e dardo e esportes coletivos como “hand-ball, voley-ball e basket-ball” (PRIMEIRAS OLYMPIADAS DO GYMNASIO LEOPOLDO, 3 ago. 1939; p.02).

Pelos indícios das fontes foi possível observar que a participação dos alunos no evento esportivo estava condicionada a sua conduta e assiduidade ao longo do ano. Tal indicio é confirmado em texto apresentado pelo diretor técnico do Ginásio, Newton Gonçalves de Barros, sobre a 4ª olimpíada:

O Ginásio Leopoldo, provando com fatos, mais uma vez zela escrupulosamente pela educação física, moral, cívica, artística e intelectual de seus alunos, fará realizar, a partir de 23 de agosto a sua ‘4ª Olimpíada’.

Os resultados colhidos nas 3 primeiras olimpíadas provam soberbamente que, a pesar de nossos rigores disciplinares, a pesar de nossas exigencias sobre a aplicação de nossos alunos, a pesar dos rigores contra as impontualidades, os jovens ainda têm tempo para manter e zelar pela sua integridade física.

**Nos anos anteriores, os alunos foram divididos em duas bandeiras: Branca e Azul. Este ano, com o aumento de 100% de frequencia, - o que demonstra o acerto de nossos métodos pedagógicos - tivemos de dividi-los em quatro**

**bandeiras: Verde, Amarela, Azul e Branca** (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 09 ago.1942, p. 05. Grifos nossos).

Compreendemos, a partir da transcrição acima, que as atividades esportivas desenvolvidas pelo Ginásio eram parte indissociável de seu programa educativo inscrito no lema “mens sana in corpore sano” proposto pelo fundador do estabelecimento (REALIZOU-SE, DOMINGO, A 2ª OLIMPÍADA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 18 ago. 1940; p. 03), lema este defendido e endossado por atores que compunham o cenário político da cidade, como pelo senhor Sebastião Herculano de Matos, vereador municipal e pai de aluna do Ginásio, em um artigo escrito para a Página do Ginásio Leopoldo:

Patriótica será toda campanha que se fizer em prol da educação física e alimentar e, especialmente, junto às classes estudantis, para que possamos esperar, num futuro proximo, um Brasil maior, com brasileiros aptos a toda a sorte de atividades, quer industrial, comercial e agrícola, quer para a defesa e integridade de seu solo, de suas instituições, dos seus ideais de paz e trabalho no concerto das nações civilizadas (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 13 abr. 1941. p.05).

Após as competições os alunos faziam um desfile pelas ruas da cidade “lado a lado, vencedores e vencidos” para demonstrar “concordia e harmonia” e que servisse para demonstrar as “normas da bôa educação” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 26 nov. 1944, p.03).

Figura 14 – Campeões da 6ª Olimpíada prontos para o desfile 1944.



Fonte: PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 26 nov.1944, p.03.

Com isso compreendemos que os jogos esportivos obedeciam a mais uma finalidade de doutrinar os hábitos e os corpos das crianças e jovens, assim preparar “os alunos para execução de cânticos, hinos, preleções, exercícios de ginástica, desfiles, etc., era meio de disseminar, via

escolas, concepções de mundo, de cidadania e de nacionalismo” (DIAS, 2014, p.434), desse modo tanto as atividades esportivas quanto as cerimônias cívicas,

[...] completavam o trabalho cotidiano da escola e do hospital, já que era através da exibição ritualizada frente aos membros da comunidade nacional que os corpos sadios e disciplinados ganhavam uma identidade e um sentido de pertencimento a essa comunidade (DIAS, 2014, p.452).

Outra característica do Ginásio Leopoldo, destacada pelo periódico *Correio da Lavoura*, era a ação filantrópica desenvolvida dentro e fora do estabelecimento, organizadas principalmente pela Liga Pró Educação e Bondade do Ginásio. Buscamos no próximo tópico analisar como/se essas ações convergiam para a interação entre o Ginásio Leopoldo e as camadas sociais de Iguacu.

### **3.2 A Liga Pró-Educação e Bondade do Ginásio Leopoldo e a ação filantrópica como ação pedagógica**

A Liga Pró Educação e Bondade (LPEB), do Ginásio Leopoldo era uma associação gremial, composta por alunos, professores e pais de alunos do estabelecimento. Esta associação era mencionada como parte da estrutura pedagógica do Ginásio desde a sua fundação, tendo como função complementar a “formação integral” dos educandos, desenvolvendo atividades, estudos cívicos e estimulando a prática de uma educação voltada para o social: “O Gymnasio patrocina uma instituição gremial mantida pelos próprios alumnos, afim de leva-los a pratica de educação social, servindo, também, para educação artística, para a pratica do civismo, e como centro recreativo” (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ, 02 jan. 1930, p.02). Assim era definida a LPEB na Página do Ginásio:

A Liga Pró Educação e Bondade é uma instituição colegial que visa, aproximando pais e mestres, preparar um ambiente adequado para a formação de caracteres juvenis. O seu programa educativo distribue-se em setores distintos: a parte social, a parte artística, a parte cristã e a parte esportiva. Dispõe de uma completa biblioteca com mais de mil volumes. Institue tertulias semanais e patrocina concursos entre seus associados. Organizou em 1942, além de muitos outros empreendimentos a Semana da Pátria e a Semana da Criança (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 10 jan.1943, p.05).

Mariane Rocha Niehues (2014) aponta que a “primeira referência sobre a Liga da Bondade foi apresentada em 1912, no Congresso de Educação Moral de La Haya” e que posteriormente, em 1917, foi instituída em Portugal (NIEHUES, 2014, p.67). No Brasil, a autora assinala que as Associações Auxiliares da Escola, e de forma mais específica, as Ligas da Bondade, atingiram maior destaque através do movimento escolanovista pois estes primavam “pelo ativismo do educando” (NIEHUES, 2014, p.37). Contudo foi na Lei Orgânica

do Ensino Secundário – Decreto n. 4.244 de 09/04/1942 – que essas associações escolares passaram a “compôr as rotinas escolares” (NIEHUES, 2014, p.35-36).

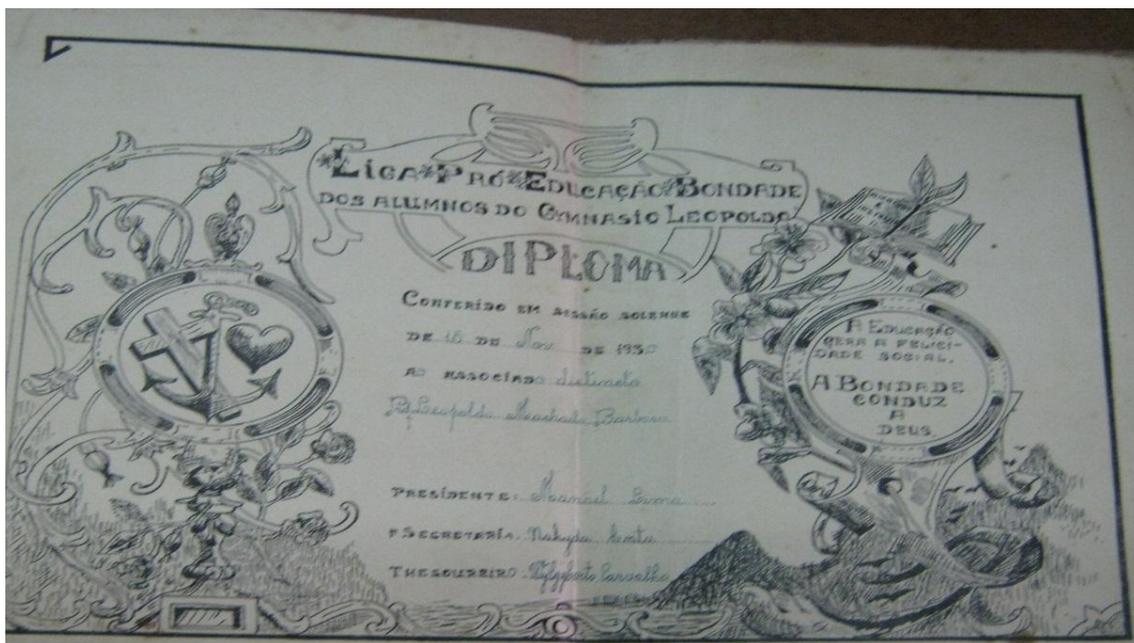
De acordo com Niehues (2014), as “associações auxiliares da escola” ou “instituições escolares” eram “grupos organizados no interior das instituições escolares, fossem elas públicas ou particulares, com um propósito comum de integrar o corpo discente” (NIEHUES, 2014, p.14). Essas associações auxiliares poderiam ser: “biblioteca, liga pró-língua nacional, pelotão de saúde, clube de leitura, círculo de pais e professores, jornal, liga da bondade, museu, orfeão, clube agrícola” (NIEHUES, 2014, p.42).

Os grupos deveriam ser formados majoritariamente por alunos, que desenvolveriam diversas atividades ao longo do ano letivo, e supervisionado por um ou mais docentes, que avaliaria a conduta dos sócios dentro e fora da instituição e também as ações desenvolvidas por estes (NIEHUES, 2014, p.75). De acordo com a autora essas associações tinham o “propósito de formar o caráter das crianças e moldá-las para o trabalho escolar, tendo como lemas a alegria, fraternidade, bondade e justiça” a fim de suscitar nelas “virtudes e um espírito de competência, aumentando o grau de qualificação dos estudantes” (NIEHUES, 2014, p. 37).

Niehues (2014) e Veiga (2016) pontuam que a educação escolar se tornou “um símbolo integrado à república”. Buscava-se através da educação modelar o novo cidadão em um “sujeito autônomo, individualizado e racionalizado, [...] capaz de se identificar com os princípios e valores universalizados, necessários à harmonia social” (VEIGA, 2016, p.409), desempenhando, assim, “um papel socializador importante neste processo de construção da identidade nacional, constituindo uma ferramenta efetiva para abrandar a resistência popular” (NIEHUES, 2014, p.30-31).

De acordo com as matérias publicadas no *Correio da Lavoura* as reuniões da LPEB ocorriam aos sábados na parte da manhã no próprio Ginásio, nessas reuniões os alunos sócios assim como professores e o diretor proferiam discursos e faziam palestras, a fim de manter a “sociedade escolar no desempenho educativo e moral do seu programma” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 nov. 1930, p.02). A LPEB era dirigida por uma diretoria, composta por alunos e professores do Ginásio, que era eleita anualmente em votação entre os sócios no final do ano letivo. As novas diretorias eram empossadas em cerimônia solene na comemoração de aniversário do Ginásio (21 de abril). A diretoria eleita seria responsável por organizar e desenvolver atividades ao longo do ano.

Figura 15 – Certificado dos integrantes da LPEB do Ginásio Leopoldo.



Fonte: APCL. Álbum Gymnasio Leopoldo, p.10.

A LPEB seria um instrumento para modelar o caráter e a moral dos educandos que, uma vez associados, deveriam manter um padrão de conduta interna e externa ao Ginásio, podendo deixar de fazer parte da associação caso saíssem fora do padrão estabelecido. Nesse sentido ao se associarem a LPEB do Ginásio Leopoldo os alunos deveriam, além de se manterem como “bons” alunos, tirando boas notas, sendo assíduo nas aulas, deveriam também observar seus comportamentos fora do estabelecimento. As regras a serem obedecidas pelos sócios eram dispostas em uma “carteirinha do associado” onde constava o nome do aludido sócio e, a seguinte listagem de regras:

O Associado da Liga **NÃO PODE**

- Arengar;
- Brigar;
- Beber alcoolicos;
- Brincar grosseiramente;
- Calumniar;
- Consentir numa acção feia;
- Dizer indecências;
- Descuidar-se dos deveres;
- Desasseiar-se;
- Desrespeitar aos outros;
- Fumar;
- Fazer má criação;
- Mentir;

Negar proteção aos fracos;

Ser falso;

Ser preguiçoso;

Vingar-se;

**SER MÁO** [sic]. (APCL. Carteira de Associado da Liga Pró Educação e Bondade. Grifos do original).

Ao lado da listagem havia ainda a recomendação que a carteirinha estivesse sempre com o sócio para “lembrar-lhe suas acções diárias” (APCL. Carteira de associado da Liga pró Educação e Bondade).

As atividades desenvolvidas pela LPEB eram diversas. Além das “suas sessões ordinarias” realizadas aos sábados no Ginásio, os sócios organizavam recitais, apresentações teatrais, competições esportivas, com intuito de arrecadar verbas, tanto para iniciativas próprias “em prol do objectivo da installação de sua biblioteca” (GYMNASIO LEOPOLDO, 06 nov. 1930, p.02), como também, em beneficio de outras instituições, tanto locais – “[...] vae ser commemorada festivamente no Gymnasio Leopoldo desta cidade, com uma sessão solemne da ‘Liga Pró-educação e Bondade’, uma tarde esportiva e o terceiro recital de teatro - em beneficio da Casa de Caridade desta cidade” (GYMNASIO LEOPOLDO, 10 set. 1931, p.03) – quanto de outras localidades:

[...] uma comissão de alumnos do Gymnasio, representando a ‘Liga Pró-Educação e Bondade’ composta de Waldomiro de Faria Pereira, José Maria de Sá Peixoto, Gilberto Cardoso e Aziz Rachid, foi á redação d “A Noite” levar um auxilio de seus collegas da Liga para o ‘Hospital Infantil’ de Jacarepagua, na imminencia de fechar-se por falta de recursos, tomando, então, o compromisso de, em nome da mesma Liga, promover um festival de caridade com este objetivo (GYMNASIO LEOPOLDO, 08 ago. 1931, p.03).

Eram creditadas a LPEB a organização das festas cívico-escolares realizadas dentro e fora do Ginásio (GYMNASIO LEOPOLDO, 19 nov. 1936, p.02; O 15 DE NOVEMBRO E A LIGA PRO-EDUCAÇÃO E BONDADE, 11 nov. 1937, p. 02; GYMNASIO LEOPOLDO E O DIA DA BANDEIRA, 25 nov. 1937, p. 02) e também os festivais de teatro (GYMNASIO LEOPOLDO, 27 ago. 1931, p. 02; GYMNASIO LEOPOLDO, 10 set. 1931, p. 03).

Nas discussões acerca do papel da educação escolar das primeiras décadas do século XX, é recorrente que não caberia mais a escola apenas ensinar a ler, escrever e contar (ROCHA, 2000; CHAVES, 2000; DIAS, 2014; NIEHUES, 2014; VEIGA, 2016). No bojo do projeto unificador e moralizador a educação escolar deveria formar o homem de forma integral, ou seja, em todas as suas dimensões seja ela física, psicológica ou emocional (VEIGA, 2016, p.407). A formação integral do educando era pautada no Ginásio Leopoldo desde sua fundação, como já foi mencionado em capítulo anterior, acreditamos que a ênfase nessa formação integral dos educandos não seja pautada apenas no movimento de nacionalização da educação,

desencadeado no período, mas que também, e intrinsecamente, esteja relacionado com valores e princípios da educação espírita.

Como já foi mencionado o proprietário/criador do Ginásio, Leopoldo Machado Barbosa afirmava que o estabelecimento não seguia nenhuma doutrina religiosa e era “permitted a liberdade de crenças” deixando “aos cuidados paternos, a formação religiosa de seus alunos”, contudo, pontua que “a moral cristã é a base da educação espiritual do Gymnasio” (O ENSINO EM NOVA IGUASSÚ, 02 jan. 1930, p.02).

Nesse sentido convém lembrar que a fé religiosa seguida pelo proprietário do Ginásio Leopoldo era a religião Espírita Kardecista<sup>16</sup>, e que este era muito atuante dentro do cenário religioso espírita local e nacional. Esteve durante muitos anos na direção do Centro Espírita “Fé, Esperança e Caridade”. Criou juntamente com sua esposa o albergue noturno Alan Kardec e o Lar de Jesus (orfanato para meninas carentes), sendo também o idealizador do 1º Congresso de Mocidades Espíritas e participando ativamente da Caravana da Fraternidade (MIGUEL, 2010; NASCIMENTO, 2016). De acordo com Nascimento (2016) Leopoldo defendia a tese de “menos centros e mais escolas” pois compreendia que as escolas possuíam uma “finalidade cristã que beneficia[va] a humanidade” (NASCIMENTO, 2016, p.97).

Assim, dentro dos preceitos da religião espírita, a questão da educação tem grande protagonismo, pois é através dela que o mundo irá se regenerar (PIRES, 2008, p. 17). De acordo com Dora Incontri (2004), “o espiritismo não entende o dever humano, como uma história de salvação, segundo o conceito do cristianismo tradicional, mas como uma história de evolução” (2004, p. 01). A própria existência humana é um processo de aprendizagem com a finalidade de aperfeiçoamento, os percursos da alma humana nos processos de reencarnações são compreendidos “como um processo educativo” (INCONTRI, 2004; ISAIA, 2015). Ainda segundo a autora:

O homem foi criado simples e ignorante e está destinado a conquistar a perfeição, através do aprendizado de múltiplas vidas sucessivas. Não houve uma tragédia inicial de queda e nem a necessidade de uma intervenção divina, para a redenção das criaturas. Tudo corre conforme previsto pelo Criador. A humanidade está em processo educativo, aprendendo, através da ação livre no mundo, a crescer espiritualmente, a fazer desabrochar as virtudes e a sabedoria que serão suas, quando atingir o alvo evolutivo a que Deus nos destinou (INCONTRI, 2004, p.01).

---

<sup>16</sup> O espiritismo, segundo Allan Kardec, pretende ser ao mesmo tempo uma ciência, que demonstra através do estudo empírico dos fenômenos mediúnicos a existência dos espíritos e sua atuação sobre o mundo; uma filosofia, que propõe uma cosmovisão evolucionista e reencarnacionista; e uma religião, sem dogmas, rituais e sacerdócio organizado, que faz uma releitura do cristianismo e prega uma prática religiosa centrada na moral e na ligação direta do homem com Deus (INCONTRI, 2004, p.01).

Assim a educação escolar possuía grande valor na doutrina espírita pois esta era essencial para que a humanidade alcançasse “um mundo de hábitos ordeiros e de previdência” (PIRES, 2008, p.14). De acordo com Pires (2008), para Alan Kardec, expoente da doutrina espírita seguida por Leopoldo, para se tratar os problemas sociais era primordial “a necessidade do desenvolvimento da educação”, mas:

[...] não da educação intelectual, mas da educação moral: mas não também da educação moral pelos livros, e sim daquela que consiste na arte de formar caracteres, daquela que transmite hábitos: porque a educação é o conjunto de hábitos adquiridos (PIRES, 2008, p. 14).

Na concepção espírita kardecista o Brasil era visto “como o grande arauto da nova era pela qual a humanidade encontraria o reflorescimento do evangelho” tal pensamento era alicerçado “na ideologia da harmonia entre as três raças” onde o povo brasileiro “traria consigo um conjunto harmonioso de qualidades” das três raças que o formaram (MIGUEL, 2009, p.40-41). Nesse sentido a educação escolar, e mais especificamente a educação escolar espírita, deveria abranger “todo o complexo da personalidade do educando e todas as faixas etárias” sendo ela “integral e contínua” (PIRES, 2008, p.11). A educação espírita era desenvolvida com base no “amor, igualdade, liberdade, maturidade e ação”, e não era pautada em dogmas religiosos, o que segundo a bibliografia, a torna amplamente aplicável, sendo seu objetivo a construção moral dos educandos independente da religião (PIRES, 2008; INCONTRI, 2004, NASCIMENTO, 2016).

As Associações ou Instituições Escolares corroboravam para a realização dessa educação integral, no sentido que essas associações tinham como objetivo desenvolver nos sócios o poder de “iniciativa, [e] o espírito participativo” a fim de “prepará-los para a vida em sociedade” (CHAVES, 2000, p.04). Assim:

Para que houvesse implantação das ideias nacionalistas e civilizadoras, as Associações Auxiliares da Escola foram instituídas com o propósito de formar o caráter das crianças e moldá-las para o trabalho escolar, tendo como lemas 'a alegria, fraternidade, bondade e justiça'. Estas associações deviam suscitar virtudes e um espírito de competência, aumentando o grau de qualificação dos estudantes, formatando-os aos moldes do Estado Novo (NIEHUES, 2014, p.37).

A pontuação feita pela autora é elucidada pelo texto do professor Newton Gonçalves de Barros, na Página do Ginásio Leopoldo, em novembro de 1942, ano em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. Em seu discurso o diretor do Ginásio pontua os sentimentos necessários ao engrandecimento da Pátria. Em suas palavras:

[...] para que essa florescência continua, de belezas naturais; essa grandiosidade fecunda de seus frutos; essa ubertosa bondade de seus filhos, prossiga e sobreviva, é necessário que vós, que nós - homens de hoje e Pátria de amanhã, saibamos ser: CULTOS, para o domínio das verdades científicas e artísticas; FORTES, para o domínio das alegrias e da saúde; e BONS, porque sem a bondade, sem o amor ao próximo, nem indivíduos, nem sociedade, nem patrias sobrevivem; pois Deus é a

bondade, e só aos bons ele reserva o domínio de felicidades imorredouras! (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 15 nov. 1942, p. 05).

Com isso foi possível verificar uma aproximação entre os interesses do governo e a educação desenvolvida no Ginásio, as bases em que se deveria pautar a educação, impostas pelo governo do Estado Novo, já eram desenvolvidas no estabelecimento, em consonância com a crença religiosa do seu fundador e proprietário, que considerava a educação escolar como fator de regeneração do indivíduo e de unificação e elevação social.

A LPEB tinha sob seu comando alguns grêmios criados por sua diretoria, como o Grêmio Teatral Leopoldo Machado, que se apresentava em festas, sarais e comemorações do Ginásio e também faziam apresentações ao longo do ano letivo, com intuito de arrecadar verbas e donativos para as obras sociais desenvolvidas e mantidas pela Liga (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 09 ago. 1942, p.05) o Grêmio Agrícola Olavo Bilac, que buscava incentivar o gosto pelas coisas da Agricultura (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 10 jan. 1943, p.03), e o Grêmio de Leitura Machado de Assis, destinado a incentivar o gosto pelas “boas” leituras (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 02 set. 1945, p.03).

A LPEB ainda era responsável pela arrecadação de donativos que eram distribuídos na comemoração de encerramento do ano letivo do Ginásio, “a crianças pobres da cidade” (O 15 DE NOVEMBRO NO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 nov. 1936, p.02). Posteriormente essa ação de distribuição de donativos foi denominada de “Natal dos Pobres” (NATAL DOS POBRES NO GINÁSIO LEOPOLDO, 23 dez. 1945, p.02). Tal empreendimento era feito com a contribuição de alguns comerciantes e também por moradores locais.

Na manhã do dia 21 passado, a Liga fez farta distribuição de brinquedos, mantimentos, guloseimas, etc., aos seus 400 pobres, concorrendo assim, para que aqueles pobrezinhos tivessem um Natal mais feliz.

A Diretoria da L.P.E.B deixa aqui os seus sinceros agradecimentos aos proprietários do Entrepasto de Leite (Nilópolis), Armazens Sul Americano, Vitoria e Santa Teresinha e às stas. Jaoldéa Galvão, Nubia Ribeiro Mascarenhas, Alair Pereira Neves, Silvia de Oliveira e Lecí Brandão, pelos valiosos donativos oferecidos a Liga quando da distribuição aos pobres no dia 21 p. passado (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 29 dez. 1946, p.03).

Contudo, de acordo com a análise das fontes, um dos feitos que mereceu grande destaque dentro do jornal *Correio da Lavoura* e de forma mais específica na Página do Ginásio Leopoldo foi a criação, no ano de 1941, da Escola de Alfabetização Euclides da Cunha (EAEC).

Figura 16 – Diretoria da LPEB do Ginásio Leopoldo 1941.



Fonte: PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 08 jun.1941, p. 05.

A EAEC funcionava nas salas do Ginásio Leopoldo no turno da noite. Eram professores na referida escola os alunos do curso ginásial do estabelecimento que eram sócios da LPEB, sob a coordenação de um professor responsável. De acordo com as reportagens da Página do Ginásio Leopoldo, a EAEC foi idealizada pelo então diretor-técnico do Ginásio, Newton Gonçalves de Barros, em uma reunião da Liga e “a idéia foi acolhida com entusiasmo pelos professores e alunos” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 jul. 1942, p. 05).

No entanto, encontramos no acervo do Ginásio uma correspondência do Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino, Lourenço Filho, que não possui data, solicitando que o diretor do Ginásio Leopoldo cooperasse “com o patriótico movimento da cruzada nacional de educação” que abriria com a campanha “quatro mil e quinhentas novas escolas primárias, em todo País”. O apelo era no sentido de que se criasse no estabelecimento:

[...] um curso noturno primário gratuito para adolescentes e adultos analfabetos, com a frequência mínima de vinte alunos, a ser inaugurado também naquela data [13

maio]. Estou certo de que entre os professores desse estabelecimento ou mesmo entre alunos das classes adeantadas, encontrareis os docentes que se queiram encarregar dessa tarefa com o espirito de civismo que ela requer. Este departamento considerará a cooperação desse estabelecimento na disseminação e reerguimento da educação nacional (APCL. Lourenço Filho, s/d).

A inauguração oficial ocorreu em 15 de junho de 1941, porém, constava em matéria do *Correio da Lavoura* que “suas aulas tiveram início a quase um mês” e já contava a iniciativa com “a matrícula de uma centena de alunos de ambos os sexos e de todas as idades” (ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA, 15 jun. 1941, p.02).

Como o documento assinado por Lourenço não tem data, não podemos vincular essas ações, mas é interessante registrar a confluência de interesses.

Na solenidade de inauguração da EAEC “compareceu o ilustre e venerando presidente da Cruzada Nacional de Educação, dr. Gustavo Armbrust, que ficou encantado pela organização do Ginásio e pela obra que vem realizando a Liga Pró Educação e Bondade” (ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA, 15 jun. 1941, p.02). Além da presença na inauguração, a matéria pontuava que a iniciativa “altamente cristã e patriótica” da LPEB e dos professores do Ginásio, “despertou entusiasmo no ilustre presidente da Cruzada” que passou a “auxilia-la moral e materialmente” (ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA, 15 jun. 1941, p. 02).

No transcorrer da matéria sobre a inauguração era apresentado que a escola de alfabetização noturna, em seu primeiro mês de funcionamento, já atendia “cerca de oitenta alunos” distribuídos por três salas do Ginásio. E pontuava ainda que o empreendimento deveria ser “aplaudido por todos os iguassuanos patrióticos”, pois:

Os sócios da Liga Pró Educação e Bondade, feitos professores que trabalham com amor, inteligência e desinteresse, porque a serviço da Pátria, se dedicavam ao seu novo e alto mister, qual o de alfabetizar os que, por êste ou aquele motivo, não poderam frequentar as aulas das escolas particulares ou públicas, mas querem e sentem necessidade de receber, pelo menos, a instrução primária (ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA, 15 jun. 1941, p. 02).

Em nota sobre o funcionamento da EAEC, na Página do Ginásio Leopoldo, o escritor da matéria expressa todo o reconhecimento recebido pelo empreendimento:

Têm sido numerosos os estímulos morais, recebidos pela L. P. E. B. pela fundação da E. A. E. C. Entre esses estímulos devemos citar a visita do dr. Gustavo Armbrust, digníssimo presidente da Cruzada Nacional de Educação; os ofícios-cartas do MD. Ministro da Educação e Saúde, do DD. Diretor da Divisão de Ensino Comercial; o noticiário elogioso de muitos jornais do Distrito Federal, Rio e S. Paulo, inclusive o prezado "Correio da Lavoura" (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 13 jul. 1941, p. 05).

No final do ano de 1941, ocorreu uma solenidade de encerramento das atividades da EAEC no salão do Ginásio Leopoldo, onde compareceram “alunos e amigos das campanhas de verdadeiro patriotismo”. Sete meses após sua instalação, em maio de 1941, a EAEC já possuía

uma matrícula de 240 alunos, que de acordo com os dados apresentados pelo *Correio da Lavoura*, teve um aproveitamento de “62% de frequência média” e 30% de “aprovados nos 1º, 2º e 3º graus” (ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA, 11 jan.1942, p. 03).

A iniciativa da LPEB era enaltecida pelo periódico como um grande feito em favor da Pátria, pois “não são apenas canhões, tanques e fuzis que enaltecem um país, mas, também os homens letrados e instruídos” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 jul. 1942, p. 05):

A admirável organização da Liga Pró Educação e Bondade do Ginásio Leopoldo, que se chama Escola de Alfabetização ‘Euclides de Cunha’, acaba de completar seu primeiro aniversário de fundação, devendo se assinalar que ela atingiu, sob a inteligente e patriótica orientação de seus idealizadores, o seu nobre objetivo, porque visando a grandeza maior do Brasil (ESCOLA DE ALFABETIZAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA, 28 jun. 1942, p.02).

E os alunos/docentes da EAEC tidos como grandes exemplos de patriotas:

Esforçados professores da Escola de Alfabetização Euclides da Cunha:  
É bem agradável para nós, contarmos convosco no numero dos nossos alunos. sabeis que esse é o patriotismo real - uma das formas do verdadeiro patriotismo. Deixar o aconchego de vossos lares, mesmo nas noites chuvosas que temos tido; furtar doze horas por semana de vossos estudos; colocar em plano secundario as diversões e as festas; entrar em contacto com miseráveis que não têm as luzes da inteligencia e em maioria, nem as luzes artificiais para o estudo; serão essas de fato as causas futuras insofismaveis das vossas felicidades.

[...]

Prossegui na vossa tarefa, ajudando os nossos compatriotas a dar os primeiros passos do abecê. Mais tarde, vivereis da alegria bendita de haverdes semeado em terreno úbere; pois, pequeninos mestres, o cerebro e o coração dos brasileiros são escrínios abençoados, que guardam, numa latência irrefreavel, uma bondade desprendida e uma inteligencia assombrosa.

Ajudai os primeiros passos dessa inteligencia que, muito longe de afastardes os braços da lavoura, preparareis esses mesmos braços para um trabalho mais inteligente, e mais proveitoso, e mais metódico, e mais sadio, e mais prudente. NEWTON GONÇAVES DE BARROS (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 out. 1941, p. 05).

Nesse sentido para além da “boa ação” de compartilhar seus aprendizados com os “necessitados”, dispondo da abnegação e da generosidade de dividir, os alunos/professores da EAEC ainda estavam contribuindo com o crescimento e desenvolvimento da nação, lançando as “luzes da inteligência” aqueles “miseráveis” que não tem a “maioria, nem as luzes artificiais para o estudo” demonstrando assim “uma das formas do verdadeiro patriotismo” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 12 out. 1941, 05). No decorrer do ano de 1943 as notícias sobre a EAEC já não eram tão presentes nas matérias do *Correio da Lavoura*, aparecendo apenas em notas dentro da Página do Ginásio Leopoldo, onde era pontuado que:

A escola de Alfabetização Euclides da Cunha, gratuita, noturna, mantida pela Liga, continua normalmente as suas aulas, graças á bôa vontade de seus associados: Nely de Barros, Otto Perrone, Antonio Mixo, Valter Pacheco, Maria da Penha B. Lopes, Adyr C. Alves e Lucy Braga (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 14 nov. 1943, p.05).

A última nota encontrada a respeito da EAEC, assim como a transcrita acima, também apresentava um certo teor de abandono a iniciativa da Liga, pela sociedade iguaçuana. A nota pontuava que mesmo sem “propaganda em torno de sua tarefa” alguns alunos, sócios da LPEB, “realiza[vam] uma obra digna de elogios, guiando nos primeiros passos os alunos mais humildes do Município” demonstrando-se “pequenos patriotas” contribuindo para que no futuro o Brasil seja “rico, mas culto” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 25 jun. 1944, p.03).

A partir de então não encontramos mais notícias da EAEC, o que nos leva a acreditar que ela deixou de funcionar, porém acreditamos que os alunos sócios da Liga continuaram a ajudar na Campanha Nacional de Alfabetização do governo através de organizações de festas e apresentações teatrais onde parte da renda arrecada era doada à Campanha (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 13 ago.1944, p.03). No ano de 1947 era noticiado na Página que o Ginásio em colaboração com o Serviço Educativo Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), disponibilizou uma de suas salas para o funcionamento de um “curso para analfabetos e semi-analfabetos adultos”. Apesar das pouquíssimas notícias sobre o novo empreendimento, ele era classificado como um dos “cursos extras” do estabelecimento e que era totalmente gratuito (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 19 out. 1947, p.03).

Com o exposto e a partir da observação do Hino do Ginásio Leopoldo, apresentado como epigrafe desse capítulo, foi possível concluir que a escola era tomada como o “templo augusto da verdade, a Catedral excelsa do saber”, ou seja, o local para a transformação de “tímidas crianças” em “homens de bem para o por vir” pois a ela caberia ensinar “os múltiplos deveres do patriota, do filho, do cristão” (Hino do Colégio Leopoldo). Compreendemos assim que as práticas disciplinares desenvolvidas dentro do Ginásio Leopoldo e as práticas encenadas por seus sujeitos fora do estabelecimento convergiam com as práticas de ordenamento que se buscava introjetar na sociedade, entendendo que essas práticas escolares apresentadas nas comemorações, fossem elas cívicas ou não, se tornaram meios de disseminação de um modelo de exercício controlado de cidadania que se queria universal. O detalhamento dessas comemorações nas publicações do periódico *Correio da Lavoura* tinha a dupla função de ampliar o raio de alcance dessas práticas e, como força social que produz e articula consensos, legitimá-las no seio da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa buscamos demonstrar que a instalação do Ginásio Leopoldo no distrito-sede de Nova Iguaçu ocorreu em um contexto de mudanças econômicas e sociais proporcionadas pelo desenvolvimento da cultura citrícola, ligado ao processo de modernização do estado que buscava dotar as cidades com aparelhamentos que demonstrassem o progresso da localidade (ruas calçadas, praças, iluminação elétrica, hospitais, escolas, saneamento etc.).

O convite do prefeito somado ao auxílio aprovado pela Câmara são fatores que contribuíram para a instalação do Ginásio. Contudo, o apoio simbólico, porém constante, do periódico *Correio da Lavoura* foi o fator primordial para que o estabelecimento se afirmasse no local. A propaganda e a cobertura dada pelo periódico, mesmo antes da inauguração, ao novo estabelecimento, potencializava a pretensa “ação regeneradora” da educação escolar, projetando o Ginásio Leopoldo como uma instituição modelar e modeladora desde a sua gênese. As matérias com descrições da estrutura física e pedagógica, o detalhamento na descrição do corpo docente “idôneo”, apresentando suas formações e trajetórias profissionais, eram estratégias com a finalidade de demonstrar o tipo de educação que era ministrada no educandário, uma educação ‘integral’ pautada na disciplina, na ordem, e nos métodos modernos da pedagogia.

Percebemos que o tipo de educação ministrada no Ginásio Leopoldo era consonante com o tipo de educação defendida pelo *Correio da Lavoura*. De acordo com as reportagens era necessário que a educação escolar fosse além de ministrar conteúdo de disciplinas escolares, era preciso que a educação escolar introjetasse novos hábitos e condutas nos seus educandos para que esses se tornassem trabalhadores conscientes e conformados dos seus direitos e deveres para com a pátria e, principalmente, para com a localidade.

Como apontou Dias (2014) e como foi possível observar ao longo do trabalho, o *Correio da Lavoura* estava alinhado ao pensamento dos citricultores iguaçuanos. As bandeiras defendidas pelo seu proprietário para o jornal eram uma demonstração desse alinhamento – lavoura, higiene, instrução. A utilização da mão de obra local passava pelo cerne de que esses trabalhadores precisavam se adaptar às novas técnicas de plantio e colheita, a de novos hábitos de higiene com o corpo, com a casa, e também de novas condutas e comportamentos. E nesse sentido, apesar de o ensino agrícola não ser parte do programa do Ginásio Leopoldo, esse se propunha a oferecer uma educação que era voltada a disciplinar corpos e mentes dos educandos

dentro dos ideais de ordem e progresso disseminados pela recente República, e também nos princípios da educação defendida pelos espíritas kardecistas.

Foi possível perceber que mesmo o proprietário defendendo que no Ginásio Leopoldo a educação era laica, encontramos princípios e valores da educação espírita conceituada por Pires (2008) e Incontri (2004, 2016). A educação escolar como fator para a regeneração da sociedade era parte dos princípios da religião que pregava a reencarnação como processos educativos dos espíritos em evolução. Nessa direção o cuidado com o corpo físico, com a mente, com a forma de se portar, o cuidado com o outro, a caridade, eram valores defendidos e propagados pelos seguidores da doutrina espírita, e parte do programa educacional desses religiosos para toda a sociedade.

As contendas ocorridas entre o padre João Musch e o professor Leopoldo Machado eram representativas de um contexto de disputas religiosas mais amplas, onde o catolicismo, frente ao fim do regime de padroado, buscou novas formas de se firmar enquanto religião hegemônica do país. Mesmo a ação individual do padre em Iguazu, fazia parte do projeto maior de reestruturação da Igreja através do ultramontanismo, onde se buscou atuar nas localidades nos serviços onde o poder do Estado não chegava. Porém, essa estratégia também era utilizada por outros segmentos religiosos. Como foi possível observar, que diante da criminalização de alguns rituais do espiritismo, a estratégia adotada foi a de se firmar enquanto religião alicerçada na base da caridade e do auxílio ao próximo, atuando os espíritas também nas áreas abandonadas pelos poderes governamentais. As instituições criadas por Leopoldo eram, em uma escala de observação mais próxima, representativas do modo de atuação da religião que se tornou dominante na FEB, pautado no lema que fora da caridade não há salvação.

Dentro dos princípios da educação espírita e em perfeita harmonia com a concepção do período estava também a concepção de docente e a forma de contratação dos profissionais que iriam atuar no Ginásio. A ideia da docência como sacerdócio, com a missão de transformar a nação era evidenciada nas matérias do *Correio da Lavoura* por seus articulistas e também nas publicações assinadas pelos sujeitos do Ginásio. Nesse sentido não cabia ao professor apenas inculcar nas mentes dos educandos as letras, números e nomes de figuras tidas como importantes, era preciso também que esses profissionais fossem os exemplos de conduta a serem imitados.

Vimos que houve um investimento por parte da municipalidade em ampliar a oferta de ensino primário em Nova Iguazu. O número dessas escolas triplicou entre as décadas de 1930 e 1940. Contudo a oferta do ensino de nível secundário ficou a cargo da iniciativa privada no município, com subvenção pública municipal. Foi possível verificar o caráter seletivo do curso

secundário no Ginásio Leopoldo, a enorme disparidade na quantidade de alunos que entravam no estabelecimento no primeiro ano do curso e os que concluíam o primeiro ciclo do curso ginasial, não se mostrando essa diferença no curso comercial, que tinha um número muito menor de adeptos, mas que não tinha uma diferença tão grande entre os que iniciavam e concluíam o curso. Não notamos, no caso do Ginásio Leopoldo, o que Abreu (1955) apresentou para o estado do Rio de Janeiro, que era a transferência de alunos do último ano ginasial para o curso do segundo ciclo do curso comercial, o que no caso do Ginásio seria conveniente, já que o estabelecimento não oferecia o segundo ciclo do curso secundário até o ano de 1950.

Quanto a formação dos alunos notamos que havia uma forte preocupação com a formação que se dizia completa, que ministrasse conteúdos escolares, mas que também preparasse esses educandos para a vida. As competições esportivas, literárias e também, as premiações simbólicas, elucidadas pelas relações publicadas no jornal e pelo “Quadro de Honra” do Ginásio, eram aparatos que incitavam a disciplina e também a competição entre os educandos.

A partir do apresentado concluímos que as mudanças ocorridas no campo educacional era um dos eixos das mudanças que se buscava imprimir em toda sociedade. A transição do modelo econômico de agroexportador para urbano-industrial requeria um novo tipo de cidadão. O ensino secundário ganhou grande importância no período varguista, esse nível de ensino tinha a função de formar as elites que conduziriam o país ao progresso e a modernidade. Contudo, essa importância não era traduzida em investimentos ficando a oferta do secundário entregue a iniciativa privada.

Em comparação com o apresentado por Abreu (1955) para o estado do Rio de Janeiro, o município de Iguaçu e o Ginásio Leopoldo apresentavam algumas aproximações com os fatores explicitados pelo autor. O maior investimento, por parte do governo municipal, no nível primário e o incentivo a iniciativa privada no nível secundário, através de subsídios públicos, isenções de impostos e concessões de bolsas de estudos para alunos ‘carentes’. A maior procura pelo curso secundário em detrimento dos cursos que habilitavam profissionalmente, o que de acordo com o autor marcava o descompasso entre o ensino ministrado e atividade econômica desenvolvida nas regiões. Nesse sentido entendemos a criação do Ginásio Leopoldo não como um fato isolado e alheio, mas como parte integrante do processo de crescimento da rede privada de ensino secundário no estado do Rio de Janeiro.

O panorama sobre a atuação do professorado do Rio de Janeiro era outro fator que se mostrou semelhante no Ginásio Leopoldo. A atuação dos profissionais em disciplinas diversas em cursos e cargos diversos e majoritariamente oriundos de outras profissões estava em perfeita

consonância com o apresentado por Abreu na análise do estado. Contudo é preciso considerar que o Ginásio Leopoldo estava localizado numa área de confluência entre o rural e o urbano, mas que a principal atividade econômica anunciada e defendida era a agricultura, e pelo apontado feito pelo próprio Abreu, os profissionais formados pelas faculdades de filosofia davam preferência em trabalhar nos grandes centros urbanos, pontuando ainda que os números desses profissionais era ainda ínfimo com relação ao crescimento dos estabelecimentos privados de ensino secundário.

Através da Reforma Francisco Campos o ensino secundário foi estruturado e entregue a iniciativa particular, contudo, tendo esses estabelecimentos privados que atender as prescrições e ordenamentos impostos pela mesma. A concessão da equiparação ao Ginásio Leopoldo se deu em meio a algumas negociações com o MESP, onde mesmo o Ginásio se transferindo para um prédio próprio e construído para o fim de abrigá-lo, ainda haviam adequações a serem feitas. Compreendemos que o serviço de inspeção buscava homogeneizar e padronizar os estabelecimentos de ensino secundário e as práticas pedagógicas neles desenvolvidas, porém, vimos que houve resistências e negociações na implantação desses ordenamentos.

Posteriormente, com a Reforma Capanema, esse ordenamento se tornou mais incisivo, se fazendo não mais como prática de supervisão da legislação em vigor, mas como prática de orientação, moldando tanto o ambiente e as práticas escolares, como a prática docente. Assim concluímos que a intensificação da inspeção federal no Ginásio Leopoldo buscou padronizar o ensino e as práticas desenvolvidas dentro do estabelecimento, fiscalizando se o prescrito pela União nas legislações do período estava sendo cumprido. Contudo, vimos que nem tudo que era prescrito nos ordenamentos federais era plenamente cumprido, ora por questões de adaptação do estabelecimento ou, por insubordinação dos sujeitos envolvidos nos processos.

Nesse sentido foi possível perceber que as referidas reformas deram o tom no processo de institucionalização do secundário como nível de ensino formal, seriado, com finalidades próprias e inspecionado, contribuindo assim para o aumento dessas instituições e para a legitimação desses estabelecimentos, que mesmo sendo de cunho privado, estavam realizando um serviço público. Desse modo entendemos que a dinâmica dessas legislações como fator que demarcou o processo de institucionalização do Ginásio Leopoldo.

Retomando o objetivo deste trabalho, que foi analisar a institucionalização do ensino secundário no distrito sede de Iguazu através da análise da história do Ginásio Leopoldo, foi possível verificar que a instalação do educandário esteve diretamente ligada ao processo de modernização do local. O desenvolvimento da cultura citrícola no município alinhado ao

projeto de recuperação econômica do Estado, juntamente com a ideia da educação escolar como fator de regeneração da sociedade, foram as bases para a instalação e consolidação do Ginásio Leopoldo.

A partir dos referenciais teórico-metodológicos adotados percebemos a instalação do Ginásio, não como um acontecimento a parte, descolado do contexto geral, mas em consonância com o movimento de ampliação do número de estabelecimentos deste nível de ensino, proporcionado pela atuação do setor privado. A posição de análise utilizada nos proporcionou observar a relação entre Ginásio e a prefeitura local, relação esta que foi se estreitando ao longo dos anos. A importância conferida ao secundário no período deu tônica nessa relação e permeou o processo de consolidação do Ginásio Leopoldo como estabelecimento modelar do município. O convite do prefeito e o “auxílio” da prefeitura, anunciado mesmo antes da inauguração do estabelecimento e da publicação oficial da Câmara Municipal, foram demonstrativos dos esforços da municipalidade em dotar o local dos aparelhamentos apontados como modernos, e que denotavam na paisagem o sentido de progresso.

Outro fator que tomou materialidade com a posição adotada foram as negociações entre o Ginásio Leopoldo e os órgãos do governo, o acesso ao acervo do estabelecimento nos possibilitou observar essa relação e as negociações ocorridas na implementação dos ordenamentos e prescrições impostos nas legislações. Juntamente com as reportagens do *Correio da Lavoura* os documentos do acervo nos permitiram reescrever a trajetória de oficialização do Ginásio Leopoldo e observar que nem sempre o prescrito era plenamente realizado, mas sim, permeado por diversas negociações.

A importância atribuída ao ensino secundário nas décadas de 1930 e 1940, modelador da juventude, formador das “elites condutoras”, se refletiu nas negociações entre o proprietário do Ginásio Leopoldo e as diferentes instâncias do MESP. A inspeção prévia que teria duração de dois anos, podendo ser estendida por mais dois, durou nove anos no estabelecimento. A dívida nas taxas de inspeção do Ginásio ao DNE, motivo pelo qual acreditamos não ter sido possível ao Ginásio Leopoldo receber a inspeção permanente antes, não foram impeditivos para que o mesmo continuasse o seu funcionamento.

No esforço da transformação da sociedade através da modificação do homem foi possível, a partir da posição de análise utilizada, constatar a convergência de projetos na formação de crianças e jovens dentro do Ginásio Leopoldo. A formação integral defendida no projeto educacional do Estado, era também defendida no projeto educacional da doutrina espírita. Ambos os projetos proclamavam uma ideia de educação escolar que formasse os educandos física, intelectual e moralmente, pois já não bastaria a escola, e muito menos a escola

secundária, ensinar letras, números e nomes de personagens históricos. O que foi possível observar que a formação desenvolvida no Ginásio Leopoldo buscou introjetar em seus educandos os valores de obediência, caridade e respeito às normas, valores esses imprescindíveis na construção de trabalhadores comprometidos com a pátria, conscientes de suas posições e não contestadores da ordem vigente.

Ao examinarmos a ação escolar para além de seus muros físicos da escola, constatamos que a presença constante dos atores políticos iguaçuanos no Ginásio Leopoldo contribuiu para que o estabelecimento fosse se legitimando dentro da cena da cidade, enquanto a municipalidade se utilizava da condição de oficializado do Ginásio para demonstrar o progresso da localidade. O posicionamento dos alunos e professores do Ginásio a frente nos eventos cívicos municipais e do diretor ao lado das principais figuras políticas da cidade, são demonstrativos de como a relação entre cidade e escola é uma relação imbricada e dinâmica, evidenciando que uma se utilizava da outra para se legitimarem diante da sociedade.

As festas cívicas tornadas festas escolares e que posteriormente se tornaram festas públicas, que ocorriam nas ruas, praças, e no caso de Nova Iguaçu, nos estádios esportivos da cidade, foram mecanismos utilizados para ‘civilizar’ nos novos moldes sociais não apenas os alunos dos estabelecimentos de ensino e o público que as assistiam. Mas, também, através das detalhadas matérias nos jornais, tinha-se como alvo as pessoas que não estavam nesses ambientes. A ação irradiadora da imprensa foi fator imprescindível na transmissão dos novos códigos que se buscou introjetar na população.

Com isso concluímos que o Ginásio Leopoldo, seus sujeitos e suas práticas participaram de forma enfática na construção da ‘Nova’ Iguaçu. A modernização que se buscou alcançar nas primeiras décadas da República passava diretamente pelos bancos escolares e pelas novas formas de socialização que essas instituições proporcionariam.

A educação escolar comparada a metáforas ligadas ao trato da terra e os cuidados com as plantações “a terra pra dar bom fruto, deve ser revolvida nas suas entranhas, rasgada, ferida, com a lamina fria do arado, a arvore para ser bela, seivosa, úbere, deve sêr podada, cuidada e dirigida” (PÁGINA DO GINÁSIO LEOPOLDO, 20 jun.1943, p.05), demonstram a função social da escola. Ou seja, a função da educação escolar era remexer seus educandos por dentro, tirando desses tudo que não fossem condizentes com o modelo de sujeito idealizado, aparando as “arestas” e coagindo seus “desregramentos” rompendo com formas, modos e costumes já existentes e tomados como arcaicos. Buscava com isso uma aproximação do modelo de sociedade europeu, desqualificando e reprimindo qualquer forma de socialização que não fosse pautada nos modelos eurocêtricos, em consonância com a epigrafe principal deste trabalho

(DAVIS, 2017), compreendemos que o modelo educacional desenvolvido era voltado para inculcar uma cultura “de ódio a si mesmo” a seus iguais, a suas representações religiosas, a suas formas de viver, buscando com isso conformar na sociedade os “princípios da superioridade branca, [...] perpetua[ndo] em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe”.

No modelo de educação escolar que pautou a institucionalização da educação secundária em Iguazu as práticas estavam diretamente relacionadas ao embranquecimento dos hábitos e condutas, mesmo no período havendo esforços do governo para construir o mito da democracia racial, e na doutrina espírita o Brasil era tido como “o grande arauto da nova era pela qual a humanidade encontraria o reflorescimento do evangelho” pensamento este alicerçado “na ideologia da harmonia entre as três raças” (MIGUEL, 2009, p.40-41). Concluímos assim que as práticas e modelos de socialização que deveriam prevalecer como universais e serem transmitidas, ensinadas e copiadas eram os da raça branca, considerada o modelo de civilização e progresso.

Assim compreendemos que a presença constante dos sujeitos do Ginásio Leopoldo na cena pública da cidade tinha a ação pedagógica de demonstrar para a população iguaçuana como os corpos disciplinados e bem treinados se portavam na sociedade e inculcar de forma capilar os hábitos e condutas escolares no cotidiano da população.

## REFERÊNCIAS

- 12º ANIVERSÁRIO do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1310, 26 abr.1942, p. 02.
- 24 DE OUTUBRO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 712, 06 nov.1930, p.01.
- 24 DE OUTUBRO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 713, 13 nov. 1930, p.01.
- ABREU, Jaime. *O sistema educacional fluminense*. Uma tentativa de interpretação e crítica. Rio de Janeiro: MEC.INEP. CILEME, 1955.
- A ESPLENDIDA festa de aniversário do Ginásio Leopoldo, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVII, n. 1362, 25 abr. 1943, p. 05.
- ÁLBUM contadores 1945. APCL. Álbum de fotos de professores e alunos formandos do curso de perito contador do Ginásio Leopoldo, p. 01-18, 1945. Nova Iguaçu, 1945.
- ÁLBUM Gymnasio Leopoldo. APCL. Álbum de fotografias do Ginásio Leopoldo, p. 01-25. Nova Iguaçu, sem data.
- ALEXANDRE, Maria Lúcia B. S. Memória e escrita da história iguaçuana: uma análise da prática memorialística pela Arcádia Iguaçuana de Letras – AIL (Nova Iguaçu – 1950-1960). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.14, p.211-225, 2018. Disponível em: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/09/AGCRJ\\_revista14-211-226.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/09/AGCRJ_revista14-211-226.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.
- ALMEIDA, Heloisa de. APCL. Relatório da Inspectora Federal – quadro de horários das disciplinas do Ginásio Leopoldo, Nova Iguassu, 17 abr. 1936.
- ALMEIDA, Heloisa de. APCL. Relatório da Inspectora Federal – quadro geral de matrículas do Ginásio Leopoldo, Nova Iguassu, 17 abr. 1936.
- ALMEIDA, Heloisa de. APCL. Relatório da Inspectora Federal – relação do quadro docente do Ginásio Leopoldo, Nova Iguassu, 17 abr. 1936.
- ALVES, Claudia. Estudos secundários no Brasil nos séculos XIX e XX. In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). *Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar*. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia - EDUFU, 2012, v. 1, p. 87-116.
- ALVES, Cláudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. In.: *Educação e Filosofia*, v. 33, n. 67, dez. 2019, p. 01-21. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 20/08/2020.
- ALVES, Claudia; DIAS, Amália. Políticas de profissionalização docentes nas reformas do ensino secundário (1931-1942). In.: DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de.

(Orgs.) *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 31-59.

ALVES, Claudia; MAIA, Manna Nunes. Ensino Secundário no estado do Rio de Janeiro: barreiras à expansão de instituições públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9, 2017, João Pessoa. *História da Educação: Global, nacional e regional*. João Pessoa-PB, SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/1365-1374.pdf> Acesso em: 02 nov. 2018.

ALVES, Gilberto Luiz. Manuais didáticos de história do Brasil no Colégio Pedro II: do império às primeiras décadas da república. *Histedbr on-line* - v. 9, n. 35 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639626/7194>. Acesso em 23 jan. 2019.

AMARAL, Giana Lange do. As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.11, n.2, p. 155-189, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38501/20032>. Acesso em: 21 jan. 2019.

Á MOCIDADE estudantil de Iguassú. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XXIV, n. 1226, 15 set. 1940, p. 02.

ANDRADE, Heloíse Vargas de. *Ensino secundário e agentes intelectuais no Sul do Mato Grosso (1931-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

ANDRADE, Heloíse Vargas de; ROCHA, Marcelo Pereira. O processo de equiparação / reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundários, em Campo Grande e Corumbá, no sul de Mato Grosso. In: ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: História da Educação: Global, nacional e regional, 9. 2017, João Pessoa-PB. João Pessoa-PB: SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/1090-1109.pdf> Acesso em: 02 nov. 2018.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II Um lugar de memória*. 1999. Doutorado (História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na Era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964). *Revista Histedbr*, Campinas, n. especial, ago. 2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Sobre a função educadora da imprensa e história da educação. *Revista Histedbr*, Campinas, n.5, jan. 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/publicacoes/lancamentos/4606>. Acesso em: 23 jan. 2019.

A REVOLUÇÃO triunfante. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 712, 06 nov. 1930, p. 02.

A REVOLUÇÃO triunfante. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 713, 13 nov. 1930, p. 02.

ARRIBAS, Célia da Graça. A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *ANPUH 50 anos*. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298492121\\_ARQUIVO\\_ApresentacaoANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298492121_ARQUIVO_ApresentacaoANPUH2011.pdf). Acesso em: 09 nov. 2019.

AZEREDO, Luiz. APCL. Leopoldo Machado em Nova Iguaçu (Síntese de fatos históricos), p. 01-06, 29 set. 1991. Nova Iguaçu, 1991.

BARBOSA, Leopoldo Machado. APCL. Minuta de documento enviado a Nobrega da Cunha (diretor da inspetoria do ensino secundário) solicitando prazo para construção de sala, 22 mai. 1936. Nova Iguaçu, 1936.

BARBOSA, Leopoldo Machado. APCL. Minuta de documento enviado a Nobrega da Cunha (diretor da inspetoria do ensino secundário) informando sobre construção de área coberta para recreio. 06 mar. 1936. Nova Iguaçu, 1936.

BARBOSA, Leopoldo Machado. APCL. Minuta de documento enviado à Câmara de Vereadores de Iguaçu – solicitação de aumento da subvenção municipal ao Ginásio Leopoldo, 22 ago. 1937. Nova Iguaçu, 1937.

BARBOSA, Leopoldo Machado. APCL. Minuta de documento ao Ministro da Educação – solicitação de relevância na primeira quota da taxa de inspeção, 05 fev. 1937. Nova Iguaçu, 1937.

BARBOSA, Leopoldo Machado. APCL. Minuta de documento enviado ao diretor do DNE Abgar Renaut – solicitação de negociação de taxa de inspeção, 08 abr. 1939. Nova Iguaçu, 1939.

BARBOSA, Leopoldo Machado. APCL. Minuta de documento enviado ao diretor da Contadoria do MESP João Salustiano de Campos – solicitando negociar dívida de atraso no pagamento de taxa de inspeção, 03 jul. 1939. Nova Iguaçu, 1939.

BARBOZA, Danyele Vianna. *Os programas de ensino de Geografia do Colégio Pedro II de 1926 a 1951: a transição do caráter corográfico ao discurso científico a serviço de um novo projeto de escola e de Brasil*. 2015. Mestrado (Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

BARROS, Fernanda. Lyceu de Goyaz: equiparação ao Colégio de Pedro II e inclusão no universo do ensino secundário brasileiro. *Revista Histedbr*, Campinas, n.24, dez. 2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4948/art04\\_24.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4948/art04_24.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

BARROS, Fernando; OLIVEIRA, Manoel Messias de. Ensino secundário na Primeira República e a formação da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9, 2017, João Pessoa. *História da Educação: Global, nacional e regional*. João Pessoa: SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/904-921.pdf> Acesso em: 02 nov.2018.

BASTOS, Maria Helena Camara; ERMEL, Tatiane de Freitas. Ritos de passagem, classificação e mérito: os exames de admissão ao Ginásio (1930-1961). In. DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Org.). *Entre o Ginásio de Elite e o Colégio Popular*:

estudos sobre o ensino secundário no Brasil. (1931- 1961). Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 115-160.

BATISTA, Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. Trabalho, educação e hegemonia nos anos 1930 e 1940 no Brasil análise a partir do IDORT. *Revista Histedbr*; Campinas, v. 10, n. 38e, p. 114-130 ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639754/7319>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BELISARIO Pena sua recepção. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XIV, n. 713, 13 nov.1930, p.01.

BELLA festividade cívica no Gymnasio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XXI, n. 1078, 18 nov. 1937, p. 02.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.21, n.67, out. /dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n67/1413-2478-rbedu-21-67-0851.pdf> . Acesso em: 24 jan. 2019.

BERTOLINI, Carlos Américo. *Encenações patrióticas: a educação e o civismo a Serviço do Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v.5, n.2, p. 193-220, jul. /dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652/20183>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BORGES, Aline D.B. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX (ensino primário e secundário no Brasil). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.10, n.3, p. 199-206, set. /dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38523/20054>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRAGHINI, Katya Zuquim; BONTEMPI JUNIOR, Bruno. As reformas necessárias ao ensino secundário brasileiro nos anos 1950, segundo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, vol.28, n.3, p.241-261, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n3/a12v28n03.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. Decreto n.981, de 08 de novembro de 1890. Dispõe sobre a regulamentação do ensino primário e secundário do Distrito Federal. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.3.890 de 01 de janeiro de 1901. Código dos institutos oficiais de ensino superior e secundário. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%20Elcio%20pessoa.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%20Elcio%20pessoa.htm). Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto n. 8.650 de 05 de abril de 1911. Lei Orgânica do ensino superior e fundamental. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925. Reorganiza o ensino secundário e o superior e da outras providencias. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm). Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931a. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 20.158 de 30 de junho 1931b. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.4.244 de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Portaria Ministerial 167 – dispõe sobre a limitação e distribuição do tempo dos trabalhos escolares no ensino secundário e da outras providências, Distrito Federal, 08 mar. 1943.

BRESSAN, Renan Gonçalves. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 13, n. 3, p. 29-56, Set./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40808/PDF>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRITO, Silvia Helena Andrade. O ensino de sociologia e a organização do trabalho didático no Colégio Pedro II (1925-1945). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 12, n. 3[30] – set./dez. 2012, 95-124. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38814/20332>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.12, n.1, p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775/20305>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CAPANEMA, Gustavo. APCL. Telegrama sobre teor Lei n. 259 de 01/10/1936 - sobre obrigatoriedade do hino nacional e a forma de executa-lo, Distrito Federal, 07 nov. 1936.

CARDOSO, Rogério Ribeiro. Ney Lobo: trajetória intelectual e filosofia espírita da educação (1963-1989). Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 11, n. 41e, p.309-331, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639912/7475>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CARTEIRA DE ASSOCIADO da Liga Pró Educação e Bondade. APCL. Documento de comprovação de membro da liga associativa. Nova Iguaçu, sem data.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 225-251.

CASTRO, Jurandy. *Professor Leopoldo Machado*. Exposições Espiritas, mar – 2013 Disponível em: <http://ortsac13.blogspot.com.br/2013/03/professor-leopoldo-machado.html>. Acesso em: 26 jul. 2017.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. As inovações pedagógicas da escola nova no Distrito Federal nos anos 30: seus avanços e limites. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, 2000, Rio de Janeiro. *Educação no Brasil: História e Historiografia*. Rio de Janeiro: SBHE/UFRJ, p. 2000.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.6, n.1, p. 71-100, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38636/20167>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. A Vitória Colegial: registros de sucesso escolar nos anos 1950. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.10, n.2, p. 197-223, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38534/20065>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. O ensino secundário católico no Rio de Janeiro na década de 1950: clássico ou científico? In.: DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs.) *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 161-186.

COLAÇÃO DE GRÁU DOS CONTADORES DE 1939. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIV, n. 1201, 24 mar. 1940, p.02.

COLÉGIO LEOPOLDO. Nossa Memória: Leopoldo Machado Barbosa. 2019. Disponível em: <http://www.colegioleopoldo.org.br/nossamemoria.html>. Acesso em: 28 dez. 2019.

COLLARAM gráu solemnemente, os peritos contadores de 1938. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXII, n. 1143, 16, fev. 1939, p. 01-02.

COMO está organizado o programa oficial da festa do dia da pátria. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIV, n. 1224, 01 set. 1940, 03.

CONSIDERAÇÕES justíssimas. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XVI, n. 784, 22 mar. 1932, p. 22.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 16, n. 4, p. 123-154 Out./Dez. 2016. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729/pdf\\_152](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729/pdf_152). Acesso em: 21 jan. 2019.

COSTA, Juliana Brondani da. *Ginásio Parnaibano: História e memória (1927-1959)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

COSTA, Maria Júlia Ematné Dias da. A questão política da Inspeção Escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.07, p. 10-21, 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n07/n07a03.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

COSTA, M. S. T. da. *Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)*. 296f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COUTO, Gilberto dos Santos. *Por uma nova raça e civilização: ideário educativo na Revista de Educação Física (1932-1942)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre história e imprensa. Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Nobrega da. APCL. Telegrama enviado ao Ginásio Leopoldo informando sobre a concessão da inspeção provisória, Distrito Federal, 06 out.1936.

CUNHA, Nobrega da. APCL. Telegrama enviado ao Ginásio Leopoldo – designação da inspetora federal Iracema Spinola Penaforte, Distrito Federal, 07 de out.1936.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *Cultura e formação da Boa Sociedade: uma história do imperial Colégio de Pedro Segundo*. Doutorado (Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.17, p. 20-37, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n17/n17a04.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. In.: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mata t. da. (Orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005, p. 11-24, (Coleção Memória da educação).

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Revista Educação*, Porto Alegre, v.32, n.2, p. 185-191, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>. Acesso em: 02 ago. 2019

DALLABRIDA, Norberto. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.12, n.1, p. 167-192, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38779/20309>. Acesso em: 21 jan. 2019.

DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Org.). *Entre o Ginásio de Elite e o Colégio Popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil. (1931- 1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. “O todo poderoso império do meio”: transformações no ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN (à guisa de apresentação) In. DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Org.) *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: UDUFU, 2014, p. 11-29.

DAVIS, Angela. *1944 – Mulheres, cultura e política*. Tradução Heci Regina Candoani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEZERTO, Felipe Barbosa. *Francês e Colégio Pedro II: um processo de construção de um campo disciplinar escolar (de 1838 a 1945)*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DIAS, Amália. *Apostolado cívico e trabalhadores do ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DIAS, Amália. Relações trabalhistas e a remuneração do magistério (1931-1945). *Revista Histedbr*, Campinas, v. 11, n. 42, p.182-199, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639874/7437>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DIAS, Amália. *Entre Laranjas e Letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet:Faperj. 2014a.

DIAS, Amália. Fazer-se escola fazendo a cidade: a festa dos escolares em Nova Iguaçu (1916-1947). *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, vol. 24, n. 47, p.77-96, Set-Dez. 2014b.

DIAS, Amália. O magistério de ensino secundário e a regulamentação da profissão (1931-1946). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, vol.28, n.1, p.17-34, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a02v28n1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DIAS, Amália; ESTEVES, Ana Paula da Silva. A pesquisa sobre a educação fluminense e a defesa da democratização da sociedade brasileira (1953-1955). *Práxis Educacional*, v. 16, n.38, p.181-198, jan. 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5996>. Acesso em: 09 fev. 2020.

DIAS, Amália; PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. O Combate ao dualismo escolar: experiências contra-hegemônicas no campo educacional brasileiro (1945-1957). *Revista Agenda Social on-line*, Campos dos Goytacazes, v.10, n. 1, p.18 - 31, 2016. Disponível em: <http://www.revistaagendasocial.com.br/index.php/agendasocial/article/view/275/146>. Acesso em: 22 out. 2018.

DINIZ, Carlos Alberto; SOUZA, Rosa Fátima de. A colaboração dos municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1964). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p.93-121, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47620>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ESCOLA de Alfabetização Euclides da Cunha. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1260, 15 jun. 1941, p.02.

ESCOLA de Alfabetização Euclides da Cunha. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1264, 08 jun. 1941, p.02.

ESCOLA de Alfabetização Euclides da Cunha. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1295, 11 jan.1942, p. 03.

ESCOLA de Alfabetização Euclides da Cunha. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1319, 28 jun. 1942, p. 02.

ESTEVES, Ana Paula da Silva. *O Ginásio Leopoldo e a história do ensino secundário em Iguaçu (1930-1944)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Faculdade de educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

FARIA, José Ricardo Flores. *Os Ginásios Experimentais cariocas no contexto da educação integral no Rio de Janeiro: O Lugar da arquitetura e da cidade*. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação, trabalho e sociedade: um olhar na história. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.08, p. 26-31, 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n08/n08a05.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.89-125

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.1, p.139-159, jan./abr. 2004. Disponível

em: <file:///C:/Users/Paulinha/OneDrive/Drive/Mestrado/Levantamentos/Ler%20e%20fichar/Faria%20Filho,%20et%20al,%202004.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Polloet al (org.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2009, p. 55-66.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo Sem Fronteiras*, v.9, n.1, p.10-24, jan-jun. 2009.

FICHA DE CLASSIFICAÇÃO do Ginásio Leopoldo. APCL. Ficha de classificação do Ginásio Leopoldo no DES 1946. Distrito Federal, 1946.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 13, n. 1, p. 159-192, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38828/20346>. Acesso em: 21 jan. 2019.

FINALIDADES pedagógicas. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIII, n. 670, 16 jan. 1930, p.03.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. A exteriorização da escola e a formação do cidadão no Brasil (1930- 1960). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.41, p. 43-57, 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n41/n41a03.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FONTES, Virgínia. Estado e hegemonia no Brasil: alguns comentários dificuldades conceituais. In.: MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF: 2006, p. 269-281.

FRANCO, Maria Ciavatta. A fotografia como fonte histórica: introdução a uma coleção de fotos sobre a “Escola do Trabalho”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.18-19, p. 27-38, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n18-19/n18-19a04.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FREIXO, Jonathas Serrano Andre de Lemos; COELHO, Patrícia. O ensino renovado de história pelo catedrático do Colégio de Pedro II. *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3[39] - Set./Dez. 2015, p. 261 – 292. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40791/pdf\\_83](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40791/pdf_83). Acesso em: 21 jan. 2019.

FREITAS, Marcos Cesar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FREUND, Cristina Spolidoro. *Professores Contratados do Colégio Pedro II e seu trabalho: quando “você sai do Pedro II e o Pedro II não sai de você”*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. *Nós somos a História da Educação: Identidade Institucional e excelência escolar no Colégio Pedro II*. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA, Gilberto Vieira. ‘Lições’ e mestres de música no Colégio Pedro II (1838-1858): Contrapontos à memória da educação Musical no Brasil. In. *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3[39] - Set./Dez. 2015, 229 – 260. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40790/pdf\\_82](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40790/pdf_82) Acesso em: 21 jan. 2019.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; FILHO, Geraldo Inácio; JÚNIOR, Décio Datti. Reformas e expansão do ensino secundário no Brasil: o caso do Colégio Estadual de Uberlândia, em Minas Gerais (década de 1930 a 1960). In.: DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: UDUFU, 2014, p. 187-212.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio. As representações na imprensa de práticas cívico-patrióticas em instituições escolares de Minas Gerais (Brasil) na primeira metade do século XX. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 18, n. 1, p.29-42, jan./mar 2018 [75]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651600/17760>. Acesso em: 23 jan. 2019.

GATTI JÚNIOR, Décio. Contribuições para um rico e importante debate teórico-metodológico sobre a história das instituições educativas. *Revista Histedbr*, Campinas, n.24,dez. 2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4957/res1\\_24.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4957/res1_24.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

GINASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XX, n. 991, 22, mar. 1936, p. 04.

GINÁSIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1258, 27 abr. 1941, p. 02.

GINÁSIO LEOPOLDO. Regulamento Interno. APCL. Regulamento para fins de organização do estabelecimento, p. 01-08, 1946. Nova Iguaçu, 1946.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira. *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v.10 - n.3 (24) - set./dez. 2010, 207-213. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38524/20055>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GOMES, Adriana. *Entre a fé e a polícia: o espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1909)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira A Trajetória dos Intelectuais Baianos no âmbito do Ministério Da Educação nos Anos 1950 e 1960: Entre Afinidades Eletivas e Afinidades Regionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6,2011,Vitória. *Anais*. Vitória:UFES,2011 a. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/339.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/339.pdf) . Acesso em: maio 2012.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Cenário do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUSSI, João Carlos. *O ensino da matemática no Brasil: análise dos programas de ensino do Colégio Pedro Segundo: (1837 a 1931)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIII, n. 670, 16 jan. 1930, p.03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIII, n. 672, 30 jan. 1930, p.03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIII, n. 673, 06 fev. 1930, p.02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 679, 22 mar. 1930, p.03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 690, 05 jun. 1930, p.02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 702, 28 ago.1930, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 703, 04 set. 1930, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 704, 11 set. 1930, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 705, 18 set. 1930, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 710, 22 out. 1930, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 712, 06 nov.1930, p. 01.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 715, 27 nov.1930, p. 03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 723, 22 jan. 1931, p.03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 724, 29 jan. 1931, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 726, 12 fev. 1931, p.03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 731, 22 mar. 1931, p.02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 751, 06 ago. 1931, p. 04.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 754, 27 ago. 1931, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 756, 10 set. 1931, p. 03.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 766, 19 nov. 1931, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 772, 31 dez. 1931, p.02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XV, n. 781, 03 mar. 1932, p.02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XVI, n. 784, 22 mar. 1932, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XVI, n. 824, 29 dez. 1932, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XVI, n. 833, 02 mar. 1933, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XX, n. 1026, 19 nov. 1936, p. 02.

GYMNASIO LEOPOLDO E O DIA DA BANDEIRA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXI, n. 1079, 25 nov. 1937, p. 02.

HAUER, Lucia Maciel. *A Imprensa Estudantil no Colégio Pedro II dos anos 1930: vozes dos estudantes secundaristas*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

HORTA, José Silvério Baia. O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-45). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.17, p. 64-78, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n17/n17a08.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIX, n. 989, 05 mar. 1936, p. 02.

INCONTRI, Dora. Espiritismo e Educação. *Mirandum*, ano 8, n. 15, 2004a. Disponível em: [www.hottopos.com/mirand15/espirt.htm](http://www.hottopos.com/mirand15/espirt.htm). Acesso em 10 nov. 2019.

INCONTRI, Dora. A Contribuição Espírita no Debate da Escola Pública no Brasil. *Blog Espiritismo para iniciantes*, 27 dez.2016. Disponível em:

<http://espiritismoparainiciantes.blogspot.com/2016/12/a-contribuicao-espirita-no-debate-da.html>. Acesso em 10 nov. 2019.

ISAIA, Artur Cesar. A Codificação Espírita, a Educação e o papel das Elites letradas. In.: ANAIS REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Sess%C3%A3o-Especial-06.pdf> Acesso em: 27 nov. 2019.

JARA, Isabela Bolorini. *O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu: funcionarização, agências e experiências (1895-1925)*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, p.09-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>. Acesso em: 17 out. 2019.

KUHLMANN JR, Moysés; LEONARDI, Paula. História da Educação no quadro das relações sociais. *Revista História da Educação online*, Santa Maria, v.21, n.51, p.207-227, Jan./Abr. 2017.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.11, n.2, p. 81-102, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38498/20029>. Acesso em: 21 jan. 2019.

LACERDA, Stélio. *Tempos de Ginásio (1957-1960): Memórias*. Edições Lorena. 2010.

LAZARONI, Dalva. *Mate com Angu: A história de Armanda Álvaro Alberto*. São Paulo: Editora Europa, 2010.

LEITE, Ana Maria Alexandre. *Escola Regional Meriti: Limites e Possibilidades da escola inclusiva*. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LEONARDI, Paula. *'Puríssimo Coração': um colégio de elite em Rio Claro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002

LEONARDI, Paula. Educação e Catolicismo. *Pensar a Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.2, n. 4, p.3-23, out./dez. 2016. Disponível em: <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2017/03/30/educacao-e-catolicismo/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LIMA, Ana; GONZÁLES, Emily; COUTINHO, Flávia. *Da Escola Proletária de Meriti à Escola Dr. Álvaro Alberto: O Passado no Presente*. Monografia (Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade o Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2002.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Luzes da instrução: iniciativas particulares de escolarização no século XIX. *Revista Teias* (UERJ. Online), v.12, n.25 p.129-150, mai./ago. 2011a. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24172/17150>  
Acesso em: 24 jul. 2019.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Espaços mistos: o público e o privado na educação do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, p.99-129, set./dez. 2011b. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38765/20295> Acesso em: 24 jul. 2019.

LIVRO ATA da congregação. APCL. Concursos de títulos de professores para cargos no Ginásio Leopoldo, p.01-28. Nova Iguaçu, 1940-1943.

LIVRO ATA de exames de admissão. APCL. Relação de nomes e notas de alunos que prestaram o exame de admissão no Ginásio Leopoldo, p.01-160, 1931-1950. Nova Iguaçu, 1931-1950.

LIVRO ATA de posse de professores. APCL. Termos de empossamento dos professores do Ginásio Leopoldo, p.01-15. Nova Iguaçu, 1933-1939.

LIVRO ATA termos de visita. APCL. Termos das visitas dos inspetores federais em exercício no Ginásio Leopoldo. Nova Iguaçu, 1936-1942.

LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mata t. da. (Orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005 (Coleção Memória da educação).

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. O ensino ginásial no Piauí: política educacional e memória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. *História da Educação: Global, nacional e regional*. João Pessoa-PB: SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/498-512.pdf> Acesso em: 02 nov. 2018.

LOPES, Sonia de Castro. Arquivos do Instituto de Educação: suporte de memória da educação nova no Distrito Federal (anos de 1930). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v.5, n.1, jan./jun. 2005, p. 43-72. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38656/20187>. Acesso em: 21 jan. 2019.

LOPES, Sonia de Castro. Imagens de um site legado da nova educação: o Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 30. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.13, n. 37, Jan./Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/08.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LOPES, Sonia de Castro. Perfis docentes: prestígio e hierarquia no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (anos 1950-60). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 1[34], jan./abr. 2014, p. 251-272. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38871/pdf\\_7](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38871/pdf_7). Acesso em: 21 jan. 2019.

LOPES, Sonia Castro; GURGEL, Patricia. Trajetórias de professoras normalistas: A 'prata da casa' do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 4[43] – Out./Dez. 2016, 241-271. Disponível em:

[http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40732/pdf\\_156](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40732/pdf_156). Acesso em: 21 jan. 2019.

LOURENÇO FILHO, APCL. Telegrama sobre dia da Inconfidência Mineira – solicitando organizar concurso entre alunos sobre a data, 12 abr. 1937. Distrito Federal, 1937.

LOURENÇO FILHO. APCL. Telegrama solicitando abertura de escola gratuita de alfabetização – cooperação com movimento da cruzada nacional. Distrito Federal, Sem Data.

MAGALD, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.3, n.1, p. 212-231, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38717/20246>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MAGALHÃES, Lucia. APCL. Circular n.07 – determina os termos de visitas como ponto de controle de frequência dos inspetores federais em exercício, 26 jun. 1940. Distrito Federal, 1940.

MAGALHÃES. Lucia. APCL. Ofício 02526 – permissão a título excepcional de funcionamento de classes mistas no Ginásio Leopoldo, 23 jul. 1942. Distrito Federal, 1942.

MAGALHÃES, Lucia. APCL. Ofício n. 05594 – revisão de ficha do estabelecimento, 28 dez. 1943. Distrito Federal, 1943.

MAGALHÃES, Lucia. APCL. Circula n. 04 – orientação aos inspetores em face da nova legislação, p.01-06, 03 abr.1943. Distrito Federal, 1943.

MAGALHÃES, Lucia. APCL. Ofício 02579 – aprovação a investidura de Dr. João Aurélio de Souza Lemos ao cargo de diretor do Ginásio Leopoldo, 14 jul.1945. Distrito Federal, 1945.

MAIA, Manna Nunes. O empresariado do ensino secundário no antigo Estado do Rio de Janeiro na Primeira República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. *História da Educação*: Global, nacional e regional. João Pessoa-PB: SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/1365-1374.pdf> Acesso em: 02 nov. 2018.

MAIA, Manna Nunes. *The Making Of Empresariado Do Ensino Secundário Em Niterói – RJ (1889-1944)* Niterói-RJ, 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MANHAES, J.C. *Cronica à margem da história*, [1935]. Disponível: <http://www.colegioleopoldo.org.br/leopoldomachado2.html>. Acesso em: 15 maio2019.

MARTINS, Epaminondas. APCL. Relatório Inspetor Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 05 abr. 1943. Nova Iguaçu, 1943.

MARTINS, Epaminondas. APCL. Relatório Inspetor Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 20 mar. 1944.Nova Iguaçu, 1944.

MARTINS, Epaminondas. APCL. Relatório Inspetor Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 27 mar. 1945. Nova Iguaçu, 1945.

MARTINS, Marcos Roberto. *Co-Educação, cultura escolar e seus limites*: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MATTOS, Renan Santos. *Que Espiritismo é esse?* Fernando do Ó e contexto religioso de Santa Maria (1930-1940). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MATTOS, Renan Santos; WEBER, Beatriz. O Estado laico e a Liberdade Religiosa como proposta eleitoral: Fernando do Ó e as eleições de 1933. *Antítese*, Londrina, v. 10, n. 1, p.496-520, jan./jun. 2017 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/26594/21282>. Acesso em: 16 maio 2019.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares - breve introdução a seu conhecimento. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 14, jun. 2004. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4750/art8\\_14.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4750/art8_14.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. Do Pensamento Pedagógico Brasileiro à História das Idéias e Instituições Educacionais. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.34, p. 127-134, 2001. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n34/n34a07.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

MENDONÇA, Ana Waleska PC ; XAVIER, Libânia Nacif; BREGLIA, Vera Lucia Alves ; CHAVES, Miriam Waidenfeld ; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de ; LIMA, Cecília Neves ; SANTOS, Pablo SM Bispo dos. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11, n.31, p. 96-113, jan./abr.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MENDONÇA, Ana WaleskaPollo. Dossiê: O Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do Magistério Público Secundário no Brasil (1837-1945). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3[39] - Set./Dez. 2015, p. 167 – 171. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40787/pdf\\_79](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40787/pdf_79). Acesso em: 21 jan. 2019.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; SILVA, Fernando Rodrigo dos Santos; OLIVEIRA, Paloma Rezende de. A classe de repetidores do Colégio de Pedro II: um degrau na carreira docente ou uma estratégia de formação? *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3[39] - Set./Dez. 2015, p. 201 – 228. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40789/pdf\\_81](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40789/pdf_81). Acesso em: 21 jan. 2019.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Sociedade civil em Gramsci – venturas e desventuras de um conceito. In.: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (Orgs.). *Sociedade civil*: Ensaios históricos. Jundiaí, Paco Editorial: 2013, p.15-25.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v.2, n. 2, jan/jul 2014.

MENEZES, Maria Cristina. Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.11, n.1, p. 93-116, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38508/20039>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MICELI, Giam Carmine Cupello. *O processo de espacialização do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro (1931-1942): uma análise histórica e geográfica*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2015.

MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940. *Debates do NER (UFRGS)*, v. 15, p. 39-70, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/8063/5918>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MIGUEL, Sinuê Neckel. O Espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na Era Vargas. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, v. 17, p. 203-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-976.2010v17n24p203/18495>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MIGNOT, Ana Chrystina. Decifrando o Recado do Nome: Uma Escola em Busca de Sua Identidade Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 178, p. 619-638, 1995.

MIGNOT, Ana Chrystina. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias: O Legado Pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulações entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do Estado. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.3, set/dez, p.449-463, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n3/v34n3a03.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

MISSA em acção de graças pela victoria da Revolução Brasileira. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 713, 13 nov.1930, p. 02.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v.5 - n.2 - jul./dez. 2005, p. 75-99. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647/20178>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação, política e ideologia: análise de algumas propostas educacionais de Francisco Campos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.16, p. 05-11, 1992. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n16/n16a02.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

MUELLER, Helena Isabel. A década de 30 e a educação: sistematização de saberes e ordem nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTORIA DA EDUCAÇÃO, 1, 2000, Rio de Janeiro. *Educação no Brasil: História e Historiografia*. Rio de Janeiro: SBHE/UFRJ, 2000.

MÜSCH, João. APCL. *Carta ao Bispo do Rio de Janeiro – comunicando sobre desenvolvimento do espiritismo e solicitando construir espaço para lecionar na igreja*, 1935. Nova Iguaçu, 1935.

NAKAMURA, Maria Elisa Furquim Pereira. *Ginásios vocacionais*: estudo narrativo de uma experiência educacional da década de 1960. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

NASCIMENTO, Anaise Cristina da Silva. *Pela Caravana da Fraternidade*: unificação do movimento espírita nas memórias do educador Leopoldo Machado. Dissertação (Mestrado Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NATAL DOS POBRES NO GINÁSIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIX, n. 1501, 23 dez. 1945, p.02.

NEGROMONTE, Padre Alvaro. Coeducação na escola. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.18-19, p. 103-109, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n18-19/n18-19a12.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NIEHUES, Mariane Rocha. *Cultura escolar e a Liga da Bondade nas escolas públicas estaduais do sul de Santa Catarina (1952-1970)*. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

NO GYMNASIO LEOPOLDO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIII, n. 1153, 27 abr. 1939, 02.

NOSELLA, Paolo. Pesquisa em educação: um balanço da produção de programas de pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.15, n.43, p.177-183, jan./apr.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a13v15n43.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. Navegando na história da educação brasileira, 2006. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.15, nº.43, jan./apr.2010. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_088.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html) Acesso em: 20 jan. 2019.

NOVA PÁTRIA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 715, 27 nov. 1930, p.02.

NUNES, Clarice. A cultura jurídico-política e a educação brasileira: um campo de estudos em aberto. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.18-19, p. 06-14, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n18-19/n18-19a02.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, mai/ago.2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

O 10º ANIVERSÁRIO do Ginásio Leopoldo e o 21 de abril. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, ano XXIV, n. 1205, 21 abr. 1940, p. 05.

O 12º ANIVERSÁRIO do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1310, 26 abr. 1942, p. 02.

O 15 DE NOVEMBRO e a Liga Pro-Educação e Bondade. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXI, n. 1077, 11 nov. 1937. p. 02.

O 15 DE NOVEMBRO no Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XX, n. 1025, 12 nov. 1936, p.02.

O DIA 21 DE ABRIL e o aniversário do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIX, n. 1466, 22 abr. 1945, 02.

O DIA DA INDEPENDENCIA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIV, n. 1226,15, set. 1940, p. 02.

O DIA DA PÁTRIA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIX, n. 964, 12 set. 1935, p. 02.

O DIA DA PÁTRIA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XX, n. 1016, 10 set. 1936, p.02.

O DIA DA PÁTRIA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIII, n. 1173, 14 set. 1939.

O DIA DO PRESIDENTE *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1310, 26 abr. 1942, p.02.

O ENSINO EM NOVA IGUAÇÚ. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIII, n. 668, 02 jan. 1930, p.02.

O GYMNASIO Leopoldo requererá este mez, a equiparação do seu Curso Gymnasial. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIX, n. 977, 12 dez. 1935, p. 02.

O INTERVENTOR deste estado. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 715, 27 nov. 1930, p. 02.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. *Missão Educacional Alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas - de Dillingen para a Baixada Fluminense. Duque de Caxias e São João de Meriti - RJ (1937-1956)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA, Sandra Ferreira de; ARAUJO, José Carlos Souza. O Ginásio Cristo Rei de Uberlândia, MG (1944-1956), uma escola profissional. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 10, n. 37e maio. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639793/7356>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PÁGINA do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1256, 13 abr. 1941, p.05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1264, 08 jun.1941, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1278, 14 set. 1941, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXV, n. 1282, 12 out. 1941, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1308, 12 abr. 1942, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1313, 17 mai. 1942, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1321, 12 jul. 1942, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1325, 09 ago. 1942, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1339, 15 nov. 1942, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVI, n. 1347, 10 jan. 1943, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVII, n. 1370, 20 jun. 1943, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVII, n. 1391, 14 nov. 1943, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVIII, n. 1423, 25 jun. 1944, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVIII, n. 1430, 13 ago. 1944, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVIII, n. 1438, 08 out. 1944, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVIII, n. 1445, 26 nov. 1944, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXVIII, n. 1462, 25 mar. 1945, p. 07.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIX, n. 1485, 02 set. 1945, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXX, n. 1518, 21 abr. 1946, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXX, n. 1541, 29 set. 1946, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXX, n. 1549, 24 nov. 1946, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXX, n. 1554, 29 dez. 1946, p. 05.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXXI, n. 1590, 07 set. 1947, p. 03.

PÁGINA Do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXXI, n. 1596, 19 out. 1947, p. 03.

PATROCLO, Luciana Borges; LOPES, Ivone Goulart; CRAVO, Regina Lucia Ferreira. Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da 'Revista da Semana'. *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3[39] - Set./Dez. 2015, p. 173 – 200. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40788/pdf\\_80](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40788/pdf_80). Acesso em: 21 jan. 2019.

PAULILO, André Luiz. As estratégias administrativas para políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.14, n.42, p.440-455, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a04.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 05 abr. 1937. Nova Iguaçu, 1937.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 01 abr. 1938. Nova Iguaçu, 1938.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – resposta a circular do DNE, solicitando informações sobre o Ginásio Leopoldo, 17 dez. 1938. Nova Iguaçu, 1938.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 31 mar. 1939. Nova Iguaçu, 1939.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – relação do quadro docente do Ginásio Leopoldo, 31 mar. 1939. Nova Iguaçu, 1939.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – telegrama informando sobre anotação errada de pontos para prova parcial, 30 nov. 1939. Nova Iguaçu, 1939.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – relação de livros adotados no Ginásio Leopoldo, 31 mar. 1939. Nova Iguaçu, 1939.

PENNAFORTE, Iracema Spinola. APCL. Relatório Inspetora Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 30 mar. 1940. Nova Iguaçu, 1940.

PERES, Fernando Antonio. Entre espíritas, maçons e anarquistas: Anália Franco, João Penteadado e a educação em São Paulo na Primeira República. *Horizontes* (EDUSF), v. 29, n.02, p. 35-46, 2011. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/publicacoes/edicoes-exibir/75266636/horizontes+volume+29+numero+02+2011.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PERIOTTO, Márcia Rosa. O papel da imprensa no processo de construção da nação: a “vocação pedagógica” do Correio Braziliense. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 16, Dezembro/2004. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4787/art5\\_16.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4787/art5_16.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

PIRES, José Herculano. *Pedagogia espírita*. Brasília: Edicel – Editora Cultural Espírita Ltda., 2008. Disponível em: <http://www.luzespirita.org.br/leitura/pdf/153.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

PLESSIM, Vinicius Kapicius. *A profissão docente na Escola Regional de Meriti (1921-1954)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

PREFEITURA DE IGUASSÚ. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XIV, n. 715, 27 nov. 1930, p. 02.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XVI, n. 784, 22 mar. 1932, p. 12.

PRESTES, Anita Leocádia. *Dicionário do Século XX: Guerras & Revoluções*. Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Elsevier e Campus, 2004 (Verbete).

PRIMEIRAS OLYMPIADAS do Gymnasio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIII, n. 1167, 3 ago. 1939, p. 02.

PUBLICAÇÃO do Diário Oficial. APCL. Recorte de jornal de resolução que concede inspeção preliminar ao Ginásio Leopoldo, 08 out. 1936.

REALIZOU-SE, domingo, a 2ª olimpíada do Ginásio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano XXIV, n. 1222, 18 ago. 1940, p. 03.

REVEL, Jacques. Micro história, macro história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.15, n.45, p.434-444, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

RIZZINI, Irma; BARROS, Raquel Souza de. Articulações entre a política e a educação no processo de expansão da escolarização primária no interior fluminense (1937-1954). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 13, n. 2, p. 101-132, Mai./Ago. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38837/pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

RODRIGUES, José. “Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação”: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 26, Junho/2007. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4990/art10\\_26.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4990/art10_26.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. *O Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II e sua Contribuição para a História das Instituições Brasileiras*. Mestrado (História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, Marlos B. Mendes. O público e o privado no ensino: para uma análise do período 1930-1945. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.16, p. 18-22, 1992. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n16/n16a04.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Educação Conformada: a política de educação no Brasil 1930-1945*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 17, CEEA, set. 1989.

SAMPAIO, Dilson Gonzaga. “Para tornar o estudo um farol no colégio o lema tracemos”: o Colégio Patrocínio de São José, de Aracaju (1940 – 1953). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e gestores Educacionais. *Revista Histedbr*, Campinas, n. especial, agosto/2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 9, n. 35 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622/7190>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SANFELICE, José Luís. História de instituições escolares e micro história. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 10, n. 39, p.32-41, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639716/7283>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SANFELICE, José Luís; JACOMELI, Mara Regina Martins; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. (orgs.). *Histórias de Instituições Escolares: teoria e prática*. Bragança Paulista-SP: Margem da Palavra, 2016.

SANTA ANA, Andréa Márcia. Educação, Estado e poder: o ensino médio em debate na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1962-1972) Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2016.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *Cuidando do corpo e do Espírito num Sertão Próximo: A Experiência e o Exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da educação. *Revista Histedbr*, Campinas, n. especial, agosto/2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4913/art5\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4913/art5_22e.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).

SASS, Odair; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Ensino secundário e psicologia na década de 1930: a perspectiva de Antônio Carneiro Leão. *Revista Brasileira de História da*

*Educação*, Maringá-PR, v.12, n.1 (28) - jan./abr. 2012, 193-220. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38780/20310>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SENRA, Alvaro de Oliveira. A “liberdade de ensino” e os fundamentos da ação política do segmento privado no Brasil entre 1945 e 1964. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.10, n.3, p. 55-82, set./dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38517/20048>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SILVA, Lúcia. Entre laranja e gente: notas preliminares sobre a urbanização na Baixada Fluminense (1910/40). In.: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO, 2017, São Paulo. *Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do planejamento urbano?* São Paulo-SP, ENANPUR/USP, 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%207/ST%207.7/ST%207.7-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.7/ST%207.7-03.pdf). Acesso em: 07 fev. 2020.

SILVA, Vilma Correa Amâncio da. *Um Caminho Inovador: O Projeto Educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

SOARES, Jefferson da Costa. *Dos Professores “Estranhos” aos Catedráticos: Aspectos da Construção da Identidade Profissional Docente no Colégio Pedro II (1925-1945)*. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, Jefferson da Costa. Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários (1925-1945). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3[39] - Set./Dez. 2015, p. 293 – 320. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40792/pdf\\_84](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40792/pdf_84). Acesso em: 21 jan. 2019.

SOARES, Jefferson da Costa. Aspectos da Crise do Programa Institucional no Colégio Pedro II (1931-1945). *Rev. Bras. História da Educação*, Maringá, v. 17, n. 4[47] - Out./Dez. 2017, 224 – 255. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40690/pdf\\_227](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40690/pdf_227). Acesso em: 21 jan. 2019.

SOUZA, Débia Suênia da Silva; MORAIS, Maria Arisnete Câmara. Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras/PB: Primeiras décadas de funcionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9, 2017, João Pessoa. *História da Educação: Global, nacional e regional*. João Pessoa-PB, SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/696-710.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. Arquivos Educacionais: Preservação do patrimônio e construção do conhecimento. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 14, Junho/2004. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4748/art6\\_14.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4748/art6_14.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

SOUZA, Mariana Pecararo de; GATTI JÚNIOR, Décio. História, História da Educação e Instituições Escolares: aspectos teórico-metodológicos. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 15, set. 2004. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4773/art12\\_15.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4773/art12_15.pdf). Acesso em: 23 jan. 2019.

SOUZA, Rogério Luiz. A arte de disciplinar os sentidos: o uso de imagens e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.19, n.57, p.399-416, abr. / jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n57/v19n57a07.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Atravessando fronteiras regionais: repensando a história comparativa da educação nacional. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.21, n.67, p.833-850, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n67/1413-2478-rbedu-21-67-0833.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

STROPARO, Edelcio José. Reforma educacional Francisco Campos: inovação, centralização e autoritarismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. *História da Educação: Global, nacional e regional*. João Pessoa-PB, SBHE/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/individual/740-750.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.8, n.1, p. 147-169, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38591/20122>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TEIXEIRA, José Caetano. APCL. Relatório Inspetor Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 30 mar. 1941. Nova Iguaçu, 1941.

TEIXEIRA, José Caetano. APCL. Relatório Inspetor Federal – quadro geral de matrícula do Ginásio Leopoldo, 29 mar. 1942. Nova Iguaçu, 1942.

TERMO DE CONTRATO de Professor. APCL. Termo contratual de professores do Ginásio Leopoldo. Nova Iguaçu, sem data.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola de alma branca o direito biológico à educação no movimento da escola nova. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. especial, p. 123-150, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/nnumerospecial/nnumerospeciala07.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.11, n.1, p. 143-178,

jan./abr. 2011. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38510/20041>. Acesso em: 21 jan. 2019.

VEIGA, Cyntia Greiver. Educação Estética para o povo. In.: LOPES, Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greiver (orgs), *500 anos de educação no Brasil*. 5.ed.; 2. Reimp. – Belo Horizonte; Autêntica, 2016, p. 399-422.

VICENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a História e a Teoria da Forma Escolar. Educação em Revista. Dossiê: Trabalho e Educação. *Revista da Faculdade de Educação da UFMG*, 33, p.7-47, jun. 2001. Disponível em:

<https://accounts.google.com/ServiceLogin/signinchooser?service=mail&passive=true&rm=false&continue=https%3A%2F%2Fmail.google.com%2Fmail%2F&ss=1&sc=1&ltmpl=default&ltmplcache=2&emr=1&osid=1&flowName=GlifWebSignIn&flowEntry=ServiceLogin>.

Acesso em: 18.jul.2018.

VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique de. A travessia da educação brasileira no governo Vargas: Estado e Igreja Católica (1930 a 1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Educação no Brasil: História e Historiografia*. Rio de Janeiro: SBHE/UFRJ, 2000.

XAVIER, Ingrid Müller. *O que significam aprender e ensinar filosofia?* Notas a partir de uma experiência no Colégio Pedro II. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

XAVIER, Libânia Nacif. A educação no debate intelectual dos anos 50/60. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação. 2000, Rio de Janeiro. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Educação no Brasil: História e Historiografia*. Rio de Janeiro: SBHE/UFRJ, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v.3, n.1, p. 233-251, jan./jun. 2003. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38718/20247>. Acesso em: 21 jan. 2019.

XAVIER, Libânia Nacif. Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950-1960. In: MENDONÇA Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. (Orgs.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 127-144

XAVIER, L. N.; CHAVES, M. W. A invenção da escola pública e seus desdobramentos no Brasil: entre o ideal de modernidade e os problemas contemporâneos. *História Caribe*, v.13, n 33 – jul-dic, p. 255-282, 2018. Disponível

em:[http://investigaciones.uniatlapoliticantico.edu.co/revistas/index.php/Historia\\_Caribe/artic/e/view/2007/2268](http://investigaciones.uniatlapoliticantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/artic/e/view/2007/2268). Acesso em: 20.nov.2018.